

VOLUME 02 | N° 02 | 2023

ISSN: 2764-5606

evolucione

periódico científico multidisciplinar

MULTI
DISCI
PLI
NAR





● Conselho Científico

Editor chefe:

Prof. Dr. Cláudio Silva Porto

- **Cynthia Rocha da Silva**
- Dhalma Arruda**
- Hikaro Queiroz**
- Laysla Bonifácio**
- Mikael Ribeiro da Silva Gomes**

● Conselho Editorial

Cynthia Rocha da Silva

Dhalma Arruda

Hikaro Queiroz

Laysla Bonifácio

Mikael Ribeiro da Silva Gomes

Murilo Pinheiro Diniz

Patrícia Gomes da Costa

● Expediente

Coordenação geral:

Dhalma Arruda

Coordenação executiva:

Mikael Ribeiro da Silva Gomes

Coordenação de revisão ortográfica:

Lidiane Porfírio

Coordenação de arte e capa:

Wallisson Oliveira

Projeto gráfico:

Wallisson Oliveira

Diagramação:

Wallisson Oliveira

Índice

- . A Comunicação e a Matemática: Ensinando a Raciocinar 06

- . A Língua Portuguesa Falada Ritmada dos mais Humildes e o Informal Preconceito Instituído como Barreira Social 17

- . Ocitocina, Episiotomia e Episiorragia Sob a Perspectiva da Obstetrícia Humanizada: Uma Revisão Bibliográfica 29

- . Santa Cruz nos Caminhos da Independência 42

- . Educação Financeira Como Aspecto de Qualidade de Vida 62

- . UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA: Papel do Enfermeiro Mediante a Humanização Hospitalar 86

- . Sistemas de Informação Otimizando a Avaliação Escolar 98

- . Banco de Dados: Uma Ferramenta para a Melhoria dos Resultados das Pequenas Empresas 110

- . A Utilização da Música e dos Jogos Eletrônicos como Elemento Motivacional no Processo de Ensino e Aprendizagem da Lem – Inglês 123

INTERDISCIPLINAR

. Trauma Renal: Perfil das Vítimas, Mecanismo, Diagnóstico e Conduta	132
. Alfabetização, Letramento e Mídias Digitais: A Missão Docente	145
. Perspectivas de Docentes da Língua Inglesa Acerca do Ensino Remoto Exigido Durante Pandemia Pelo Sars-Cov-2	163
. Bilinguismo na Educação de Surdos: Desafios e Perspectivas	174
. Gestão Democrática como Princípio Norteador para o Sucesso do Processo de Ensino e Aprendizagem na Escola	188
. Reabilitação Precoce da População Idosa para a Manutenção da Capacidade Funcional: Promoção do Envelhecimento Saudável	202
. A Arca da Aliança	216
. Métodos Consensuais de Resolução de Conflitos e Sua Relevância na Atualidade	236
. Legítima Defesa Policial: Uma Desnecessária Alteração Legislativa	246
. Processo Licitatório em Contratações Emergenciais	257

Apresentação

A Revista Eletrônica Evolucionere, em versão exclusivamente eletrônica, de orientação pluralista, publica, trabalhos científicos de colaboradores, docentes e discentes nacionais ou estrangeiros que apresentem contribuições originais, teóricas ou empíricas, relacionadas às diversas áreas do conhecimento.

A Revista Evolucionere tem por objetivo a difusão e divulgação dos resultados das atividades de estudos, pesquisas, extensão, resenhas acadêmicas e demais atividades desenvolvidas na instituição ou em outras instituições parceiras através de seus colaboradores.



A Revista Evolucionere tem como missão fomentar o ensino e a pesquisa de forma a aproximar o acadêmico ao estudo por meio da divulgação científica.



MULTIDISCIPLINAR:

Na área de educação Multidisciplinar, temas como: educação inclusiva, acessibilidade e novas tecnologias na educação são abordadas, trazendo à tona o que há de mais inovador no processo de ensino-aprendizagem.

A Comunicação e a Matemática: Ensinando a Raciocinar

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Adriana Santos da Rosa
Discente do curso de PROFOP – R2 – MATEMÁTICA

RESUMO:

A Comunicação é a base para tudo e isso não é clichê! Nos deparamos diariamente com situações em que uma boa comunicação poderia evitar grandes transtornos, porém sabemos que apesar deste nítido conhecimento a prática é outra. A comunicação com o intuito de compreender, aquela que promove uma troca de pensamentos, estimula o raciocínio e a oratória são raras em um mundo comandado por redes (não)sociais. Esta dificuldade existe também dentro da sala de aula e esse fato é para o professor um desafio maior que o ensino da própria matéria. Ensinar consiste numa relação de confiança e para que esta relação exista é imprescindível que professores e alunos consigam transmitir de forma clara e assertiva seus propósitos, opiniões, debater ideias e dentro de tudo isso conseguir partilhar uns com os outros. A construção desta interação professor-aluno é o ponto de partida, o ensino da matéria cabe exatamente ao momento em que seja definido um método eficaz no qual conduzirá de forma qualitativa o estímulo sobre o pensar. A matemática tem por base esta prerrogativa: raciocinar. O raciocínio, a análise, o pensamento crítico consiste em primeiro compreender o problema e após isso buscar uma solução. Diante desta temática, a comunicação em aula tem se tornado cada vez mais necessária, tamanha as dificuldades de falar a mesma linguagem dos alunos tem tornado os professores e educadores verdadeiros heróis ao conseguir atrair a atenção para o aprendizado. A matemática está além de conhecer números e saber resolver equações, ela é uma ferramenta exemplar no desenvolvimento racional e tradicionalmente já é temida por grande parte dos alunos. Partindo deste ponto, é de suma importância que este entendimento sobre a boa prática da comunicação em sala de aula tenha que ser prioridade cada vez mais, formando alunos mais capazes de pensar, ter suas próprias opiniões, saber se expressar, debater, desenvolver a oratória, estimular esse comportamento ao longo da jornada de suas vidas, o que certamente só trará benefícios para sua vida pessoal e profissional, bem como para a sociedade em geral.

Palavras chave: Comunicação em aula. Linguagem assertiva. Matemática e comunicação. Raciocínio matemático.

ABSTRACT:

Communication is the basis for everything and that's not a cliché! We are faced daily with situations in which good communication could avoid major inconveniences, but we know that despite this clear knowledge, practice is different. Communication with the aim of understanding, that which promotes an exchange of thoughts, stimulates reasoning and oratory are rare in a world commanded by (non) social networks. This difficulty also exists within the classroom and this fact is for the teacher a greater challenge than the teaching of the subject itself. Teaching consists of a relationship of trust and for this relationship to exist, it is essential that teachers and students are able to clearly and assertively

convey their purposes, opinions, debate ideas and, within all this, be able to share with each other. The construction of this teacher-student interaction is the starting point, the teaching of the subject is exactly at the moment when an effective method is defined in which it will qualitatively lead to the stimulus on thinking. Mathematics is based on this prerogative: to reason. Reasoning, analysis, critical thinking consists of first understanding the problem and then seeking a solution. Faced with this theme, communication in the classroom has become increasingly necessary, such is the difficulty of speaking the same language as the students, making teachers and educators true heroes by managing to attract attention to learning. Mathematics goes beyond knowing numbers and knowing how to solve equations, it is an exemplary tool in rational development and is traditionally feared by most students. Starting from this point, it is of paramount importance that this understanding of the good practice of communication in the classroom has to be an increasingly priority, forming students more capable of thinking, having their own opinions, knowing how to express themselves, debate, develop oratory, encourage this behavior throughout their lives, which will certainly only bring benefits to their personal and professional lives, as well as to society in general.

Keywords: Classroom communication. Assertive language. Mathematics and communication. Mathematical reasoning.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo científico consiste em evidenciar o quanto a comunicação é importante ainda mais em um ambiente escolar. A ferramenta mais básica e nem por isso deixa de ser a mais importante é a interação entre professor-aluno, a busca pelo método mais eficaz torna o professor um agente cuja função lhe é dada sem manual algum e saber identificar o que inspira cada aluno é o meio pelo qual o professor pode explorar para lecionar de forma ideal.

No ambiente escolar, existe o encontro de diversos mundos, ideias, experiências, dificuldades e verdades, cada parcela disto é parte integrante de um todo que é o aluno. Ultrapassar a barreira natural que existe entre esses mundos e encontrar o momento e a forma ideal para abordar uma metodologia educacional tem sido nos dias de hoje mais desafiador em virtude da comunicação. A construção deste meio comunicativo é essencial para o ensino da disciplina e é parte dela que o desenvolvimento da compreensão e do aprendizado atinge o processo da interação, a troca de ideias e a maturidade de debater e se expressar visando puramente sua colocação diante de tais assuntos.

A matemática é uma das disciplinas mais temerosas da grade curricular educacional visto que boa parte dos alunos acreditam que somente pessoas com habilidades natas superam de forma natural a matéria. A disciplina necessita que esta caricatura seja desmistificada pelos professores, técnicos e especialistas em educação com o apoio das políticas sociais, revisando bibliografias e metodologias praticadas atualmente. A qualidade do ensino deve ser a prioridade da nação e o estímulo é imprescindível que seja no âmbito acadêmico pois é desta maneira que garantimos a formação de pessoas capazes de pensar, ter senso crítico e valores essenciais que contribuam com uma sociedade duramente desigual.

A construção do saber de um indivíduo inicia-se antes da idade escolar, sendo estimulado ainda em ambiente familiar mesmo que de maneira inconsciente, o exemplo é um guia. Fatores que contribuem para o desenvolvimento da aprendizagem são: ambiente pedagógico desenvolvido, relação de confiança professor-aluno, políticas educacionais e particularmente a cocriação do pensar matemático. Tais fatores são aspectos que moldam a formação educativa e por assim dizer sociocultural do indivíduo, uma vez que, associadas as experiências vividas trazem um ganho que quando compartilhadas evidenciam a importância da interação da educação transversal.

A pesquisa bibliográfica pode corroborar com a proposta deste artigo, a comunicação no meio educativo é fundamental para o desenvolvimento da aprendizagem, discorrer de atividades e ferramentas para que o plano pedagógico possua uma elevada capacidade de transformar senso lógico e de forma geral o conceito racional, indivíduos críticos e dotados de um saber pensar. Vygotsky, dentre seus outros conceitos para o campo da educação, defendia a linguagem como ferramenta sociocultural na aprendizagem. D'ambrosio foi mais além, ampliou o alcance do ensino de matemática desenvolvendo educadores e inovando o método de abordagem desafiando jovens estudantes e colegas na busca do pensar matemática. Aquino, Freire assim como Teresa Cristina expõe o universo da interação professor-aluno, criar e estabelecer uma dinâmica e buscar na pedagogia a máxima evolução quebrando paradigmas sobre o educar nos tempos de hoje. Rinaldi aborda elementos da criação da linguagem e suas descobertas através do diálogo em um ambiente formador.

Maria Bicudo explana de forma bastante eloquente os aspectos fundamentais de linguagens de ensino, dentro da matemática inúmeros pontos de pesquisa relacionada à disciplina explanando concepções e perspectivas dentro da Educação.

2. FATORES DA CONSTRUÇÃO PEDAGÓGICA

A construção do universo pedagógico detém de fatores essenciais, cuja manutenção precisa ser contínua e evolutiva. Em um ambiente escolar, encontramos seres com diversas experiências e histórias, cada indivíduo traz sua bagagem que nem sempre está equiparada social ou culturalmente com os demais, esta percepção e tratativa cabe ao professor a tarefa de identificar e buscar alternativa propiciando sem prejuízo uma sintonia para que o processo educacional seja eficaz e prazeroso a todos.

Dentre os alicerces existentes na base do sistema educacional, foi elencado para fins de estudo deste trabalho quatro elementos: ambiente pedagógico, interação professor-aluno, políticas educacionais e o ensinar matemática.

2.1. Ambiente Pedagógico

É fato que ter boas ferramentas tornam qualquer trabalho melhor de ser executado, e justamente este é o conceito, criar um ambiente pedagógico bem desenvolvido requer muito esforço pois os recursos, embora limitados, precisam ser bem aplicados. O espaço de aprendizagem deve ser capaz de contribuir com a qualidade do ensino, propiciar aos alunos conforto e valorização de suas identidades, onde podem planejar, construir e compartilhar suas experiências e conquistas. Educadores preparados e valorizados são a essência do campo pedagógico, o planejamento de um plano de aula requer criatividade, engajamento, determinação e metas atingíveis.

Um ambiente educacional organizado, preparado e concebido de acordo com a faixa etária tem um significado muito importante para percepção dos alunos e seu desenvolvimento intelectual. A escola necessita de uma infraestrutura capaz de incentivar o interesse, a interação cognitiva e a capacidade assegurar um convívio social entre os alunos de forma prazerosa.

Moreira destaca que o ambiente educacional constitui parte importante e valiosa à prática da aprendizagem e, portanto, se faz necessário que seja estabelecida esta relação para a o pleno desenvolvimento do trabalho pedagógico. **(2011)**

O ambiente pedagógico é um amplo convite ao mundo do aprendizado, é nele que serão criadas relações de convívio interpessoal, troca de experiências e uma gama de associações que impregnam no indivíduo desenvolvendo as relações cognitivas.

O espaço apropriado para a prática da aprendizagem bem elaborado fortalece o apoio necessário para que o aluno consiga se sentir seguro, confortável, parte de um todo pensado justamente para esta interação com colegas e professores.

 *As trajetórias e os processos de aprendizagem das crianças passam, portanto, pelo relacionamento com os contextos cultural e escolar em que, como tal, deve haver um “ambiente formador”, um espaço*

ideal para o desenvolvimento que valoriza esses processos (Rinaldi, 2012, p.157).

No que se refere ao desafio do professor, produzir um ambiente escolar de acordo com a necessidade de seus alunos, primar pela organização, manutenção dos recursos e atualização diante dos fatores tecnológicos (**cursos e requisitos funcionais**) requer mais que esforço pessoal, é preciso empunhar esta causa, tomar frente como verdadeiros guerreiros defendendo seus propósitos na Educação a fim de garantir qualidade e equidade na aprendizagem para todos.

2.2. Interação Professor-aluno

Como falar de educação sem mencionar o quanto a comunicação é necessária? Esta é a priori de todo o desenvolvimento social. Estabelecer uma conversa é muito mais que falar e escutar, o entendimento é a base disto, e para que este entendimento exista é oportuno que a atenção seja absoluta, ouvir realmente o que está sendo falado e diante deste estímulo buscar a compreensão.

“Os laços efetivos que constituem a interação Professor-Aluno são necessários à aprendizagem e independem da definição social do papel escolar, ou mesmo um maior abrigo das teorias pedagógicas, tendo como base o coração interação Professor-Aluno, isto é, os vínculos cotidianos (Aquino, 1996, p. 50)

A forma de ensinar foi reestruturada à tempos e ainda temos um caminho longo à frente. A qualificação do educador, a maneira como se comporta diante de seus alunos, o modo de se comunicar com seus alunos está cada vez mais desafiador. O antigo formato de educar através da informação, da instrução ordinária, do resultado arbitrário do intelecto dá espaço para o ensinar mais humano: compartilhar conhecimento, conhecer os alunos, estabelecer e encorajar a interação.

A matemática não foi uma das disciplinas que promovia a comunicação, não era o que se esperava de um mundo matemático, porém isso mudou bastante ao passo que D'ambrosio colocou no centro da educação a matemática. Os professores são instigados a se desenvolver, a promover um estilo criativo para alcançar o universo de seus alunos. Mostrar que realmente se importam e querem fazer a diferença, contribuir com o ensino e, além disso, se identificar com as histórias e dificuldades de cada um de sus discentes. Abordar de forma bastante franca e construtiva sempre, esta comunicação entre professores e alunos deve ser um elo forte e de confiança, o afeto e o respeito precisam ser mútuos.

“As qualidades do professor (**facilitador**) podem ser sintetizadas em *autenticidade, compreensão empática – compreensão da conduta do outro a partir do referencial desse outro – e o apreço (aceitação e confiança em relação ao aluno).* (Mizukami, 1996, p.53)

Somente diante de oportunidades se pode gerar ideias, os educadores tem este papel bem definido, entregar seu melhor em sala de aula, despertar a curiosidade e o interesse, chamar atenção para o diálogo, promover o diálogo em aula. Coibir de forma branda comportamentos inapropriados que normalmente surgem diante de insegurança e timidez dos alunos, a oralidade é a melhor ferramenta de comunicação e tornar isto acessível e utilizar deste artifício no aprendizado da matemática ou qualquer outra disciplina é tarefa do professor - o professor é o guia.

“É o modo de agir do professor em sala de aula, mais do que suas características de personalidade, que colabora para uma adequada aprendizagem dos alunos. O modo de agir do professor em sala de aula fundamenta-se numa determinada concepção do papel do professor. (Abreu; Masetto a Aquino, 1990, p.115)

Freire pontua que a comunicação em educação é mais que uma transmissão de conhecimento, é um relacionamento mútuo do educador ao seu educando, uma simetria do saber participativo e crítico identificando o mérito e seu valor no espaço (2013).

A contribuição de Paulo Freire diante dos atuais aspectos educativos é inúmera, ideologias pedagógicas diretamente relacionada à comunicação na educação reestrutura o modo de ensinar, o campo da intervenção social passa a ser uma inovação já praticada dentro de salas de aulas cujo contexto tem por finalidade formar cidadãos capazes de se relacionar, pensar, criticar e contribuir com seu crescimento em um espaço social transformando de forma ética o meio onde convive.

2.3. Políticas educacionais

A educação, como prevista na Constituição Federal, é um direito de todos e dever do Estado e da família, deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade como um todo, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa em seu sentido transversal preparando para a cidadania e sua qualificação para o trabalho (Art. 205, Constituição Federal de 1988).

Diante desta premissa estabelecida, estamos diante dos princípios da construção da cidadania, formação de pessoas capacitadas para se desenvolver dentro de seu meio e desta maneira, compartilhando suas experiências e adquirindo um preparo para a exercer a democracia social. A políticas atuais visam estabelecer que este direito seja cumprido assegurando a qualidade do ensino-aprendizagem para seus alunos.

Ações que buscam ampliar o acesso à educação e melhorias de estruturas pedagógicas são incansáveis objetivos dos educadores e especialistas assim como a destinação correta dos recursos públicos voltados para este fim: melhorar a educação. Constantemente, novas atualizações definem os rumos necessários para que cada etapa do ensino proposta seja crescente diante a importância aos alunos.

Em 2007, o Ministério da Educação criou um conjunto de ações e programas voltados para a melhoria da qualidade na educação – Plano de Desenvolvimento da Educação. O PNE é constituído de cinco eixos básicos: Alfabetização, Educação Básica, Educação

Superior, Educação Profissional e Diversidade. Estes elementos estabelecem conceitos e diretrizes para que a aprendizagem tenha ferramentas sólidas e próprias para atingir critérios que, em face de sistemas de medidas conseguem depurar os resultados e identificando o alcance no compromisso com a educação (**Fundação FHC**).

A formação e preparo do docente é fundamental, existem recursos disponibilizados pelo Ministério da Educação para que cursos de formação e aperfeiçoamento, contemplando as mais diversas atualizações no campo da educação, sejam acessíveis a todos (**os educadores, especialistas, secretários, técnicos, assistentes**) em diversas áreas do conhecimento.

“Por isso é que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática”.
(Freire, 1996, p.39)

O professor é o recurso mais valioso no processo de aprendizagem, para tanto é imprescindível que a sua valorização diante de políticas salariais e de carreira sejam estabelecidas e exercidas promovendo o propósito de sua profissão: promover a educação.

2.4. Ensinar matemática

Nos últimos anos a educação passou por diversas reformulações em sua grade curricular, na postura educacional dos professores orientado pelas novas diretrizes de ensino. O trabalho do professor é crucial: ensinar de forma atrativa e manter que seus alunos estejam constantemente motivados pelo saber. As dificuldades encontradas em sala de aula são diversas e este não pode ser o motivo para conflitos.

Os atuais modelos de ensino defendem o aprendizado construtivo, a mediação entre alunos e professores é fundamental para a construção do saber. Instigar e propor desafios aos alunos a fim de promover o pensamento crítico e o raciocínio é justamente o ponto ideal deste processo. A matemática tem esta capacidade: promover o raciocínio em busca de solução.

“O saber, correspondente aos objetivos que norteiam o currículo escolar, exige procedimentos e linguagem apropriados. Cabe à escola trabalhar para atingir, nas diferentes disciplinas, os respectivos modelos de raciocínio, diferentes dos do senso comum ou da consciência ingênua
(Micotti, 2020 p.206)

O aluno sem orientação não progride de forma adequada, portanto é essencial que o responsável pela aprendizagem fomente o ensino, identifique o ponto de vista do aluno para que consiga utilizar a metodologia apropriada para esta fazer esta transformação. Como afirma D’ambrosio que um dos maiores erros que se pratica em educação, em particular na Educação em Matemática, é desvincular a Matemática das outras disciplinas (**D’ambrosio, 2020, p.127**)

Trazer a linguagem da matemática para o cenário cotidiano permite identificar o quanto ela está relacionada com tudo, a matemática está na análise crítica, no raciocínio lógico, no comportamento social ante um problema que se necessita buscar uma solução considerando o ponto de vista estratégico. Desvendar a matemática está em provocar a curiosidade no aluno de modo que seu potencial seja explorado criando o vínculo mental e reflexivo.

O ensinar matemática requer aptidão do profissional cujo ensino é a ferramenta capaz de proporcionar a transformação participativa de um ser criticamente eficiente ao que se diz respeito ao ato de pensar sem que este processo seja subjugar seu mentor. O professor passou por toda esta metamorfose educacional buscando romper paradigmas tradicionais do ensino e se comprometer as novas metodologias de aprendizagem, a prática científica e de pesquisa analisando os aspectos obtidos e seu progresso. A didática é uma habilidade e, por assim só, praticando se busca a excelência em sua execução. As metas para o ensino foram estipuladas, porém o professor determina de que maneira e qual o caminho vai percorrer para que o engajamento de seus alunos seja suficiente.

A remodelagem do aluno, a construção do ser pensante cuja a capacidade está em formação continuamente é a reação de uma ação focada do seu educador, conduzir de maneira quase imperceptível porém firme é o que determina o sucesso de todo o empenho dedicado. O fracasso faz parte de toda a etapa da vida, mas, a forma como identifica e se comporta na busca de uma solução é que determina em um resultado bem-sucedido.

O progresso na grade curricular visa justamente o fator pensante, crítico e interpretativo na vida cotidiana do cidadão, explorar a expressão e oralidade é uma proposta bastante ousada para estimular alunos a se identificar dentro da sociedade e como tal, contribuir de forma construtiva permeando seus propósitos e respeitando o próximo. Este é de fato o maior ganho para a sociedade, formar pessoas habilitadas a interagir se colocando dignamente a frente de ideais respeitando o outro de maneira educada e ética.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste artigo de pesquisa trouxe um amplo conhecimento diante dos desafios encontrados no âmbito escolar e particularmente no modo de como ensinar. Considerando todos os movimentos realizados e os avanços nas diretrizes de aprendizagem podemos concluir que a forma e as ferramentas existentes hoje para que o engajamento dos professores aos novos critérios de aprendizagem são suficientes. Da mesma forma admitimos que há muito o que evoluir, o critério de desenvolvimento cabe a cada professor identificar em seu aluno, sua liberdade de aplicar metodologias eficazes e buscar os recursos necessários para que o ensino seja de fato de qualidade é o seu desafio diário.

Ao professor de matemática especificamente, a didática está a favor devida as grandes evoluções nas últimas décadas, o poder de transformar seus aprendizes em cidadãos aplicados ao senso de pensamento crítico e construtivo está em suas mãos. Não há limites para a criatividade de um professor em aula, a experiência e uma formação adequada são requisitos que acrescentam em cada educador, mas é a sua postura aguerrida que será capaz de realmente alcançar os melhores resultados aliados ao melhor recurso já existente: a comunicação.

A comunicação sim, traz em suma toda a referência básica de uma sociedade desenvolvida e este elemento insubstituível tem características fundamentais quando nos referimos ao processo de aprendizagem: orienta, envolve, seduz, iguala e inevitavelmente modifica. As oportunidades dentro do ensino são inúmeras, a inspiração trazida pelas reflexões baseadas nos princípios do saber ressalta o quanto podemos mais, lecionar é acima de tudo encantador e isto nos mantém motivados nesta jornada, cocriar a matemática dia após dia, desvendar as riquezas desta disciplina numa dimensão quase utópica e instigar o mesmo sentimento nos alunos é satisfatório.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. C. & Massetto, M. T. **O professor universitário em aula: prática e princípios teóricos**. São Paulo: Cortez, 1990.
- AQUINO, J. R. G. **A desordem na relação professor-aluno: indisciplina, moralidade e conhecimento**. In: J.R.G. Aquino (Org) *Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus editorial, 1996.
- BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. *Filosofia da Educação Matemática: Um enfoque Fenomenológico*. In: MARIA APARECIDA VIGGIANI BICUDO, **Pesquisa em Educação Matemática: Concepções e perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2020, p.22 –p.53.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 7 mar. 2023.
- D'AMBRÓSIO, Ubiratan. *A História da Matemática: Questões e Historiográficas e Políticas e Reflexos na Educação Matemática*. In: MARIA APARECIDA VIGGIANI BICUDO, **Pesquisa em Educação Matemática: Concepções e perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2020, p.127 –p.153.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FUNDAÇÃO FHC; Brasil. São Paulo. Kipnis, Beatriz. **Educação no Brasil: as principais políticas públicas das últimas três décadas**. Disponível em: <https://fundacaofhc.org.br/linhasdotempo/educacao>. Acesso em: 9 mar. 2023.
- MICOTTI, Maria Cecília de Oliveira. *O Ensino e as Propostas Pedagógicas*. In: MARIA APARECIDA VIGGIANI BICUDO, **Pesquisa em Educação Matemática: Concepções e perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2020, p.199 –p.218.
- MIZUKAMI, Maira. G. N. **Ensino: As abordagens do Processo**. São Paulo: EPU, 1986.
- REGO, Tereza Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- MOREIRA, A. R. P.; SOUZA, T. N. DE. **Ambiente pedagógico na educação infantil e a contribuição da psicologia**. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 20, n. Psicol. Esc. Educ., 2016 20(2), p. 229–237, maio 2016.
- MOREIRA, Ana Rosa Costa Picanço. **Ambientes da infância e a formação do educador: arranjo espacial no berçário**. 2011. 190 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- REGO, Tereza Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- RINALDI, Carla. **Diálogos com Reggio Emilia: escutar, investigar e aprender**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.



Consulte a faculdade
IBRA no E-MEC



Formação de Professores **FACULDADE IBRA**

TORNE-SE PROFESSOR!

O PROFISSIONAL QUE O MERCADO PROCURA PODE SER VOCÊ!

- ✓ Nota de Excelência no MEC;
- ✓ Suporte com tutores;
- ✓ R2 e Segunda Licenciatura;
- ✓ 100% Online.

INDIQUE E GANHE

A cada 10 alunos indicados, e com matrículas pagas, você ganha um curso grátis!!!



A Língua Portuguesa Falada Ritmada dos mais Humildes e o Informal Preconceito Instituído como Barreira Social

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Carlos Henrique Ribeiro Fernandes
Discente do curso de PROFOP - 2L - Letras Português

RESUMO:

A Língua Portuguesa do Brasil é reconhecida pela sua riqueza, que em muito se deve pelo encontro de culturas diversas, com influências de países em seus processos migratórios, pelos contextos que essas imigrações aconteceram, mas também pelas mudanças de brasileiros para outros estados por todo o país. Há influências causadas inclusive pelo convívio com países vizinhos e pelo pleno contato que se manteve entre imigrantes e seus entes de países distantes, e além disso, a influência do esporte, da dança, da música e da arquitetura, a natural liberdade na criação de gírias, a adoção de semânticas diferentes para palavras homógrafas e a formação de novas palavras a partir de importação de produtos e serviços foram e são até hoje muito influentes na constante transformação da língua falada e escrita brasileira. Mas o ponto que este artigo apresenta no centro da discussão se refere às transformações sofridas pela língua falada que são causadas pela pobreza, pela formação de guetos e edificação de minúsculas culturas muito próprias do estabelecimento marginal das comunidades em todo o país. Como todos entendem, a língua falada soa diferente da língua escrita e acata a velocidade que um diálogo requer, entretanto, o que acontece na prática é a identificação de origem que sela as pessoas como pertencentes a determinados grupos. O que isso quer dizer é que mesmo que uma pessoa caminhe para outras classes sociais através da conquista material ou financeira – inclusive com o empoderamento educacional que possa vir a ter em sua formação acadêmica – carrega consigo, optando ou não por adotar palavras próprias da comunidade de onde vem, a propriedade rítmica característica da sua origem. Este fato, que apesar de sobrevir como algo normal e comum, tem se enunciado como uma barreira ao colidir com conceitos solidificados (preconceitos) na crença de que uma determinada região é inferior. Em palavras simples, este artigo se embasa na convicção de que ritmos populares, característicos de comunidades, têm dificultado a vida das pessoas ao pretenderem diversos setores da sociedade brasileira em que maior parte dos falantes adota modos de falas com ritmos menos expressivos e informais.

Palavras chave: Comunidades. Sotaque. Ritmo. Fala. Preconceito.

ABSTRACT:

The Portuguese language of Brazil is recognized for its richness, which is largely due to the encounter of diverse cultures, with influences from countries in their migratory processes, the contexts in which these immigrations took place, but also the changes of Brazilians to other states throughout the world, country. There are influences caused even by living with neighboring countries and by the full contact that was maintained between immigrants and their loved ones from distant countries, and in addition, the influence of sport, dance, music and architecture, the natural freedom in the creation of slang, the adoption of different semantics for homographs and the formation of new words from

importing products and services were and still are very influential in the constant transformation of the Brazilian spoken and written language. But the point that this article presents at the center of the discussion refers to the transformations suffered by the spoken language that are caused by poverty, the formation of ghettos and the construction of tiny cultures very typical of the marginal establishment of communities throughout the country. As everyone understands, the spoken language sounds different from the written language and respects the speed that a dialogue requires, however, what happens in practice is the identification of origin that seals people as belonging to certain groups. What this means is that even if a person moves to other social classes through material or financial conquest – including the educational empowerment that they may have in their academic training – they carry with them, choosing or not to adopt words that belong to the community where it comes from, the characteristic rhythmic property of its origin. This fact, which despite appearing as something normal and common, has been stated as a barrier when it collides with solidified concepts (prejudices) in the belief that a certain region is inferior. In simple words, this article is based on the conviction that popular rhythms, characteristic of communities, have made life difficult for people by wanting different sectors of Brazilian society in which most speakers adopt modes of speech with less expressive and informal rhythms.

Keywords: *Communities. Accent. Rhythm. He speaks. Prejudice.*

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o linguista Marcos Bagno, o preconceito linguístico é a rejeição às variedades linguísticas de menor prestígio. Esta afirmação nos eleva à percepção de que aqueles que não fazem soar tal prestígio através da fala, ficam à margem de uma sociedade que disfarça o seu preconceito em ações positivistas reforçadoras de que os que vêm de classes mais abastadas ou que se despediram por completo de uma origem mais humilde, estão em conformidade com os parâmetros esperados. Esses parâmetros, por sua vez, não são formalizações éticas e claras que ora encontramos expostas publicamente como regra para o pleito de cargos e funções provadas na escrita através da cobrança do Português Padrão (**PP**), mas aceites avaliados atendendo a uma comunhão não dita e não documentada, o que fortalece a necessidade urgente de se tratar o assunto, uma vez que tais barreiras são diagnosticadas isolada, empírica e informalmente, sem possibilidades de estratificação e qualquer sistema de contagem que possa denunciar o problema ou ao menos ser assertivamente pautado, tornando a ruptura deste cenário ainda mais difícil de ser causada, já que a cobrança feita está relacionada à observação do Português Não Padrão (**PNP**) e ao ritmo que a fala carrega naturalmente.

A aversão ao modo popular de fala que represente pouco ou nenhum prestígio, no entanto, não pode ser definida simplesmente como resultado da aporofobia, pois é mais do que isso, uma vez que os excluídos não são sempre de origem paupérrima nessa dinâmica de convívio, mas a cada degrau social que se pretenda subir ou conviver, pode haver um código informal que eleva a dificuldade de aceite de determinados grupos. Ao observar quando uma pessoa – mesmo sem apresentar propriedades rítmicas de fala muito fortes que a conectem a comunidades mais pobres – encontra barreiras instituídas por classes ainda mais altas. Ao se elevar a camada social sob o aspecto material, é possível perscrutar e até constatar que geralmente quanto mais alta, mais essas classes se privam de qualquer soar que não entregue atributos ou traços em sentidos voltados para uma certa ostentação da despreocupação. Tal conceito da “*despreocupação*” se conecta ao entendimento de que as elites se formam por ocasião de estarem despreocupadas em algum grau sobre os diversos problemas que possam existir, e assim se distanciam nos mais variados nichos classistas, que são muitas vezes difíceis de se descrever. Ora, uma pessoa que mora em comunidade tem preocupações mínimas em que contas a pagar são apenas uma delas no emaranhado de aflições que a cercam, como o horário de um ônibus e até alimentação, enquanto classes acima apresentam preocupações mais amplas, o que pode também ficar evidente na fala, já que na forma de falar há certa pressa imposta pelos limites temporais que cada um de nós temos. Essa corrida subjetiva pode afetar desde o emprego de estruturas geralmente pouco complexas da língua, como o uso correto de pronomes e algumas concordâncias verbais, até a negação de explicações mais completas, o que seria, por sua vez, um diagnóstico inverso, onde aquele que é considerado menos prestigiado se percebe como excluído só pela ausência de atenção recebida por falantes que se instituem como mais prestigiados. Uma fala ritmada contém trejeitos que se embutem ao processo comunicativo em meio às colocações verbalizadas da pessoa, permitindo que determinado ouvinte ratifique seus sentimentos quanto à pobreza ou pertencimento desprestigiado do falante, mas obviamente nada disso nasceu por acaso ou de forma imediata, trata-se de uma construção em que uma das razões pode estar lá no passado, no tempo em que hábitos foram

eleitos como os necessários para que uma pessoa fosse respeitada e destacada de desvalidos, trabalhadores necessitados, miseráveis e escravos. O próprio Rio clássico de meados do **século XIX** apresenta documentações em fotos e textos que claramente testemunham o desenvolvimento e exercício da valoração de imagens enaltecidas do tal prestígio. Joaquim Manuel de Macedo, médico, escritor, professor e jornalista, posicionou-se sobre esse aspecto ao escrever que *“Podem severos críticos achar de mau gosto o meu repetido recurso aos velhos manuscritos, mas hei de teimar nele: escrevo as Memórias da Rua do Ouvidor, que em seu caráter de rua das modas, da elegância e do luxo merece e deve ser adornada e adereçada condignamente”*. Essa condição precisa, se não freada, estar na pauta docente para que seja discutida em favor daquele que encontra, além das enormes dificuldades características da pobreza e miséria, antagônicos protetores de exclusivismos.

Por maior que seja a variação dos tipos com as inúmeras culturas, as distintas e distantes localidades e a ausência de um pertencimento objetivo quanto à etnia, a codificação presente nas falas ritmadas não passa despercebida pelas classes estabelecidas em pontos mais altos da escala econômica ou pelos que trazem consigo a tradicionalidade das famílias estipuladas socialmente, estão eles naturalmente atentos a isso. No Brasil há muitos ritmos, variações que se constroem diariamente, mas sempre carregando propriedades suscetíveis de sofrer preconceitos. Na capital do estado de Minas Gerais, observa-se aquele que tem propriedades rítmicas do trabalhador do solo, da pecuária e artesanato, por exemplo, enquanto na cidade de São Paulo se confere, entre tantas, a fala daquele que pertence aos trabalhadores que correm contra o tempo com motocicletas e bicicletas para efetuar entregas. Na cidade do Rio de Janeiro, o claro tom da favela soa em cada venda ambulante, cada camelô que oferta seus produtos sonorizando abordagens para chamar a atenção dos clientes, e é com relação a estes cenários que este artigo em grande parte concentra as suas hipóteses e apresenta realidades cotidianas que ao longo do tempo têm se somado para classificar as pessoas à serviço de um preconceito que só pode ofertar barreiras.

Objetivamente, o presente texto pretende apresentar evidências claras de que o preconceito sobre ritmos de fala de pessoas de comunidade está presente naturalmente e atuando como barreira para a ascensão do mais humilde, e levantar dados que possam justificar linhas de trabalho independentes para cada uma das questões identificadas. Ademais, terá cumprido a sua missão se puder, respeitado o caráter singelo de pontos inseridos aqui, suscitar discussões sobre a consciência do preconceito e barreiras sofridas por pessoas julgadas desprestigiadas; nutrir pautas docentes que promovam ao alunado o autoconhecimento nas suas propriedades de fala; e semear futuros trabalhos que tornem o problema sensivelmente mais mensuráveis, dando esperanças a novas viabilidades para ações afirmativas em prol de grupos mais vulneráveis, por exemplo, ou frentes em atividades lúdicas que possam ser aplicadas ao currículo escolar ou à própria comunidade a qual uma escola está inserida fisicamente.

Este artigo se desenvolve a partir de fortes correntes literárias escritas por Marcos Bagno, somada a textos de outros autores do **século XIX** sobre a sociedade brasileira, além de aplicação de pesquisa em metodologia *quali-quantitativa*, de modo a estimular respostas voltadas para experiências pessoais de indivíduos de diversos seguimentos profissionais sobre a língua portuguesa na fala, e a consequente imagem que eles têm nos primeiros contatos com pessoas de diferentes culturas, vivência e classe econômica.

2. A COMUNICAÇÃO E O FALANTE

Uma língua não se resume em comunicar o assunto, mas nela há propriedades que podem determinar coisas como o grau de estudo, a personalidade, a região de origem, alguma deficiência, um possível nervosismo, entre outros traços do falante. A língua comunica, portanto, o assunto e o falante, e há uma lógica nisso, pois apesar de todos terem pensamentos que em grande parte compartilham e se alinham a determinada cultura, carregam individualmente a personalidade que adquiriram e os diferenciam dos demais. E mesmo que se esteja falando de grupos ainda menores, que se relacionam intimamente no lar ou no convívio diário, inclusive com crenças e ideias iguais, sempre haverá pontos que destaquem as pessoas umas das outras. Para aqueles que estão dentro de determinada comunidade, por mais típica e inconfundível que ela possa se apresentar, persistem diversas diferenças entre as pessoas. A fala sempre soa um pouco diferenciada ou discrepante, até na escrita as pessoas procuram adotar vocábulos que particularmente gostam mais, mas a questão reside no fato de que aqueles que não pertencem a determinada comunidade, certamente notarão ritmos descoincidentes nas falas dos que não estão em seu grupo, o que faz com que ouvintes quase sempre classifiquem os falantes pertencentes genericamente a uma comunidade. No início do **século XX**, Ferdinand de Saussure, linguista e filósofo, defendia que a linguagem vem a ser uma moeda, apresentando as duas faces interdependentes: o lado social (**língua**) e o lado individual (**fala**). É uma faculdade comum a todos os homens. É “*heteróclita e multifacetada*”, tendo em vista abarcar vários domínios, envolve aspectos físicos, fisiológicos e psíquicos. (SAUSSURE, 2012).

2.1. As interações e seus aprendizados

Por mais que o discurso seja quase sempre sobre se importar apenas com a capacidade do falante de comunicar o que é necessário, o julgamento nas interações é bem mais amplo, pois uma pessoa que traz consigo as características da comunidade a que faz parte, possui muitos sinais marcantes, como a objetividade da interação e a pressa ínsita que se pode perceber. Isso faz com que ouvintes, por conseguinte, busquem também maior objetividade e ignorem a necessidade de uso de maior tempo, como perguntar coisas simples sobre como a pessoa tem passado ou mesmo sobre outros assuntos transversais que um cumprimento mais suave possa exigir. Este impulso é uma construção alinhada com o tempo, onde quem tem menos, acaba por impor que as interações sejam mais objetivas. A sociedade moderna tem se construindo com base nesses diálogos necessariamente mais assertivos sempre que o evento requer, e não há exatamente um mal nisso, pois ambas as partes – falante e ouvinte – parecem se ajudar em um equilíbrio que importa a todos. Mas na visão de Vívian R. Stella, linguista e professora da **VRS Academy**, há uma preocupação que ela mesma reflete em seu artigo intitulado como “*Entenda por que a pressa é a principal inimiga da comunicação*”:

“*A ineficácia na comunicação pode ocorrer por inúmeros fatores: inconsistência das informações, pouco comprometimento com o ato de comunicar ou com o interlocutor, problemas de relacionamento, comportamentos não assertivos ou pressa. De todas essas causas, a última é a que mais tem afetado profissionais dos mais diferentes ramos de atuação e se reflete em todos os tipos de comunicação [...]. (2021).*”

2.2. Quando quem comunica importa mais

Se nas interações objetivas há uma espécie de acordo entre falante e ouvinte sobre o sentido de urgência requerido pela interação, e ambos inclusive colaboram para cumprir no tempo admissível, em outras relações isso pode ser deturpado e se tornar antidialógico, pois no momento em que um falante considerado menos prestigiado se propõe a fazer uso de um tempo maior, a conversa pode não se equilibrar. E como o falante de comunidades mais empobrecidas acaba por direcionar o momento de conversa com maior objetividade enquanto está executando papéis como o de entregador de alimentos ou de faxineiro, a título de exemplo, pode parecer justo que o inverso tenha a mesma logicidade. É possível que se faça soar uma espécie de via de mão dupla em que o sentido de urgência pertença aos dois lados em um diálogo, e em alguns casos pode até ser justo, mas o fato é que uma pessoa posicionada em classes financeiramente mais altas, ao impor uma troca rápida e objetiva, encerrando o diálogo no seu interesse, pode prejudicar as oportunidades de argumentação de um indivíduo a quem tenha reconhecido como menos prestigiado. Sempre que o mais privilegiado determina o tempo da interação de acordo com a análise que tem sobre a fala da pessoa julgada como menos prestigiada, há materialização do preconceito que evolui como prática natural daquele que está a serviço do elitismo.

2.3. O terreno do preconceito com falantes da Língua Portuguesa

Esses preconceitos se fortalecem do hiato que há entre a língua falada e a norma-padrão, mas não estão só relacionados à simples forma de se falar, como a conjugação de verbos etc, pois existem em especial sobre a sonoridade presente na fala dos mais humildes, mesmo que conjuguem corretamente ou que façam uso de vocábulos do universo cotidiano dos mais abastados. Isso quer dizer que os que mantêm o preconceito naturalizado, baseiam-se em parâmetros da língua que não dão e nem poderiam dar providências sobre o certo ou o errado no ritmo de fala. Marcos Bagno posiciona-se sobre a questão em seu livro *Preconceito Linguístico*:

“ [...] quero deixar claro que a norma-padrão não faz parte da língua, isto é, não é um modo de falar autêntico, não é uma variedade do português brasileiro contemporâneo. Ela só aparece, e ainda assim nunca integralmente obedecida, em textos escritos com alto monitoramento estilístico, nos quais, porém, já é bastante significativa a presença das inovações lingüísticas próprias da verdadeira língua dos brasileiros. (2015)

Apesar de quase toda a culpa do preconceito estar no colo de quem a executa de um status garantido pela classe a que pertence pelas condições materiais, há ao redor de toda a Língua Portuguesa, certo direcionamento que favorece e até valida este cenário. A própria Academia impõe que as ideias cheguem em um formato que acate a norma-padrão, fadando bons projetos a se acumularem em uma pilha de proposições reprimidas por não empregarem bem as regras linguísticas. E as pessoas que definem o destino da língua, simplesmente arbitram sobre um conjunto de regras que se tornam cada vez mais difíceis de serem cumpridas em função da modernização da vida contemporânea. Tais mudanças

acontecem no mundo todo, não é exclusivo do Português do Brasil, mas toda vez que aqueles que podem representar o povo, simplesmente lamentam saudosismo de uma Língua Portuguesa incabível nos dias de hoje, acabam por imprimir que o preconceito pode ser algo bem-vindo.

“[...] pode-se registrar o fato, facilmente comprovável, de que nunca se escreveu e falou tão mal o idioma de Ruy Barbosa. [...] A classe dita culta mostra-se displicente em relação à língua nacional, e a indigência vocabular tomou conta da juventude e dos não tão jovens assim, quase como se aqueles se orgulhassem de sua própria ignorância e estes quisessem voltar atrás no tempo. (Arnaldo Niskier, quando presidente da Academia Brasileira de Letras, 1998).

2.4. Resultado de pesquisa quali-quantitativa

Pesquisa veiculada por 7 dias, recebeu respostas de 58 pessoas através de formulário digital. Foram usadas as redes sociais Twitter, Facebook, LinkedIn e WhatsApp para a divulgação do endereço eletrônico. O questionário, anonimizado, concentrou-se em compor informações importantes, que vão desde conhecimento sobre renda, idade e sexo dos respondentes, aos mais diversos posicionamentos diante de possíveis interações com outras pessoas. Há representantes de variadas áreas, profissões, idades, classes sociais e localidades que puderam contribuir objetivamente sobre como reagem ou agem sobre falantes mais humildes da Língua Portuguesa no Brasil.

Dos que responderam ao questionário, mais de 40% têm idades entre 40 e 49 anos, seguidos pessoas onde aproximadamente 15% possuem idades entre 30 e 39 anos, e outros quase 15% na faixa que vai de 50 a 59 anos. O público masculino de respondentes foi maior (**60%**) e o nível de estudo daqueles que se prontificaram a participar da pesquisa está dividido entre os que estudaram até pós-graduação lato sensu (**40%**), os que se graduaram (**27%**), os que fizeram pós-graduação stricto sensu mestrado (**13%**), aqueles que completaram o ensino médio (**13%**) e os que terminaram doutorado (**7%**). Quanto ao perfil econômico, quase 30% ganham até R\$200 mil por ano, seguido de 20% que ganham até R\$60 mil por ano e 13% que têm renda de até R\$300 mil anuais. Um número inferior a 7% ganha mais de 300 mil reais por ano.

Sobre a percepção de sonorização ou ritmo na fala de pessoas com quem se relacionam, quase 50% dos que foram sondados pelo formulário, reconhecem ritmo e sonorização na fala de pedintes, moradores de rua, trabalhadores do campo e outras pessoas que estão fora dos seus grupos de convívio, e outros quase 27% dizem reconhecer classe trabalhadora mais humilde (**entregadores, porteiros, atendentes etc**) através do tipo de ritmo e som de fala. Uma menor parte (**13%**) afirma que as falas de jovens de periferia são reconhecidas por eles. Tais respostas ratificam que a percepção da classe ocorre em grande parte das pessoas, e de maneira natural.

Ao serem questionados sobre a nitidez com que percebem o ritmo e o som durante as interações, 46,7% julgam-se assertivamente preparados para perceber não só que se trata de pessoa de favela, comunidade ou campo, mas que compreendem no próprio ritmo

e som da fala, que se refere a gente sofrida, quando mais de $\frac{1}{4}$ identificam homossexuais e algumas deficiências através da fala. De todos que se propuseram a responder, 20% alegam que não conseguem perceber relações da fala com grupos de pessoas ou classe.

Indagados sobre “*Se você pudesse escolher*”, um número expressivo de pessoas (**67%**) optaria por falar com qualquer pessoa que se aproximasse, e em consonância duvidosa, menos da metade das pessoas que pensam assim (**cerca de 30%**), escolheriam viver em lugares com pessoas mais humildes e fariam amizades de diversos tipos. Apesar de nenhuma pessoa responder que só gostaria de conviver com indivíduos de intelecto e classe semelhantes a ela, 20% colocariam pessoas para estudar as pessoas que se expressam com baixa qualidade de Português na fala. Outros 20% dizem que desejariam que as relações com pessoas fora de seu convívio fossem mais objetivas e, com certa coerência, 20% se julgam conservadores demais para dar passos em direção de pessoas diferentes. Este item apresenta riqueza para o debate, pois pessoas que se julgam em classes diferentes, em parte esperam que isso seja feito pelo outro, o que conserva a existência de grupos informalmente fechados ou distantes.

Sobre se sentir preparado para a causa, pouco mais de 25% das pessoas reconhece que a língua falada separa as pessoas e que esta condição, portanto, precisa ser combatida, embora mais de 30% se mostraram dispostos a ajudar ouvintes para que sejam compreendidos. Um número relevante aponta que mais de 50% estão preparados para ser amigo ou para se comunicar com mais humildes, se for necessário, e outros 46% dizem estar preparados para que uma pessoa mais humilde faça parte da sua vida cotidiana, mas apenas 33% convidariam a diarista ou o porteiro para uma festa em casa, que não fosse para executar um trabalho. Cerca de 45% reconhecem a pressa na fala dos menos favorecidos e se dispõem a colaborar nas interações, e quando o assunto é sobre imigrantes de países mais vulneráveis se adaptando à Língua Portuguesa do Brasil, mais de 70% optariam por não terem imigrantes como seus colegas, mas 40% entendem que poderiam ter como amigos.

Perguntados sobre poder de decisão, quase 27% decidiriam sobre o ritmo e som de fala padronizados no país, quando mais de 30% reconheceria qualquer fala como certa. Surpreendentemente, 20% criariam um sistema de hierarquia social que dependesse do intelecto de cada um para se organizar, mas lidam contra outros 60% que escolheram abrir mão de qualquer poder sobre as pessoas. E sobre receios, a grande maioria (**80%**) tem medo do tom intimista, ameaçador ou desrespeitoso que possam lidar, e outros 20% acreditam que uma fala mais próxima da forma escrita é sinal de respeito com o ouvinte.

Sobre se sentirem preconceituosas, quase 50% dizem não perceber na hora que interagem, mas que depois se cobram porque poderiam ter sido melhores. De todos os que participaram da pesquisa, mais de 30% têm receios em conhecer moradores de rua. Cerca de 20% alegam nunca terem tido qualquer tipo de preconceito e um percentual mais tímido (**14%**), equivalente a 8 pessoas, acredita que as minorias devem se curvar às majorias, e que no processo comunicativo, os que conhecem mais a língua devem ser os líderes.

Os números que entregam assertivamente o percentual de quem marcou determinada resposta, pode ser observado inversamente na pesquisa. Isso quer dizer que se 8 pessoas acreditam em determinadas questões, outras 50 podem não concordar com esses posicionamentos. E esse tipo de interpretação se faz necessário para se colher frutos mais

ou menos animadores, como o exemplo em que apenas 19 pessoas não convidariam a diarista ou o porteiro para uma festa em casa, que não fosse para executar um trabalho, mas o fato é que outras 39 (**67%**) têm grandes chances de convidar. Da mesma maneira, é importante que se esteja atento àqueles que não marcaram a resposta, pois embora possa dar a entender de imediato e necessariamente que não concordam com a assertiva ofertada no formulário, também cabe um trabalho analítico pelo risco de conter duvidosos. O cruzamento de uma lógica de respostas individuais se fez necessário para compor uma análise mais justa desses insumos.

3. CONCLUSÃO

A pesquisa revela um cenário que soa preocupante, o que de fato inegavelmente o é, mas ao mesmo tempo deixa esperanças sobre a possibilidade de se dar passos importantes para a compreensão de falantes da Língua Portuguesa julgados como pouco prestigiados, de maneira que ele mesmo, ao receber a informal ofensiva daqueles que agem preconceituosamente, não se condene por não ter os mesmos espaços de fala e consequentes oportunidades para expor as suas ideias nos fóruns diferentes do seu cotidiano. De posse de insumos valiosos manifestados em pesquisas desta natureza, que procuram entender mais a motivação preconceituosa do que o significado do preconceito, seguramente a assertividade das abordagens passa a ser clareada em ambiente de cabíveis discussões frutíferas, como na política para atingir aos diversos degraus sociais, nas comunidades, na escola com professores, família e alunos, e até como missão dos pais no lar.

Erradicar a discriminação e a intolerância é uma guerra perdida, todos sabem, pois há motivações e circunstâncias diversas para que uma pessoa seja preconceituosa com os diferentes. Mas a vida não consiste só em vitórias completas, onde se conquista um ideal de convívio perfeito para todos, longe disso, e é portanto nessa direção que as soluções emergem e afloram dentro da sociedade, com passos mirando decifrar e salvar aspectos que abrem mão de culminâncias utópicas, para dar espaço a um campo de resoluções sistêmicas que amenizem sofrimentos. E sobre a temática que envolve a língua falada e o preconceito com o falante, há incontáveis materiais literários de várias épocas, contextos, além de consideráveis publicações bem atuais sobre o assunto. Nas mais variadas fontes de informação, pode-se conhecer prováveis paliativos ou mesmo providências que soem como temporárias ou definitivas, além do mais, há uma série de trocas de experiências vindas dos próprios autores ao defenderem seus pontos, e este é o âmago da esperança sobre possibilidades para a sociedade brasileira do futuro, uma vez que ao se debater o assunto ao ponto de torná-lo popular de tal forma que esteja ao alcance de todos, muitas conquistas poderão ser cravadas.

Não há muito a ser feito sem pensar nos elos e suas conexões, ninguém deve ficar de fora, e a discussão que este trabalho aspirou elevar, vislumbra contar com a força da academia, do setor público e privado, e das pessoas em suas diversas classes e texturas, para que se torne um valor cultural admitido por todo um povo. Denunciar cenários, conceitualizar e publicar trabalhos por si só não promovem o tema à relevância que se permita movimentar as personas aqui apontadas, mas o comprometimento materializado das partes como produto de uma sensibilização do coletivo é o que dá chances à viabilização

de iniciativas. Outro ponto não menos importante, e que inquestionavelmente pode fazer com que a consciência sobre as propriedades rítmicas da fala dos mais humildes seja respeitada como mais uma entre outras maneiras de se expressar, assim como hoje se admite movimentos culturais que antes eram apenas dos mais pobres, a exemplo do samba e aspectos da culinária popular, não devem haver perseguições que soem uma tal vingança ou revanchismo popular, o Brasil atualmente já atravessa questões conflitantes e agudamente sensíveis a ânsias por justiça, mas um trabalho que seja feito em harmonia com os limites cognitivos de uma sociedade que parece estar em prontidão para o conflito.

REFERÊNCIAS

BERALDO, Jairo. **Preconceito linguístico; Brasil Escola**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/portugues/preconceito-linguistico.htm>>. Acesso em 05 de janeiro de 2023.

BIDERMAN, M. T. C. **O léxico, testemunha de uma cultura**. Actas do XIX Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românicas. Universidade de Santiago de Compostela, 1989.

STRZODA, Michelle. **O Rio de Joaquim Manuel de Macedo**. 1. ed. Rio de Janeiro - RJ: Casa da Palavra, 2010. 720 p.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**. 56. ed. São Paulo - SP: Parábola, 2015. 352 p.

Elite e letrados do Rio de Janeiro: entre o frappé e a empadinha das confeitarias. MultiRio. Disponível em: <<https://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/historia-do-brasil/rio-de-janeiro/2897-a-cidade-do-rio-de-janeiro-entre-o-i-frappe-i-e-a-empadinha>>. Acesso em 07 de janeiro de 2023.

BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália: Novela Sociolinguística**. 17. ed. São Paulo - SP: Contexto, 1997. 224 p.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 28. ed. São Paulo - SP: Cultrix, 2012. 312 p.

Entenda por que a imprensa é a principal inimiga da comunicação. Você RH. Disponível em: <<https://vocerh.abril.com.br/coluna/vivan-rio-stella/entenda-por-que-a-imprensa-e-a-principal-inimiga-da-comunicacao/>>. Acesso em: 09/01/2023.

SCHWARZ, Roberto. **As ideias fora do lugar**. 1. ed. Rio de Janeiro - SP. Penguin-Companhia, 2014. 152 p.

PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges-Élia. **As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática**. 5. ed. São Carlos - SP: Claraluz, 2006. 242 p.

MEILLET, Antoine. **Como as Palavras Mudam de Sentido**. 1. ed. São Paulo - SP. EDUSP, 2021. 184 p.



A **Easy** é nosso catálogo para cursos livres. Uma modalidade que comporta tanto alunos como consumidores avulsos sendo, por exemplo, uma oportunidade de geração de renda.

Assim, o cliente que adquire a Easy passa a ser um revendedor dos mais de 500 cursos já disponíveis em nossa plataforma, que traz tanto temas de áreas específicas, como de áreas correlatas e interdisciplinares.

Está é só uma das partes que compõe o que chamamos de **Ecossistema Simple**, representado pelo conjunto dos nossos negócios que funcionam por meio de tecnologias e que, integrados entre si, promovem um ambiente que conecta quem produz a quem consome, permitindo uma relação equilibrada de troca, muito além da simples compra e venda.

Ocitocina, Episiotomia e Episiorrafia Sob a Perspectiva da Obstetrícia Humanizada: Uma Revisão Bibliográfica

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Cícero Ribamar Pereira Carvalho Júnior
Discente do curso em Pós Graduação em Obstetrícia

RESUMO:

A crescente medicalização do processo de parir e as suas profundas modificações interventivas, trazem um alto índice de hospitalizações e ações invasivas durante a gestação, parto e pós parto, incluindo o uso do hormônio ocitocina e da realização de episiotomia e episiorrafia no parto, podendo acarretar em danos à saúde materna e fetal quando utilizada de maneira discriminada. De modo que, torna-se necessário e relevante realizar o debate acerca do uso discriminado dessas intervenções médicas sob a perspectiva da obstetrícia humanizada, e os preceitos da rede cegonha, além de contribuir com a agregação de conhecimento acerca da temática, e a importância da realização de uma conduta profissional baseada em evidências. Dessa forma, a pesquisa tem como questões norteadoras, quais os riscos do uso desenfreado de ocitocina sintética para o binômio mãe-bebê? Qual a relação da realização da episiotomia e episiorrafia de forma rotineiro e sem evidências concretas com a violência obstétrica e os seus efeitos materno-infantis? Quais os preceitos da Rede Cegonha acerca do uso rotineiro dessas intervenções? Qual o papel da equipe de enfermagem frente ao excesso de medicalização no atendimento da mulher gestante? Portanto, o presente estudo tem como objetivo analisar o uso da ocitocina e os seus respectivos riscos durante o parto e os seus efeitos maternos e fetais, correlacionar a realização da episiotomia, episiorrafia e a ocitocina sintética de forma imprudente, rotineiro e sem evidências concretas com a violência obstétrica tendo em vista os preceitos da Rede Cegonha e analisar o papel da equipe de enfermagem frente ao uso rotineiro da ocitocina e da episiotomia. Tratou-se de uma revisão bibliográfica integrativa, por meio da investigação e análise de estudos que abordavam a mesma temática. Dentre os dados obtidos, o uso da ocitocina sintética pode provocar danos como, asfixia fetal, ruptura uterina, hemorragia materno, ruptura perineal, hipotensão arterial, desequilíbrio de eletrólitos, além de excluir a autonomia da gestante durante o processo de trabalho de parto. Quanto ao uso da episiotomia e episiorrafia pode acarretar em inúmeras complicações que vão desde ao sangramento devido ao corte, disfunções sexuais, incontinência urinária, prolapsos, fístulas retovaginal, hematoma e também infecções. No entanto, apesar dos preceitos da Rede Cegonha e o seu objetivo em diminuir e solucionar a problemática do excesso de medicalização e violências obstétricas presentes ainda hoje nos hospitais, ainda existem problemas relacionados ao despreparo desses profissionais quanto ao atendimento completo e humanizado a essas gestantes.

Palavras chave: Gestante. Ocitocina. Episiotomia. Obstetrícia. Enfermagem.

ABSTRACT:

The growing medicalization of the process of giving birth and its profound interventional changes, bring a high rate of hospitalizations and invasive actions during pregnancy, childbirth and postpartum, including the use of the hormone oxytocin and the performance of episiotomy and episiorrhaphy during childbirth, which may lead to in damage to maternal and fetal health when used in a discriminated manner. Therefore, it is necessary and relevant to hold a debate about the discriminated use of these medical interventions from the perspective of humanized obstetrics, and the precepts of the stork network, in addition to contributing to the aggregation of knowledge about the subject, and the importance of carrying out evidence-based professional conduct. Thus, the research has as its guiding questions, what are the risks of the unrestrained use of synthetic oxytocin for the mother-baby binomial? What is the relationship between performing episiotomy and episiorrhaphy on a routine basis and without concrete evidence with obstetric violence and its maternal-infant effects? What are the precepts of Rede Cegonha regarding the routine use of these interventions? What is the role of the nursing team in relation to excessive medicalization in the care of pregnant women? Therefore, the present study aims to analyze the use of oxytocin and its respective risks during childbirth and its maternal and fetal effects, to correlate the performance of episiotomy, episiorrhaphy and synthetic oxytocin in a reckless, routine way and without concrete evidence with obstetric violence in view of the precepts of the Rede Cegonha and analyze the role of the nursing team in the face of the routine use of oxytocin and episiotomy. It was an integrative bibliographic review, through the investigation and analysis of studies that addressed the same theme. Among the data obtained, the use of synthetic oxytocin can cause harm, such as fetal asphyxia, uterine rupture, maternal hemorrhage, perineal rupture, arterial hypotension, electrolyte imbalance, in addition to excluding the autonomy of the pregnant woman during the labor process. As for the use of episiotomy and episiorrhaphy, it can lead to numerous complications ranging from bleeding due to the cut, sexual dysfunctions, urinary incontinence, prolapses, rectovaginal fistulas, hematoma and also infections. However, despite the precepts of Rede Cegonha and its objective of reducing and solving the problem of excessive medicalization and obstetric violence still present in hospitals today, there are still problems related to the unpreparedness of these professionals regarding the complete and humanized care of these pregnant women.

Keywords: *Pregnant woman. Oxytocin. Episiotomy. Obstetrics. Nursing.*

1. INTRODUÇÃO

A crescente medicalização do processo de parir e as suas profundas modificações interventivas, trazem um alto índice de hospitalizações e ações invasivas durante a gestação, parto e pós parto, incluindo na rotina hospitalar o uso do hormônio ocitocina como método para induzir e/ou acelerar a parturição, e também para a redução da perda sanguínea durante o pós parto, a realização de episiotomia e episiorrafia no parto, podendo acarretar em danos à saúde materna e fetal quando utilizada de maneira discriminada.

De modo que em decorrência do alto índice de intervenções médicas e hospitalares durante todo o processo gestacional e os efeitos negativos que podem ocorrer no corpo da grávida e do feto, torna-se necessário e relevante realizar o debate acerca do uso discriminado dessas intervenções médicas sob a perspectiva da obstetrícia humanizada, e os preceitos da rede cegonha, além de contribuir com a agregação de conhecimento acerca da temática, e a importância da realização de uma conduta profissional baseada em evidências.

Dessa forma, a pesquisa tem como questões norteadoras, *quais os riscos do uso desenfreado de ocitocina sintética para o binômio mãe-bebê? Qual a relação da realização da episiotomia e episiorrafia de forma rotineiro e sem evidências concretas com a violência obstétrica e os seus efeitos materno-infantis? Quais os preceitos da Rede Cegonha acerca do uso rotineiro dessas intervenções? Qual o papel da equipe de enfermagem rente ao excesso de medicalização no atendimento da mulher gestante?*

Portanto, o presente estudo tem como objetivo analisar o uso da ocitocina e os seus respectivos riscos durante o parto e os seus efeitos maternos e fetais, correlacionar a realização da episiotomia, episiorrafia e a ocitocina sintética de forma imprudente, rotineiro e sem evidências concretas com a violência obstétrica tendo em vista os preceitos da Rede Cegonha e analisar o papel da equipe de enfermagem frente ao uso rotineiro da ocitocina e da episiotomia.

Tratou-se de uma revisão bibliográfica integrativa, por meio da investigação e análise de estudos que abordavam a mesma temática. As buscas foram realizadas nas bases de dados do Google Acadêmico e Scielo, a partir dos descritores “*ocitocina, parto-humanizado, violência obstétrica, episiotomia-episiorrafia*”. Como critérios de inclusão foram pesquisas originais entre os anos de 2010 a 2022 e de exclusão, estudos de caso, estudos fora da temática abordada e fora do período temporal selecionado.

2. VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

O termo violência obstétrica é considerado por muitos como um campo de estudo recente, no entanto o sofrimento das mulheres durante o processo de parturição foi registrado em diferentes momentos da história e em diferentes contextos. No Brasil a temática foi abordada inicialmente em trabalhos feministas durante a década de 1980, entretanto apesar de incluído na agenda feminista e política o assunto foi negligenciado, diante da resistência dos profissionais (DINIZ, *et al.*, 2015).

Apesar de ser considerado por muitos profissionais um assunto recente, existem relatos históricos acerca do sofrimento dessas mulheres durante o parto, no Brasil o tema passa a ser amplamente debatido pelo movimento feminista e em seguida pela agenda política na década de 1980, a temática sofre movimentos de resistência por parte dos profissionais da saúde, levando assim há negligência nesses atendimentos.

O seu conceito irá permear em torno de ações de desrespeito, assédio moral e físico, abuso e negligência a gestante e ao bebê durante o pré-natal, parto e pós parto, e apenas nos últimos anos passou a ser estudado e entendido como um problema de saúde pública que necessita da atenção dos profissionais que prestam assistência à saúde, administradores hospitalares e até mesmo do sistema judicial **(RODRIGUES, et al., 2017)**.

Dessa forma, entende-se que o termo violência obstétrica é designado para identificar qualquer ato de violência direcionado tanto para a grávida, parturiente ou até mesmo puérpera quanto ao seu bebê, independente se representado moralmente, fisicamente ou psicologicamente, passando a ser motivo de debate em todas as esferas da atenção à saúde.

Podendo se apresentar em diferentes formas, desde demoras para realizar o atendimento, negligência durante o cuidado, recusa de internações ou na administração de medicamentos e realização de procedimentos, todas as formas de maus tratos, realização de procedimentos na mulher e/ou no bebê sem o consentimento desrespeitando assim a sua liberdade de escolha, podendo abranger também ao excesso de procedimentos sem recomendação científica levando a riscos à saúde do binômio mãe-bebê **(OMS, 2014)**.

A violência obstétrica pode se representar de diversas maneiras, sendo elas todas as formas de negligência durante a assistência, maus tratos físicos, morais e mentais, realização excessiva de procedimentos e intervenções clínicas na mãe e no bebê que podem acarretar em riscos que são evitáveis podendo gerar insatisfação na mulher e a depressão pós-parto.

Um estudo realizado entre os anos de 2015 a 2017 observou que os relatos de violência obstétrica estão associado a práticas assistenciais obsoletas, como o uso da ocitocina sintética como indutor, a episiotomia ou a episiorrafia sem conhecimento da gestante, e se concentram na população de menor renda, afetando as mulheres de diferentes formas refletindo assim na iniquidades presente na assistência ao parto e nascimento que pode acarretar em danos à saúde tanto da mãe, quanto do bebê **(DINIZ, et al., 2015)**

Esses casos encontrados de violência obstétrica refletem portanto na realização de uma assistência não pautada em métodos e no conhecimento científicos, sendo mais frequente na rotina das mulheres de baixa renda, mostrando que a iniquidade interfere **(in)** diretamente dentro do sistema de saúde, entre essas ações e intervenções hospitalares cita-se o uso desenfreado da ocitocina, a prática da episiotomia e/ou da episiorrafia sem a autorização da grávida e em certos casos sem necessidade e embasamento.

Em uma pesquisa foram utilizados os dados coletados em entrevistas após o parto, entre junho de 2015 a janeiro de 2017, com 555 gestantes onde desses 30,4% dos afirmaram que foram realizada a episiotomia, no entanto a realização desse procedimento não foi informada para 35,6% dessas parturientes **(LANSKY, et al., 2019)**.

Os pesquisadores encontraram dados relativos ao uso da episiotomia onde 30,4% das entrevistadas afirmaram que foram submetidas ao procedimento, e também que dessas

mulheres 35,6% não foram comunicadas no momento do parto acerca da prática da episiotomia, retirando portanto a sua autonomia e livre escolha, indo contra a boa prática na assistência.

Um estudo realizado nos hospitais que constam na Rede Cegonha no estado do Ceará sendo estes composta por 11 hospitais-maternidades, e observou que 67,9% afirmaram sentir medo durante o processo de parir, 34,5% fizeram uso de ocitocina enquanto 20,5% fizeram uso de episiotomia durante o parto **(RODRIGUES, et al., 2017)**.

Os autores, encontraram no estado do Ceará que fazem parte da Rede Cegonha composta por 11 maternidades que 20,5% das pacientes foram submetidas a episiotomia e episiorrafia enquanto 34,5% usaram o hormônio sintético ocitocina, ressaltando portanto a não realização das orientações das boas práticas para o parto, uma vez que ações como essas podem acarretar em efeitos para o binômio mãe-bebe.

3. EFEITOS DA EPISIOTOMIA, EPISIORRAFIA E OCITOCINA MATERNO-FETAL

Realizada no perímetro vaginal, a episiotomia consiste em uma incisão cirúrgica utilizada para auxiliar na expulsão do concepto, essa técnica passou a ser utilizada e recomendada em 1918 como forma profilática para lacerações perineais, onde a sua classificação irá se dá a partir da sua localização, sendo, mediana, médio-lateral e lateral **(GUIMARÃES et al., 2018)**.

Para o autor, o procedimento denominado episiotomia passa a ser recomendado em 1918, e irá consistir em um corte cirúrgico realizado no momento da expulsão fetal durante o trabalho de parto, como medida preventiva de possíveis lacerações, onde o profissional especialista irá classificar de acordo com o local onde foi realizada.

Dentre as justificativas e seus benefícios estão o menor trauma perineal posterior, a redução nas complicações, prevenção de prolapsos, retocele, incontinência urinária, dispareunia, e sobretudo prevenção de roturas perineais de terceiro e quarto grau, seu uso portanto deve ocorrer dentro da avaliação do profissional especialista e com embasamento em evidências científicas **(GUIMARÃES et al., 2018)**.

Entende-se portanto que, o procedimento episiotomia se classifica como uma incisão cirúrgica que é usada para auxiliar na expulsão fetal e reduzir lacerações de forma profilática, o seu uso deve ser de acordo com a prática evidenciada de forma científica e realizado por profissionais especialistas.

Contudo, a realização desse procedimento pode apresentar seguido de complicações que se dão desde a problemas institucionais, a classificação se de baixo ou alto risco, avaliação profissional, e essas complicações vão desde ao sangramento devido ao corte, disfunções sexuais, incontinência urinária, prolapsos, fístulas retovaginal, hematoma, deiscência e as infecções de sítio cirúrgico geral, essas infecções poderão desencadear febre e secreção purulenta, ocorrendo entre 6 a 8 dias pós-parto **(VIANA et al., 2011)**.

O uso da episiotomia no processo de parturição, dependente da avaliação profissional e da classificação de risco pode ser acompanhado de diversos efeitos negativos para

a mãe, dentre eles estão, sangramento devido ao corte, risco de infecção que pode ser acompanhado de febre, prolapsos vaginais, incontínências urinarias, fistulas, dentre outras complicações.

Além disso, outra intervenção comumente realizada durante o parto é o uso do hormônio ocitocina sintética frequentemente associada ao processo de indução do processo de parturição onde, muitas vezes, a escolha desse método não inclui a participação da gestante e a sua autonomia não é respeitada, enfatizando assim o excesso de medicalização, intervenções, tecnologia e outros meios para acelerar o trabalho de parto (**BRIGAGÃO; GONÇALVES, 2010**).

De acordo com o autor, o uso da ocitocina sintética na rotina obstétrica exclui a participação e autonomia da gestante no processo de parir, o que enfatiza o excesso de medicalização e intervenções que ocorrem durante o parto, além disso é válido ressaltar também que o uso dessa forma de intervenção exclui a parturiente e, portanto, a sua autonomia durante o parto.

A secreção da ocitocina endógena no corpo é produzida no hipotálamo, liberado através de estímulos sensoriais que se originam no colo do útero e armazenada na neuro-hipófise, esse hormônio é importante para o parto, uma vez que auxilia a mulher no alcance da dilatação adequada, e provocar contrações uterinas de forma natural e fisiológica levando consequentemente a expulsão do concepto (**BRUNTON; CHABNER; KNOLLMANN, 2015**).

A ocitocina é um hormônio produzido pelo corpo da gestante na região do hipotálamo, a sua liberação irá ocorrer através de estímulos sensoriais que surgem no colo do útero provocando contrações uterinas naturais, levando ao alcance da dilatação correta, completa e fisiológica para a expulsão do feto.

No entanto, dentro da prática obstétrica o profissional ou até mesmo a gestante vão optar pelo uso do medicamento para que ocorra a indução, facilitando então o processo do parto, dessa forma, a aplicação de **ocitócitos** na obstetrícia é indicada pela Organização Mundial da Saúde (**OMS**) para aumentar o trabalho de parto, e a sua utilização desse ocorrer acompanhado de monitorização constantes por profissionais qualificados e em uma instituição onde a cesariana seja acessível, em decorrência a algumas intercorrências que possam surgir no decorrer da assistência (**BOR, et al., 2015**).

Na prática hospitalar no entanto, o uso da medicação para induzir o parto e facilitar a dilatação e as contrações uterinas é recorrente, sendo inclusive indicado pela **OMS** quando acompanhado de monitorização constante que deve ser realizada por profissionais especializados.

O seu uso de forma discriminada está associado a problemas para o binômio mãe-bebê provocando hiperestimulação uterina acarretando asfixia fetal, ruptura uterina, hemorragia materno, ruptura perineal, hipotensão arterial, desequilíbrio de eletrólitos, etc. Já no feto, o seu uso rotineiro pode acarretar sofrimento fetal, causado pela diminuição da perfusão sanguínea (**FREY et al., 2015**).

No entanto, quando usado de maneira incorreta, podem surgir problemas tanto para a mãe quanto para o feto, indo desde rotura uterina que leva a parturiente a uma hemorragia e até mesmo um choque hipovolêmico, caso não ocorra uma intervenção imediata, a um sofrimento fetal.

Além disso, é válido ressaltar também que o processo de indução do parto, e sua ligação com o sofrimento materno em decorrência das contrações dolorosas se correlaciona com o aumento nos índices de cesarianas, uma vez que quando induzido por ocitocina de forma incorreta problemas de distorcias podem aparecer (**CARVALHO et al., 2010**)

De modo que de acordo com o autor acima, a indução por hormônio sintético se correlaciona ao sofrimento materno devido as contrações uterinas dolorosas levando a gestante a optar pela cesariana, visando inclusive a redução dos problemas relacionados à distorcias uma vez que, quando aplicada de maneira incorreta, a ocitocina pode agravar o quadro da parturiente e acarretar em sofrimento fetal.

4. REDE CEGONHA E A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

A Rede Cegonha é uma estratégia criada com o objetivo de implementar um conjunto de cuidados para garantir o direito das mulheres gestantes a aspectos que vão desde o planejamento reprodutivo, a atenção a essa gestante durante o pré-natal, parto e pós-parto, assegurando também o direito ao nascimento seguro, crescimento e desenvolvimento saudáveis às crianças (**MINISTÉRIO DA SAÚDE**).

De acordo com o Ministério da Saúde, a Rede Cegonha foi desenvolvida com o objetivo de assegurar o direito das mulheres em todas as fases da vida, garantindo o direito ao nascimento seguro, crescimento e desenvolvimento saudáveis às crianças, atenção humanizada, integral e equitativa a gestante durante o pré-natal, parto e pós-parto.

Além disso, a Rede Cegonha em com a finalidade de organizar e estruturar à saúde materno-infantil por todo o Brasil, o seu processo de implantação irá ocorrer de forma gradativa por todo o território brasileiro, sendo, portanto, respeitado os critérios da vigilância epidemiológica, levando em consideração aspectos como taxa de mortalidade infantil e razão mortalidade materna e densidade populacional (**MINISTÉRIO DA SAÚDE**).

De modo que, além do atendimento humanizado a essas pacientes, a Rede Cegonha tem também o objetivo de organizar e estruturar à saúde materno-infantil em todo o território nacional de modo gradual e obedecendo as normas epidemiológicas, uma vez que, alguns aspectos como a taxa de mortalidade infantil e maternas deem ser levadas em consideração.

Dessa forma, tendo em vista a necessidade da criação de medidas que visem a proteção contra todas as formas de abuso ou negligência durante todo o processo de parir e pós-parto, e a garantia de cuidados que favoreçam as boas práticas, realiza-se em 2015 a atualização da Rede Cegonha implementada em 2011 (**MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015**).

A Rede Cegonha foi implementada em 2011 e atualizada em 2014, portanto, para suprir a necessidade de medidas interventivas de combate as formas de violência obstétrica e negligencias durante o atendimento como um todo a mulher desde o seu processo de planejamento reprodutivo, ao parir e ao pós-parto.

No entanto, apesar da legislação vigente preconizar contra as formas de violência, ainda é presente nas maternidades e ambientes hospitalares, tornando os eventos de pré-parto, parto e pós-parto traumatizantes, colocando em dúvida as noções de confiabilidade

e privacidade, uma vez que características como iluminação e redução de ruídos não são levados a sério, transformando o trabalho de parto em um momento de sofrimento, uma vez que a atuação da equipe está frequentemente voltada aos aspectos biomédicos da assistência (**GOES, 2018**).

Os eventos de pré-parto, parto e pós-parto podem de acordo com o autor colocam em dúvida os atendimentos que são prestados pela assistência de enfermagem à gestante uma vez que esses profissionais frequentemente se voltam aos aspectos biomédicos do atendimento sem se atentar aos aspectos humanos que visam minimizar os desconfortos da paciente.

Submeter a parturiente a jejum, venóclise, imposição de posições, uso de ocitocina e outros fármacos para acelerar o parto, episiotomia de rotina e outras ações de enfermagem similares que por volta de 30 anos são tidos como prejudiciais na assistência, mas que, no entanto, ainda são realizadas com frequência, desqualificando portanto, o trabalho íntimo que é realizado pela gestante (**GOES, 2018**).

Desconfortos esses que vão desde a realização de procedimentos que são considerados á anos pela ciência como prejudiciais ao binômio mão-bebe, desqualificando o processo que deveria ser íntimo e especial, incluindo ações que vão desde o uso indevido da venóclise, ao uso de fármacos como a ocitocina ao uso da episiotomia na rotina das parturientes.

Além de uma assistência humanizada respeitando o seu direito à um parto como vivência pessoal carregada de experiências culturais, familiares, sexuais e baseadas no protagonismo da paciente, garantindo a sua autonomia e liberdade de escolha, a gestante tem direito também a livre escola do seu acompanhante, acolhimento e orientações, e ao sistema logístico como transporte dessa paciente ao hospital quando em trabalho de parto, ou nos casos onde a cesariana será realizada (**UNASUS, 2015**).

Para a Universidade Aberta do **SUS (UNASUS)**, o direito da mulher em toda a esfera de planejamento ao parir tem uma gama de direitos a serem assegurados que vão desde o atendimento humanizado, transporte ao ambiente hospitalar, autonomia, acompanhante de sua escola, acolhimento, orientações, e também válido ressaltar o acompanhamento da criança garantindo, portanto, o seu pleno desenvolvimento.

5. PAPEL DA ENFERMAGEM FRENTE AS INTERVENÇÕES OBSTÉTRICAS

A atuação da equipe de obstetrícia, frente ao processo do parto pode, bem como deve ser capaz de reduzir as ações interventivas desnecessárias, oferecendo um cuidado integral não somente a paciente, mas também aos familiares, assegurando assim um parto normal humanizado e com a autonomia da gestante garantida (**CARVALHO; PINHEIRO XIMENES, 2010**).

A enfermagem tem papel fundamental frente ao parto, sendo que a sua assistência deve ser capa de agir reduzindo as intervenções e oferecendo cuidado humanizado completo tanto para a paciente quanto para os familiares, assegurando que todo o atendimento respeite aos direitos da gestante.

Importante ressaltar também que dentre as necessidades dessa paciente no momento do parto destaca-se o apoio emocional. Apoio este que deve ser fornecido pela equipe de enfermagem como um todo. Quando o cuidado obstétrico prestado à gestante é embasado em evidências científicas encontra-se características como, apoio e proteção, com o mínimo de intervenções necessárias, no entanto, percebe-se que há uma falta de preparo desses profissionais (**RIESCO, et al., 2009**).

Além disso, outro aspecto importante dentro das necessidades da paciente consta o apoio emocional, uma e que quando esse cuidado é prestado de forma correta e com embasamento, a gestante se sentirá apoiada, protegida e com a sua liberdade de escolha assegurada. Todavia, apesar dos avanços no campo da obstetrícia, ainda é perceptível a falta de preparo desses profissionais.

A humanização, no entanto, não deve ocorrer somente durante o parto, é importante que seja aplicada durante o pré-natal, visto que quando preparadas e com as orientações corretas, as gestantes chegam ao hospital-maternidade preparadas, seja emocionalmente, socialmente e até mesmo fisicamente e sendo conhecedora de seus direitos legais torna o processo de parto e puerpério mais facilitada e menos estressante (**MAIA, 2010**).

Com o objetivo de facilitar e tornar mais agradável o processo de parto e puerpério, a humanização, juntamente com o repasse correto de informações durante o pré-natal torna a paciente mais preparada, fisicamente, socialmente, emocionalmente e conhecedora de todos os seus direitos.

Portanto, é importante que a paciente seja orientada de forma correta, que a assistência seja prestada com embasamento científico, e com o menor índice de intervenções possíveis e de forma humanizada, promovendo como enfermeiro obstetra o direito assegurado à sua integridade corporal, bem como todos aqueles que são disponibilizados pela Rede Cegonha (**DINIZ, 2002**).

Dessa forma, entende-se que, todo o processo de repasse de orientações a paciente deve ser realizado, bem como, a garantia de que a assistência prestada seja de maneira embasada, promovendo, portanto, o direito à integridade corporal e a todos os demais assegurados pela Rede Cegonha, destacando-se a autonomia da paciente e o direito a um parto normal com a menor quantidade de intervenções possíveis.

6. CONCLUSÃO

A crescente medicalização do processo de parir e as suas profundas modificações interventivas, trazem um alto índice de hospitalizações e ações invasivas durante a gestação, parto e pós parto ou até mesmo ações de desrespeito, assédio moral e físico, abuso e negligência a gestante e ao bebê, incluindo o uso da ocitocina sintética, onde os autores consultados afirmaram que o seu uso não inclui a participação da gestante e a sua autonomia não é respeitada, além da possibilidade de provocar danos como, asfixia fetal, ruptura uterina, hemorragia materno, ruptura perineal, hipotensão arterial, desequilíbrio de eletrólitos.

Além disso, o presente estudo permeou em torno do questionamento acerca dos efeitos do uso rotineiro e sem evidências da episiotomia e da episiorrafia, onde os autores analisados afirmaram que a realização desse tipo de procedimento pode se apresentar

inúmeras complicações que vão desde ao sangramento devido ao corte, disfunções sexuais, incontinência urinária, prolapsos, fístulas retovaginal, hematoma e também infecções.

Dessa forma, a Rede Cegonha e seu sistema de organização e preceitos tem como objetivo diminuir e solucionar essa problemática suprir a necessidade de medidas interventivas de combate as formas de violência obstétrica e negligencias durante o atendimento como um todo a mulher desde o seu processo de planejamento reprodutivo, ao parir e ao pós-parto.

No entanto, autores ressaltam que há problemas relacionados inclusive ao despreparo dos profissionais quanto a realização desse atendimento integral e humanizado, uma e que quando bem orientada a paciente chegam ao hospital-maternidade preparadas, seja emocionalmente, socialmente e até mesmo fisicamente e sendo conhecedora de seus direitos legais torna o processo de parto e puerpério mais facilitada e livre de toda e qualquer forma de violência obstétrica.

REFERÊNCIAS

- BOR, P.; LEDERTOUG, S.; BOIE, S.; KNOBLAUCH, N.O.; STORNES, I. **Continuation versus discontinuation of oxytocin infusion during the active phase of labour: a randomised controlled trial.** An International Journal of Obstetrics and Gynaecology-BJOG, v.143, n. 1, p. 129-135, 2016.
- BRIGAGÃO, M. I. J.; GONÇALVES, R. **O uso das tecnologias em obstetrícia: uma leitura crítica.** Fazendo Gênero, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 2 – 11, 2010.
- BRUNTON, LL; CHABNER, BA; KNOLLMANN, BC. In: Hormônios da neurohipófise: Ocitocina e vasopressina. **As Bases Farmacológicas da Terapêutica.** 12ª ed. Porto Alegre: AMGH EDITORA LTDA, p. 1125, 2015.
- CARVALHO V. F.; KERBER, N. P. C.; BUSANELLI, J.; COSTA, M. M. G.; GONÇALVES, B. G.; QUADROS, V. F. **Práticas prejudiciais ao parto: relato dos trabalhadores de saúde do sul do Brasil.** Rev. Rene, Fortaleza, v. 11, n. especial, p.92-98, 2010.
- CARVALHO, F. A. M.; PINHEIRO, A. K. B.; XIMENES, L.B. **Assistir à parturiente: uma visão dos acadêmicos de enfermagem.** Rev. Rene, Fortaleza, v. 11, n.1, p: 86-93, 2010.
- DINIZ, C. S. G. **O que nós profissionais de saúde podemos fazer para promover os direitos humanos das mulheres na gravidez e no parto.** Cartilha do Projeto Gênero, Violência e Direitos Humanos – Novas questões para o campo da saúde. São Paulo: USP; 2002. Disponível em: <<https://www.mulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/02/direito-humanos-parto-gravidez.pdf>> Acesso em: 16 novembro 2022.
- DINIZ, S. G.; SALGADO, H. O.; ANDREZZO, H. F. A.; CARVALHO, P. G. C.; CARVALHO, P. C. A.; AGUIAR, C. A.; NIY, D. Y. **Violência obstétrica como questão para a saúde pública no Brasil: origens, definições, tipologia, impactos sobre a saúde materna, e propostas para sua prevenção.** J. Hum. Growth Dev., São Paulo, v. 25, n. 3, p. 377-384, 2015.
- FREY H. A.; TUULI, M. G.; ENGLAND, S. K.; ROEL, K. A.; ODIBO, A. O.; MACONES, G. A.; CAHILL, A. G. **Factors Associated with Higher Oxytocin Requirements in Labor.** J Matern Fetal Neonatal Med., London, v. 28, n. 13, p. 1614-1619, 2015.
- GOES, E. **Violência obstétrica e o viés racial.** Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, 2018. Disponível em: <<https://cebes.org.br/violencia-obstetrica-e-o-vies-racial/19702/#>> Acesso em: 16 novembro 2022
- GUIMARÃES, N. N. A.; SILVA, L. S. R.; MATOS, P. M.; DOUBERIN, A. **Análise de fatores associados à prática da episiotomia.** Revista de enfermagem UFPE On Line, Recife, v. 12, p. 1046-1053, 2018.
- LANSKY, S.; SOUZA, K. V.; PEIXOTO, E. R. M.; OLIVEIRA, B. J.; DINIZ, C. S. G.; VIEIRA, N. F.; CUNHA, R. O.; FRICHE, A. A. L. **Violência obstétrica: influência da Exposição Sentidos do Nascer na vivência das gestantes.** Ciência & Saúde Coletiva [online]. Rio de Janeiro, v. 24, n. 8, p. 2811-2824, 2019.
- MAIA, M. B. **Humanização do parto: política pública, comportamento organizacional e ethos profissional.** Ed. 1. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 189, 2010.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 11, de 7 de janeiro de 2015. **Dispõe sobre a Redefinição das diretrizes para implantação e habilitação de Centro de Parto Normal (CPN), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).** Brasília, 2015. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvsm/saudelegis/gm/2015/prt0011_07_01_2015.html> Acesso em: 15 novembro 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Rede Cegonha**. Brasília. Disponível em: <<https://aps.saude.gov.br/ape/cegonha>> Acesso em: 15 novembro 2022.

OMS, Organização Mundial da Saúde. **Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde**. Genebra: Departamento de Saúde Reprodutiva e Pesquisa/OMS, 2014. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/WHO_RHR_14.23_por.pdf>. Acesso em: 13 novembro 2022.

RIESCO, M. L. G.; OLIVEIRA, S. M. J. V.; BONADIO, I. S.; SCHNECK, C. A.; SILVA, F. M. B.; DINIZ, C. S. G.; LOBO, S.F.; SAITO, E. **Centros de parto no Brasil: revisão da produção científica**. Rev. Escola de Enfermagem, São Paulo, n. Esp2, v. 43, 2009.

RODRIGUES, F. A. C.; LIRA, S. V. G.; MAGALHÃES, P. H.; FREITAS, A. L. V.; MITROS, V. M. S.; ALMEIDA, P. C. **Violência obstétrica no processo de parturição em maternidades vinculadas à Rede Cegonha**. Rev. Reprodução e Climatério, São Paulo, v. 32, n. 2, 2017.

UNASUS. **Redes de atenção a saúde: a Rede Cegonha**. São Luiz, 2015. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/2445/1/UNIDADE_2.pdf&ved=2ahUKEwjs34KV4tj7AhUbq5UCHS7vB2UQFnoECBMQA-Q&usg=AOvVaw3Oo8TPIbDSm3YpTfwqybzI> Acesso em: 10 novembro 2022.

VIANA, I. O.; QUINTÃO, A.; ANDRADE, C. R. A. A.; FERREIRA, F. A.; DUMONT, R. D.; FERRAZ, F. O.; LOBATO, H.; PRADO, C. E. V.; OSANAN, G. C. **Episiotomia e suas complicações: revisão da literatura**. Revista Medica de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 21, p. 43-46, 2011.

GRADUAÇÃO

100% EAD

Inicie sua Faculdade e mude a trajetória da sua vida!



Mensalidades de
R\$ ~~399,00~~ por apenas:

R\$ **99,00**

No boleto até o fim do curso!

ANÁLISE E DESENV. DE SISTEMAS

PEDAGOGIA

ADMINISTRAÇÃO

PROCESSOS GERENCIAIS

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MARKETING

GESTÃO PÚBLICA

EDUCAÇÃO ESPECIAL

GESTÃO DE RH

MATEMÁTICA

GESTÃO COMERCIAL



Santa Cruz nos Caminhos da Independência

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Fábio Luiz Ribeiro de Almeida
Discente do curso de História-ESEP

RESUMO:

A Fazenda Santa Cruz passou pelas mãos de donatários, padres Jesuítas, da Família Real, Imperial e pelo governo republicano e esteve no centro de muitos acontecimentos da história do país. O Caminho dos Jesuítas e o Caminho Novo da Piedade foram protagonistas nos acontecimentos do sete de setembro, tendo por ali passado D. Pedro e sua tropa rumo a São Paulo. O artigo também esmiúça as relações de poder entre a elite fazendeira e escravista fluminense e paulista ao comporem a comitiva rumo a São Paulo e como o apoio deles visa manter o status quo do Brasil e suas prioridades. Ao relatar pormenorizadamente por onde passaram e o que fizeram, o artigo faz memória e evidencia a importância dos lugares e monumentos, por muitos ignorados pela população e pelos governantes eleitos. As estradas reais não foram aquelas que conhecemos como Caminho Velho e Caminho Novo, mas todas as estradas que reuniam características próprias e determinadas.

Palavras chave: Fazenda Santa Cruz. Independência. D. Pedro. D. Leopoldina. Estrada Real. Caminho Novo da Piedade. Estrada Real de Santa Cruz.

ABSTRACT:

Fazenda Santa Cruz passed through the hands of grantees, Jesuit priests, the Royal Family, the Imperial Family and the republican government and was at the center of many events in the country's history. The Caminho dos Jesuítas and the Caminho Novo da Piedade were protagonists in the events of the 7th of September, where D. Pedro and his troop passed through on their way to São Paulo. The article also examines the power relations between the plantation and slaveholding elite of Rio de Janeiro and São Paulo as they made up the entourage heading to São Paulo and how their support aims to maintain the status quo in Brazil and its priorities. By reporting in detail where they went and what they did, the article makes memory and highlights the importance of places and monuments, ignored by many by the population and elected officials. The real roads were not those we know as Caminho Velho and Caminho Novo, but all the roads that had their own specific characteristics.

Keywords: Santa Cruz Farm. Independence. D. Pedro. Dona Leopoldina. Royal Road. New Way of Piety. Santa Cruz Royal Road.

1. INTRODUÇÃO

Às vezes não temos noção de quanta coisa já se passou pelos lugares que andamos e vivemos todos os dias. Pessoas, acontecimentos que marcaram a vida de uma comunidade, cidade ou até do país como um todo. E viver onde se localizava a Fazenda Santa Cruz, no Rio de Janeiro, despertou-me essa curiosidade. O que são aqueles monumentos, o porquê dos nomes das ruas, quem eram, *para que chegamos ao ponto que estamos hoje?*

Santa Cruz, hoje um bairro da cidade do Rio de Janeiro, conta com mais de duzentos mil moradores, conta com comércio pujante, indústrias de alta complexidade, ruas, avenidas, rodovias, trens, **BRT**, porto e até um aeroporto militar. Mas houve um tempo que era tudo diferente, quando em meados do **século XVI**, Cristóvão Monteiro e Marquesa Ferreira chegaram por aqui, logo após os padres Jesuítas. Este bairro que mais se parece com uma cidade a parte do resto do Rio de Janeiro possui sim extrema importância para a história do Brasil. Por aqui passaram riquezas, pessoas e em especial uma caravana rumo a São Paulo que mudaria a todo o status quo daquele Reino Unido.

Por isso, o presente artigo trata da formação da Fazenda Santa Cruz, desde sua origem com o casal Cristóvão e Marqueza, a doação das terras aos padres Jesuítas e depois a incorporação à Família Real, por conta da expulsão da Companhia de Jesus por meio do Marquês de Pombal. Trata também das Estradas Reais que cortavam o ainda pouco habitado território brasileiro, principalmente no Centro-sul do Brasil, dando uma particular importância a dois caminhos: O dos Jesuítas e o Caminho Novo da Piedade. E por fim como esses personagens se cruzam rumo a Independência: A Fazenda, os Caminhos e D. Pedro e sua tropa.

A importância do presente trabalho visa resgatar na comunidade Santacruzense a memória de tantos fatos que se desenrolaram por aqui e a magnitude do local onde moramos e vivemos. Infelizmente, poucos do que aqui vivem, sabem da importância dos monumentos ou das pessoas que nomeiam ruas por onde se passa rotineiramente e motivado pelo trabalho do historiador Benedicto Freitas **(1910-2002)** que legou para esta comunidade um trabalho esplendoroso em três volumes sobre a história do bairro. Dali se partiu para a pesquisa histórica com diversos autores que atualizaram nossa historiografia, trazendo luzes a momentos ainda estereotipados dos acontecimentos sobre o 7 de setembro.

Da mesma forma que D. Leopoldina pede a seu marido, D. Pedro que colha o pomo que já está maduro, ou seja, que declare a independência do Brasil, cabe ao historiador, ao professor local, fazer crescer no coração daqueles que o ouvem a mesma esperança e consciência crítica sobre acontecimentos, locais e pessoas da nossa história.

2. SANTA CRUZ: JESUÍTICA E REAL

Aquele que chega ao Rio de Janeiro de avião vindo de São Paulo em menos de uma hora vê ao passar da Ilha Grande uma barreira arenosa de 40 quilômetros, fina, que divide o mar em dois: de um lado o Oceano Atlântico e suas ondas revoltas, de outro lado a

Baía de Sepetiba e suas plácidas águas¹. Um contraste e uma beleza sem igual. Ao olhar para o continente, se deparará com a muralha da Serra do Mar, seus contornos e morros, abundante vegetação, serra esta que ajudou a denominar parte desta região como Costa Verde. Seguindo adiante se percebe uma imensa planície, onde deságua o Rio Guandu, e que se estende até o pé da serra, conhecida como Baixada de Sepetiba. É justamente aí que parte da história do Brasil se encontra, passa e se desenvolve e que hoje grita por resistência e conhecimento por parte de seus atuais moradores e por visibilidade por parte das autoridades: Santa Cruz.

A região foi habitada por povos que deixaram suas marcas antes da chegada dos portugueses, com os sambaquis² na região de Sepetiba e com tomada de posse dos europeus, tem-se então a história que aqui vamos desenvolver. A Fazenda Santa Cruz se originou com três personagens a saber: Cristóvão Monteiro, Marquesa Ferreira e a Companhia de Jesus.

Cristóvão, o primeiro Ouvidor-Mor do Rio de Janeiro, alto cargo designado por Mem de Sá durante três anos³, veio ainda jovem para o Brasil acompanhando Martin Afonso de Souza⁴ exerceu vários cargos de confiança na Vila de Santos, atual cidade de Santos no litoral Paulista. Tendo participado do combate para a expulsão dos Franceses do Rio de Janeiro requereu a Coroa uma sesmaria por serviços prestados. Seu pedido foi atendido em 30 de dezembro de 1567 por Pero Ferraz, lugar-tenente de Martim Afonso de Souza, que era donatário da Capitania de São Vicente, onde a atual cidade do Rio de Janeiro se encontra⁵. Cristóvão somente consegue assumir o senhorio das vastas terras desta planície em 1576, visto que a constante guerra entre os índios em Mangaratiba e Guaratiba se estendia pelo tempo; isso aconteceu porque o documento de cessão das terras deixava claro que a posse somente estaria garantida após a terra estar pacificada.⁶ Ao assumir a terra, construiu um engenho e uma capela na localidade hoje conhecida como Curral Falso, onde se encontra a Paróquia Nossa Senhora da Glória.

O segundo personagem é Marquesa Ferreira, marquesa não como um título nobiliárquico, mas como prenome de batismo, era casada com Cristóvão Monteiro e veio de Santos para o Rio de Janeiro acompanhando seu marido; neta de João Ramalho⁷ e de uma importante família indígena do período colonial, teve dois filhos: Eliseu e Catarina Monteiro.

1 DADALTO, Tatiana Pinheiro. Arquitetura estratigráfica e evolução geológica da Restinga da Marambaia (RJ). 2017. 275f. Tese. (Pós-graduação - Geologia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. p.23

2 Disponível em < <https://diariodorio.com/sitio-arqueologico-de-sepetiba-esta-completamente-abandonado/> >. Acesso em 17.02.2023.

3 FREITAS, Benedicto. Santa Cruz Fazenda Jesuítica, Real, Imperial. Era Jesuítica 1567-1759. Volume I. Rio de Janeiro, 1985. Edição do autor. p.29

4 Nasceu em Vila Viçosa, Portugal em 1490. De família nobre, era próximo do rei d. João III, primo de um membro influente do Conselho Real, d. Antônio de Ataíde, conde de Castanheira, e de Tomé de Souza, primeiro governador-geral do Brasil.

5 FREITAS, Benedicto. Santa Cruz Fazenda Jesuítica, Real, Imperial. Era Jesuítica 1567-1759. Volume I. Rio de Janeiro, 1985. Edição do autor. p.31

6 Ibidem.

7 João Ramalho foi um explorador português. Chegou ao Brasil em condições desconhecidas, mas existem documentos que confirmam que em 1553, Ramalho encontrava-se fixado na região de Santo André da Borba do Campo, na Capitania de São Vicente. Ramalho se tornou vereador, alcaide e guarda-mor de Santo André, em virtude de sua relação com Tomé de Souza – Governador-geral do Brasil.

Falecendo seu marido, ficou com as terras de Guarapiranga e Guaratiba como herança. Cristóvão ainda em vida manifestou a vontade de deixar metade de sua gleba⁸ para nosso terceiro personagem, a Companhia de Jesus.

A Companhia de Jesus, conhecida também como Jesuítas é uma ordem religiosa fundada por Santo Inácio de Loyola em 1534 e foi importante para a colonização e evangelização do Novo Mundo, tendo chegado ao Brasil em 1549 teve grandes personalidades como São José de Anchieta, conhecido como o Apóstolo do Brasil e Pe. Manuel da Nóbrega, que junto a Anchieta fundaram a cidade de São Paulo. No Rio de Janeiro os Jesuítas constituíram um Colégio, fundaram a primeira biblioteca da cidade e tinham inúmeros bens, resultado de várias doações a tão venerada instituição. Um desses bens doados foi a porção de terra dada por Marquesa, a outra metade, conforme fora a vontade do defunto esposo foi deixada com Catarina Monteiro, já na ocasião casada com José Adorno, que era muito amigo de Anchieta e Manoel da Nóbrega, tendo acentuada cultura humanística e possuindo acentuado despreendimento pelas coisas materiais, ajudou na permuta de terras entre sua esposa e o Jesuítas, sendo de grande vantagem para os padres⁹, deixando assim toda a sesmaria para a Ordem. Através de permutas e mais doações, os padres da Companhia de Jesus foram anexando mais terras ao seu latifúndio, indo em direção a Angra dos Reis, depois para o interior da Capitania seguindo o Rio Guandu. Para legitimar e fixar sua presença na região, ali colocaram a Cruz de Cristo, dando assim o nome aquela vasta planície: Santa Cruz.

Com o passar do tempo, os Jesuítas ali demonstraram sua engenhosidade e dedicação ao labor, construindo para regular as águas do Guandu a primeira obra de engenharia hidráulica do Brasil, a Ponte do Guandu, hoje conhecida como Ponte dos Jesuítas, tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (**IPHAN**) em 1930, sendo a terceira obra a ser tombada.¹⁰

8 Terreno próprio para cultivar; torrão: gleba rural.

9 FREITAS, Benedicto. Santa Cruz Fazenda Jesuítica, Real, Imperial. Era Jesuítica 1567-1759. Volume I. Rio de Janeiro, 1985. S/ed. p.30

10 Disponível em < <https://www.ipatrimonio.org/rio-de-janeiro-ponte-dos-jesuitas-sobre-o-rio-guandu/#/map=38329> >. Acesso em 17.02.2022



Figura 1: Ponte dos Jesuítas

Fonte: Wikipédia¹¹

A fazenda crescia, tanto em terras quanto em produtividade, utilizava-se mão de obra dos negros africanos e indígena, que podiam casar entre eles livremente, possuíam moradias individuais, roças que deviam dedicar dois dias de trabalho, pois os outros três eram para trabalho na fazenda, um dedicado a Igreja e um de descanso, como afirma Moraes¹² (2017) além de conceder arrendamentos para a criação de gado. A residência da Fazenda Santa Cruz era a maior do Brasil, contendo um convento com trinta e seis aposentos individuais (**celas**) e contava também com uma igreja dedicada a Santa Bárbara.

Em 1759, Marquês de Pombal por meio de um decreto expulsa os Jesuítas das colônias portuguesas, e todas suas propriedades foram confiscadas, como o Colégio no Morro do Castelo, a igreja de São Francisco Xavier, no Saco em Niterói, outra dedicada ao mesmo santo em Itaguaí e a sua jóia, a Fazenda Santa Cruz. Mas a fazenda, ao contrário das demais posses, não ficou com a Coroa Portuguesa, mas sim com a família real, sendo assim renomeada de Fazenda Real de Santa Cruz. Devido a transferência da família real e de sua

11 Disponível em: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Ponte_do_Guandu >. Acesso em: 17.02.2022.

12 COSTA, Edite Moraes. Do boi só não se aproveita o berro! O comércio das carnes verdes e a transformação socioeconômica da Imperial Fazenda de Santa Cruz com a Construção do Matadouro Industrial (1870-1890). 2017. 160f. (Dissertação - Mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2017. p. 32.

corte de Lisboa para o Rio de Janeiro por conta das invasões napoleônicas, transformando a capital da colônia em sede do governo, Dom João VI doa partes da fazenda, considerada como melhores campos aos membros da corte, e deixa a sua administração aos cuidados dos Superintendentes. O Príncipe Regente gostou muito da região e transformou a fazenda em sua residência de veraneio, contando assim com dois palácios, o de São Cristóvão, próximo ao burburinho da corte e o de Santa Cruz, distante sessenta quilômetros e longe de aborrecimentos.

Dom Pedro I frequentou muito a Fazenda como nos diz Mansur e Rosa:

“Quando a Corte chegou, desembarcando no dia de 8 de março de 1808, D. Pedro tinha 9 anos de idade (ele nasceu em 12 de outubro de 1798) e, com o tempo, iria frequentar muito o Palácio de Santa Cruz, assim como seu irmão Miguel, com quem travaria, algumas décadas mais tarde, uma longa batalha pelo Reino de Portugal. Já adulto, exímio cavaleiro, dispensaria, muitas vezes, a Carruagem Real, e, e iria a Santa Cruz montado nos cavalos que eram trocados ao longo do caminho, onde havia também as fazendas que hospedavam a nobreza portuguesa, como a Fazenda Bangu Bangu e Fazenda de Engenho da Mata da Paciência. D. Pedro só não dispensou a carruagem real quando foi passar a lua de mel em Santa Cruz, após ele e Leopoldina, a futura Imperatriz Leopoldina, receberem a bênção nupcial na Igreja do Carmo, no Centro do Rio de Janeiro, em 6 de novembro de 1817. O casamento já havia acontecido, por procuração, em Viena, no dia 13 de maio daquele ano.¹³

Nas terras da Fazenda Real de Santa Cruz também aconteceu o encontro entre dois dos três pivôs da independência, Leopoldina e José Bonifácio, como nos conta Rezutti (2017), que chegando Bonifácio a Sepetiba, a futura imperatriz mandou cavalos e escolta para o grupo, pois queria encontrar o “sábio” que seu marido o fizera secretário do Reino.¹⁴ O antigo convento, transformado em palácio, foi ampliado para as núpcias de Dom Pedro e Dona Leopoldina. Também em Santa Cruz, motivado por uma fuga, ali faleceu o primogênito filho do casal, D. João Carlos, como relata Dona Leopoldina numa carta a seu pai:

“Morreu o meu filho de uma espécie de mal curada inflamação do fígado, em convulsões durante 28 horas. Tudo isto motivado por nossa forçada fuga para Santa Cruz, distante 12 milhas. A pobre criança sofreu horrivelmente de um calor de 98°, de modo que se pode atribuir a isto a sua prematura morte. Não lhe posso esconder a minha dor, somente a religião, a firme confiança no Altíssimo, que tudo faz para o bem dos homens, me dão alguma resignação e sossego, mas é preciso tempo.

13 MANSUR, André Luiz; ROSA, Guaraci. Santa Cruz nos caminhos da Independência. Rio de Janeiro: 2022. Edição do Autor. p.15

14 REZUTTI, Paulo. D. Leopoldina: A história não contada: A mulher que arquitetou a independência. 1ªed. Rio de Janeiro: LeYa, 2017. p 225.

*Como vai acabar isto, só Deus o sabe, nós ficamos aqui, não há mais dúvida alguma, e parece-me que para sempre...*¹⁵

Neste tempo, os limites da Fazenda Real de Santa Cruz se estendiam pelos atuais municípios de Itaguaí, Mangaratiba, Rio Claro, Vassouras, Nova Iguaçu, Pirai e Valença, além de parte da Zona Oeste do Rio de Janeiro onde se encontra os bairros de Sepetiba, Guaratiba, Paciência e o homônimo Santa Cruz.

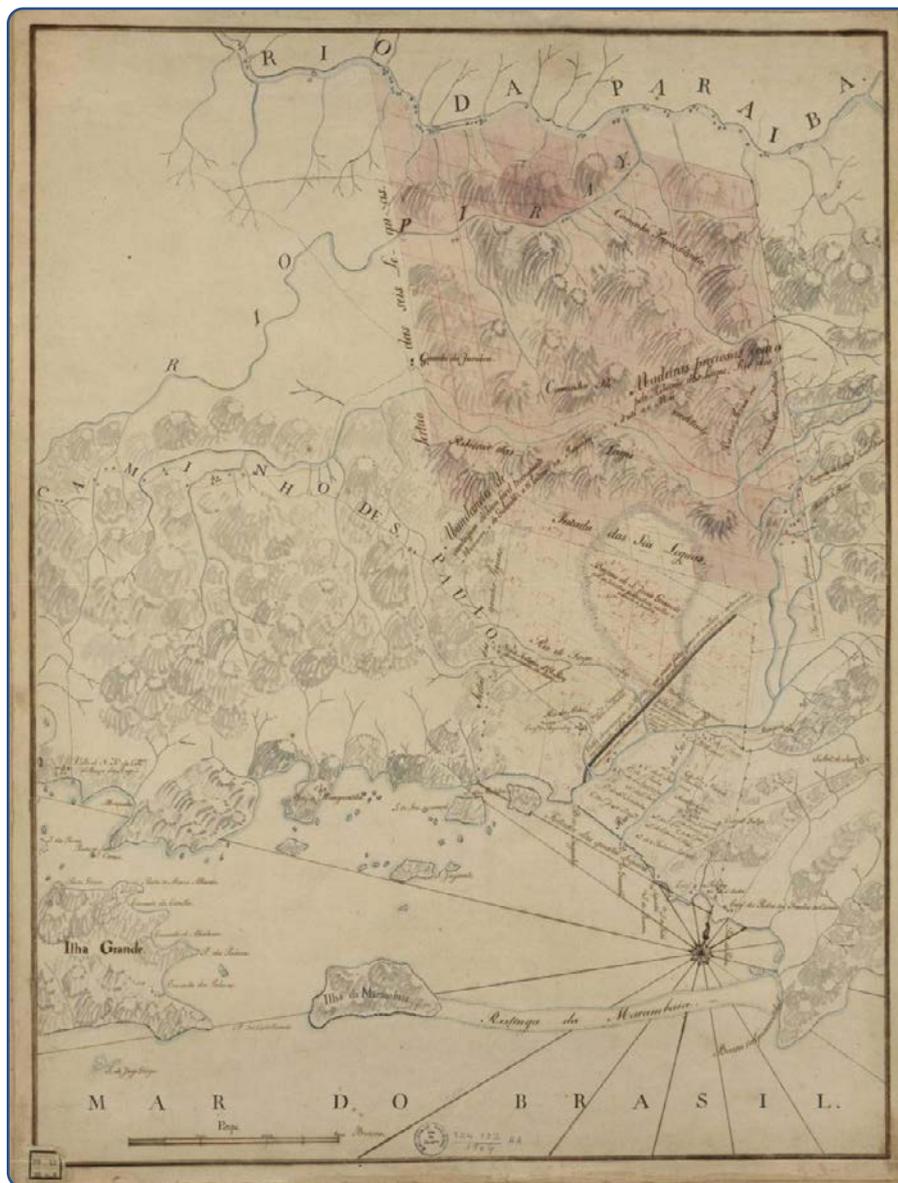


Figura 2: Mapa da Fazenda Santa Cruz

Fonte: Biblioteca digital Luso-brasileira¹⁶

15 REZUTTI, Paulo. D. Leopoldina: A história não contada: A mulher que arquitetou a independência. 1ªed. Rio de Janeiro: LeYa, 2017. p 225.

16 Disponível em: < <https://bdlib.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/15699> > Acesso em 17.02.2023.

3. AS ESTRADAS REAIS

Durante o primeiro período de colonização do Brasil, o governo português não se preocupou muito com a abertura de estradas, caminhos para a circulação de pessoas, mercadorias e animais. As poucas vias que existiam eram ainda as picadas feitas pelos povos originários, como o caminho de Peabiru, que os indígenas usavam para ir até o Peru, saindo de São Vicente, litoral de São Paulo até Cusco, com ramais saindo de Cananéia, também em São Paulo¹⁷. Com a descoberta do ouro em Minas Gerais, causada pela interiorização do Brasil com as Bandeiras, por conta da queda do açúcar, a partir do final do **século XVII**, com isso a capital é transferida de São Salvador da Bahia para o Rio de Janeiro, a fim de ficar mais próximo das Minas e controlar a exploração do metal precioso.

É neste contexto que encontramos a Fazenda Santa Cruz ainda sob controle da Companhia de Jesus, e é de interesse da ordem que uma melhor comunicação aconteça entre o colégio dos Padres, no morro do Castelo e a Fazenda, distante dali muitas léguas. Foi aberto então o Caminho dos Jesuítas, sendo ela a única via terrestre ligando a cidade ao sertão. Ela foi aberta em meados do século **XVII**, como nos afirma **FREITAS**, que sendo um dos raros empreendimentos de utilidade pública, da vez que estradas não existiam nessa época, por mais rudimentares que sejam.¹⁸ Não era de interesse da administração do Reino a abertura de caminhos por conta do contrabando de ouro vindo das Minas Gerais. Este caminho dos Jesuítas, hoje é um conjunto de grandes avenidas que ligam o Centro do Rio de Janeiro até o bairro de Santa Cruz, passando pela Avenida Dom Hélder Câmara, Avenida Santa Cruz, Avenida Cesário de Melo e Rua Felipe Cardoso. Além de chegar até a sede da Fazenda, também ia, a partir do Curral Falso, para o píer de Sepetiba, para dali ir de embarcação até Paraty. Para a marcação da distância entre as duas pontas, já no período Imperial foram colocados marcos de distância entre São Cristóvão e Santa Cruz, tendo alguns deles resistindo até hoje, como o **marco XI**, e o final que fica atualmente na Praça Ruão, em frente ao antigo Palácio.

Este caminho a partir de Paraty, indo até Vila Rica, hoje Ouro Preto é conhecido como Caminho Velho e levava-se cerca de 90 dias para atravessar de ponta a ponta, sendo o principal problema ser o obrigatório embarque rumo a Sepetiba. Indo até Sepetiba, depois tomava-se o caminho dos Jesuítas para chegar à cidade. Muitas naus ficaram pelo caminho tomadas por piratas que infestavam essa rota, tendo como acelerador do processo de declínio desta rota. O caminho velho, a partir de Paraty, subia a Serra do Mar em direção a Cunha, depois alcançando Cachoeira Paulista, subia a Serra da Mantiqueira para aí avançar no território mineiro. Por conta do perigo e das condições precárias do Caminho de Paraty, ainda no fim do **século XVII** é autorizada a abertura de um novo caminho, o Caminho de Garcia Rodrigues Paes¹⁹.

17 Disponível em: < <http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=317> >. Acesso em 17.02.2023

18 FREITAS, Benedicto. Santa Cruz Fazenda Jesuítica, Real, Imperial. Era Jesuítica 1567-1759. Volume I. Rio de Janeiro: 1985. Edição do autor. p.194.

19 Guarda Mor Geral das Minas do Ouro, faleceu viúvo. Bandeirante, como seu pai ilustre, Fernão Dias Pais Leme, participou da famosa expedição de 1674, que saiu de São Paulo e chegou até Sabarabuçu (Sabará). Responsável também pela abertura do Caminho Novo da Estrada Real, entre as cidades do Rio de Janeiro e Ouro Preto.

Também a partir de Vila Rica partia outro caminho, não rumo ao Rio de Janeiro, mas sim para a Bahia, conhecido como Caminho da Bahia, que nas primeiras décadas do **século XVIII** era muito mais utilizada do que o caminho velho ou o de Garcia Rodrigues Paes, no entanto, conforme afirma Toledo (2009)²⁰, temendo os descaminhos do ouro, as autoridades reais proibiram a passagem do metal por esse caminho, medida que se constatou ineficaz. O Caminho da Bahia também foi importante para o fornecimento de carne bovina para a zona mineradora, e era o elo da região das Minas com Salvador, a época maior cidade da América Portuguesa.

O Caminho Novo, partia do Centro histórico do Rio de Janeiro, do Cais dos Mineiros, e seguia até o Porto do Pilar do Iguaçu, depois de seguir pela Baía de Guanabara e alguns rios da baixada Fluminense, dali se seguia até Xerém para subirem a serra até Paty do Alferes, de lá, com muitos percalços se seguia até Vila Rica, deixando o caminho velho de lado.

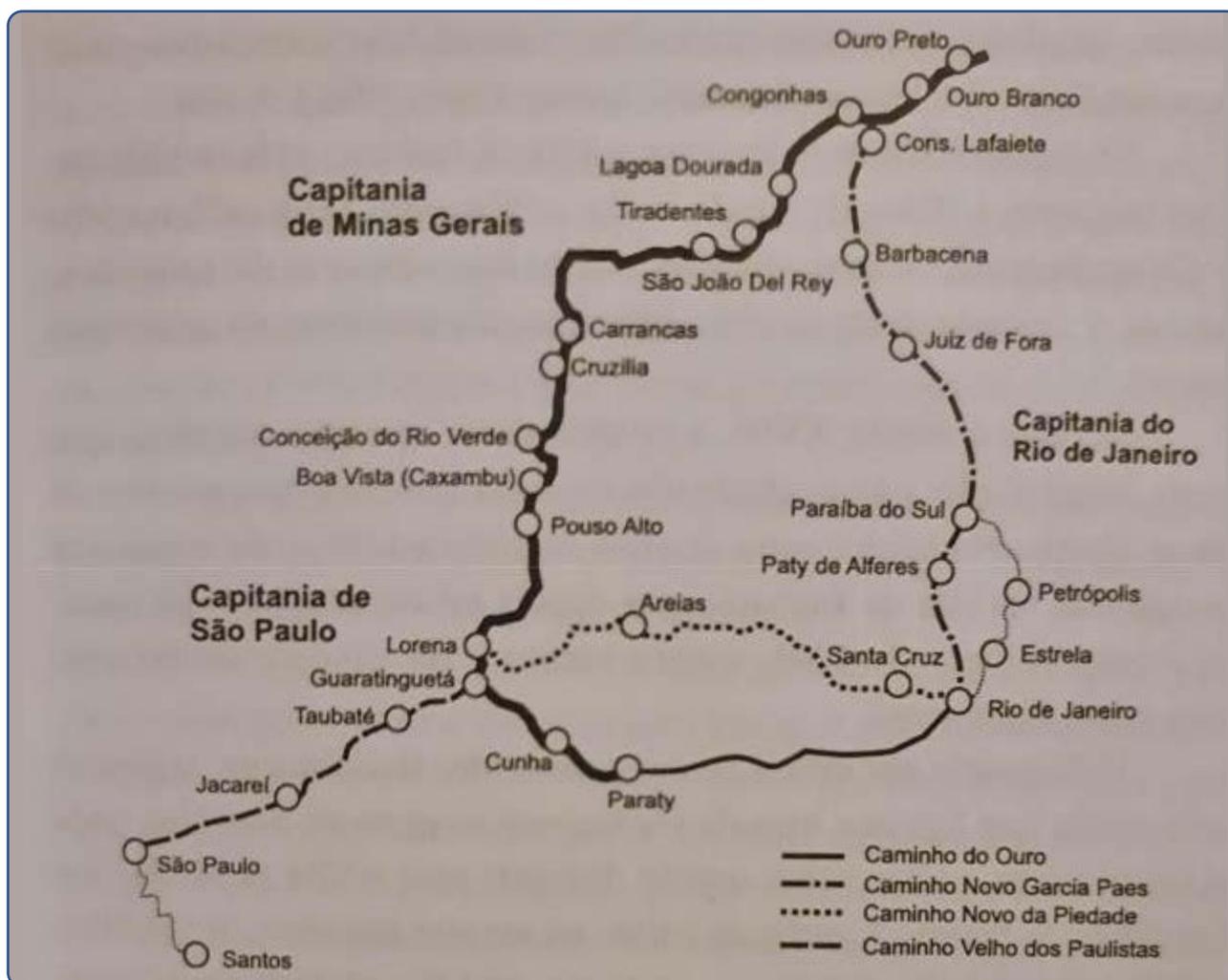


Figura 3: Estradas Reais

Fonte: Estrada Real: Caminho novo da Piedade²¹

20 TOLEDO, Francisco Sodero. Estrada Real: Caminho Novo da Piedade. 1ª ed. Campinas: Editora Alínea, 2009. p. 20.

21 Ibidem. p. 17.

Não podemos ser simplistas ao adjetivar apenas o Caminho Velho e o Caminho Novo como Estradas Reais, Toledo (2009) afirma que “nesse contexto, considera-se Estrada Real como a denominação dada a um conjunto de estradas públicas que ligavam os portos fluminenses à região de exploração do ouro e diamantes em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.”²² As Estradas Reais foram responsáveis por formar uma rede unindo Minas, Bahia, São Paulo e Rio, elas não apenas serviram para seu fim primeiro, mas também como conexão e integração do litoral com o interior, ainda pouco habitado do Brasil, tornando estes locais o eixo principal da história do Brasil.

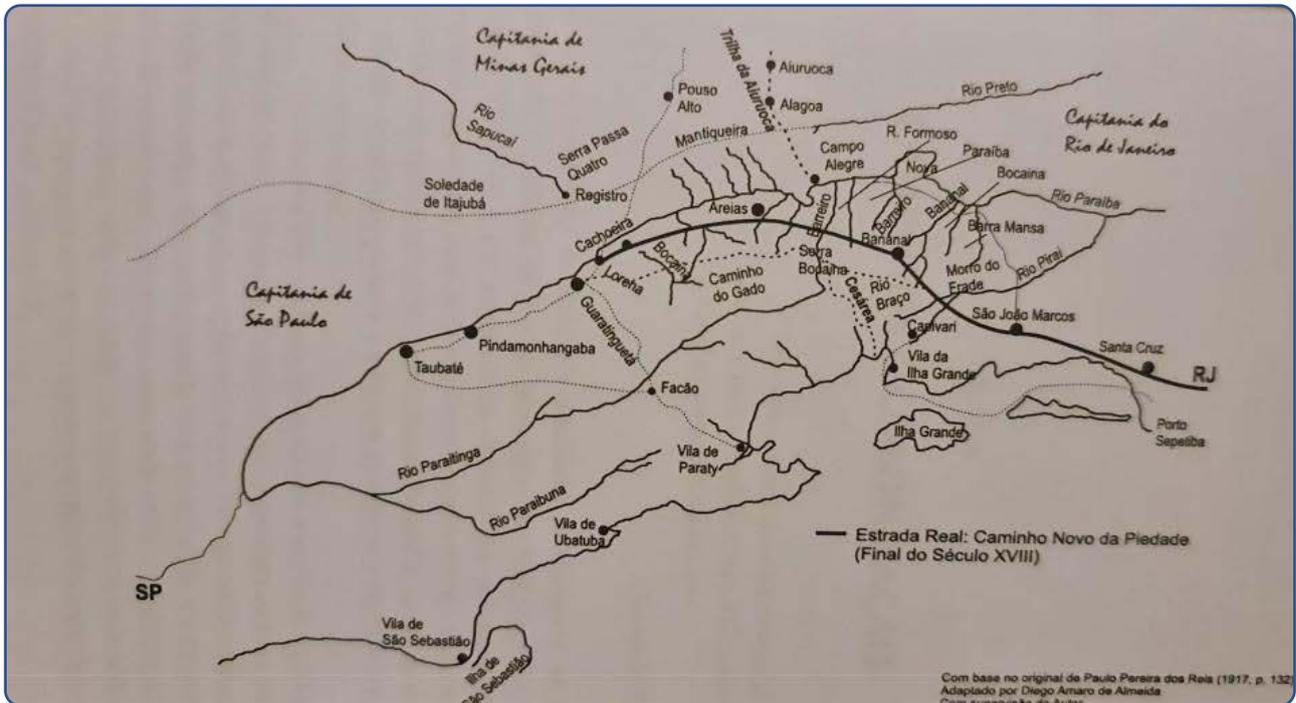


Figura 4: Mapa do Caminho Novo da Piedade

Fonte: Estrada Real: Caminho novo da Piedade²³

O Caminho Novo da Piedade ligava São Paulo ao Rio de Janeiro, por via terrestre, vindo da Freguesia da Piedade, atual cidade de Lorena, até a Fazenda Santa Cruz. Sua principal função era transportar o ouro produzido em Goiás e Mato Grosso, passando por São Paulo, evitando o caminho velho e também o descaminho do metal precioso. Sua construção foi de iniciativa do Governador da Capitania de São Paulo, Rodrigo César de Menezes²⁴ e possuía as características de uma Estrada Real, como ser uma estrada pública, de propriedade da Coroa Portuguesa, caminho único de caráter oficial e autorizado com exclusividade da ligação da área mineradora com o litoral brasileiro. Para abrir o novo caminho, chegando a Santa Cruz, os padres Jesuítas se opuseram pois temiam que seu latifúndio fosse invadido e com isso a obra foi paralisada na divisa com São Paulo, com

22 TOLEDO, Francisco Sodero. Estrada Real: Caminho Novo da Piedade. 1ª ed. Campinas: Editora Alínea, 2009. p. 21.

23 Ibidem. p. 13.

24 Foi um administrador colonial português que exerceu o cargo de Governador e de Capitão-General da Capitania de São Paulo entre 1721 e 1728. Foi também responsável pela fundação da Vila de Cuiabá, em 1726, após a descoberta de ouro na região.

isso o Governador da Capitania do Rio de Janeiro enviou uma ordem real aos padres para que abrissem caminho passando pelas terras. Este novo caminho então aberto saía do centro do Rio de Janeiro, passava por São Cristóvão, seguia o antigo caminho dos Jesuítas, chegando até a Fazenda, de lá alcançava Itaguaí, subia a serra, chegando a São João Marcos²⁵ até a divisa com São Paulo no hoje município de Bananal, depois passava por Areias, Cachoeira Paulista até Lorena, de Lorena seguia para São Paulo pelo caminho velho dos Paulistas. E este será o trajeto feito por Dom Pedro I e sua comitiva rumo a São Paulo onde no início de setembro de 1822 se darão os fatos para a Independência do Brasil.

4. O CAMINHO PARA A INDEPENDÊNCIA

O Brasil, e mais precisamente o Rio de Janeiro mudou muito com a vinda da Família Real e da Corte de Lisboa para a colônia; instituições foram estabelecidas como Banco do Brasil e a Biblioteca Nacional. Com a Fazenda Santa Cruz não foi diferente, suas instalações foram ampliadas, dentro de seu território foi implantada a cultura do chá, por D. João VI²⁶ trazendo da China trabalhadores e a espécie do chá para produção local. Nas localidades próximas de “*serra acima*” (**Médio Paraíba Fluminense e Vale do Paraíba Paulista**) a produção foi aumentada graças à abertura dos portos às nações amigas, fazendo surgir uma comunicação entre serra e mar, formando naquelas localidades uma elite senhorial muito forte, elite que apoiará o novo Rei e logo mais tarde o futuro Imperador. Em 1815, o Brasil foi elevado à Reino Unido a Portugal e Algarves, falecendo D. Maria I, o príncipe regente foi aclamado Rei em 1818, mas logo essa paz dos Bragança nos trópicos logo acabaria. Em Portugal explode a Revolução Liberal do Porto, defendendo a formação de uma monarquia constitucional e o retorno imediato de D. João VI a sua terra natal; também queriam a volta do Brasil à condição de colônia.

Tendo sido obrigado em 1821 a jurar à constituição, Dom João VI foi obrigado a voltar para Portugal por um grupo de portugueses que aderiu à Revolução Liberal do Porto. As Cortes Portuguesas também queriam a volta do príncipe D. Pedro, aumentando ainda mais o clima de um possível retrocesso na condição que o Brasil já se encontrava, indo de encontro aos interesses dos senhores locais e da população que a mais de dez anos gozava da presença e do protagonismo que tivera a partir de então. Dom João volta a Portugal junto com D. Carlota Joaquina, sua esposa e mais quatro mil pessoas entre funcionários, criados, ministros e diplomatas, deixando no Brasil seu filho, nora e netos.²⁷

Antes do embarque, no dia 24 de abril, D. João e D. Pedro teriam tido uma última conversa que recordaria D. Pedro numa carta enviada a seu pai em 19 de junho de 1822:

 *Eu ainda me lembro e me lembrarei sempre do que Vossa Majestade me disse antes de partir dois dias, no seu quarto: “Pedro, se o Brasil se*

25 Foi um antigo município do estado do Rio de Janeiro, sendo despovoado e demolido na década de 1940, devido a formação da represa de Ribeirão das Lages para a produção de energia elétrica e abastecimento da cidade do Rio de Janeiro.

26 FREITAS, Benedicto. Santa Cruz Fazenda Jesuítica, Real, Imperial. Vice-Reis e Reinado 1760-1821. Volume II. Rio de Janeiro, 1985. Edição do autor. p.199.

27 REZUTTI, Paulo. D. Pedro: A história não contada. 1ª ed. São Paulo: LeYa, 2015. p. 112

*separar, antes seja por ti, que me hás de respeitar do que para algum desses aventureiros.*²⁸

D. Pedro e D. Leopoldina ficam no Brasil e o príncipe é nomeado pelo pai como príncipe regente do Reino do Brasil, e que em caso de impedimento, sua esposa assumiria a regência. D. Pedro assume as responsabilidades na administração dos negócios estatais e, inclusive, dos eclesiásticos, além de poder também declarar guerra ofensiva ou defensiva a qualquer inimigo que atacasse o reino. No início de seu governo houve muitas dificuldades, mas um novo aliado toma parte nesse cenário: José Bonifácio. Pessoa interessante, polida e conhecedor de vários ofícios, como observou Maria Graham. Neste ínterim, as Cortes Portuguesas queriam acabar com tudo que D. João havia deixado no Brasil de 1808 até então, rebaixando as províncias brasileiras para meros territórios ultramarinos portugueses e obrigando os governos da Bahia, Maranhão e Pernambuco a não reconhecerem a autoridade de D. Pedro como príncipe regente do Brasil; estes decretos foram publicados em outubro de 1821 em Portugal, chegando ao Brasil em dezembro. D. Pedro aparenta aceitar aquela carta e a notícia cai como uma bomba no Rio de Janeiro, levando essa situação até o famoso dia 9 de Janeiro de 1822, quando movido pela influência de sua esposa, não acata a decisão de voltar a Portugal, dizendo assim o dia do Fico, primeiro grande passo rumo à Independência.

No desfilar dos fatos, as províncias de São Paulo e Minas Gerais haviam ficado ao lado do príncipe regente, mas uma das principais cidades mineiras não estava tão alinhavada assim: Ouro Preto. Pedro vendo a necessidade de pacificar e unir as três províncias, parte no dia 25 de Março para as Minas Gerais. Rezutti (2015)²⁹ nos conta que a chegada do príncipe as cidades ao longo do caminho causou o efeito que imaginava, sendo saudado com entusiasmo, porque a não ser pelo rosto cunhado nas moedas, somente o povo da Bahia, primeiro lugar onde a Família Real aportou em 1808 e o Rio de Janeiro, conheciam o príncipe. Chegando a Ourto Preto, consegue pacificar a cidade e retorna para o Rio.

Um tempo depois, a província de São Paulo, liderada por José Bonifácio, começa a causar problemas. Parte do governo decide se alinhar aos portugueses e expulsa Martim Francisco, irmão de Bonifácio, da junta governamental. Como aconteceu em Minas, D. Pedro resolve ir a São Paulo, para pessoalmente resolver a questão. Aí começa a viagem pelo Caminho da Independência.

D. Pedro emite um decreto no dia 13 de agosto de 1822 deixando a Princesa Leopoldina como presidente das sessões do Conselho de Estado, despachando em seu lugar e no dia seguinte partiu da Quinta da Boa Vista, rumo a São Paulo. Pedro e sua comitiva iniciam sua viagem através do antigo caminho dos Jesuítas, agora conhecido como Estrada Real de Santa Cruz. Junto dele estavam poucas pessoas, entre elas D. Luis Saldanha da Gama, de 21 anos e que mais tarde fora nomeado Secretário de Estado Interino, Visconde de Taubaté, em 1825 e Marquês de Taubaté em 1826. Também o acompanhava Francisco de

28 Ibidem.

29 REZUTTI, Paulo. D. Pedro: A história não contada. 1ª ed. São Paulo: LeYa, 2015. p. 133.

Castro Canto e Melo, irmão de Domitila de Castro Canto e Melo, a quem ele conheceria nesta viagem.

Chalaça, apelido de Francisco Gomes da Silva, alcoviteiro do príncipe também compunha o grupo; João Maria da Gama Berquó, guarda-roupa; João Carlota e João Carvalho, criados do Paço de São Cristóvão. No caminho, em Venda Grande, ainda no Rio, receberia a companhia de Joaquim Aranha Barreto de Carvalho, tenente-coronel e do Padre Belchior Pinheiro de Oliveira, vigário de Pitangui. Daí o grupo percorre todas as onze léguas da Estrada Real de Santa Cruz até chegar à sede da Fazenda de Santa Cruz.

Chegando em Santa Cruz, logo Pedro fica a par da situação, pois João Carlos Oyenhausen, que havia sido presidente da junta provisória do governo rebelde, estava em Santa Cruz, no caminho para a Corte a mando do príncipe regente. O pedido de audiência foi levado por Francisco de Castro, mas o príncipe recusa e manda se retirar do palácio e manda Oyenhausen para o Rio. Após esse evento, D. Pedro toma repouso na Fazenda e dorme, para no outro dia retornar ao caminho rumo a Itaguaí, São João Marcos e adentrando São Paulo.

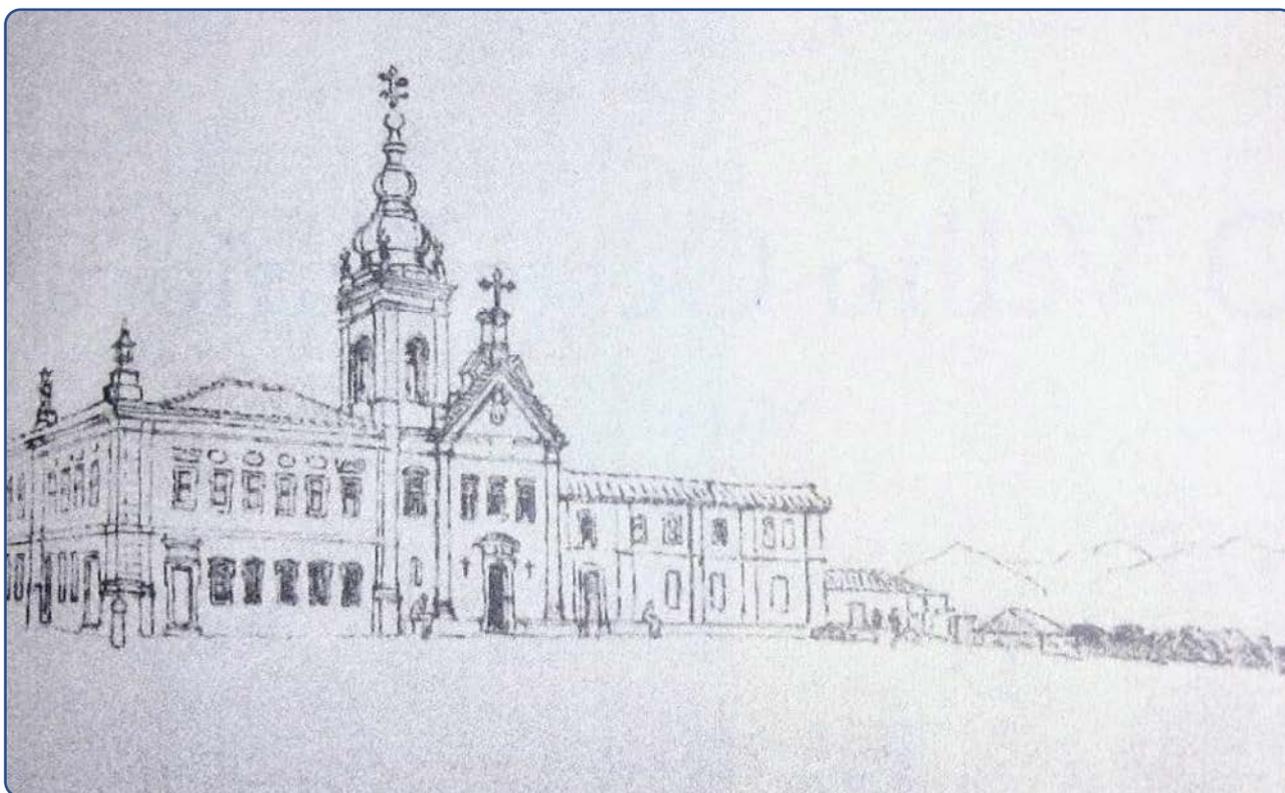


Figura 5: Palácio de Santa Cruz, por Maria Graham

Fonte: Descubra Santa Cruz RJ³⁰

O príncipe, acompanhado de sua comitiva e do pessoal da fazenda, assistiu uma missa na Capela de Santa Bárbara, no palácio, pedindo proteção para os percalços do caminho. Saindo de Santa Cruz, D. Pedro segue a Estrada Real Caminho Novo da Piedade, passando pela reta de Santa Cruz, atual Avenida João XXIII e Avenida Ayrton Senna, chegando

³⁰ Disponível em: < <https://descubrasantacruzrj.com.br/wp-content/uploads/2021/04/Maria-Graham-e1617568112908-1024x630.jpg> >. Acesso em 17.02.2023.

a Itaguaí, percorrendo a atual Rua Quintino Bocaiúva, de lá subiu a serra pela chamada Estrada da Calçada, onde em memória a esta passagem foi criado o “*Mirante do Imperador*” numa grande pedra que destaca a visão panorâmica de Itaguaí. Continuando a viagem, a comitiva passa por Piraí, ainda pertencente à Vila de São João Marcos, onde ainda hoje existe uma paragem chamada Três Vendas, tendo preservado o calçamento de 1837, mas é importante ressaltar que em 1822 o caminho ainda era de chão batido, caminho de tropas, com muita lama e que todas as terras da Serra do Matoso, incluindo a Feitoria de Santarém, a época, pertencia à Fazenda Real de Santa Cruz. Chegando a São João Marcos no mesmo dia que saiu de Santa Cruz, pernitoou na Fazenda Santo Antônio da Olaria, conforme afirma Bondim³¹. Esta fazenda era de propriedade de Hilário Gomes Nogueira³² que não se encontrava por lá, mas em outra fazenda de sua propriedade, a de Três Barras, na altura da cidade de Bananal, em São Paulo, para onde D. Pedro logo se dirigiu.

A partir de São João Marcos, o grupo recebeu a adesão dos filhos de Hilário, Luís Ramos Nogueira e Cassiano Gomes Nogueira, que acompanharam D. Pedro até o Grito do Ipiranga, fazendo parte do que se passou a se chamar Guarda de Honra do Imperador. Na comitiva também entrou nessa região fluminense e ficaria até o fim da expedição foi Joaquim de Souza Breves³³. Seguindo a Estrada Real Caminho Novo da Piedade, rumo a divisa com São Paulo passando pelo centro de Rio Claro, em direção ao Pouso Seco (**divisa de São Paulo e Rio de Janeiro**), até Bananal de São Paulo.

No terceiro dia de caminhada (**16/08**), D. Pedro e sua comitiva chegam a Bananal, onde ficam mais uma vez hospedados na propriedade de Hilário Gomes Nogueira, que se encontrava enfermo. O príncipe recebeu muito apoio da família deste fazendeiro, principalmente de seu genro Brás de Oliveira Andrade Arruda, que já se destacava como grande fazendeiro, com mais de trezentos negros escravizados. Continuando o percurso, chegam a Fazenda Pau d’Alho, em Areias, onde jantou no dia 17/08. Segundo uma tradição oral local, D. Pedro teria apostado corrida com sua comitiva, chegando bem mais cedo a fazenda. Bateu palmas e pediu comida, sem se identificar. Fora atendido, mas disseram para ele comer do lado de fora, pois a sala de jantar estava sendo preparada para receber o príncipe regente, quando a comitiva chegou, e o pessoal da casa soube quem era o forasteiro que estava comendo no degrau do lado de fora da cozinha, houve um constrangimento geral, acompanhado de boas risadas de D. Pedro.

Saíram de lá no dia 18 de agosto, seguindo com João Ferreira, dono da Fazenda onde se hospedara e seu filho, que se incorporaram à Guarda de Honra, depois seguiu para Silveiras, Porto de Santo Antônio da Cachoeira, chegando em Lorena, onde pernitoaram na casa do Capitão-Mor Ventura José de Abreu. Em Lorena se terminava a Estrada Real Caminho Novo da Piedade e de lá a comitiva seguiu pelo Caminho Velho dos Paulistas. Em Pindamonhangaba, D. Pedro recebeu o maior contingente de Guarda de Honra, incluindo

31 BONDIM, Mirian. A Freguesia de Mangaratiba na Independência do Brasil. 1ª ed. Mangaratiba: Edição do autor, 2022. p.30.

32 Fazendeiro de café, Capitão, nascido em Baependi, Minas Gerais em 1970 e falecido em 16 de setembro de 1822.

33 Tornou-se um dos maiores cafeicultores do Brasil, com fazendas que se estenderiam pela região de Mangaratiba, e também um dos maiores traficantes de pessoas escravizadas do País.

o comandante, (**Coronel Manuel Marcondes de Oliveira e Mello**) e seguiu passando por Taubaté, Jacareí, Mogi das Cruzes e demais localidades. Ainda em Mogi, o príncipe assinou o decreto concedendo a exoneração de José Arouche de Toledo Rendón, do cargo de Governador de Armas de São Paulo. No dia 24 de agosto a comitiva dormiu em Penha de França, nos arredores de São Paulo, quando D. Pedro despachou dois observadores, que iriam entrar na vila disfarçados. Finalmente, no dia 25 de agosto D. Pedro chega em São Paulo e fica dez dias na cidade, fortalecendo laços políticos e descansando da viagem. É neste período que conhece Domitila de Castro Canto e Melo e que se tornará sua amante mais famosa, chegando a receber o título de Marquesa de Santos. Apaziguando, D. Pedro a “*Bernarda de Francisco Inácio*”, somente lhe resta dar uma passada em Santos, em 5 de Setembro, terra natal de seu ministro José Bonifácio, para visitar algumas fortificações e se encontrar com membros da Família Andrada.

Ao mesmo tempo que se desenrolam estes fatos da viagem de D. Pedro a São Paulo, no Rio de Janeiro, um navio português está para chegar, chamado Três Corações, trazendo notícias das Cortes de Portugal vindas dos deputados brasileiros que indicavam que, em breve, seriam enviadas ordens de Lisboa muito rígidas em relação ao que estava acontecendo no Brasil. *Além disso, afirma Rezutti*³⁴:

“*Também chegaram informações de que um exército de mais de sete mil soldados estava sendo preparado em Portugal para ser enviado ao Brasil. No Rio de Janeiro, no mesmo período, soube-se da chegada de seiscentos soldados em Salvador e de dois navios de guerra, sem que a esquadra brasileira impedisse.*

Em 2 de setembro foi convocado e presidido por D. Leopoldina o Conselho de Estado para discutir as notícias vindas de além-mar no Paço de São Cristóvão às 10 da manhã, tendo acabado a reunião as 16 horas. *Foi decidido, resumido por José Bonifácio que:*

“*Dizendo ter chegado a hora de acabar com aquele estado de contemporizar com os seus inimigos, que o Brasil tinha feito tudo quanto humanamente era possível fazer para conservar-se unido com dignidade a Portugal, mas que Portugal em vez de acompanhar e agradecer a generosidade com que o Brasil o tratava, insistia nos seus nefastos projetos de o tornar à miserável condição de colônia, sem nexos e nem centro de governo, que portanto ficasse com ele a responsabilidade da separação. Propôs que se escrevesse ao sr. d. Pedro para que Sua Alteza Real houvesse de proclamar a independência sem perda de tempo. A princesa real, que se achava muito entusiasmada em favor da causa do Brasil, sancionou com muito prazer a deliberação do Conselho*³⁵”

34 REZUTTI, Paulo. D. Leopoldina: A história não contada: A mulher que arquitetou a independência. 1ªed. Rio de Janeiro: LeYa, 2017. p 241.

35 Ibidem.

Depois do discurso de Bonifácio, foi proposto por ele a D. Leopoldina que escrevesse a D. Pedro para que ele declarasse a independência brasileira sem perda de tempo, tendo que a princesa real, achava-se muito entusiasmada em favor da causa do Brasil, sancionou com muito gosto a deliberação do Conselho. Enquanto a temperatura naquelas salas aumentava, aguardava do lado de fora um sujeito, que a escrita das cartas terminassem. Era o que seria considerado o Patrono do Correio Brasileiro, Paulo Bregaro, que era oficial do Supremo Tribunal Militar, iria levar acompanhado do Major Antônio Dias Cordeiro, os documentos e cartas para D. Pedro em São Paulo. Rezutti conta que antes de sair, Bregaro recebeu uma ordem de Bonifácio dizendo que não arrebentar uma dúzia de cavalos no caminho, nunca mais será correio.³⁶

Faz-se necessário colocar aqui a íntegra da carta escrita por D. Leopoldina, muito contundente, que com certeza, *influenciou o ânimo de seu marido, no dia 7 de setembro*:

“ Pedro, o Brasil está como um vulcão. Até no paço há revolucionários. Até oficiais das tropas são revolucionários. As Cortes Portuguesas ordenam vossa partida imediata, ameaçam-vos e humilham-vos. O Conselho do Estado aconselhava-vos para ficar. Meu coração de mulher e de esposa prevê desgraças, se partirmos agora para Lisboa. Sabemos bem o que tem sofrido nossos pais. O rei e a rainha de Portugal não são mais reis, não governam mais, são governados pelo despotismo das Cortes que perseguem e humilham os soberanos a quem devem respeito. Chamberlain vos contará tudo o que sucede em Lisboa. O Brasil será em vossas mãos um grande país. O Brasil vos quer para seu monarca. Com o vosso apoio ou sem o vosso apoio ele fará a sua separação. O pomo está maduro, colhei-o já, senão apodrece. Ainda é tempo de ouvirdes o conselho de um sábio que conheceu todas as cortes da Europa, que, além de vosso ministro fiel, é o maior de vossos amigos. Ouvi o conselho do vosso ministro, se não quiserdes ouvir o de vossa amiga. Pedro, o momento é o mais importante de vossa vida. Já dissestes aqui o que ireis fazer em São Paulo. Fazei, pois. Tereis o apoio do Brasil inteiro e, contra a vontade do povo brasileiro, os soldados portugueses que aqui estão nada podem fazer. Leopoldina.³⁷

Infelizmente não se tem um relato pormenorizado do caminho do Correio da Independência pela Estrada Real de Santa Cruz, Caminho Novo da Piedade e Estrada Velha dos Paulistas. Não se sabe onde pararam, dormiram e trocaram os cavalos. Se imagina que eles dormiram muito pouco, dada a urgência da nobilíssima missão que estavam desempenhando. Se algum problema acontecesse pelo caminho, como um acidente ou fossem assaltados, D. Pedro somente saberia das notícias e decisões de Lisboa ao chegar ao Rio de Janeiro.

36 REZUTTI, Paulo. D. Leopoldina: A história não contada: A mulher que arquitetou a independência. 1ªed. Rio de Janeiro: LeYa, 2017. p 241

37 Ibidem p. 242

Na madrugada do dia 7 de setembro, D. Pedro tendo cumprido seus compromissos na cidade santista, já voltava para São Paulo. Durante a tarde, o príncipe ordenou que a maior parte da comitiva fosse à frente pois ele estava sendo acometido por uma dor de barriga que o atormentava bastante. Assim Bergaro, vindo do Rio o encontra e entregou-lhes os ofícios e cartas enviadas pela regência. Segundo o Padre Belchior, que se juntara à comitiva ainda no Rio nos relata que após se ajeitar, teria amassado as cartas e as jogado no chão, de onde foram recolhidas pelo religioso. Depois de caminharem em direção à estrada, acompanhado por ele, Bergaro, Carlota, Cordeiro e outras pessoas, seguindo em direção aos animais. De repente D. Pedro parou e disse:

“ — Padre Belchior, eles o querem, terão a sua conta. As Cortes me perseguem, chamam-me com desprezo de rapazinho e de brasileiro. Pois verão agora quanto vale o rapazinho. De hoje em diante estão quebradas as nossas relações; nada mais quero do governo português e proclamo o Brasil para sempre separado de Portugal.³⁸ ”

Arrancando, D. Pedro, o laço azul e branco do chapéu, símbolo do reino de Portugal, atirou-o ao chão e disse: Laço fora soldados! Viva a independência, a liberdade e a separação do Brasil!³⁹ O entusiasmo era tamanho e o príncipe, tirando a bainha da sua espada, disse o famoso brado: *“Brasileiros, a nossa divisa de hoje em diante será - Independência ou Morte”*⁴⁰, e seguiu para São Paulo a frente de todos.

A viagem de volta para o Rio de Janeiro seria feita em tempo recorde por D. Pedro - cinco dias - mas infelizmente, assim como a viagem do Correio da Independência, não temos também relatos da volta, mas para dar a importância a Fazenda Real de Santa Cruz, sabemos que logo ao voltar do Ipiranga, antes de percorrer as últimas onze léguas, rumo a São Cristóvão, a independência foi muito comemorada, com vinhos e aguardente da boa, vinda de Paraty ou Angra dos Reis, famosas por suas pingas.⁴¹

5. CONCLUSÃO

Sabemos que a Independência do Brasil não começou às margens do Ipiranga, nem muito menos se encerrou no caminho de volta ao Rio de Janeiro. Houve guerra na Bahia, resistência por parte dos portugueses, até que dois anos depois, Portugal reconhecesse a *“maioridade”* de seu filho que reivindicou andar com as próprias pernas.

Santa Cruz ainda viveu um bom período de destaque no cenário do primeiro reinado, mas já tendendo a um ostracismo no segundo, com a preferência do Magnânimo Imperador D. Pedro II, pelos ares da serra, com a construção de Petrópolis.

38 REZUTTI, Paulo. D. Pedro: *A história não contada*. 1ª ed. São Paulo: LeYa, 2015. p.145.

39 SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho editorial, 2015. p. 398.

40 Ibidem.

41 FREITAS, Benedicto. *Santa Cruz Fazenda Jesuítica, Real, Imperial. Império 1822-1889*. Volume III. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1987. p.282.

Mesmo assim, Santa Cruz teve a linha de trem chegando até suas terras, servindo a população até hoje, foi contemplado com a primeira linha de telefone do Brasil, ligando o Paço de São Cristóvão com o Paço Santacruzense. Também teve a primeira agência dos correios do Brasil e as primeiras ruas do subúrbio a ter sua iluminação pública ser por meio da energia elétrica. Marcando o último momento do Império Brasileiro, já no final do século XIX foi instalado o Matadouro Público do Rio de Janeiro.

Hoje Santa Cruz luta para se autoconhecer e se fazer ser vista, mas como um fruto do trabalho local, alguns reconhecimentos já foram adquiridos, como a instituição do Ecomuseu do Matadouro, o Núcleo de orientação histórica e Pesquisa de Santa Cruz - **NOPH** e mais recentemente o título de bairro Imperial, para junto de São Cristóvão ter essa merecida honraria.

Os caminhos passados por D. Pedro hoje foram substituídos por rodovias, antes também por ferrovias e pela via aérea, reduzindo e muito a viagem entre as duas maiores e mais importantes metrópoles brasileiras. Mas a história que nesses caminhos de tropas foi escrita não se apagará nem deixará de ser contada para as próximas gerações.

REFERÊNCIAS

BONDIM, Mirian. **A Freguesia de Mangaratiba na Independência do Brasil**. 1ª ed. Mangaratiba: Edição do autor, 2022.

Caminho de Peabiru. Secretaria da Educação do Paraná. Disponível em :<<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=317>>. Acesso em 17.02.2023.

COSTA, Edite Moraes. **Do boi só não se aproveita o burro!** O comércio das carnes verdes e a transformação socioeconômica da Imperial Fazenda de Santa Cruz com a Construção do Matadouro Industrial (1870-1890). 2017. 160f. (Dissertação - Mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2017.

DADALTO, Tatiana Pinheiro. **ARQUITETURA ESTRATIGRÁFICA E EVOLUÇÃO GEOLÓGICA DA RESTINGA DA MARAMBAIA** (RJ). 2017. 275f. Tese. (Pós-graduação - Geologia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

FREITAS, Benedicto. **Santa Cruz Fazenda Jesuítica, Real, Imperial. Era Jesuítica 1567-1759**. Volume I. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1985.

_____. **Santa Cruz Fazenda Jesuítica, Real, Imperial. Império 1822-1889**. Volume III. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1987.

_____. **Santa Cruz Fazenda Jesuítica, Real, Imperial. Vice-Reis e Reinado 1760-1821**. Volume II. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1987.

GOES, Hildebrando de Araujo. **A baixada de Sepetiba**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1942.

LAMEGO, Adinalzir Pereira. **Ruas e logradouros de Santa Cruz**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Edição do autor, 2022.

LUCENA, Felipe. **Sítio arqueológico de Sepetiba está completamente abandonado**. Diário do Rio. 2 de jul de 2019. Disponível em: <<https://diariodorio.com/sitio-arqueologico-de-sepetiba-esta-completamente-abandonado/>>. Acesso em 16.02.2023.

MANSUR, André Luis; ROSA, Guaraci. **Santa Cruz: Nos caminhos da independência**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2022.

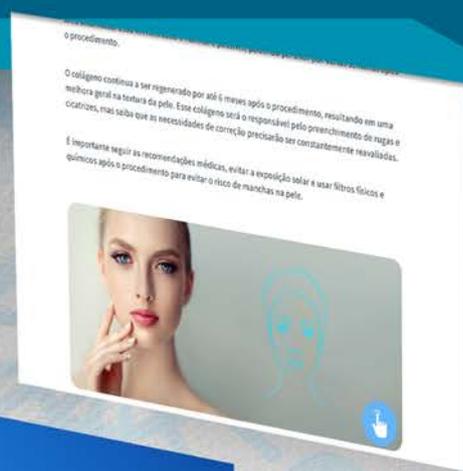
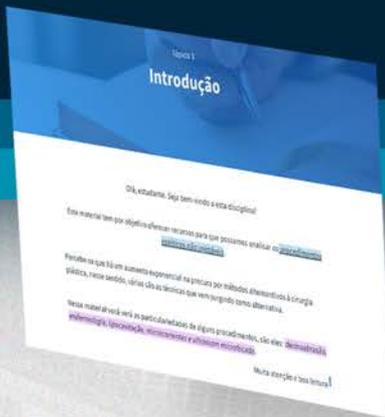
REZUTTI, Paulo. **D. Leopoldina: A história não contada: A mulher que arquitetou a independência**. 1ªed. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

_____. **D. Pedro: A história não contada**. 1ª ed. São Paulo: LeYa, 2015.

ROSA, Alcebíades Francisco. **História de Sepetiba**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1995.

SOUSA, Otávio Tarquínio de. **História dos fundadores do Império do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho editorial, 2015.

TOLEDO, Francisco Sodero. **Estrada Real: Caminho Novo da Piedade**. 1ª ed. Campinas: Editora Alínea, 2009.



O MÉTODO

A qualidade de ensinoaprendizagem está diretamente ligada ao material utilizado, pois ele é capaz tanto de auxiliar como de retardar o desenvolvimento dos estudantes. Pensando nisso, a **Conted.tech** criou seu próprio catálogo de disciplinas e unidades de aprendizagem: **O MÉTODO**.

Com interface intuitiva e amigável, **O MÉTODO** apresenta uma trilha de aprendizagem autoinstrucional e temas que aguçam o senso crítico do aluno.

Apesar de o **EAD** ser uma modalidade educacional que separa alunos e professores física ou temporalmente, não precisa ser sinônimo de distanciamento.

O MÉTODO demonstra que é possível, através da utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, estar juntos e conectados.



O MÉTODO

Rompendo com as distâncias do saber



Educação Financeira Como Aspecto de Qualidade de Vida

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Felipe Mesquita de Queiroz
Discente do curso de PROFOP - R2 - Matemática

RESUMO:

Tendo em vista que a Educação Financeira-EF ganhou relevância no campo científico nos últimos 10 anos, este artigo utiliza uma abordagem bibliográfica com destaque qualitativo que provoca uma reflexão crítica sobre a importância da educação financeira como aspecto da qualidade de vida. Reconhecer a necessidade de ter uma vida financeira saudável. Só porque não temos hábitos e costumes saudáveis e controláveis, acabamos vivendo nossas vidas como um câncer financeiro descontrolado. Ao discutir os benefícios esperados, conduza a investigação sobre a resposta adequada para aqueles que estão dispostos a seguir um caminho de avanço pessoal quando se trata de lidar com dinheiro. Existem muitos, mas apenas alguns aqui serão abordados, quebrando tabus, às vezes de vida, que aceitamos como verdade, como “dinheiro é pecado” ou “a raiz de todos os males” Conclusão: todos em nossa jornada chegam a um ponto na vida em que sempre haverá desculpas para todos os fracassos, e haverá muitas desculpas. Não podemos curar nossas vidas financeiras a menos que assumamos a responsabilidade por nossos fracassos. É claro que coisas terríveis acontecem em nossas vidas o tempo todo, mas há um lado positivo desses eventos aparentemente ruins, eles oferecem lições e a possibilidade de crescimento, tudo depende do nosso sucesso, mas a educação ainda enfrenta seus maiores desafios por um curto, médio a longo prazo, deixando assim a questão em aberto, pensando no futuro que temos de enfrentar, mas que exige ainda uma luta por uma educação de qualidade, mas frisamos aqui que não queremos só letramento financeiro, mas educação de qualidade, que não seja diferente da educação privada, porque a educação pública deve ser inovadora e mais recursos públicos devem ser investido para trazer uma nova educação pública. Política educacional eficiente ao invés de encobri-la com índices governamentais.

Palavras chave: Educação Financeira, Dinheirofobia, Qualidade de vida; Influenciadores.

ABSTRACT:

Given that Financial Education-EF has gained relevance in the scientific field in the last 10 years, this article uses a bibliographic approach with qualitative emphasis that provokes a critical reflection on the importance of financial education as an aspect of quality of life. Recognize the need to have a healthy financial life. Just because we don't have healthy, manageable habits and customs, we end up living our lives as an uncontrolled financial cancer. When discussing the expected benefits, conduct research on the appropriate response for those who are willing to follow a path of personal advancement when it comes to handling money. There are many, but only a few here will be addressed, breaking sometimes lifelong taboos that we accept as truth, such as “money is a sin” or “the root of all evils” Conclusion: everyone on our journey comes-to a point in life where there will

always be excuses for every failure, and there will be many excuses. We cannot heal our financial lives unless we take responsibility for our failures. Of course terrible things happen in our lives all the time, but there is a positive side to these seemingly bad events, they offer lessons and the possibility of growth, it all depends on our success, but education still faces its greatest challenges for the short, medium and long term, thus leaving the question open, thinking about the future that we have to face, but that still requires a fight for quality education, but we stress here that we don't want only financial literacy, but quality education, that is no different from private education, because public education must be innovative and more public resources must be invested to bring about a new public education. Efficient educational policy instead of covering it up with governmental indexes.

Keywords: *Financial Education, Moneyphobia, Quality of life; Influencers.*

1. INTRODUÇÃO

A educação financeira na última década vem ganhando espaço nas discussões de pesquisadores, de influenciadores digitais e até pelo Estado. Devido ao cenário econômico atual e o quadro inflacionário que o país enfrenta, percebe-se um grande aumento no percentual de endividamento das famílias, pelo simples fato de não termos o hábito de consumir conscientemente, chegando a ter uma vida financeira doente. Diante desse quadro surge a necessidade de uma maior organização e controle do orçamento familiar, de forma que se possa adquirir uma conscientização sobre as receitas e despesas para garantir uma situação financeira equilibrada.

A educação faz parte do desenvolvimento pessoal de qualquer indivíduo que seja capaz de exercer uma atividade profissional útil a sociedade. A Educação Financeira (**EF**) promove não só desenvolvimento do indivíduo, mas também possibilita novas oportunidades financeiras, possibilitando o conhecimento de conceitos e de produtos. A falta desse conhecimento financeiro contribui para induzir um consumo desenfreado de produtos supérfluos, favorecendo o endividamento. Portanto, conhecimentos básicos de **EF**, que não aprendemos dentro de uma escola, na família e nem no trabalho, mas sim na escola da vida, poderia contribuir para melhorar as condições financeiras dos indivíduos.

Falar sobre **EF** é quebrar tabus que aceitamos como verdade, às vezes por toda uma vida, como *“Dinheiro é pecado”* ou é a *“Raiz de todos os males”*. A proposta deste artigo é falar sobre Educação Financeira como aspecto de qualidade de vida. *De que maneira a EF pode contribuir na gestão do orçamento familiar e pessoal garantindo uma vida financeira saudável?* A leitura deste artigo nós levará a responder esta pergunta principal para quem deseja trilhar o caminho do aperfeiçoamento pessoal no trato com o dinheiro.

O presente artigo se propõe a ajudar a achar as respostas para alguns questionamentos, como por exemplo: *O que é educação financeira como conceito? Taxas, créditos e outros conceitos básicos para alcançar a independência financeira que você sonha farão você pensar em como funciona a educação financeira no Brasil. Aprendemos educação financeira na escola? Ou matemática financeira?* Depois de responder a essas perguntas, podemos nos conhecer melhor, planejar melhor o futuro e viver uma vida melhor. Reconhecendo a necessidade de levar uma vida financeira saudável.

2. METODOLOGIA

A ciência é uma modalidade de conhecimento que não é apenas uma coleção de dados. Uma vez coletados os dados, eles devem ser logicamente conectados à realidade de acordo com a teoria por trás deles (cf. **SEVERINO, 2016, p. 135**). Para atingir o objetivo do artigo, optou-se por realizar uma pesquisa bibliográfica com uma abordagem qualitativa e métodos de verificação bibliográfica. Essencialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica referente ao tema educação financeira nos últimos 12 anos sobre o conceito e sua relevância na comunidade científica, tendo como bases de banco de dados periódicos **CAPES**, Scielo, Biblioteca Virtual, utilizando descritores booleanos “e” “ou”, livros, dissertações e notícias de jornal digital. Nas consultas dos bancos de dados foram inseridos os

termos “*educação financeira*”, “*qualidade de vida*”, “*influenciadores digitais do mundo financeiro*”, “*políticas públicas*”, “*Base Nacional Comum Curricular*”.

Lakatos (2021) descreve que a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, artigos científicos impressos ou eletrônicos, material cartográfico e até meios de comunicação oral: programas de rádio, gravações, audiovisuais, filmes e programas de televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritas de alguma forma.

A abordagem qualitativa, partir dos levantamentos referenciais que aborda a problemática do assunto justifica o método diante da necessidade reflexiva e teórica da legitimação acadêmica das informações consequentemente levando a um pensamento crítico sobre a discussão sobre o assunto, levando novos estudos haja em vista que educação financeira e um vasto campo de pesquisa.

Para Minayo (2015, p. 21) a pesquisa qualitativa “*responde a questões específicas*”. As ciências sociais, são “*realidades em níveis não quantificáveis*”, isto é, “*alinhadas com um universo de significados, motivações, das aspirações, das crenças, dos valores e atitudes*”. E a citada autora conclui:

“O ser humano caracteriza-se não apenas por agir, mas também por contemplar o que está fazendo, interpretando suas ações na realidade e compartilhando-as com seus semelhantes. O universo da produção humana condensa-se num mundo de relações, representações e intencionalidades, sujeito a pesquisas qualitativas e de difícil tradução em números e medidas quantitativas. Por esse motivo, como muitos sugerem, não há continuidade entre abordagens quantitativas e qualitativas, e a pesquisa quantitativa é feita primeiro, ou seja, estabelecendo uma hierarquia “objetiva e científica”. E o qualitativo está na base da escala, ocupando um lugar de suporte e exploratório, sendo ‘*subjetivo e impressionista*’.”

Como tal, a bibliografia não é apenas uma repetição do que já foi dito ou escrito sobre um determinado tópico. Isso permite que você considere seu tópico sob um novo foco ou abordagem e chegue a conclusões inovadoras. Isso porque os problemas tratados sob uma perspectiva qualitativa são muito diferentes daqueles que utilizam a pesquisa quantitativa (JANESICK, 1994).

3. A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO A CONVERGÊNCIA DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA-ENEF COMO POLÍTICA PÚBLICA

Segundo Yuuko Ichiara personagem fictícia do mangá **XXX Holic**, o mundo está permeado por mistérios, mas por mais estranhos que sejam, mais absurdos que pareçam, não são mais do que acontecimentos que passam despercebidos pelo universo se não forem

testemunhados pelas pessoas, influenciados e atingidos pelas pessoas. As pessoas são as entidades mais misteriosas que o mundo já concedeu. **(CLAMP 2003)**.

Analisando o pensamento proposto por Yuuko de que os humanos são os seres mais misteriosos que o mundo já conheceu e que estão em constante evolução, e considerando também que o mundo também evoluiu, *você deve estar se perguntando o que tem a ver o pensamento filosófico de um mangá com a educação financeira no Brasil?* Para ser, mas claro devemos ir ao passado para podemos entender o presente.

Do ponto de vista histórico, pode-se dizer que a educação tem a sua origem na Grécia Antiga, que representa o berço de toda uma cultura ocidental que está enraizada em uma miríade de valores morais e sociais de hoje. Os gregos foram os primeiros a abordar o tema educação na literatura grega, havendo registro de questionamentos sobre o conceito de educação **(Ribeiro et al, 2018)**

Segundo Silva e Souza **(2018)**, a educação existe em todas as sociedades e sofre algumas mudanças ao longo do tempo. A sociedade se educa de alguma forma, e a educação molda o ser humano e pode ser utilizada como forma de controle ou emancipação, dependendo de sua finalidade dela na sociedade.

Santiago, **(2018)** afirma que os personagens que transformaram o tal debate em uma importante questão filosófica foram os sofistas: Sócrates, Platão, Isócrates e Aristóteles. Assim, a sociedade ateniense viu surgir o conceito de “*paideia*”, termo empregado para se referir à noção de educação na sociedade grega clássica

O termo **paideia** deriva da palavra grega *paidos* ou *pedós* (**criança**) e significava “*criação dos meninos*”: era relacionada, mais precisamente, à educação familiar, a bons modos e a princípios morais onde um sistema que englobava a totalidade dos aspectos da vida: os conteúdos abordados era ginástica, geografia, gramática, história natural, matemática, filosofia, retórica e música. A Grécia Antiga trouxe, conseqüentemente, o modelo humanístico de educação, semelhante ao que se utiliza atualmente **(SANTIAGO, 2018)**.

Ribeiro *et al* **(2018)** apresenta uma sistematização dos períodos da história da educação da Grécia Antiga:

“ *Pré-homérico (2500-1100 a.C.) ou heroico, em que aconteceu a formação do povo grego com a junção de várias tribos. Nesse período, prevalece a educação baseada na crença mitológica, na qual as explicações para a vida e os acontecimentos são e devem ser guiados e decididos pelo sobrenatural.*

Homérico (900-750 a.C.), período retratado pelos poemas de Homero (Ilíada e Odisseia), quando a prática da oralidade era largamente utilizada na transmissão do legado cultural no país. Continua a concepção mítica de mundo. Arcaico (século VII e VI a.C.), período da formação das cidades--estado, escrita, moeda, lei, sofistas e da vida urbana na pólis grega. A educação em Esparta visava à preparação física e militar para a guerra.

Clássico (final do século V a.C. ao século IV d.C.), período que corresponde ao apogeu e decadência da civilização grega. Ocorre o desenvolvimento das leis e das políticas públicas para a sociedade.

Xavier (2016) descreve: “A educação grega é alavancada em razão do desenvolvimento democrático nas cidades e da possibilidade do acesso à educação a todos os cidadãos gregos”. Para os gregos a educação era um modo de formação que buscava formar a mente e o corpo, ou seja, a razão humana e o cosmocentrismo foi priorizado. Já no período romano a educação esteve por muito tempo ligado as Doze Tábuas por meios destas leis que os romanos mantiveram sua forma de conduta, seus valores e principalmente a o seu ideal de organização pela autoridade patriarcal e familiar.

Segundo Melo (2006), a educação em Roma dava ênfase à formação moral e física (**formação do guerreiro**), para a constituição de direitos e deveres que contribuíram para a formação do conceito de cidadania entre os romanos. Essa estava relacionada ao valor da família com papel central do pai e com participação da mãe, a qual exercia um papel muito importante na educação dos filhos. O pai estava destinado ao papel de formar o futuro cidadão, ou seja, a ele era atribuída a responsabilidade pela formação dos filhos homens em todos os aspectos da vida desde a moral até os estudos, as letras e a vida social. Para as mulheres, porém, a educação era voltada para a preparação de seu papel como esposas e mães, atribuindo a elas um papel familiar e educativo.

Em meados do **século XV** e **XVIII** é o período conhecido como a Idade Moderna quando surge o Renascimento para significar a retomada dos valores greco-romanos. A idade moderna desencadeou o movimento conhecido como o Humanismo, caracterizando pela procura da construção de pensamento e cultura voltados aos valores do antropocentrismo (**em que o ser humano é considerado o centro do pensamento, do universo e da sociedade**). Este movimento apresentava uma oposição aos valores teocêntricos, em que Deus é o centro do pensamento, característicos do período medieval (**Ribeiro et al 2018**).

Nesse sentido, o olhar humano passou a ser centrado na terra e não mais no céu. Além disso, aspectos da cultura greco-romana foram retomados. Em todas as áreas, planos e espaços, uma nova imagem de mundo desponta na: pintura, arquitetura, escultura, literatura, música, política e na sociedade. É nesse período que a educação se torna um fator importante para a propagação do pensamento moderno e da secularização do saber. Assim, essa nova forma de ver e pensar o mundo está associada às transformações econômicas e sociais que tiveram início no final da Idade Média e se estenderam nos séculos seguintes (**Ribeiro et al 2018**).

Quando falamos sobre educação, saúde, cidadania, democracia etc. estes temas sempre estão associados ao termo política públicas, mas este termo amplamente utilizado na ciência política. Já em meados do **século XX**, estudiosos norte americanos e europeus já se interessavam por pesquisas destinadas a analisar e explicar o papel do Estado, uma vez que as ações administrativas institucionais influenciavam e regulavam muitos aspectos da vida social. Conclui-se que as políticas públicas estão relacionadas as questões políticas e governamentais que mediam a relação entre Estado e sociedade (**JEUS, 2020**).

Em geral, as políticas públicas interagem em diversas disciplinas das Ciências Sociais, Direito, Administração e tantas outras a que mais se aproxima da vida cotidiana que é as políticas sociais organizada por setores, como por exemplo: saúde, educação, saneamento básico, transporte etc.

Em meados do **século XVIII** ao **século XIX**, a função primordial do Estado, era manter a segurança e a defesa pública, em caso de conflito externo. No entanto com o avanço da democracia houve mudança na relação das responsabilidades do Estado perante a sociedade. Nesse sentido podemos dizer que a principal função do Estado é proporcionar o bem-estar à sociedade (**JESUS, 2020**).

O Estado precisa agir sobre algumas ações em diversas áreas, como educação, saúde, transporte público e meio ambiente. A política pública é usada para alcançar resultados nessas áreas. Para entendermos de uma forma bem clara a expressão política pública é compreendemos a definição etimológica separadamente, política vem do grego *politikó*, adjetivo que distingue aos cidadãos que compõem uma comunidade cívica, a partir da polis referindo na participação nas decisões sobre o rumo da cidade. Já a palavra pública vem do latim *publicus* que significa povo (**QUEIROZ, GONÇALVES, 2008**).

O educador Anísio Teixeira (**1900-1971**), afirma que a democracia é, essencialmente, o modo de vida social em que cada indivíduo conta como uma pessoa que desfruta de liberdade e de autonomia para participar e influenciar nos valores e na cultura da sociedade. No campo político, democracia designa o governo ou a estrutura de poder em que predomina a vontade da maioria (**QUEIROZ; GONÇALVES, 2008**).

Para Queiroz e Gonçalves (**2008**) ser cidadão é ter direito e deveres civis, sociais e políticos. O usufruto dos direitos e o cumprimento das obrigações constituem-se no exercício da cidadania. A cidadania, portanto, é exercida pelos cidadãos. Ou, como se queira, a cidadania é a condição de ser e de agir do cidadão.

Norberto Bobbio (**1909-2006**) o direito do cidadão é a conversão universal dos direitos do ser humano. Por extensão, a efetiva cidadania é um privilégio das sociedades democráticas, abertas e plurais. Em regimes sob a forma de ditadura, fechados autoritários e que não prezam pelas liberdades de locomoção e de opinião não há cidadãos e, tampouco, cidadania. As sociedades extremamente desiguais, socialmente injustas, em que a miséria de muitos convive lado a lado com o esbanjamento da riqueza de poucos, também não podem ser consideradas como ambientes sociais em que o cidadão e a cidadania são universalmente respeitados (**QUEIROZ; GONÇALVES, 2008**).

Benevides (**2000**) afirma que, não existe democracia sem direitos humanos, assim como não existe direitos humanos sem a prática da democracia. Em decorrência, podemos afirmar o que já vem sendo discutido em certos meios jurídicos como a quarta geração, ou dimensão, dos direitos humanos: o direito da humanidade à democracia.

Podemos concordar com a autora existem algumas referenciais normativas sobre a práticas da cidadania tanto como por exemplo: A Declaração Universal dos Direitos Humanos; a Convenção do Direitos da Criança e a Constituição Federal de 1988 mais conhecida como “*Constituição Cidadã*” promulgado por Ulysses Guimarães, é considerada a mais humana de todos os tempos e atendeu a diversos interesses e demandas do povo brasileiro.

Com a Constituição Federal de 1988, a educação passou a ser direito fundamental de todos cidadãos brasileiro independente de sua raça, cor, religião e classe social.

Art. 205: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (CF, 2021)

Freire (2016) afirma que educar, neste milênio, é muito mais do que simplesmente garantir que o aluno desenvolva competências e habilidades e seja aprovado no Enem ou ingresse nas melhores universidades. O comprometimento de um trabalho voltado para o exercício da cidadania é de suma importância para a formação integral do aluno, visto que a escola pode contribuir para que os jovens façam, suas escolhas de forma, baseados em valores.

De fato, educar em pleno **século XXI**, é difícil para o Estado e que se apresenta insuficiente em tratar em questões sociais. Vários autores definem política pública. Peters (1986) define política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer” já Laswell (1958), ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz.

Tirar determinada política pública do papel e aplicar na realidade social e cultural é difícil pois esta ação de sair da teoria e ir para prática é totalmente diferente a verdade é que a ferramenta principal não colabora nós enxergamos vários discursos memoráveis que falam das oportunidades igualitárias dentre outras mas são todos mascarados com velho jargão governamental: “Educação para todos”, mas, como dizia o educador Paulo Freire, “É necessário que nossas falas sejam corporificadas pelo exemplo”, ou seja que nossas práticas não sejam negadoras daquilo que defendemos (JEUS,2020).

Como dizia a música Xibom, Bombom do grupo “As Meninas”, formada por 8 integrantes, a música trazia um teor político em uns seus versos dizia: “Analisando essa cadeia hereditária quero me livrar dessa situação precária. Onde o rico fica cada vez mais rico e o pobre cada vez mais pobre. E o motivo todo mundo já conhece é que o de cima sobe e o de baixo desce” (AS MENINAS,1990).

A música acima citada é muito atual, demonstra de fato a nossa realidade, que muitas vezes é mascarada por discursos governamentais igualitários. A mesma letra ainda há os versos: “mas eu só quero educar meus filhos// tornar-me um cidadão com muita dignidade. Eu quero viver bem//quero me alimentar com a grana que eu ganho” (AS MENINAS,1990).

Segundo a reportagem divulgada no site da Rádio Bandeirantes em julho de 2019, uma análise dos dados do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas constatou que, a desigualdade de renda entre os brasileiros atingiu o nível maior no primeiro trimestre de 2019, comparando anos anteriores.

Até aqui, temos pensado a educação de qualidade de forma mais crítica e reflexiva, pois temos visto a educação como uma constante mudança (ESTEBAN, 2016).

A educação financeira tem destaque na da literatura científica brasileira desde 2010 por meio do Decreto Federal nº. 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Institui a **Estratégia Nacional de Educação Financeira-ENEF** o Estado inicia os projetos visando o cumprimento das diretrizes propostas pela **ENEF**. Assim começou um processo de transformação de um tema até então pouco conhecido dos brasileiros (**Ribeiro et al. 2021**).

Em artigo da **CNN BRASIL** escrito por Matheus Prado (**2020**), ele explica que a **Educação Financeira-EF** deve começar desde cedo. Depois de uma década desenvolvendo uma **Estratégia Nacional de Educação Financeira-ENEF**, o jornalista diz ainda que o Brasil ainda enfrenta sérios desafios para formar pessoas com relacionamento saudável com o dinheiro que recebem e gastam. Um relatório do **Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA)**, que cobriu o ano de 2018 e foi divulgado no último dia 7, classificou o país na 17ª posição do ranking de competência financeira de jovens entre 20 países analisados. A média brasileira, 420, ficou bem abaixo da geral, 505. No entanto, o país melhorou em relação à avaliação anterior, de 2015, quando obteve uma média de 393 e terminou amargou em último lugar entre os 15 países avaliados. Segundo o economista e professor do Insper, Ricardo Paes de Barros, os brasileiros estão sofrendo ainda mais com a crise provocada pelo coronavírus por falta de atenção com as finanças.

Claudia Forte, professora e superintendente da **Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF Brasil)**, acredita que o tamanho do Brasil e as particularidades de cada região inviabilizam um ensino unificado. O Tocantins, é o único estado que tem educação financeira universalizada, não pode ter o mesmo conteúdo do Rio Grande do Sul. Descrito como pertencente à Rede de Ensino, fornece materiais para a implantação de sistemas de ensino nas escolas por meio de parcerias com a Secretaria de Educação. Visitamos vários secretários de governos estaduais e municipais. Não só falta vontade política, como também falta estrutura. *“Algumas escolas não têm banheiros ou internet”*, diz ele. Além de Tocantins e Rio Grande do Sul, a **AEF** tem parcerias com Minas Gerais e Paraíba.

A educação financeira foi incluída na Base Nacional Comum Curricular (**BNCC**) da educação infantil e do ensino fundamental em 2017 tornando-se um assunto transversal nos currículos dos alunos e permeando todo o processo de aprendizagem.

Segundo a educadora Kátia Smole (**2019**), *“A implementação plena da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nos permitirá construir pela primeira vez um sistema de ensino coerente dentro do país”*.

Ressalta-se que a **BNCC** é um documento normativo que representa uma política centralizada que define as habilidades e competências que devem subsidiar as atividades educacionais em todas as escolas brasileiras, da educação infantil ao ensino médio. A leitura da **BNCC** é fundamental porque introduz novos conceitos e parâmetros que não só impactam um novo paradigma educacional, mas também fazem com que todos os leitores busquem conhecimentos complementares e proponham uma base curricular comum para o entendimento. (**Casio 2018**).

Claudia Forte (**2020**) aponta que essa transversalidade introduzida pela **BNCC** tem se mostrado um fator prejudicial nessa fase de implantação. É verdade que as escolas deveriam incluir essa disciplina no currículo, *mas como fica isso se não há provas nem notas?* Outra questão é a formação dos professores. No entanto, muitos estão ansiosos para

aprender sobre esse assunto. Precisamos colocá-los no centro dessa discussão e repensar nossos cursos de formação. Crianças levando para casa o que aprenderam A **BNCC (2018)** aponta que as decisões educacionais devem focar no desenvolvimento de competências. Articulando o que o aluno “*deveria saber*” (**considerando conhecimentos, habilidades, atitudes e formação de valores, atitudes e valores**). atender às complexas demandas do cotidiano, do exercício pleno da cidadania e do mundo do trabalho). As descrições de competências fornecem orientação para aprimorar medidas para garantir o aprendizado essencial, conforme definido pela **BNCC**.

Em meados de 2019, o **BACEN** lançou um projeto piloto para auxiliar na introdução da educação financeira nas escolas públicas. Intitulado “*Aprender Valor*”, o programa visa ensinar a disciplina de forma transversal e integrada com a matemática, o português e as humanidades. Além de seguir uma abordagem condizente com a Base Nacional Comum Curricular (**BNCC**), o programa oferece treinamento online para professores e dirigentes escolares e aplicação de educação financeira ministrada por professores em sala de aula. Luis Gustavo também tem grande potencial para atingir diretamente professores e alunos e divulgar o assunto para as famílias e comunidades onde a escola está inserida.

No ensino privado é mais fácil implementar programas de **EF**. Um exemplo é o Colégio Helios em Feira de Santana, Bahia. A instituição já possui uma disciplina de empreendedorismo no ensino médio e nos últimos anos ampliou o financiamento educacional para a educação de jovens. Cara. Cinira Soledade, coordenadora do programa de educação bilíngue da escola, explica que os alunos do ensino fundamental têm aulas separadas para cada disciplina, mas o ensino permeia todas as disciplinas. “*Cada aluno tem um ‘trabalho’ que é mais ou menos assim: Escreva sua tarefa no quadro. Em troca, recebem um salário em nossa moeda “sol”*”. A partir daí, comece a ensinar operações financeiras, planos de curto e médio prazo, pagar o aluguel das carteiras onde se sentam; O que são custos fixos? Aí eles têm que se arrumar no resto do ano (**PRADO 2020**).

Luis Magalhães, Diretor Acadêmico do Instituto Luminova, do Estado de São Paulo, destaca que o tema está inserido no contexto de outras disciplinas e que o principal papel dos conteúdos de educação financeira é abordar os problemas do cotidiano dos alunos. Se você queria ensinar seus alunos a somar, a prática era ir ao quadro ou adicionar pauzinhos. Por exemplo, hoje pegaremos um certificado de imposto e falaremos sobre suas próprias finanças domésticas. O diretor destaca a importância da tecnologia nesse processo. Todos os alunos estão conectados à internet e os professores são treinados para serem influenciadores que incentivam isso. Por exemplo, você pode pedir para comparar o preço de um determinado produto em várias lojas (**PRADO 2020**).

Pelo que vimos até aqui, o desenvolvimento histórico da educação tem desafios na implementação da educação financeira, embora a **BNCC** traga esse tema, o educador deve primeiro buscar novas ferramentas para ensinar, e não ficar no universo que é apenas formado pelo mínimo, linguagens científicas, mas sim para preparar o futuro, mas não podemos dizer que este seja apenas o papel do educador em si as famílias, porque estas desempenham um papel muito importante na formação de cada cidadão, como vimos. Segundo dados do **SPC**, havia mais de 60 milhões de inadimplentes no Brasil em janeiro de 2020, e a expectativa era que esse número aumentasse devido à crise sanitária do país, mas ressaltamos a necessidade de estudar **EF** desde cedo para diminuir estes números.

No entanto, o conhecimento desses números é necessário para que haja uma política pública efetiva na área de educação, pois muitas vezes a própria família não sabe o que é educação financeira.

Aponta-se que a educação tem papel fundamental no desenvolvimento social acríptico e passivo do cidadão brasileiro. Sua instituição busca recursos, diretrizes para o desenvolvimento humano e profissional (**QUEIROZ; GONÇALVES, 2008**); (**BENEVIDES 2000**).

4. O PAPEL DOS INFLUENCIADORES DIGITAIS NA EDUCAÇÃO NOS BRASILEIROS

Segundo Rivieri (**2000**), homem está em constante atividade transformadora, em sua relação pessoal, com o outro e com o seu mundo, relações que têm seu princípio na necessidade.

De fato, o homem está constante transformação prova disso a globalização que nos últimos anos vem crescendo fortemente envolvendo as pessoas a desenvolver e ativar seus relacionamentos para aumentar seus negócios, aprimorar seus conhecimentos, expandir sua esfera de influência ou servir à comunidade interligando a uma *network* (**QUEIROZ,2021**)

Terra (**2012**) aborda que vivemos em uma era de indivíduos mediatizados, na qual cada usuário tem a possibilidade de ser um canal de mídia, isso ocorre devido ao tempo em que passam muito mais em frente de computadores, *tablets* e *smartphones* do que, de fato, se relacionando. Em decorrência dessa massificação das atuais plataformas digitais, como é o caso das mídias sociais, alguns indivíduos acabam se destacando pela influência que exercem sob outras pessoas em determinados nichos de mercado – esses são denominados como Digital *Influencers* ou simplesmente influenciadores digitais.

A matéria da **CNN Busines** de Luís Lima (**2020**) as redes sociais têm se tornado um grande impulsionador de conteúdos sobre finanças – e com elas, os influenciadores, famosos da internet, como o de Nathalia Arcuri do canal “*Me Poupe*”, Thiago Nigro, do canal “*Primo Rico*”, têm ganhado cada vez mais espaço e seguidores. Lima diz ainda que os nativos digitais, que compõem a geração Z, que são 47% assumem não ter controle sobre as suas finanças, também de acordo com levantamento da **Confederação Nacional de Dirigente Lojistas-CNDL** e o **Serviço de Proteção de Crédito Brasil -SPC**. “*Como eles se expressam por meio do mundo online e das redes sociais, é preciso nesse meio investir em mecanismos e incentivos de aprendizagem que sejam significativos para essas pessoas e conscientizá-los sobre o uso consciente do dinheiro e bons hábitos de consumo.*”, aponta um estudo realizado no ano passado com jovens nascidos entre 1995 e 2010.

A **CEO** da Me Poupe, Nathalia Arcuri (**2020**), diz que hoje a Me Poupe e os influenciadores digitais do mundo das finanças estão exercendo um papel que é do governo, não nosso. Mas não vou ficar aqui de braços cruzados esperando que o governo faça algo que eu acho que vai realmente mudar o Brasil.

Segundo o Dicionário de Ciências Sociais, da Fundação Getúlio Vargas, Estado “*um grupo de pessoas organizadas de modo a viver em uma determinada área, das quais apenas algumas estão destinadas a governar, direta ou indiretamente, em maior ou menor grau é entendido como um conjunto menos restritivo de atividades para um mesmo grupo,*

baseado em valores reais ou socialmente percebidos, baseado em coerção se necessário” (QUEIROZ E GONÇALVES 2008).

Como já foi dito no primeiro tópico, o Estado promove políticas públicas sociais, o problema em questão é que o Estado trabalha com indicadores estatísticos e as escolas devem promover resultados satisfatórios para que o estado possa fazer uma política educacional de qualidade (QUEIROZ, 2021).

Mas como trabalhamos a política de educação de qualidade? Nos últimos anos tem-se falado em educação de qualidade para todos.

“A **QUALIDADE** do ensino tem sido foco de discussão intensa, especialmente na educação pública. Educadores, dirigentes políticos, mídia e, nos últimos tempos, economistas, empresários, consultores empresariais e técnicos em planejamento têm ocupado boa parte do espaço dos educadores, emitindo receitas, soluções técnicas e, não raro, sugerindo a incompetência dos educadores para produzir soluções que empolguem a qualificação do ensino. Essa invasão de profissionais não identificados ou não envolvidos com as atividades do campo educacional merece uma reflexão. Não se trata aqui de preconizar o monopólio da discussão da educação aos educadores, mas de registrar a intensa penetração ideológica das análises, dos procedimentos e das receitas tecnocráticas à educação (AZEVEDO, 2007).

Para Queiroz e Gonçalves (2008), vários são os fatores que impedem uma escola de cumprir suas atribuições. Entre as mais importantes podemos destacar: deficiências do currículo; indisciplina e desmotivação dos alunos; falta de recursos financeiros; repetência, evasão escolar e baixa qualidade de ensino.

A relação do sucesso ou fracasso escolar vai depender da ação conjunta e participativa do Estado, Família e Escola fazendo uma análise diagnóstica da realidade que os índices estão apresentando fazendo a reflexão sobre onde queremos chegar (GANDIN, 1994).

Essa participação do estado, da família e da escola é muito importante no processo de mudança de cada pessoa. A reportagem do site Valor Invest da colunista Ana Leoni (2022) descreve a fala da vice-presidente estadual do PSOL, Luciana Genro, que votou contra a lei que obrigava a **Educação Financeira-EF** nas escolas públicas do Rio Grande do Sul num vídeo que circula nas redes sociais, a deputada diz que o projeto: é “ridículo porque o problema das finanças das famílias cujos filhos estudam em escola pública não é de educação financeira, é de falta de dinheiro”. Ela disse ainda que “o salário das pessoas não chega até o final do mês, então elas são obrigadas a se endividar para sobreviver, para comprar um botijão de gás, para comprar o arroz e o feijão”. A declaração foi discutida nas redes sociais e a deputada foi muita criticada. **Fica a reflexão: Mas ela está completamente errada?**

Analisando a fala da deputada revela que a primeira preocupação não é a educação financeira, mas a falta do dinheiro que as famílias tem, diz a jornalista do Yahoo Marcela de Mingo (2021) em um estudo desenvolvida pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) publicado em 2019, fala sobre desigualdade social o Brasil fica atrás apenas de outros seis países nessa lista, todos do continente africano mas, o mesmo

documento explica que, que fora do Brasil, o único outro lugar do mundo onde tem 1% da população é detentora da maior parte da riqueza é o Catar, no Oriente Médio, país onde o luxo é o seu principal cartão de visita, com arquitetura moderna e caríssima, **(literalmente)** um estilo de vida digno dos *sheiks* árabes.

Ainda de acordo com o relatório, o 1% mais rico do Brasil concentra mais de 28% da renda total do país. Os outros 10% mais ricos somam outros 41,9%. Ou seja, fazendo um cálculo simples, isso significa que quase 78% da renda total do Brasil fica concentrada na mão de 22 milhões de pessoas, e o país tem um total de mais de 200 milhões de habitantes. É muito dinheiro nas mãos de poucos. Um estudo levantado pela **Faculdade Getúlio Vargas-FGV** no último ano e meio mostra que a renda total do país é mais de 27 milhões à mais do que os 22 que apresentado pelo **PNUD**, representando mais de 12% da população brasileira. A pesquisa também mostra que muitas famílias lutam para viver com menos de R\$ 250 por mês.

Será mesmo que a falta de dinheiro das famílias não são realmente problema de políticas públicas? O que o Estado está fazendo para fomentar o desenvolvimento da sociedade? Para a erradicação da pobreza? Aqui vemos um caso clínico clássico de romantização da pobreza, uma forma de ignorar seus reais efeitos no cotidiano das pessoas. Ele acredita que a situação “*não é tão ruim quanto parece*” e que tudo “*está em perspectiva*”. “*Comida de madeira é ótimo!*”, “*Quem nunca põe mais água no feijão, né?*”, “*É bom até tomar um banho rápido no frio...*”. São declarações que introduzem esse viés romântico e ignoram a importância do contexto, evitando inclusive a pressão pública que pode ter sido essencial para mudar esse cenário **(Mingo 2021)**.

Segundo a colunista Ana Leoni **(2022)**, a deputada acertou até um certo ponto, durante uma palestra ficou muito claro, que as causas da pobreza são muitas e variadas. Pela mesma razão, nem todos se encontram em estado de vulnerabilidade social e financeira pelos mesmos motivos as causas vão desde a falta de condições de produção, como o desemprego. Falta de recursos internos para aproveitar as oportunidades desde a alimentação ao empreendedorismo isolamento causado pelos altos custos de transação e dificuldade de acesso a mercados, informações e serviços públicos **(como educação e saúde)**. Mesmo questões relacionadas ao bem-estar **(extrínseco, ocorrência de eventos indesejados ou inesperados)** e comportamento pelo simples fato de estarmos expostos a riscos de diversas formas e magnitudes, é o problema. Mas os legisladores que pensam que isso é o suficiente estão errados.

EF não é a solução para o problema estrutural da pobreza no Brasil. Concentração de renda, alto desemprego, desigualdade de condições e recursos, analfabetismo funcional e violência não podem ser resolvidos por esse tema em sala de aula. Mas negar o acesso à educação financeira a quem mais precisa vai além do senso comum e beira a atrocidade **(LEONI, 2022)**.

Assim como Nathalia e outros influenciadores do mundo financeiro, eles também participaram da educação, que na verdade é responsabilidade do Estado. Educação é um direito básico de todo cidadão, então devemos cobrar mais políticas públicas na sociedade.

Quer gostemos ou não, o dinheiro faz parte da sociedade em que vivemos, e a alfabetização financeira fornece as ferramentas para questionar, melhorar as escolhas e abrir novas oportunidades para os mais vulneráveis (**Leoni 2022**).

A EF muda a vida de uma pessoa um exemplo disso é o depoimento da aluna Anna Luiza Poffo (**22**) no programa **CNN Business**, quando as dívidas dela e de sua família começaram a crescer como uma bola de neve. A razão? É bem simples, sem planejamento para o posto de gasolina, que era uma renda adicional para a família. Preocupada com a situação dela e dos pais, a estudante buscou informações na internet de finanças e encontrou o canal Me Poupe de Nathalia Arcuri em 2018. Ela conta que investiu cerca de R\$ 2 mil na poupança há dois anos, depois de conhecer o canal, que começou a olhar para o tesouro direto. Começou trabalhando em uma cafeteria e aumentou o valor dos aportes, e hoje sua renda bruta chega a R\$ 10 mil (**LIMA 2020**).

A estudante é uma das 4,7 milhões de seguidores do canal Me Poupe e uma das 15 milhões de pessoas que já foram impactados pela plataforma, que tem blog, programa de rádio e redes sociais. Nos últimos anos, os influenciadores de finanças pessoais democratizaram questões que até recentemente eram monopólio de gerentes de bancos ou livros muitas vezes técnicos e de difícil interpretação. Mas eles mudaram o estereótipo negativo sobre finanças entre os jovens. Numa onda de popularização dos investimentos brasileiros, eles traduzem “*finanças*” para o bom português, e especialistas e especialistas do setor os celebram (**e veem**) como importantes. Natalia Arcuri, a YouTuber brasileira mais influente no mundo financeiro, atribui seu sucesso a uma combinação de habilidades de comunicação e conhecimento financeiro. “*O que eu faço é muito simples (...) Antes, havia comunicadores que não tinham a intenção de informar. E especialistas sem tantas habilidades de comunicação*”, justifica. De “*como eliminar gastos desnecessários*” a “*ganhar dinheiro em tempos de coronavírus*”, adota uma linguagem descontraída, dinâmica e bem-humorada, elogiada por seus seguidores (**LIMA 2020**).

5. OS DESAFIOS DE UMA QUALIDADE DE VIDA FINANCEIRA SAUDÁVEL

Antes de se aprofundar nesse tema tão importante para milhões de brasileiros, é preciso entender alguns conceitos como: saúde, *o que significa saúde?* Segundo a **Organização Mundial da Saúde-OMS (1946)**, a saúde é definida como um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade.

Com base nesse conceito, para definir um estado saudável, é necessário analisar o corpo, a mente e, principalmente, o contexto social em que o indivíduo está inserido. Para os autores **FLECK, LOUZADA, XAVIER, CHACHAMOVICH, VIEIRA, SANTOS & PINZON, (1999)** o crescente interesse pelas questões de qualidade de vida decorre de movimentos nas ciências humanas e da vida. A qualidade de vida é, portanto, considerada por muitos autores como sinônimo de saúde, e por outros como um conceito mais amplo, onde o estado de saúde é um aspecto a ser considerado.

Na busca pelo termo qualidade de vida, a etimologia da palavra qualidade vem do latim “*qualitate*” que significa qualificação e “*vita*” da vida, significando o estado de atividade constante comum aos seres organizados. É o tempo entre o nascimento e a morte.

Segundo Santini (2002), geralmente se acredita que qualidade de vida se refere a algo bom, valioso e positivo. Também podemos complementar o diálogo de Santini com as linhas de **XXX Holic** se você decidir parar ou começar algo, mas precisa seguir em frente. Basta ter atitude e determinação (CLAMP, 2003).

Sendo assim vamos responder à pergunta colocada por este artigo: De que maneira a **Educação Financeira-EF** pode contribuir na gestão do orçamento familiar e pessoal garantindo uma vida financeira saudável?

O repórter da **CNN** Nosso Mundo Raphael Bueno (2021) num debate com o consultor Eduardo Amuri fala que “*atualmente, 12 milhões de famílias brasileiras estão endividadas, e cerca de 60% da renda dessas famílias vão para o pagamento dessas contas,*” se analisarmos esses dados podemos pensar que estímulo para o consumo desfreado e o alto nível de desemprego, economia estagnada, alta nos preços dos alimentos e outros itens básicos, esses fatores fazem com que as pessoas tenham que priorizar alguns pagamentos e deixar outros pendentes levando a chegar neste percentual.

A vida financeira da maioria das pessoas é como uma caixa d’água, em que mal se sabe a quantidade de água que entra. Mas ninguém quer analisar os vazamentos na caixa ou se o consumo de água está dentro da racionalidade. Como esperar resultados diferentes, *se agimos sempre da mesma maneira?* Dizem que está frase é do Einstein, mas qualquer coisa pode ser atribuída ele para ficar mais chique, já que ele não está, mas aqui para se defender. (RIBEIRO,2021).

Arcuri (2018), descreve que neste exato momento, um vírus silencioso pode estar instalado no seu cérebro provocando sintomas aparentemente inofensivos, como: sentir vergonha de pedir desconto; achar feio falar sobre dinheiro e divisão de gastos; ter medo de pedir aumento de salário; pensar que os ricos são maus e os pobres são bons; estar certo de que investir é para quem tem muito dinheiro; acreditar que Deus ajuda quem tem uma **parcelinha** para pagar. Se você reconhece pelo menos uma situação desta você possui o diagnóstico de **dinheirofobia**.

A autora continua ainda que o Ministério da Saúde tinha que fazer uma campanha educativa com o slogan “*O Ministério da Saúde adverte: dinheirofobia faz mal à saúde*” de fato se tivéssemos, mas campanhas educativas sobre finanças de uma forma, mas simples no conhecimento popular as pessoas não teriam tanto medo de falar sobre o dinheiro pois dinheirofobia é o medo que as pessoas têm ao falar de dinheiro. Os primeiros estudos sobre esta “*doença*” foram feitos em 2003, por pesquisadores da Universidade de Cambridge. Os cientistas descobriram que uma em cinco pessoas no Reino Unido sofrem ou sofreram de “*fobia financeira*”.

Ribeiro (2021) descreve em seu livro *Você não nasceu para ser pobre*:

“*Eu não falo sobre o dinheiro porque não tenho. “Quantas vezes já ouvimos ou até mesmo proferimos essa frase? Se foi dita por você, a partir daqui, prometa uma coisa para mim: nunca mais sairá da sua boca. Ora, quem é que deve se preocupar com mais com o dinheiro: os ricos que já têm, ou justamente os pobres? Seriam a mesma coisa que uma pessoa que precisa emagrecer dizer que não fala sobre vida saudável porque não está em forma hoje, e justamente por essa recusa, nunca conseguirá fazer as pazes com a balança.*”

O autor continua fico impressionado com a analogia do dinheiro com alimentação. Acumular dinheiro e não engordar envolve recusas, postergar prazeres. Em prol de um futuro melhor, você não gastará todo o seu dinheiro hoje. Como também não dá para se entregar a todos os prazeres alimentícios que atualmente temos condições de comprar graças ao progresso e as felicidades da vida moderna, doenças relacionadas à obesidade atualmente matam mais que a fome do mundo.

Segundo Amuri (2021) se queremos desenvolver uma relação mais saudável com o dinheiro, precisamos conversar sobre isso. Acrescentamos ainda ao pensamento de Amuri, Ribeiro (2021) diz que alguns problemas devem ser vivenciados e compreendidos por si mesmo, como o dinheiro de fato funciona.

Uma das falas, mas celebres do autor Gustavo Cerbasi (2017) enriquecer é uma questão de escolha. Podemos concordar com essa afirmação, pois tudo na nossa vida é uma escolha, e o tratamento da dinheirofobia, que atinge milhares de brasileiros, é muito simples e rápido, dependendo do paciente.

Arcuri (2018) fala que nesse processo de lidar com a dinheirofobia algumas pessoas tiram de letra, outras já sentem os efeitos colaterais como o desconforto nos bolsos, fortes pontadas de compulsão no shopping, dúvidas fulminantes sobre os investimentos etc., mas superam a dor, engolem seco e continuam firmes até que os sintomas desapareçam. Há ainda aqueles que precisam de remédio diariamente e têm a consciência de que a cura depende do próprio empenho que por muitas das vezes somem do consultório na segunda semana, deixam de tomar o medicamento e tentam sozinhos lutar contra a pior seqüela da dinheirofobia: a pobreza.

Hoje, com o desenvolvimento da internet, o acesso vai de um simples computador a um celular que cabe na palma da mão, mas ainda lutamos para transmitir conhecimento sobre educação financeira pelo simples fato de não termos em casa ou na escola, apesar da vitória trazida pela **Base Nacional Comum Curricular-BNCC**, para o currículo escolar temos uma deficiência no **Programa Nacional de Livros Didáticos - PNLD**, pois na Educação Infantil eles se preocupam em falar de Economia, mas no Ensino Fundamental e do Ensino Médio os assuntos são trazidos de forma diferente.

Estudo de Viera *et al* (2019), teve como objetivo analisar os cadernos de educação financeira escolar, material desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC) para as turmas iniciais do Ensino Fundamental, analisando as categorias: conteúdo, áreas de conhecimento e orientação para o professor presente no material. O método utilizado foi a leitura e identificação dessas três categorias de cadernos do 1º, 2º e 3º anos com foco na Educação Econômica (EF) para ajudar os alunos a compreender a importância do conhecimento, pesquisa, planejamento e design. Implementação de atividades relacionadas à EF.

A importância da educação financeira na escola, que ajuda os alunos a desenvolver consciência crítica reflexiva em diversas situações financeiras, questões relacionadas à economia estão próximas da vida de uma pessoa, pode-se pensar em um estudo que o favoreça, e o trabalho em educação financeira pode ser um assunto fortemente relacionado com as experiências reais das pessoas.

Hofmann e Moro (2012) a inclusão da **EF** na matemática é significativa, pois dentre as diversas manifestações da matemática na vida humana, talvez seja a atividade econômica mais comum e nela as funções matemáticas encontram ampla aplicação.

Tendo em vista que o Ministério da Educação (**MEC**) se preocupa em trazer o tema da educação financeira para a sala de aula, o objetivo do artigo é analisar as cartilhas do programa de educação financeira escolar implantado pelo Ministério da Educação nos anos iniciais do ensino fundamental. O objetivo é, antes de tudo, conhecer os conteúdos, áreas de conhecimento e instruções presentes nas atividades de exercícios deste material e analisar a perspectiva dos exercícios nele apresentados.

Pessoa (2016) nos deu um panorama quantitativo e qualitativo do que têm sido as teses e dissertações produzidas no Brasil nos últimos anos. O objetivo do estudo foi identificar tendências nas pesquisas sobre **EF** e verificar o que foi produzido nos mestrados e doutorados defendidos no Brasil entre 2013 e 2016. Para analisar o material encontrado na plataforma Sucupira, primeiro foi feita uma filtragem por títulos e então classificação: área de foco; instituições e países onde foram desenvolvidos estudos; alto nível do trabalho, fontes de dados do trabalho de pesquisa, nível de ensino a ser pesquisado, principais tópicos, conteúdo e metodologia analítica a serem discutidos dos 58 das 108 encontradas em ciências da **EF** são nas áreas de ensino, Educação, Educação Matemática, Matemática, Ciências Naturais e Psicologia Educacional, o restante foi defendido nas áreas de Economia, Direito, Contabilidade, Gestão e Administração, entre outras. A pesquisa também mostra que há interesse em trabalhar em diversas universidades, regiões e áreas de concentração em nosso país.

Embora alguns especialistas acreditem que o tema educação financeira tem ganhado muita notoriedade, defendendo que o cidadão deve aprender a usar suas finanças com sabedoria e melhorar de vida, por outro lado, há quem se oponha como Willis (2009) diz que aumentar confiança do consumidor através da chamada educação, pode levar a decisões financeiras desastrosas.

Embora existam divergências e críticas entre os autores que estudam a Educação Financeira, concordamos com os pesquisadores que defendem que a verdadeira **EF** deve ser aquela que oferece ao indivíduo uma educação válida e interessante baseada em reflexões críticas do consumo consciente e administração de suas finanças, levando em consideração a proteção ambiental, as influências da mídia e seus artifícios de consumo (Viera *et al*, 2019).

Na **BNCC**, (2018), apresenta a **EF** como um “*tema integrador*”, que pode ser contextualizado em diferentes disciplinas de forma interdisciplinar. A **BNCC** afirma que a **EF** pode subsidiar as escolas para que reflitam sobre seu papel na formação de crianças e adolescentes para enfrentar a realidade de uma sociedade que adota novas tecnologias e clama por um consumo global e padronizado. Acreditamos, portanto, que, além de necessária, a educação financeira nas escolas é uma forma de desenvolver e fortalecer a cidadania, e ajudar as pessoas a tomarem decisões financeiras mais autônomas e conscientes.

Viera *et al* (2019) argumentam que há a necessidade de se pensar um ensino de **EF** contra o modelo bancário das instituições financeiras, que envolve a poupança para consumo posterior. Acreditamos que a verdadeira **EF** vai muito além dessas questões e busca

desenvolver o senso de reflexão crítica dos alunos por meio de uma aprendizagem contextualizada, confrontando problemas e preocupações cotidianas relacionadas a desejos e necessidades, consumismo, sustentabilidade, economia, tomada de decisão, reflexão Impacto da mídia problemática sobre o consumo etc.

Segundo Pessoa (2016), o papel da **EF** é estimular a discussão sobre o consumo consciente, o impacto da mídia nas escolhas cotidianas, a reflexão sobre as expectativas e necessidades e os possíveis impactos ambientais de determinadas escolhas.

O estudo de Viera *et al* (2019) conclui ao observar que o caderno escolar de educação financeira para a educação básica é dividido em quatro eixos, conhecimento; produção e consumo; organização; cuidado e planejamento abordados por meio de quatro itens. Projetos com a mesma estrutura metodológica em cada eixo, cuja perspectiva se torna mais complexa em função do ano letivo pretendido. Sobre esse tema, que pode realizar atividades mais ou menos aprofundadas, vale ressaltar também, como no estudo de Santos (2017), que as orientações do professor são essenciais para desenvolver o trabalho com educação financeira de forma mais ampla e profunda do que se fossem apenas a versão do caderno do Aluno, se o professor utilizar as instruções contidas em seu caderno ele consegue entender os verdadeiros objetivos da proposta e desenvolver um trabalho de maior qualidade e condizente com o que é oferecido em sala de aula.

Os autores afirmam que essas orientações para professores detalham as atividades e seus objetivos finais, oferecendo assim uma gama de oportunidades para abordar conteúdos e áreas do conhecimento: ciências naturais, história, português, matemática e conteúdos diversos, ora tratados individualmente por disciplina, ora explorados de forma interdisciplinar.

A **Educação Financeira** é o ponto principal do material e ela se relaciona com outros aspectos que ajudam a entender o mundo em que o estudante está inserido diferentemente dos cadernos do Ensino Médio. De acordo com Silva (2017) apresentam poucas atividades que relacionam **EF** com a Matemática destinados ao Ensino Fundamental fazem ligações em todas as atividades com a proposta de trabalhar Educação Financeira. Tal fato nos remete aos princípios de Muniz (2016), pois há o incentivo à pesquisa e à reflexão, apresentando-se conexões didáticas quando se propõe abordar a **EF** em outras áreas do conhecimento.

Podemos concordar que o Ministério da Educação tem interesse nos anos iniciais, em entender o que é a Educação Financeira, mas quando se trata do fundamental do 6º ao 9º ano e dos 3 anos do Ensino Médio, essa preocupação não há mais. Há também a integração de **EF**, mas uma matemática bancária e financeira sabe usar a fórmula $M = C (1+J)^t$ para aprender os conceitos: de capital (**C**) é o primeiro valor do investimento. Juros (**J**) é o valor da remuneração pelo ganho. Taxa de Juros (**i**): é o percentual cobrado sob o capital podendo ser diária (**a.d.**), mensal (**a.m.**), bimestral (**a.b.**) ou anual (**a.a.**). Por fim, o tempo (**t**) é o tempo em que o capital será investido. Devemos de fato aprender a fazer todos esses cálculos financeiros porque a **EF** vai além dessas questões, buscando desenvolver a consciência crítica e reflexiva por meio de uma aprendizagem contextual, diante dos desafios, problemas cotidianos e relacionados a desejos e necessidades.

Podemos destacar que há grandes desafios para todos aqueles que desejam transmitir uma educação financeira de qualidade para pessoas o caminho a trilhar não é fácil, mas sim

árduo fazer uma revolução ao Ensino público como a **BNNC fez ainda precisa revolucionar ainda mais pois qual é tipo de educação queremos ter em nosso país?** Não é simplesmente pegar os cadernos de Educação Financeira das escolas do Ensino Fundamental apresentando uma proposta de ensino associada à uma perspectiva de Educação Financeira Escolar, compreendendo a necessidade de se colocar em prática um ensino de **EF** o que se contraponha ao modelo bancário das instituições financeiras.

Como disse Paulo Freire (1979), Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo. Dando um exemplo claro do pensamento de Freire a história da pequena cidade do interior de Minas Gerais. Santa Rita, assim como suas vizinhas, tem tudo para ser uma cidade com economia baseada na agricultura. Muito antes dos movimentos feministas de hoje, Santa Rita viu sua história mudada graças à benfeitora Sinhá Moreira, de família rica: ela era filha de um banqueiro e sobrinha de Delfim Moreira, que já foi presidente do Brasil, onde foi obrigada a se casar com seu primo, um embaixador, cujo o ofício proporcionou a ela a oportunidade de viajar pelo mundo dentro de umas destas viagem Sinhá assistiu uma palestra de Albert Einstein no Japão ela vislumbrou que a eletrônica seria a vanguarda da tecnologia e inovação em prol da humanidade. Assim, Sinhá Moreira convenceu o presidente da naquela época Juscelino Kubitschek, a criar os cursos de eletrônica de nível médio, quando ainda não havia regulamentação para esse tipo de escola no país. Graças a Sinhá Moreira, Santa Rita e toda a América Latina receberam em meados de 1959 a popular **ETE**, primeira Escola Técnica de Eletrônica “*Francisco Moreira da Costa*” a querida **ETE**. Foi a sétima escola do gênero no mundo. *Tem ideia da proeza?* (Ribeiro, 2021).

Sinhá Moreira deu a independência à cidade sabendo como era difícil a vida no campo e como eram limitadas as oportunidades de carreira para os trabalhadores rurais, os benefícios da **ETE** deram independência financeira aos moradores dessa escola surgiram gerações de empreendedores, e as empresas formam “*O Vale da Eletrônica*”, ambicioso apelido da cidade, com mais de 150 empresas em uma pequena cidade do interior e uma densidade de empresarial de 518% superior à do verdadeiro Vale do Silício, de quem “*roubaram*” a inspiração. Tudo graças a uma mulher que se dispôs a mudar o mundo por meio da educação disse o autor Ribeiro (2021).

Augusto Cury (2021), a vida é uma grande universidade, mas pouco ensina a quem não sabe ser um aluno...

Em nossa caminhada todos chegam a um estágio certo da vida sempre haverá desculpas para todos os fracassos e as desculpas serão muitas. Até que assumamos a responsabilidade por nossos fracassos, não podemos curar nossas vidas financeiras. É claro que coisas terríveis acontecem o tempo todo em nossas vidas, mas esses acontecimentos aparentemente ruins todos têm um lado positivo, oferecem lições e a possibilidade de crescimento, tudo depende do nosso sucesso (ARCURI,2018).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação financeira contribui para a melhoria da qualidade de vida e esta pesquisa traz importante compreensão e reflexão sobre a **Educação Financeira-EF** como contribuição ao orçamento pessoal e familiar, que garante uma vida financeira saudável e quebra

tabus como: “ *Dinheiro é pecado*” ou “ *a raiz de todos os males*” ouvimos de tantas pessoas diferentes.

Diante de toda a pesquisa bibliográfica realizada neste trabalho, ficou demonstrado que o conhecimento muda a vida de uma pessoa, mas quem não tem conhecimento não afeta seu crescimento pessoal e profissional e nem mesmo sua relação com o dinheiro. A educação apresenta grandes desafios a curto, médio e longo prazo, **deixando assim questões em aberto:**

*Como será o desafio pós-pandemia nas escolas com taxas de aprendizagem? Como os professores se qualificam para trabalhar as habilidades e competências da Base Nacional Comum Curricular - **BNNC**? O que outros influenciadores digitais do mundo financeiro podem contribuir para a educação do país? O Ministério da Educação - **MEC** deve fazer novas mudanças no programa de formação de professores para se adequar às novas tendências educacionais? Tudo isso deve ser abordado para que novas pesquisas no campo da ciência forneçam novas respostas.*

Afinal, para entender essa realidade ainda é preciso fazer um trabalho quantitativo e não somente qualitativo, trazendo dados para os projetos ampliando para pessoas que estão dispostas a mudar de vida financeira, mas não só, mas sim buscar novas tecnologias e métodos de ensino que inovem o ensino antigo e ultrapassado em que vivemos hoje. Queremos lutar por uma educação de qualidade, mas também enfatizamos aqui que o que queremos não é apenas conhecimento financeiro, mas uma educação de qualidade que não seja diferente da educação privada, porque a educação pública deve ser inovadora e mais recursos públicos devem ser investido para trazer uma nova educação pública. Política educacional eficiente ao invés de encobri-la com índices governamentais.

REFERÊNCIAS

- ARCURI, Nathalia. **Me Poupe**. Rio de Janeiro: Sextante, 2018.
- AZEREDO, L. A. S. DE; URIAS, G. M. P. C.; ALVES CABRAL, N. C. **Educação financeira: programa de educação financeira nas escolas à luz da governamentalidade**. Horizontes, v. 36, n. 3, p. 217-230, 7 dez. 2018. HURTADO, A. P.
- BARBOSA, Maria Naftally Dantas *et al.* **O uso de influenciadores digitais como estratégia de marketing educacional em instituições de ensino**. E-book VII CONEDU (Conedu em Casa) - Vol 03... Campina Grande: Realize Editora, 2021. p. 1544-1562. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/74289>>. Acesso em: 27 de novembro de 2022 14:44.
- BOND, Letycia. **BNCC É “INSTRUMENTO PODEROSO” PARA ENSINO DE QUALIDADE, DIZ EDUCADORA**. Agência Brasil Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-12/bncc-e-instrumento-poderoso-para-ensino-de-qualidade-diz-educadora> > Acesso em: 20 de outubro de 2021.
- BORGES, Gustavo. **A questão do consumo em XXX HOLIC**. 2013. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.
- BUENO, Raphael. **CNN Nosso Mundo debate orçamento familiar com Eduardo Amuri**. CNN BRASIL. São Paulo, 03 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/cnn-nosso-mundo-debate-orcamento-familiar-com-eduardo-amuri/> Acesso em: 30 de abril de 2022.
- _____. **Para saber lidar com dinheiro, temos que falar sobre ele, diz Eduardo Amuri**. CNN BRASIL. São Paulo, 03 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/para-saber-lidar-com-dinheiro-temos-que-falar-sobre-ele-diz-eduardo-amuri/>. Acesso em: 01 de maio de 2022.
- DINIZ, Denise P. **Guia de Qualidade de Vida: Saúde e Trabalho**. Editora Manole, 2013. E-book. ISBN 9788520437285. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520437285/> . Acesso em: 27 novembro de 2022.
- DINIZ, Nicole; RUSSI, Anna. **Campos Neto defende democratização financeira com juros menores e melhores serviços**. CNN BRASIL. Brasília, 08 de novembro de 2021 às 12:13. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/campos-neto-defende-democratizacao-financieira-com-juros-menores-e-melhores-servicos/>. Acesso em: 30 de abril de 2022.
- ESTEBAN, Almudena. **A EDUCAÇÃO 3.0 EM CONSTANTE MUDANÇA**. Blogthinbig Disponível em: <<https://br.blogthinkbig.com/2016/03/16/a-educacao-3-0-em-constante-mudanca/> > Acesso em: 22 de outubro de 2021.
- G.; FREITAS, C. C. G. **A importância da educação financeira na educação de jovens e adultos**. Revista de Educação Popular, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 56–76, 2020. DOI: 10.14393/REP-2020-52731. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/52731>. Acesso em: 30 de abril de 2022.
- JESUS, Jean Divino de. **APSICOMOTRICIDADE APLICADA COMO MEDIADORA DO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL I NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA**. Educapes Disponível em: <<https://www.educapes.capes.gov.br/handle/capes/583574?mode=full>> Acesso em: de outubro de 2021.

KOTOSKI, Rosane. **'CADEIA HEREDITÁRIA' DEIXA RICO MAIS RICO E POBRE MAIS POBRE.** Radio Bandeirantes Disponível em: <<https://radiobandeirantesgoiania.com.br/cadeia-hereditaria-deixa-rico-mais-rico-e-pobre-mais-pobre/>>. Acesso em 22 de outubro de 2021.

LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de Metodologia Científica.** Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9788597026580. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026580>. Acesso em 27 de novembro de 2022.

LEONI, Ana. **Será que a deputada Luciana Genro tem razão?** Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/blogs/ana-leoni/coluna/sera-que-a-deputada-luciana-genro-tem-razao.ghtml>. Acesso em 24 de julho de 2022.

LIMA, LUÍS. **Financês em bom português: influenciadores fomentam educação financeira no país.** CNN BRASIL, São Paulo, 24 de março de 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/finances-em-bom-portugues-influenciadores-fomentam-educacao-financeira-no-pais/>. Acesso em 30 de abril de 2022.

Maia, Rodrigo.; HERÉDIA, Thais.; COELHO, Larissa. **Educação brasileira está em último lugar em ranking de competitividade.** CNN BRASIL. São Paulo, 17 de junho de 2021 às 17:07. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/educacao-brasileira-esta-em-ultimo-lugar-em-ranking-de-competitividade/>. Acesso em 30 de abril de 2022.

MAIA, Rodrigo; COELHO, Larissa. **Para entidades, governo fracassou em enfrentar impactos da pandemia na educação.** CNN BRASIL. São Paulo, 23 de junho de 2021 às 19:47. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/para-entidades-governo-fracassou-em-enfrentar-impactos-da-pandemia-na-educacao/>. Acesso em 30 de abril de 2022.

_____. **Programa levará educação financeira gratuita para 22 milhões de estudantes.** CNN BRASIL. São Paulo, 28 de junho de 2021 às 17:13. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/educacao-financeira-gratuita-para-22-milhoes-de-estudantes/>. Acesso em: 30 de abril de 2022.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Metodologia Científica.** Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559770670. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770670/>. Acesso em 27 de novembro de 2022.

Prado, Matheus. **Educação financeira começa na infância.** CNN BRASIL, São Paulo, 11 de maio de 2020 às 20:12. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/em-tempos-de-crise-e-inadimplencia-como-anda-a-educacao-financeira-no-brasil/>. Acesso em: 30 de abril de 2022.

QUEIROZ, Francisco Manoel Ribeiro de.; GONÇALVES, Marcos Barbosa. **Fundamentos de Sociologia.** Brasília- DF: E.V. 2008.

RIBEIRO, Max E. dos S.; SOUZA, Karla Isabel D.; LIMA, Caroline C N.; *et al.* **História da educação.** Porto Alegre: Grupo A, 2018. 9788595024724. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595024724/>. Acesso em: 24 de julho de 2022.

RIBEIRO, Q. D. M.; SOUZA, M. C. de.; VIEIRA, N. dos S.; MOTA, R. C. L. **Financial education as a public policy in Brazil and its potential impacts on the family budget.** Research, Society and Development, [S. l.], v. 10, n. 9, p. e43310918213, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i9.18213. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/18213>. Acesso em: 30 de abril de 2022.

RIBEIRO, William. **Você Não Nasceu para ser Pobre: estratégias para o dinheiro nunca faltar na sua vida.** Rio de Janeiro: Alta Books, 2021.

SILVA, Daniel Neves. **CONSTITUIÇÃO DE 1988.** Uol Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/constituicao-1988.htm>>. Acesso em: 22 de outubro de 2021.

TEIXEIRA, P. J. M. **Uma experiência didática em Educação Financeira Crítica.** REMAT: Revista Eletrônica da Matemática, Bento Gonçalves, RS, v. 2, n. 2, p. 51–71, 2016. DOI: 10.35819/remat2016v2i2id1529. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/REMAT/article/view/1529>. Acesso em: 30 de abril de 2022.

Vieira, Glauciane, Marilene Oliveira, and Cristiane Azevêdo Dos Santos Pessoa. **“Educação Financeira: Análise Dos Cadernos Do MEC Para Os Anos Iniciais.”** Educa (Porto Velho) 6.13 (2019): 62-81. Disponível em: <https://doi.org/10.26568/2359-2087.2019.3273>. Acesso em 30 abril de 2022.

XXXHOLIC. **(20 FRASES) ANIMEDIA.** Disponível em: <http://frases.animedia.com.br/anime.php?anime=xxxholic> Acesso em 24 de julho de 2022.



PÓS-GRADUAÇÃO FACULDADE IBRA

CERTIFICADO EM 24 HORAS*

Parceria para estágio remunerado ✓

Suporte com tutores qualificados ✓

Conclusão a partir de 3 meses ✓

+ de 1.000 opções de cursos ✓

Descontos imperdíveis ✓

Certificado Premium ✓

100% online ✓

TCC opcional ✓

*Certificado emitido em 24 horas úteis após a conclusão do curso.



INDIQUE E GANHE

A cada 10 alunos indicados, e com matrículas pagas, você ganha um curso grátis!!!



UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA: Papel do Enfermeiro Mediante a Humanização Hospitalar

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Geisiane Aparecida da Silva Santos
Discente do curso de Pós Graduação em Enfermagem em UTI

RESUMO:

INTRODUÇÃO: A UTI é composta por profissionais capacitados para atender as necessidades específicas de cada paciente. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica que abordou o tema Unidade de Terapia Intensiva: papel do enfermeiro mediante a humanização hospitalar. A UTI trata pacientes de diferentes faixas etárias, oferece tratamento especializado para pacientes com problemas respiratórios, cardiovasculares, neurológicos, entre outros. **OBJETIVO:** Analisar a literatura científica nacional acerca do tema humanização dos profissionais de enfermagem aos pacientes em UTI e destacar a importância de seu desenvolvimento para a qualidade dos cuidados oferecidos. **MÉTODO:** Revisão bibliográfica, cuja busca foi realizada nas bases de dados BVS, LILACS, SciELO, PubMed, Medline. Os métodos de busca utilizados foram as palavras-chaves e descritores DeCS. Os critérios de inclusão serão trabalhos científicos publicados nos últimos 10 anos, que abordam estudos acerca do tema. Os critérios de exclusão serão trabalhos que não abordam especificamente o assunto, trabalhos que não sejam científicos, trabalhos com mais de 10 anos de publicação e trabalhos publicados em outras bases que não as selecionadas. **DESENVOLVIMENTO:** O enfermeiro deve também realizar o acolhimento aos familiares dos pacientes e orientações quanto aos cuidados a serem realizados. Além disso, o enfermeiro também deve ter uma boa comunicação e orientação aos familiares dos pacientes, para que eles também possam ajudar na recuperação dos pacientes, além de outros procedimentos, dependendo da condição do paciente. Também é importante acompanhar o estado emocional dos pacientes, prestando o suporte necessário para gerir o seu estresse e ansiedade. Além disso, é importante que o enfermeiro se mantenha atualizado sobre as recomendações das principais sociedades médicas e associações enfermeiras sobre a melhor prática para a monitorização hemodinâmica. O enfermeiro deve também estar atento aos avanços na medicina com relação aos medicamentos e técnicas aplicadas para a monitorização hemodinâmica, pois isso pode influenciar diretamente na prática de enfermagem. Por fim, o enfermeiro deve colaborar com o restante da equipe médica no processo de tomada de decisões para as condutas a serem adotadas. **CONCLUSÃO:** Sendo assim, é importante destacar que os profissionais de enfermagem devem estar constantemente atualizados com as novas tecnologias e práticas para que possam levar aos pacientes os melhores cuidados. Além disso, é fundamental que as instituições de saúde ofereçam um ambiente seguro e motivador para os profissionais de enfermagem, garantindo a valorização de seus trabalhos, incentivando-os a desenvolver suas habilidades e melhorar sua qualidade de vida.

Palavras chave: Unidade de Terapia Intensiva. Papel do Enfermeiro na UTI. Humanização. Enfermagem.

ABSTRACT:

INTRODUCTION: The ICU is made up of trained professionals to meet the specific needs of each patient. For this, a bibliographic review was carried out that addressed the theme of Intensive Care Unit: the role of the nurse through hospital humanization. The ICU treats patients of different age groups, offers specialized treatment for patients with respiratory, cardiovascular, neurological problems, among others. **OBJECTIVE:** To analyze the national scientific literature on the subject of humanization of nursing professionals to ICU patients and highlight the importance of its development for the quality of care offered. **METHOD:** Bibliographic review, whose search was carried out in the VHL, LILACS, SciELO, PubMed, Medline databases. The search methods used were keywords and DeCS descriptors. Inclusion criteria will be scientific works published in the last 10 years, which address studies on the subject. Exclusion criteria will be works that do not specifically address the subject, works that are not scientific, works with more than 10 years of publication and works published in databases other than those selected. **DEVELOPMENT:** The nurse must also welcome the patients' relatives and provide guidance on the care to be performed. In addition, the nurse must also have good communication and guidance to the patients' families, so that they can also help in the patients' recovery. In addition to other procedures, depending on the patient's condition. It is also important to monitor the emotional state of patients, providing the necessary support to manage their stress and anxiety. In addition, it is important for the nurse to keep up to date with the recommendations of the main medical societies and nursing associations on the best practice for hemodynamic monitoring. Nurses must also be aware of advances in medicine regarding medications and techniques applied for hemodynamic monitoring, as this can directly influence nursing practice. Finally, the nurse must collaborate with the rest of the medical team in the decision-making process for the conduct to be adopted. **CONCLUSION:** Therefore, it is important to emphasize that nursing professionals must be constantly updated with new technologies and practices so that they can provide patients with the best care. In addition, it is essential that health institutions offer a safe and motivating environment for nursing professionals, ensuring the appreciation of their work, encouraging them to develop their skills and improve their quality of life.

Keywords: Intensive Care Unit. Nurse's role in the ICU. Humanization. Nursing.

1. INTRODUÇÃO

A afinidade e a escolha do tema Unidade de Terapia Intensiva: Papel do enfermeiro mediante a humanização hospitalar é de crucial importância na área da saúde, uma vez que a humanização da saúde deve seguir um conjunto de princípios que incluem o respeito aos direitos humanos, a dignidade e a autonomia do paciente, a responsabilidade social dos profissionais de saúde, a equidade, a solidariedade, a transparência e a qualidade no atendimento. Para os profissionais de saúde, isso significa olhar para o paciente como um ser humano único, desenvolver um cuidado centrado no paciente e tratá-lo com respeito, dignidade e compaixão. Uma das formas de humanização da saúde é a realização de ações de educação em saúde e capacitação dos profissionais. O envolvimento dos pacientes e familiares na tomada de decisões e a promoção da participação na prestação de cuidados também.

A humanização na **UTI** engloba um amplo conjunto de medidas que visam o bem-estar do paciente. Estas medidas incluem: o acolhimento ao paciente e familiares, a promoção de diálogo entre a equipe médica e o paciente, o uso de técnicas que promovam o relaxamento do paciente, a oferta de atividades lúdicas, a orientação sobre a terapia, a preparação para a alta hospitalar e a promoção da consciência sobre os cuidados que devem ser tomados após a alta. A humanização na **UTI** também envolve a redução da utilização de equipamentos invasivos, a limitação da duração dos procedimentos e a melhoria da qualidade dos cuidados. Sendo assim com este trabalho tem como intuito destacar as principais assistências e atuações do enfermeiro na **UTI**, além de destacar como a implementação corrobora para a melhora significativa de saúde do paciente. Este trabalho visa trazer ao leitor edificações de conhecimento e melhorias das ações já adotadas e também contribuir para a elaboração de estratégias que assegurem um atendimento integral e de qualidade, bem como subsidiar reflexões dos profissionais de saúde que atuam em **UTI** além de expor o quanto à importância do acolhimento e boas práticas.

O enfermeiro que atua no setor de **UTI** tem crucial importância, pois possibilita assistência e atribuições através do conhecimento técnico-científico juntamente com seus preceitos éticos de comprometimento com a sua profissão e com a vida humana, produzindo uma assistência de dignidade e qualidade. Como se verifica na literatura, o momento de agravo a saúde exige uma assistência competente, humanizada, qualificada e atualizada do enfermeiro. Neste contexto, este estudo apresenta o seguinte questionamento: *Durante a atuação do enfermeiro na **UTI** quais são as principais dificuldades enfrentadas frente a implementação da humanização?*

Para atingir os objetivos específicos, do presente estudo são:

- ✓ Descrever a importância da assistência humanizada no contexto da Terapia Intensiva.
- ✓ Apresentar os desafios enfrentados pela equipe de enfermagem no cotidiano das unidades de terapia intensiva.
- ✓ Destacar as possíveis estratégias voltadas para o aprimoramento da assistência humanizada nesses ambientes de **UTI**.

Esta revisão tem como objetivo geral analisar a literatura científica nacional acerca do tema humanização dos profissionais de enfermagem aos pacientes em **UTI** e promover a

discussão acerca da importância de seu desenvolvimento para a qualidade dos cuidados oferecidos. Para o desenvolvimento desta revisão serão incluídos trabalhos científicos publicados nos últimos 10 anos em periódicos nacionais e internacionais que abordem o tema humanização dos profissionais de enfermagem aos pacientes em **UTI**. A busca foi realizada nas bases de dados **BVS, LILACS, SciELO, PubMed, Medline**. Os critérios de inclusão serão trabalhos científicos publicados nos últimos 10 anos, que abordam estudos acerca do tema. Os critérios de exclusão serão trabalhos que não abordam especificamente o assunto, trabalhos que não sejam científicos, trabalhos com mais de 10 anos de publicação e trabalhos publicados em outras bases que não as selecionadas.

2. CONTEXTO HISTÓRICO DA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA (UTI)

A Unidade de Terapia Intensiva é responsável por prestação de serviços de alta complexidade e tecnologia, garantindo a qualidade e integralidade no cuidado ao paciente. O objetivo é promover a assistência à saúde com segurança, qualidade e eficácia, a fim de alcançar resultados clínicos satisfatórios. Nas **UTIs** são oferecidos serviços especializados para o diagnóstico precoce, tratamento e prevenção de complicações, bem como o monitoramento da evolução dos pacientes, além da administração de medicamentos, terapias, exames e procedimentos cirúrgicos quando necessários. O acesso a **UTIs** está diretamente relacionado ao acesso a serviços de saúde de qualidade, com profissionais bem qualificados (**SILVA & ADEODATO, 2020**).

A **UTI** é responsável por todos os procedimentos médicos e de enfermagem necessários para o tratamento de pacientes graves, incluindo monitoramento de sinais vitais, administração de medicamentos, cuidados com ventilação mecânica, infusão intravenosa, tratamento de complicações, avaliação dos resultados dos tratamentos, entre outros. Sendo também um setor responsável por proporcionar aos pacientes e familiares uma atmosfera de confiança, segurança e bem-estar. Estes profissionais possuem habilidades especiais para trabalhar em ambientes altamente estressantes e têm o compromisso de oferecer o melhor cuidado possível aos pacientes e às suas famílias (**SILVA & ADEODATO, 2020**).

A **UTI** é caracterizada por ter uma infraestrutura específica, com equipamentos sofisticados, recursos tecnológicos e medicamentos necessários para o tratamento de patologias agudas ou crônicas, além de uma equipe multiprofissional de saúde qualificada para atuar em situações de emergência. A **UTI** oferece cuidados especializados, com monitorização contínua, oferecendo suporte para todos os sistemas vitais, além de cuidados específicos para cada doença. O objetivo da **UTI** é fornecer tratamento especializado e monitorização contínua, a fim de prevenir complicações e acelerar a recuperação do paciente (**DA SILVA CARRIAS et al., 2018**).

“A necessidade de internação de um familiar em uma Unidade de Terapia Intensiva ocasiona um elevado nível de estresse, provoca insegurança, medo, e desequilíbrio emocional tanto para o paciente quanto para o familiar. Esta condição é vivenciada como uma crise real pela família, isto se deve às condições de incerteza e insegurança que vivenciam durante o processo de internação do paciente, diante de prognósticos difíceis e complexos, que caracterizam as situações da maior gravidade. Além de repercutir significativamente no cotidiano

familiar, pois essa mudança geralmente ocorre de forma repentina e inesperada (DA SILVA CARRIAS et al., 2018, P. 105).

Isso tende a gerar sobrecarga na equipe, o que pode trazer prejuízos para o cuidado aos pacientes, pois a pressão sobre a equipe pode aumentar e a humanização do cuidado acaba sendo colocada em segundo plano. É necessário que se invista na formação e desenvolvimento das equipes de enfermagem para que se crie um ambiente de trabalho saudável, que permita que os profissionais possam oferecer o atendimento com o melhor nível de humanização. O investimento em tecnologia também pode auxiliar na redução dos custos e da sobrecarga dos profissionais, que ganharão mais tempo para dedicar à humanização do cuidado. Além do mais, é fundamental oferecer suporte psicológico e emocional aos profissionais para que eles possam lidar com todas as situações.

2.1. Papel do enfermeiro na UTI

A assistência de enfermagem ao paciente crítico deve ser prestada de forma eficiente e segura, aplicando técnicas eficazes para monitorar e avaliar seu estado de saúde. O enfermeiro deve estar atento aos sinais e sintomas do paciente, identificando e tratando precocemente qualquer alteração potencialmente grave. O enfermeiro também deve avaliar o paciente de maneira holística para determinar o melhor tratamento individualizado. Além disso, o enfermeiro deve fornecer cuidados educacionais ao paciente e família, de modo a aliviar o stress e ansiedade, além de fornecer orientação sobre as intervenções médicas e ajudar a paciente e família a compreender a doença e seu tratamento (**VENTURI et al., 2016**).

O profissional que trabalha na **UTI** possui a responsabilidade de realizar monitoramento contínuo das condições clínicas, físicas e emocionais dos pacientes, além de realizar o controle e a administração de medicamentos, implementar ações de prevenção de complicações e zelar pela qualidade do atendimento. Desta forma, para atuar nesta área, é fundamental que o profissional possua conhecimentos profundos sobre assistência de enfermagem, além de competências humanas e técnicas avançadas para realizar o trabalho de forma segura e eficaz, é importante que o profissional se mantenha atualizado sobre as tecnologias e os processos mais modernos no setor, para que possa prestar o melhor atendimento possível para o paciente (**CAMELO et al., 2013**).

Segundo Camelo *et al.*, (**2013**) a equipe multiprofissional deve incluir médicos, enfermeiros, farmacêuticos, fisioterapeutas, nutricionistas, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, técnicos de enfermagem e outros profissionais da saúde. Cada profissional deve ter conhecimento sobre suas responsabilidades e habilidades para garantir o melhor tratamento possível para os pacientes críticos. Além destes profissionais, o setor de **UTI** deve contar com equipamentos e instalações adequados e seguros para proporcionar o melhor atendimento aos pacientes, como monitores de sinais vitais, ventiladores, respiradores, equipamentos de diagnóstico, materiais especiais e medicamentos. Ademais, o Conselho Federal de Enfermagem também estabelece a obrigatoriedade de que os enfermeiros sejam responsáveis por todas as ações de enfermagem desenvolvidas nas unidades de saúde, garantindo a adequação técnica e a qualidade dos serviços

prestados. Tudo isso, aliado ao bom relacionamento interpessoal e ao conhecimento dos meios e instrumentos de assistência, fará com que o enfermeiro seja capaz de prestar cuidados humanizados e sistemáticos às pessoas em condições críticas de saúde.

Neste sentido, o enfermeiro deve possuir conhecimentos técnicos, científicos e habilidades práticas para atuar em **UTIs**. É necessário que ele saiba interpretar variáveis como pressão arterial, frequência cardíaca, temperatura, nível de oxigênio, saturação de oxigênio, entre outros. Além disso, ele deve ter conhecimento sobre diferentes tipos de equipamentos utilizados em **UTIs**. Outra qualificação importante para o enfermeiro de **UTI** é a capacidade de gerenciar o ambiente da unidade com segurança e eficácia, para atender os pacientes. Isso inclui a capacidade de lidar com pressão, lidar com familiares ansiosos, tomar decisões e manter a calma em situações complicadas (**CAMELO et al., 2013**).

No estudo realizado por Venturi *et al.*, (**2016**) ele cita sobre a importância do enfermeiro frente a monitorização hemodinâmica que é uma ferramenta fundamental para o cuidado de enfermagem em unidades de terapia intensiva. Ela permite que os profissionais de enfermagem tenham informações precisas sobre o estado do paciente e possam identificar precocemente qualquer alteração no seu estado físico. Com essa informação, os enfermeiros podem desenvolver um plano de cuidado individualizado, que inclua ações preventivas, terapêuticas e diagnósticas. Além disso, a monitorização hemodinâmica permite que os profissionais de enfermagem avaliem os resultados das medidas tomadas e, assim, possam ajustar o tratamento de acordo com as necessidades do paciente.

O enfermeiro deverá proporcionar aos familiares/cuidadores informação sobre a doença e as possíveis medidas de cuidado. Ainda, deve orientar sobre as possíveis opções e esclarecer as dúvidas relacionadas às condutas a serem adotadas. É importante que o enfermeiro também seja capaz de acolher os sentimentos e expectativas do familiar/cuidador, oferecendo suporte emocional, encorajamento e ajudando a lidar com o estresse, o medo e a ansiedade (**SOARES; REIS E SOARES, 2015**).

Além disso, é importante que o enfermeiro realize um acompanhamento próximo ao paciente para perceber e avaliar constantemente mudanças em seu estado de saúde, possíveis complicações e otimizar ainda mais o tratamento de saúde (**VENTURI et al., 2016**).

2.2. Atendimento Humanizado na UTI

A **UTI** é caracterizada por um ambiente controlado, que monitora as condições clínicas dos pacientes e a qualidade dos cuidados prestados. A unidade conta com equipamentos especializados para monitorar e ajudar a controlar as condições clínicas dos pacientes. Além disso, a tecnologia também vem aprimorando a comunicação entre os profissionais de saúde, possibilitando a troca de informações mais rápida e eficiente. Com isso, os profissionais podem tomar decisões mais acertadas e acompanhar de perto o tratamento dos pacientes, garantindo maior segurança e qualidade nos serviços prestados. Outro benefício importante da tecnologia é o uso de sistemas computadorizados para o controle da **UTI**. Esses sistemas permitem aos profissionais acompanhar de perto o estado de saúde dos pacientes, bem como monitorar os sinais vitais (**MACHADO & SOARES, 2016**).

De acordo com os autores Machado e Soares (**2016**) a Política Nacional de Humanização estabeleceu diversas diretrizes para o cuidado humanizado aos pacientes. Dentre elas,

destacam-se as seguintes: respeito às particularidades culturais e à diversidade; informação e participação dos usuários e familiares durante o processo de tratamento; garantia de acesso a serviços com qualidade, acolhendo as necessidades individuais; e valorização dos profissionais de saúde como agentes fundamentais no processo de humanização. A **PNH** tem como objetivo promover ações que visem à promoção da integralidade e da autonomia do usuário do **SUS**, garantindo a realização de ações intersetoriais para melhorar a qualidade da assistência.

Citam ainda os autores Machado e Soares (2016) que o Ministério da Saúde busca promover a humanização dos serviços de saúde, a fim de oferecer atendimento de qualidade aos usuários do sistema. Para isso, além de incorporar novas tecnologias, também se preocupa em melhorar as condições do ambiente, bem como as condições de trabalho dos profissionais de saúde, para que possam oferecer o melhor cuidado possível.

É necessário que haja uma mudança na formação dos profissionais de saúde para que eles tenham uma visão mais humanizada do trabalho, que inclua a compreensão do contexto social e cultural dos usuários, assim como dos fatores que influenciam seu estado de saúde. Vale ressaltar que é necessário que os estabelecimentos de saúde ofereçam oportunidades de treinamento aos profissionais para desenvolver habilidades de relacionamento interpessoal e compreensão das necessidades dos usuários, além de incentivar o trabalho em equipe, para que o cuidado seja mais humanizado e completo (MACHADO & SOARES, 2016).

Sendo assim os autores Machado e Soares (2016) afirmam ainda em seu estudo acerca da humanização hospitalar que deve-se levar em consideração os desejos, crenças, valores e necessidades do indivíduo; estabelecer relacionamentos eficazes entre profissionais de saúde e pacientes; promover o bem-estar do paciente; e criar um ambiente acolhedor e familiar. *Ademais:*

 [...] o ato de humanizar o cuidado é caracterizado pela capacidade de colocar-se no lugar do outro, de ver o indivíduo como um todo e como um ser único e com a necessidade de prestar um atendimento de qualidade, ou seja, que vá além de procedimentos técnicos (MACHADO & SOARES, 2016, P.2345).

Os profissionais compreendem que a humanização tem o objetivo de oferecer um cuidado mais humanizado, a partir dos princípios de respeito, confiança, acolhimento, empatia, gentileza e cuidado integral. Os resultados também mostram que os profissionais da enfermagem acreditam que a humanização tem o poder de melhorar a experiência do paciente, bem como a qualidade dos cuidados. Em suma, os profissionais da enfermagem percebem a importância da humanização e sua aplicação no cenário de uma **UTI**, pois acreditam que ela melhora a experiência do paciente e a qualidade dos cuidados. Por meio da humanização, os profissionais da enfermagem acreditam que é possível oferecer um cuidado (SOARES; REIS E SOARES, 2015).

Para os autores Soares, Reis e Soares (2015) a enfermagem é baseada na ciência dos cuidados, na qual se trabalha com a prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação de doenças. O enfermeiro é responsável por monitorar e avaliar os cuidados de saúde de

pacientes, para garantir seu bem-estar. A enfermagem é um campo que exige que os profissionais atendam às necessidades dos pacientes, fornecendo cuidados eficazes e humanizados. São responsáveis por educar os pacientes a fim de prevenir doenças e promover o bem-estar. Visando também oferecer uma assistência aos pacientes, orientando-os sobre procedimentos, tratamentos, medicamentos entre outros.

Algumas atitudes que contribuem para humanização na UTI são:

- ✓ Criar um ambiente mais acolhedor, com a presença de familiares, música, flores;
- ✓ Dar oportunidade de falar com o paciente e ouvir suas necessidades;
- ✓ Atender as necessidades físicas, espirituais e psicológicas dos pacientes;
- ✓ Estimular os pacientes a realizarem atividades físicas e recreativas;
- ✓ Fortalecer o vínculo familiar;
- ✓ Oferecer suporte emocional aos familiares;
- ✓ Garantir que os profissionais de saúde recebam treinamento para atender às necessidades dos pacientes;
- ✓ Realizar atividades educativas e de conscientização;
- ✓ Implementar técnicas de relaxamento e outras terapias alternativas (**ARAÚJO et al., 2022**).

Sendo assim o autor Araújo *et al.*, (**2022**) ainda cita que a humanização dos cuidados em ambientes de cuidados intensivos envolve uma série de ações que visam proporcionar ao paciente um ambiente mais humanizado. Entre essas ações, destacam-se o resgate da dignidade do usuário, a promoção da participação, da responsabilização e da autonomia dos mesmos, bem como a inclusão deles na tomada de decisões que afetam sua vida. Essas ações devem ser realizadas de forma singular e de responsabilidade conjunta da equipe multiprofissional, com o compromisso de garantir aos usuários do serviço de saúde um atendimento humanizado, que respeite suas necessidades e direitos e promova sua autonomia.

2.3. Principais desafios enfrentados frente a humanização no setor de UTI

Um dos principais desafios enfrentados pelos profissionais enfermeiros são a utilização da tecnologia no ambiente da **UTI** podendo gerar preocupação, ansiedade e estresse nos profissionais, afetando o seu desempenho no trabalho, além de afetar a sua relação com pacientes, familiares e colegas. Para lidar com esses desafios, é importante que os profissionais da **UTI** recebam treinamento adequado para o manuseio de tecnologias e equipamentos, além de orientação psicológica para lidar com a pressão do ambiente de trabalho. É igualmente importante que os profissionais tenham apoio do seu ambiente de trabalho e que as organizações disponham de programas de orientação para apoiar os profissionais da **UTI**, promovendo a saúde mental e o bem-estar (**MACHADO & SOARES, 2016**).

No estudo realizado pelos autores Soares, Reis e Soares (**2015**) o profissional enfermeiro também pode ajudar a proporcionar o conforto e o bem-estar do paciente, oferecendo cuidados que garantam o alívio da dor, bem como a redução do estresse e da ansiedade.

Manter a família informada e envolvida nos cuidados proporciona um melhor resultado para o paciente, pois eles se sentem acolhidos e compreendidos, além de contribuírem para manter a segurança e o bem-estar do paciente. Logo, o envolvimento da família é essencial para o sucesso e a segurança do paciente, a família também pode contribuir na identificação de necessidades específicas do paciente, pois tem conhecimento do histórico médico e do contexto familiar, o que possibilita tomada de decisões seguras em conjunto.

Conforme citam os autores Soares, Reis e Soares (2015) a barreira psicológica é uma forma de proteção, já que ao estabelecer uma relação de empatia com o paciente, o enfermeiro se torna mais suscetível aos problemas do paciente. Assim, ao manter uma barreira psicológica, o enfermeiro consegue abrir mão das emoções pessoais para dar o melhor cuidado ao paciente e evitar o desgaste emocional. Esta barreira também ajuda o enfermeiro a preservar o seu profissionalismo, garantindo que o cuidado prestado seja o mais eficaz possível.

O enfermeiro em exposição contínua de sobrecargas de trabalhos podem levar a problemas com a qualidade e segurança do serviço prestado, pois o profissional passa a dar mais atenção aos procedimentos e menos às necessidades do paciente. Além disso, pode também levar a erros, pois a quantidade de trabalho e a pressão para cumprir prazos podem ser tão intensas que o profissional acaba se esquecendo de realizar alguns procedimentos ou tomando decisões erradas. Por isso, é importante que as organizações invistam em programas que possam ajudar os profissionais a lidar com a sobrecarga de trabalho, oferecendo apoio e ajuda para que eles possam desempenhar suas funções de forma mais segura e eficiente (SOARES, REIS E SOARES, 2015).

Ressalta-se que outros problemas que foram identificados, foram a falta de recursos humanos qualificados para prestar atendimento adequado às pacientes. A equipe de enfermagem e a equipe médica insuficientes para atender às necessidades de todos os pacientes. Impossibilidade mediante a realização de procedimentos, bem como a fornecimento de cuidados paliativos adequados. Portanto o fato de não haver profissionais qualificados para cuidar dos pacientes em um ambiente hospitalar em especial **UTI**, afeta diretamente o nível de atendimento proporcionado. Sendo assim para garantir a adequação de toda problemática, é importante que sejam realizadas adequações para tornar o ambiente acolhedor, seguro, humanizado e confortável. Além do mais vale destacar que é crucial que sejam estabelecidos ambientes de **UTI** que promovam a segurança dos pacientes, fornecendo assistência multiprofissional, humanização, insumos, equipamentos, mobiliários adequados, além de manter o ambiente limpo, seguro e de qualidade para o paciente (SOARES, REIS E SOARES, 2015).

Afirma ainda Ribeiro *et al.*, (2017) que uma das principais dificuldades é o conhecimento limitado dos profissionais em relação aos dispositivos tecnológicos, o que os impede de aproveitar plenamente suas funcionalidades. Isso contribui para o sobrecarregamento dos profissionais, uma vez que muitos deles ainda precisam passar muito tempo aprendendo a usar as tecnologias. Além disso, outra dificuldade é a falta de treinamento adequado para os profissionais, já que eles não estão acostumados a lidar com a tecnologia e muitas vezes não têm acesso aos recursos necessários. Por fim, outra dificuldade é a falta de recursos e equipamentos adequados para seu uso, pois muitas vezes os equipamentos são obsoletos ou não possuem as funcionalidades necessárias para o treinamento.

Portanto, para se implementar a humanização, é necessário que a equipe de saúde saiba valorizar e dar atenção às necessidades humanas básicas, como o contato afetivo, o respeito às opiniões, o reconhecimento da individualidade, o incentivo à participação e à autonomia dos pacientes. O ambiente hospitalar deve ser planejado para ser acolhedor, estruturado para que o paciente possa se sentir seguro e confortável, com privacidade e confidencialidade. Além disso, deve haver a preocupação com a qualidade dos serviços oferecidos, a informação sobre tratamentos e procedimentos e a educação dos pacientes **(REIS; SENA & FERNANDES, 2016)**.

Nesse sentido, é fundamental que sejam adotadas medidas para que a humanização torne-se um processo consciente, como a criação de programas de treinamento e capacitação, incluindo a implantação de práticas de Educação em Saúde, além de metodologias de avaliação da satisfação dos usuários. É preciso, também, que cada profissional se responsabilize por estabelecer relações de respeito e solidariedade com os pacientes e seus familiares, promovendo a humanização como princípio fundamental para qualquer serviço de saúde **(REIS; SENA & FERNANDES, 2016)**.

3. CONCLUSÃO

Para humanizar a assistência em saúde, é necessário que os profissionais da área de enfermagem tenham uma compreensão profunda e ampla dos processos de saúde, pois assim eles serão capazes de identificar e compreender as necessidades e expectativas do usuário, bem como as suas limitações e fragilidades.

Além disso, é fundamental que os profissionais da área de enfermagem estejam preparados para desenvolver habilidades e técnicas que possam auxiliar os usuários a lidarem com os seus problemas de saúde e a promoverem a sua autonomia. A humanização da assistência em saúde também requer que os profissionais da área de enfermagem tenham a capacidade de se comunicar adequadamente com os usuários, oferecendo informações claras e precisas.

A partir do momento em que o enfermeiro é capaz de estabelecer um vínculo com o paciente, identificando suas necessidades, pode então desenvolver ações de educação em saúde, passando informações sobre a doença e o tratamento, para que o paciente possa desenvolver uma capacidade de autocuidado. Além disso, o profissional deve estar atento às questões sociais que cercam o paciente, e buscar oferecer suporte para que ele possa enfrentar as barreiras que encontra em seu cotidiano. Dessa forma, o enfermeiro desenvolve uma atuação centrada no paciente, oferecendo um cuidado humanizado e de qualidade, que considera as necessidades e características particulares de cada um, e que busca oferecer as melhores condições de assistência em saúde.

Vale destacar que algumas dificuldades enfrentadas pelos profissionais de enfermagem são a falta de recursos financeiros e materiais para atender às demandas dos pacientes, a burocracia administrativa, o excesso de trabalho e o estresse emocional que se acumula durante o desempenho das atividades. Por fim, a falta de incentivo e valorização profissional se mostra como um dos principais entraves para o trabalho de enfermagem.

Espera-se também que este estudo possa contribuir para a formulação de políticas de humanização dos cuidados de enfermagem que devem ser implementadas e avaliadas permanentemente, pois a humanização não é um processo estático, mas sim dinâmico, sendo necessário que sejam implementadas ações que melhorem a qualidade dos cuidados prestados aos pacientes críticos, fazendo com que os profissionais envolvidos se sintam motivados a oferecer cuidados de qualidade.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, E. G. *et al.* **Os desafios de humanizar na unidade dentro das perspectivas dos profissionais de saúde: uma revisão da literatura.** Research, Society and Development, v. 11, n. 4, p. e51911427663-e51911427663, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/27663/24157> Acesso em: 13 fevereiro 2023.
- CAMELO, S. H. H. *et al.* **Perfil profissional de enfermeiros atuantes em unidades de terapia intensiva de um hospital de ensino.** Ciencia y Enfermería, [S.L.], v. 19, n. 3, p. 51-62, 2013. Universidad de Concepcion. <http://dx.doi.org/10.4067/s0717-95532013000300006>. Acesso em: 07 fevereiro de 2023.
- DA SILVA CARRIAS, F. M. *et al.* **Visita humanizada em uma unidade de terapia intensiva: um olhar interdisciplinar.** Tempus–Actas de Saúde Coletiva, v. 11, n. 2, p. ág. 103-112, 2017. Disponível em: <https://tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/1966/1802>. Acesso em: 07 fevereiro de 2023.
- MACHADO, E. R; SOARES, N. V. **Humanização em UTI: sentidos e significados sob a ótica da equipe de saúde.** Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro, v. 6, n. 3, 2016. Disponível em: <http://seer.ufsj.edu.br/recom/article/view/1011/1167> Acesso em: 08 fevereiro de 2023.
- REIS, C. C. A; SENA, E. L. da S; FERNANDES, M. H. **Humanização do cuidado nas unidades de terapia intensiva: revisão integrativa.** Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online, v. 8, n. 2, p. 4212-4222, 2016. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/5057/505754104040_5.pdf Acesso em: 08 fevereiro de 2023.
- RIBEIRO, K. R. A. *et al.* **Dificuldades encontradas pela enfermagem para implementar a humanização na unidade de terapia intensiva.** Rev. enferm. UFPI, p. 51-56, 2017. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/fr/biblio-1033929> Acesso em: 13 fevereiro 2023.
- SILVA, Ana Paula Diniz da; ADEODATO, Kessia Lorraine do Carmo. **Humanização da assistência de enfermagem na unidade de terapia intensiva (UTI): uma revisão de literatura.** 2021. 22 f. trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Enfermagem) - Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos, Gama-DF, 2020.
- SOARES, Larissa G; REIS, M. R; SOARES, Leticia G. **Humanização na UTI–dificuldades encontradas para sua implementação uma revisão integrativa.** Voos Revista Polidisciplinar, v. 6, n. 1, 2015. Disponível em: <http://www.revistavoos.com.br/seer/index.php/voos/article/view/263/263-1106-1-PB> Acesso em: 08 fevereiro 2023.
- VENTURI, Viviane *et al.* **O papel do enfermeiro no manejo da monitorização hemodinâmica em unidade de terapia intensiva.** Revista Recien-Revista Científica de Enfermagem, v. 6, n. 17, p. 19-23, 2016. Disponível em: <http://www.recien.com.br/index.php/Recien/article/view/103/106> Acesso em: 12 fevereiro 2023.

Sistemas de Informação Otimizando a Avaliação Escolar

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Gilberto Abud Junior
Katia Adriana Leite de Campos Abud
Reginaldo Luiz Gonçalves

Discentes do curso de Pedagogia

RESUMO:

A avaliação é um processo fundamental que promove mudanças no comportamento do aluno em relação ao processo de ensino e aprendizagem, fazendo com que a avaliação realizada pelo professor seja capaz de indicar alternativas, estratégias, metodologias e possibilidades e um novo caminho para o aprendizado do aluno. Aprendemos no passado a avaliar de forma quantitativa e de forma tecnicista, dando ênfase a números, a classificação, fragmentando o conhecimento e as respostas do aluno. Mas a avaliação precisa considerar o lado humano do desenvolvimento e da evolução do aluno. Por isso, ela é com certeza um gesto e um processo de muita responsabilidade a ser aplicado. Avaliar é um trabalho de muita sensibilidade. A falta de dados e informações para uma avaliação pode muitas vezes condicionar o outro a não mais prosseguir na aprendizagem. Avaliar nos permite encontrar novos caminhos, novas ações pedagógicas com o objetivo de sanar as dificuldades encontradas pelo aluno na construção de seu conhecimento, respeitando sua individualidade e o seu desenvolvimento global, tornando-o cidadão do momento histórico em que vive. Após a avaliação, diversas decisões devem ser tomadas para a melhoria do ensino. Diante dessa realidade, que envolve uma grande quantidade de variáveis, um Sistema de Informação poderá gerenciar e exibir dados a qualquer tempo para todos os envolvidos no processo. Diversos são os atributos que podem ser oferecidos pelos Sistemas de Informação na melhoria da qualidade da avaliação escolar. Atributos como rapidez, segurança e integridade, dados necessários aos educadores para uma avaliação de maior qualidade, exibindo toda a realidade do aluno dentro do perfil desejado em cada ciclo ou modalidade de ensino, ou seja, seu comportamento em relação à escola, aos colegas, aos professores de outras disciplinas e suas respectivas avaliações.

Palavras chave: Sistemas de Informação. Avaliação Escolar. Educação.

ABSTRACT:

Assessment is a fundamental process that promotes changes in student behavior in relation to the teaching and learning process, making the assessment carried out by the teacher able to indicate alternatives, strategies, methodologies and possibilities and a new path for student learning. We learned in the past to assess quantitatively and technically, emphasizing numbers, classification, fragmenting the student's knowledge and responses. But the evaluation needs to consider the human side of the student's development and evolution. Therefore, it is certainly a gesture and a process of great responsibility to be applied. Evaluating is a very sensitive job. Those who evaluate

need to be as fair as possible in relation to the other. Evaluating allows us to find new paths, new pedagogical actions with the objective of solving the difficulties encountered by the student in the construction of his knowledge, respecting his individuality and his global development. After the evaluation, decisions are taken to improve teaching. Faced with this reality, an Information System will be extremely useful. What are the alternatives offered by Information Systems in improving the quality of school evaluation? Information Systems can quickly, safely and completely provide the necessary data to educators for a higher quality assessment, showing the entire reality of the student within the desired profile in each cycle or teaching modality, that is, their behavior in relation to the school, colleagues, teachers of other disciplines and their respective evaluations.

Keywords: *Information systems. School evaluation. Education.*

1. INTRODUÇÃO

No passado o mundo desfrutava de tempo para tudo. Para pensar, se organizar, produzir e tomar decisões por meio de muita reflexão. O momento atual aponta para a diminuição de tempo na tomada de decisões, seja ela em qual campo for. As tecnologias estão transformando o mundo de forma a exigir resultados mais rápidos e precisos. Enfim, o que vemos em todas as instituições industriais, comerciais, financeiras, etc. é a busca constante de redução de custos e maior lucratividade com o uso do avanço tecnológico e dos chamados Sistemas de Informação.

Sistemas de Informação **(SI)** são sistemas que permitem a coleta, o armazenamento, o processamento, a recuperação e a disseminação de informações. Os Sistemas de Informação são formados pela combinação estruturada de vários elementos, a saber: a informação **(dados formatados, textos livres, imagens e sons)**, os recursos humanos **(pessoas que coletam, armazenam, recuperam, processam, disseminam e utilizam as informações)**, as tecnologias de informação **(o hardware e o software usados no suporte aos SI)** e as práticas de trabalho **(métodos utilizados pelas pessoas no desempenho de suas atividades)**, organizados de tal modo a permitir o melhor atendimento dos objetivos da organização.

Os Sistemas de Informação exercem papel importante nas empresas, pela facilidade de acesso as informações gerais e específicas da organização. Evidentemente que, somente o sistema não define boas estratégias de negócios ou quaisquer outra que a empresa busque. Os gestores precisam gerir de forma adequada também os dados e/ou informações geradas pelo sistema para resultados promissores. Semelhante ao que acontece no mercado de trabalho produtivo, as instituições de ensino, de forma gradativa, pelo menos na área administrativa da escola, procura a melhoria dos processos existentes, racionalizando serviços, aumentando a rapidez e a segurança no atendimento. Na área pedagógica investe-se no aperfeiçoamento dos professores e novas metodologias sem a utilização desse recurso poderoso no auxílio das avaliações escolares tão importantes na vida do professor e dos alunos. Os motivos são inúmeros, mas podemos citar a falta de entusiasmo dos profissionais da educação em utilizar as tecnologias como ferramentas, a falta de treinamento, a falta de investimento dos sistemas de ensino, etc.

Podemos contar também com Sistemas de Informações para tomada de decisão no que diz respeito a avaliação escolar e o processo de aprendizagem do aluno. Eles permitem uma visão global dos acontecimentos, baseados nos dados armazenados para a avaliação do trabalho do professor, do aluno e do caminho a ser seguido, alimentando o processo de aprendizado.

A avaliação é muito mais que uma prova, muito mais que um exame pontual. Ela é um processo imprescindível dentro da atividade educacional. Seja qual for o sistema de avaliação adotado, a utilização de um Sistema de Informação poderá auxiliar a escola e o professor, a identificar os pontos de dificuldade de aprendizagem de forma a atender a necessidade da melhoria do rendimento escolar do aluno. Com um Sistema de Informação poderemos alcançar resultados melhores, aumentando a qualidade da avaliação escolar, facilitando assim o tratamento individualizado para um novo ensinar.

2. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Definimos atualmente que um sistema é a composição de vários componentes interdependentes que trabalham em conjunto para se atingir um objetivo determinado previamente, de maneira clara para uma comunidade de usuários. Sua gestão é permanente e o bom funcionamento de cada parte é imprescindível. De acordo com **O'BRIEN (2004, p. 6)** “é um conjunto organizado de pessoas, hardware, software, redes de comunicações e recursos de dados que coleta, transforma e dissemina informações em uma organização”.

Inicialmente devemos distinguir dados de informação. Embora **ELMASRI e NAVATHE (2011, p. 3)**, afirmem que dados são “ *fatos conhecidos que podem ser registrados e possuem significado implícito*”, muitos ainda os confundem com informações. Pode-se dizer que um “*dado*” é qualquer elemento em sua forma bruta, normalmente sobre fenômenos físicos ou transações de negócios necessitando de uma transformação que gere uma “*Informação*” (**O'brien, 2004, pg. 12**).

A informação é gerada pela conversão de dados em um contexto significativo e útil para usuários finais específicos permitindo assim a tomada de decisões por parte de executivos da empresa (**O'brien, 2004, pg. 13**). Basicamente a informação habilita a empresa a alcançar seus objetivos pelo uso eficiente de todos os recursos disponíveis, sejam eles materiais, humanos ou tecnológicos.

O objetivo do Sistema de Informação é disponibilizar recursos a cada pessoa envolvida em um processo melhorando cada vez mais a qualidade de seu trabalho, em qualquer função dentro da empresa, com capacidade de coletar, recuperar, processar, armazenar e distribuir a informação com a finalidade de facilitar o planejamento, o controle, a coordenação, a análise e o processo decisório em empresas e organizações.

Muitos sistemas de informação começaram de forma manual e foram informatizados. Um sistema de informação manual não é prático e sujeito a erros, o que o torna ineficiente para os dias de hoje. Lacombe (**2003**) destaca que o Sistema de Informação Gerencial envolve a empresa em três graus, *vejamos*:

“ *Estratégico – este é o nível onde são criados os fundamentos estratégicos da organização (como missão, visão, valores, crenças) e são traçados os objetivos estratégicos a curto, médio e longo prazo.*

Tático – neste nível, entra a figura dos gerentes, coordenadores, supervisores e demais funções. Este nível tem como objetivo principal o desdobramento da estratégia, ou seja, de como será realizado o caminho para a consecução dos objetivos estratégicos, utilizando de forma eficiente e eficaz, desdobrando-os em metas específicas para suas áreas e liderados. Operacional – Para cumprir a estratégia traçada (desdobrando-a) e alcançar os objetivos almejados, é necessário que pessoas “coloquem a mão na massa”, ou seja, cumpra de forma eficiente e eficaz cada uma das atividades que lhes for atribuída (**LACOMBE, 2003, p. 67**).

O sistema de informação baseado em computador é composto pelo hardware, *software*, banco de dados, telecomunicações, pessoas e procedimentos, que estão configurados para coletar, manipular, armazenar e processar dados em informação (O'brien, 2004, pg. 10). **A seguir vamos discutir cada um dos componentes do sistema de informação:**

- **Recursos de Hardware:** consiste no equipamento do computador usado para executar as atividades de entrada, processamento e saída. O termo *hardware* é usado para fazer referência a detalhes específicos de cada equipamento, incluindo informações detalhadas sobre seus componentes, seu funcionamento, suas restrições e também as suas potencialidades (TANENBAUM, 2013).;
- **Recursos de Software:** consistem nos programas e nas instruções dadas ao computador e ao usuário. Esses programas e instruções permitem ao computador processar folhas de pagamento, enviar faturas aos clientes e fornecer aos administradores, informações para aumentar os lucros, reduzir os custos e proporcionar um serviço melhor ao cliente;
- **Recursos de Armazenamento:** é uma coleção organizada de fatos e informações. O banco de dados de uma empresa pode conter fatos e informações sobre clientes, empregados, estoque, informações sobre vendas de concorrentes. Banco de dados é uma das partes mais valiosas e importantes de um sistema de informação baseado em computador. Segundo DATE (2004, p. 10), *“Um banco de dados é uma coleção de dados persistentes, usada pelos sistemas de aplicação de uma determinada empresa”*.;
- **Recursos de rede:** permitem às empresas ligar os computadores em verdadeiras redes de trabalho. Uma rede de computadores nada mais é do que um conjunto de computadores interligados por um sistema de comunicação que permita a transmissão e recebimento de dados. Outra definição de redes de computadores é dada por um conjunto de estruturas lógicas (**softwares e protocolos**) e físicas (**equipamentos físicos**) que possibilitam a comunicação entre dois ou mais computadores (VELLOSO, 2014).;
- **Recursos Humanos:** elemento mais importante na maior parte dos sistemas de informação baseado em computador. Os profissionais de sistemas de informação incluem todas as pessoas que gerenciam, executam, programam e mantêm o sistema do computador. Os usuários são administradores, tomadores de decisões, empregados e outros que utilizam o computador em seu benefício.

3. AVALIAÇÃO ESCOLAR

Um grande desafio para os educadores é a busca incessante pela melhoria da qualidade da avaliação seja na rede pública ou privada. É uma tarefa árdua, de muita sensibilidade do docente ao acompanhar o processo de ensino e aprendizagem, comparando os resultados aos objetivos propostos constatando avanços, dificuldades e novos caminhos a serem seguidos. A avaliação, por sua complexidade não se resume a uma aplicação de testes e uma atribuição de nota quantitativa, mas a visão global do desenvolvimento do aluno frente aos recursos e metodologias aplicadas na construção do conhecimento. A maioria dos

docentes vêm exercendo a avaliação com uma função classificatória e burocrática, estabelecendo uma rotina de tarefas e provas, transformando-a em um fator negativo de motivação, excluindo o foco da verdadeira razão do processo de construção do conhecimento.

O professor não deve fazer da avaliação, um meio de ameaça, causando uma pressão psicológica e cobrança exagerada sobre os educandos. Neste caso, o foco do processo está na seletividade e classificação dos alunos e não há uma preocupação com a aprendizagem. O cotidiano da escola desmente um discurso inovador de considerar a criança e o jovem a partir de suas potencialidades reais. A avaliação assume a função comparativa e classificatória, negando as relações dinâmicas necessárias a construção do conhecimento, solidificando lacunas de aprendizagem. **(HOFFMANN, 1994, p.74).**

A partir da avaliação é possível ao professor perceber o que realmente os alunos já aprenderam e quais dificuldades ainda persistem. Isto o ajudará a encontrar mecanismos necessários para auxiliá-los diante das dificuldades.

*“O que se espera de uma avaliação numa perspectiva transformadora é que seus resultados constituam parte de um diagnóstico e que, a partir dessa análise da realidade, sejam tomadas decisões sobre o que fazer para superar os problemas constatados: perceber a necessidade do aluno e intervir na realidade para ajudar a superá-la. **(VASCONCELLOS, 2006, p.89).**”*

O conceito de avaliação está relacionado à concepção de homem e de mundo que a escola adota. Esta concepção vem expressa nos princípios de organização curricular e de ensino propostos, assim como de organização do trabalho pedagógico e administrativo da escola. A partir do contexto da escola, é que podemos determinar qual o tipo de avaliação será utilizada, assumindo-a como um espaço de direito do cidadão e um espaço onde atuam sujeitos socioculturais e históricos que se formam mutuamente através das relações sociais. *Mas por que avaliamos?* A avaliação pode ser considerada em alguns casos, uma ferramenta construtiva para motivação, pois aparentemente proporciona uma competição saudável. Outros, já a percebem a partir de uma ótica destrutiva, ameaçadora da espontaneidade, criadora de tensão e atrofiamento da criatividade.

Segundo Libâneo **(1997, pg. 196)**, podemos definir a avaliação escolar como um componente do processo de ensino que visa, através da verificação e qualificação dos resultados obtidos, determinar a correspondência destes como os objetivos propostos e, daí, orientar a tomada de decisões às atividades didáticas seguintes. Em todo este processo de avaliação a verificação, a qualificação e a apreciação qualitativa são constantes.

Já Souza **(1994, p. 14)**, afirma que os *“usos da avaliação são múltiplos, mas seu propósito mais relevante é o aperfeiçoamento da aprendizagem dos alunos, da atuação do professor e do currículo escolar”*.

Para Gatti **(2009)**, a avaliação deve ser feita de maneira contínua de modo a acompanhar o desenvolvimento e o processo de aprendizagem do aluno e para isso é necessário que os professores estejam capacitados e aptos a elaborar instrumentos de avaliação condizentes com o trabalho realizado em sala de aula.

Nas críticas que Zabala (1998) apresenta, o autor aponta que a avaliação tem como prioridade os resultados obtidos pelos alunos, é um instrumento que mede o grau de conhecimento de cada educando e é também considerada como um meio sancionador e qualificador da aprendizagem do aluno.

Vemos aqui o foco da avaliação enquanto instrumento para a melhoria da qualidade de ensino, já que nos traz suas implicações no contexto escolar, na aprendizagem dos alunos, na atuação docente e principalmente, nos programas e currículos, ou seja, concepções de homem e de mundo, escolha de conteúdos, objetivos, etc.

A concepção de avaliação que perpassa essa lógica é a de um processo que deve abranger a organização escolar como um todo: as relações internas da escola, como o trabalho docente, a organização do ensino, o processo de aprendizagem do aluno e, ainda, a relação com a sociedade. Nessa perspectiva torna-se fundamental a constituição de um conceito de avaliação escolar que atenda às necessidades de escolarização das camadas populares, porque são elas que mais têm sofrido com o modelo de escola atual. Portanto, se o movimento amplo da sociedade impõe um novo tipo de escola, há a necessidade de um novo referencial para a constituição dos processos de avaliação.

Professores, alunos e toda a comunidade escolar participam de forma direta desse processo investigativo e formativo, identificando problemas e soluções como prioridade.

A nota de uma prova ou atividade é um dos critérios de uma avaliação, assim como outras atividades onde se vai determinar as competências e habilidades dos alunos. Somente uma visão global do que foi ensinado, do que foi aprendido e dos comportamentos e atitudes geradas por esse processo, como por exemplo a maneira em que o professor entrevistou, o projeto curricular da escola etc.

O ato de romper a tradição da avaliação unicamente somativa é uma tarefa nada fácil considerando que esse modelo veio por meio de testes padronizados para serem aplicados junto aos alunos. A influência do pensamento norte americano em relação à avaliação da aprendizagem prossegue no Brasil por intermédio de vários autores. Evidencia-se então a tendência tecnicista de pensar a educação como uma inspiração filosófico-positivista. A ênfase recai no caráter cientificista da avaliação, nos métodos e procedimentos operacionais.

De autores brasileiros destacam-se na década de setenta publicações específicas sobre avaliação da aprendizagem que se caracterizam por fornecer orientações para o desenvolvimento de testes e medidas educacionais. Todas as concepções de avaliação de aprendizagem estavam focadas no contexto social, levando-se em consideração a legislação educacional da época. Visivelmente o aluno é tratado como um repositório de informações muitas vezes sem sentido, tornando-o um ser passivo diante do conhecimento. Diante disso precisamos rever o posicionamento, procurando tornar o aluno protagonista da construção do seu próprio conhecimento.

A avaliação frente à nova **LDB (Lei 9.394/96)** define a avaliação como apropriação do saber. O professor deverá possuir uma visão clara dos objetivos a serem alcançados, os quais devem ser bem definidos para se tomar as providências necessárias para a recuperação do aluno caso seu desempenho seja insatisfatório. Sendo assim entendo que a avaliação deve ser individual e não coletiva, e deve ser baseada primeiro nos objetivos do planejamento da escola, do curso e do professor. Portanto ela deverá ser contínua e

cumulativa, dando ênfase aos aspectos qualitativos, privilegiando a caminhada do aluno ao longo do processo de ensino e não somente na prova final tão temida por todos.

Mudanças na avaliação devem envolver um novo paradigma na relação professor-aluno. Além das novas concepções comprometidas com o desenvolvimento das capacidades dos alunos, que se expressam pela qualidade das relações que se estabelecem e pela profundidade dos saberes constituídos, é importante na avaliação, uma referência à análise de seus propósitos, que lhe permitam redimensionar, a fim de que os alunos aprendam cada vez mais e melhor e atinjam os objetivos propostos.

O processo ensino-aprendizagem engloba a avaliação escolar e dela depende seu sucesso, por isso toda avaliação deve estar intimamente ligada aos objetivos, conteúdos e métodos contidos no plano de ensino apresentados durante as aulas. Quando menos percebemos nosso plano de ensino vai a cada dia sendo revisado pela avaliação aplicada aos alunos, pois a exposição do que foi planejado na vida real torna o objetivo teórico cada vez mais concreto. À medida que o desenvolvimento intelectual dos alunos avança, todos os envolvidos no processo de educação percebem também um avanço social dentro e fora da escola. A avaliação se desenvolve sempre de forma objetiva possibilitando o entendimento dos alunos. *“O desenvolvimento do educando implica na construção das diversas facetas do seu ser: a cognição, a afetividade, a psicomotricidade e sua socialização”*. É a construção do indivíduo, tornando-o senhor de si e sujeito da circunstância. Cada indivíduo criança, jovem ou adulto educa-se no processo social como um todo: na trama das relações familiares, grupais, políticas, institucionais. Contudo, educa-se na medida em que vive as circunstâncias, que medita sobre elas e que volta a agir de um novo modo, provavelmente mais eficiente. Devemos lembrar que a criatividade na forma de avaliação (**evidentemente com base pedagógica**) é sempre bem-vinda por todos, desde que atinja os domínios já citados. Desse modo o aluno sente a continuidade da avaliação durante todo o processo de ensino-aprendizagem.

Podemos avaliar uma infinidade de aspectos dentro de uma sala de aula, porém de acordo com o plano de ensino, devemos avaliar o conhecimento do aluno a respeito de todos os itens que estão dentro do domínio estabelecido pelo professor, bem como, a relação que os alunos fazem com conhecimentos anteriores, com situações futuras, os comportamentos apresentados pelo aluno dentro de sala de aula e até fora da escola, que irão auxiliar neste processo de aprendizagem. Quando postas em prática é inevitável que as estratégias aplicadas pelo professor também sejam avaliadas para que o objetivo de envolver o aluno, auxilie não somente no aprender o conteúdo mas o aprender a aprender. Assim estaremos respeitando e levando em consideração não só seu conhecimento como também o ambiente em que o aluno vive, sua característica individual, dando um constante retorno ao professor.

A avaliação toma conta de todos os momentos de nossa vida. Profissionais de diversas áreas avaliam e são avaliados constantemente no mercado de trabalho, seja ele um presidente ou o responsável pela limpeza da empresa. Na escola não é diferente. Quem avalia e quem está mais próximo do aluno é o professor, que se torna um verdadeiro *“algoz”* da educação. É ele que identifica se seus alunos atingiram desempenhos esperados por ele, pela escola e pela sociedade. Neste processo, modificações surgirão tanto no aluno quanto no professor, pois há um estímulo a uma reflexão crítica sobre todo o processo de

ensino-aprendizagem, permitindo uma correção dos rumos nas transformações que estão sendo provocadas e novas decisões serão tomadas.

A avaliação tem como principal alvo o próprio aluno. Ele próprio poderá sentir sua evolução na aquisição de novos conhecimentos e os reflexos dessa aquisição em sua vida pessoal e social dentro e fora da escola. Uma boa avaliação seja ela qual for tem um poder sobre o ambiente sociocultural do aluno trazendo uma elevação de sua autoestima perante a sociedade. Avaliamos todo o processo e não somente os conteúdos. *Qual a qualidade daquilo que se aprendeu? Qual o valor objetivo e subjetivo existente nessa aquisição de conhecimentos?* E o mais importante de tudo é o domínio das competências e habilidades propostas pelo professor no plano de ensino.

Como os Sistemas de Informação nos dias de hoje podem auxiliar no processo educativo, envolvendo o docente com seus métodos, procedimentos, *objetivos do currículo e enfim a tão discutida avaliação escolar que irá orientar a construção do conhecimento dos discentes?*

Todos os setores da escola devem participar da avaliação. O administrador escolar, o psicólogo, o orientador educacional, o coordenador pedagógico e de cursos juntamente com o professor pelo lado da escola, a família e o próprio aluno participam de todo o processo de avaliação escolar. Porém, na linha de frente quem se apresenta é o professor que decidirá sobre o destino do aluno. Por isso o professor necessita de técnicas eficientes e eficazes que forneçam informações para os julgamentos a que ele se dispõe a fazer. Uma tarefa muito difícil que deve sem dúvida ser dividida com outros colegas educadores. Existe a necessidade de um grupo de dados e ou informações que não são poucas para que possa garantir uma análise mais próxima da realidade.

Para a tomada de decisão utilizaremos a tecnologia de um Sistema de Informação que bem desenvolvida pode sem dúvida nos auxiliar neste processo. O uso inteligente de tecnologias é um atributo vinculado a maneira como utilizaremos esse recurso, ou seja, dependerá de pessoas éticas, comprometidas com a organização escolar. O computador, principalmente, pode ser usado para catalisar e auxiliar na transformação da escola rumo a momentos mais modernos, não para informatizar o processo de ensino **(que parece ser moda no momento, escondendo os verdadeiros problemas da educação)**, mas para fornecer informações com clareza e rapidez na avaliação deste processo.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (**LDB**), a avaliação escolar é um processo que precisa ser contínuo e acumulativo, além disso, a qualidade da avaliação deve prevalecer sobre a quantidade. Podemos iniciar o processo aplicando a avaliação diagnóstica, visando identificar o conhecimento existente em cada discente, criando um cenário individual e conjunto das classes. Sobre essa realidade se pode até considerar as causas das possíveis dificuldades para a criação de estratégias adequadas. Para essa análise, debates, redação e leituras, aplicação de resolução de problemas, dinâmicas e até mesmo provas escritas poderão ser aplicadas nessa primeira fase da avaliação escolar.

A avaliação formativa tem como objetivo medir o desempenho escolar dos discentes durante o processo de ensino e aprendizagem, ou seja, acompanhar a evolução do conhecimento do discente, podendo assim, se necessário, ajustar a prática docente. São observadas as evidências da aquisição das competências e habilidades pretendidas. Dentre os

muitos instrumentos podemos citar seminários, observações diretas, produções individuais e coletivas e também uma autoavaliação.

A avaliação Somativa é a mais utilizada historicamente em nossas escolas, sempre em períodos pré-determinados para verificar o quanto do conteúdo foi absorvido pelo discente, podendo responder a provas, testes ou apresentação de trabalhos agendados.

Percebemos que qualquer que seja a metodologia avaliativa, o processo ao ser avaliado, necessitará de dados, informações diversas de cada momento, cada situação de muitos atores do processo educacional. Totalmente contra produzir anotar tudo isso em diários, agendas ou qualquer outro processo até mesmo em celulares, computadores ou notebooks. O papel dos Sistemas de Informação nesse aspecto é justamente ao longo do caminho, ao longo das aplicações avaliativas, das observações dos gestores, orientadores e coordenadores armazenar tudo o que for desenvolvido e disponibilizar a qualquer tempo, de acordo com a necessidade, informações precisas, reais e atuais para o docente ter a possibilidade de analisar e verificar se houve progresso, se houve construção de novos conhecimentos e se objetivos específicos foram atingidos de forma mediana ou com sucesso total individualmente e também no conjunto dos alunos de uma classe ou série. Entende-se que um docente que pode acompanhar em tempo real as informações de qualquer aluno, inclusive a de outros docentes ou da gestão da escola, tomará decisões mais assertivas de forma individual e no momento em que estiver em reuniões de horário pedagógico coletivo, reuniões de curso ou outra existente no calendário escolar poderá em conjunto também aplicar de forma mais objetiva as indicações aos discentes.

A informação terá alguns atributos que são de grande importância:

- ✓ Pronta quando e quantas vezes for necessária;
- ✓ Atualizada tanto de períodos passados e presentes e em alguns casos futuras, de forma fácil de ser compreendida;
- ✓ Com maior isenção de erros possível de forma integral ou detalhada, revelando o desempenho de todas as atividades e atitudes dos discentes.

O Sistema será capaz de armazenar por exemplo os dados abaixo de grande relevância no ambiente escolar:

- ✓ Avaliações diagnósticas, formativas e somativas como trabalhos em grupo, trabalhos individuais, pesquisas, recuperação contínua e paralela, provas, simulados, exercícios em sala de aula, entre outros de todos os professores envolvidos com esse aluno;
- ✓ Faltas do aluno em cada disciplina, sejam elas com justificativa ou não;
- ✓ Comportamento social com colegas nos intervalos, em salas de aula, com porteiros e inspetores de alunos durante a chegada, intervalos e permanência na escola em salas de vídeo, bibliotecas em termos de cooperação, solidariedade, vandalismo **(que infelizmente ocorre)**, etc.;
- ✓ Comportamento diante dos treinos de educação física, nos trabalhos de coordenação motora, trabalhos em equipe, e até em competições;

- ✓ Textos escritos pelos Orientadores e psicólogos escolares que sempre tem muito contato com alunos problema, contatos que desvendam mais facilmente o porquê de atitudes agressivas ou desabonadoras do aluno;
- ✓ Comentários de outros professores que além de notas e faltas são capazes de realmente avaliar o aluno dentro do contexto escolar, irão facilitar o trabalho de outros colegas;
- ✓ Relatórios a respeito de advertências emitidos pela Direção da escola;
- ✓ Comunicados especiais dirigidos aos pais em momentos especiais que não seja a da reunião geral.

E como todo sistema à medida que se usa e o *feedback* e o controle dos resultados são visualizados, serão feitas as manutenções devidas conforme as necessidades de aperfeiçoamento.

4. CONCLUSÃO

A escola faz parte do mundo e como parte do sistema precisa cumprir sua missão de contribuir para a formação de indivíduos que possam exercer plenamente a cidadania, participando dos processos de transformação e construção da realidade, incorporando novos hábitos, comportamentos, percepções e demandas na sociedade em que atua. A escola sendo um lugar de partilha de conhecimento, terá coragem para usar ferramentas tecnológicas, com recursos onde os alunos possam construir seu conhecimento mesmo em um mundo globalizado que acelera o desenvolvimento técnico científico e por muitas vezes desrespeita o tempo de desenvolvimento do ser humano.

A escola tem papel importante a cumprir na sociedade, ensinando os alunos a se relacionar com o universo de informações a que tem acesso no seu cotidiano, portanto o papel da avaliação é fundamental nesse processo, onde cada vez mais é preciso criar, inovar, imaginar, questionar, encontrar soluções e tomar decisões com autonomia. Autonomia esta que gere uma gestão participativa, e conseqüentemente contribua para a melhoria da qualidade do ensino. A implementação de práticas alternativas de organização e gestão da escola depende bastante da atuação da direção e da coordenação pedagógica da escola. É hora de repensar se realmente contamos com profissionais com perfil adequado para essa missão, pois o mundo não espera os que pensam que não existe mais nada a fazer. Devemos querer atingir um patamar de educadores de primeira linha.

Porém somente a tecnologia não resolverá os problemas sobre educação. Como pedagogos e professores da área técnica de informática acreditamos que as pessoas são mais importantes do que a tecnologia, elas observam os fatos, analisam e depois com os dados necessários são capazes de discernir entre o bem e o mal. A tecnologia só nos garante uma eficácia no que diz respeito a segurança e rapidez de acesso aos dados alimentados pelas pessoas.

REFERÊNCIAS

- DATE, C. J. **Introdução a Sistemas de Banco de Dados**. Editora Campus. 1ª Edição, 2004.
- ELMASRI, R.; Navathe, S. B. **Sistemas de Banco de Dados**. Pearson Addison Wesley. 6ª Edição, 2011.
- GATTI, A. Bernardete. **O Professor E A Avaliação Em Sala De Aula**. Revista Brasileira De Docência. Vol. 1, N.1, P.61-77, Maio De 2009.
- HOFFMANN, Jussara. **A Avaliação Enquanto Mediação. Avaliação: Mito E Desafio – Uma Perspectiva Construtivista**. Porto Alegre: Educação E Realidade, 1994.
- LIBANEO, José Carlos. **Pedagogia E Modernidade: Presente E Futuro Da Escola**. In: Ghiraldelli, Paulo. **Infância, Escola e Modernidade**. São Paulo: Cortez, 1997.
- MACHADO, F. N. R. **Projeto De Banco De Dados: Uma Visão Prática**. Editora Erica. 17ª Edição, 2009.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Lei de Diretrizes e Bases 9394/96**. Brasília, 1996.
- O'BRIEN, James A.. **Sistemas De Informação**. Editora: Saraiva, 2004.
- PERRENOUD, P. **Avaliação: Da Excelência À Regulação Das Aprendizagens**. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- SOUZA, Clarilza Prado (Org.) **Avaliação Do Rendimento Escolar**. Campinas: Papyrus, 1994.
- TANENBAUM, A. S. **Organização Estruturada De Computadores**. 6. Ed., São Paulo, Sp: Pearson 2013.
- VASCONCELLOS, Celso Dos S. **Avaliação: Concepção Dialética-Libertadora Do Processo De Avaliação Escolar**. São Paulo: Libertad, 2006.
- VELLOSO, F. C. **Informática: Conceitos Básicos**. 9. Ed. Rio De Janeiro, Rj : Campus, 2014.
- ZABALA, Antoni. **A Avaliação. A Prática Educativa: Como Ensinar**. Porto Alegre, Artmed, 1998.

Banco de Dados: Uma Ferramenta para a Melhoria dos Resultados das Pequenas Empresas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Gilberto Abud Junior

Discente do curso de Especialização Lato Sensu em Banco de Dados

RESUMO:

O avanço rápido das tecnologias no que diz respeito ao hardware e ao software causam grandes impactos no mundo globalizado, agindo como ferramentas otimizadoras no desenvolvimento de todas as atividades do ser humano, inclusive nas mudanças de seu comportamento social. Atualmente, quando falamos em tecnologia, em particular de Banco de Dados, a primeira ideia é a de que é uma ferramenta exclusiva para grandes empresas do mercado, seja ela de produção ou prestação de serviços. Porém, existe a possibilidade técnica e a necessidade de aplicar os recursos de Banco de Dados também em pequenas empresas de desenvolvimento de produtos, vendas ou prestação de serviços tornando-as competitivas, evitando possíveis insucessos, criando possibilidades estratégicas diante dos riscos inerentes ao ramo de atividade e otimizando resultados. Para isso o Banco de Dados deverá ser modelado e implementado de acordo com as necessidades da empresa, pois os Dados armazenados irão transformar a rotina da empresa, tanto na parte técnica quanto no relacionamento com seus clientes. A avaliação desses Dados é um trabalho de muita sensibilidade. Eles permitirão encontrar novos caminhos de forma rápida e eficaz por fornecer maior rapidez, segurança e integridade. Será possível gerenciar os Dados para que eles permitam sua interpretação e gerar informações importantes para tomada de decisão em campanhas de marketing, novas contratações, expansão dos negócios. Para isso, essa pesquisa trata das teorias e aplicação prática das técnicas de desenvolvimento de Banco de Dados em seu modelo conceitual e físico, desenvolvendo um Banco de Dados que permite o armazenamento, o processamento e a recuperação desses dados para sua utilização posterior na análise dos processos já existentes, nas possíveis melhorias a curto e médio prazo, como também no planejamento que tornará a pequena empresa moderna, flexível junto ao mercado para uma interação sólida na produção de melhores produtos e serviços prestados, aumentando a competitividade, diminuindo despesas, otimizando as receitas e atendendo cada vez mais a necessidade dos clientes de maneira eficiente e eficaz. Um Banco de Dados é capaz de armazenar dados de forma lógica e organizada com muita segurança. Todo o projeto físico se concretizou por meio de um sistema gerenciador de Banco de Dados, o MySQL (ferramenta Open Source), possuidor de uma estrutura de segurança e confiabilidade para o trabalho. A linguagem SQL (Structured Query Language), linguagem específica de programação em Banco de Dados foi utilizada para a criação do Banco em questão, das tabelas, das consultas e outras manipulações de dados realizadas. Foram aplicadas técnicas de modelagem conceitual, utilizando Tecnologia do Diagrama Entidade-Relacionamento, para a construção do modelo gráfico. O resultado esperado é uma significativa mudança de cultura organizacional, melhoria do planejamento e evidentemente de tomada de decisões com maior segurança. Conclui-se que os imensos armários de arquivos existentes de cadastro de clientes, de fornecedores, de funcionários, de

produtos serão substituídos por um sistema mais rápido, eficaz com possibilidade de apresentar a qualquer tempo os dados em formatos de relatórios precisos.

Palavras chave: Banco de Dados. Sistemas de Informação. Gestão Empresarial.

ABSTRACT:

The rapid advancement of technologies with regard to hardware and software causes great impacts in the globalized world, acting as optimizing tools in the development of all human activities, including changes in their social behavior. Currently, when we talk about technology, in particular Databases, the first idea is that it is an exclusive tool for large companies in the market, be it production or services. However, there is the technical possibility and the need to apply Database resources also in small companies of product development, sales or service provision, making them competitive, avoiding possible failures, creating strategic possibilities in the face of the risks inherent in the field of activity and optimizing results. For this, the Database should be modeled and implemented according to the company's needs, as the stored data will transform the company's routine, both in the technical part and in the relationship with its customers. The evaluation of these data is a very sensitive job. They will allow you to find new paths quickly and efficiently by providing greater speed, security and integrity. It will be possible to manage the data so that they allow their interpretation and generate important information for decision making in marketing campaigns, new hires, business expansion. To this end, this research deals with the theories and practical application of Database development techniques in its conceptual and physical model, developing a Database that allows the storage, processing and retrieval of these data for later use in the analysis of already existing processes, in the possible improvements in the short and medium term, as well as in the planning that will make the small modern company, flexible with the market for a solid interaction in the production of better products and services rendered, increasing the competitiveness, reducing expenses, optimizing the revenues and increasingly meeting the needs of customers in an efficient and effective manner. A Database is capable of storing data in a logical and organized way with great security. The entire physical project was carried out through a Database management system, MySQL (Open Source tool), which has a security and reliability structure for the work. The language SQL (Structured Query Language), a specific Database programming language, was used to create the Database in question, tables, queries and other data manipulations performed. Conceptual modeling techniques were applied, using Entity-Relationship Diagram Technology, to construct the graphic model. The expected result is a significant change in organizational culture, improved planning and, evidently, safer decision-making. It is concluded that the huge existing file cabinets of customer, supplier, employee and product records will be replaced by a faster, more effective system with the possibility of presenting data in accurate reporting formats at any time.

Keywords: Database. Information systems. Business management.

1. INTRODUÇÃO

A sociedade atual não pode ser descrita de forma dissociada da tecnologia. Ela influenciou e influencia em todos os setores da vida humana, inclusive no comportamento social. No início as tecnologias eram distantes da realidade do dia a dia e ficavam reservadas aos grandes cientistas, engenheiros e técnicos da área. Com a melhoria do *design* e da interação com o ser humano ela se espalhou por toda a sociedade, dentro de escritórios de contabilidade, de engenharias, de medicina tornando-se uma ferramenta poderosa em todas as áreas de conhecimento da sociedade, contribuindo tanto na execução de tarefas repetitivas, como também em situações onde há a necessidade de se analisar dados para o desenvolvimento de algo novo, ou para tomada de decisões estratégicas, minimizando riscos e otimizando resultados para as empresas.

No início dessa explosão tecnológica, as grandes corporações utilizaram-se desses recursos tecnológicos como programação, Banco de Dados, sistemas de informação e tantos outros que construíram o mercado produtivo. Por outro lado, as pequenas empresas, as microempresas e os micro empreendedores individuais ficaram distantes dessas tecnologias. Diante dessas premissas, esse trabalho tem como objetivo apresentar a tecnologia de Banco de Dados, utilizando técnicas de modelagem com a ferramenta Diagrama Entidade Relacionamento, definindo atributos e posteriormente o desenvolvimento e implementação por meio dos sistemas gerenciadores de Banco de Dados, no caso específico aqui o **MySQL** e também da linguagem **SQL (Structured Query Language)**, específica para a tecnologia, com comandos de criação, definição e manipulação de dados. Serão apresentados parte dos resultados de uma empresa real, sem divulgação de quaisquer dados da mesma.

Embora se fale muito em tecnologia, especificamente os Bancos de Dados são pouco referenciados em pequenas empresas, mas todas, sem exceção, em seus métodos e processos envolvem uma base de dados. Serão apresentados inicialmente algumas definições e conceitos fundamentais na história do Banco de Dados, tendo como ênfase o modelo relacional.

Inúmeras são as melhorias, tais como o aumento da produtividade, da agilidade de pedidos da empresa e de clientes, segurança de dados, simplificando os sistemas de gestão, trazendo mais clareza em todas as decisões e por consequência melhora nos resultados financeiros, crescendo de forma consistente oportunizando a identificação de negócios futuros.

2. BANCO DE DADOS

Sendo o dado uma representação de uma informação, ele pode ser registrado fisicamente como sempre se fez em papéis, fichas e hoje em dia em computadores, mais especificamente em *pen drives*, *hard disks* ou servidores de dados. O número de um registro de empregado ou de um aluno da faculdade, seus nomes e endereços são dados que podem ser numéricos ou alfanuméricos, podendo ser armazenados e com significado para as instituições que fazem parte. **ELMASRI e NAVATHE (2011, p. 3)**, afirmam que dados são “*atos conhecidos que podem ser registrados e possuem significado implícito*”.

Se temos como base um sistema de computadores, o dado nada mais é do que um conjunto de bits, que representam um conjunto alfanumérico, numéricos ou de imagens capazes de formar um contexto para interpretação, gerando compreensão da informação e conhecimento.

Podemos então definir que um Banco de Dados é um local de armazenamento organizado e integrado de dados referentes a um propósito específico para atender às necessidades dos usuários sejam de qualquer setor produtivo ou de serviços, desde a micro a grande empresa.

Segundo **DATE (2004, p. 10)**, *“Um Banco de Dados é uma coleção de dados persistentes, usada pelos sistemas de aplicação de uma determinada empresa”*. Podemos perceber que na expressão Banco de Dados estão expressas propriedades conforme abaixo:

“Um banco de dados representa algum aspecto do mundo real, às vezes chamado de *minimundo* ou de *universo de discurso (UoD – Universe of Discourse)*. As mudanças no *minimundo* são refletidas no Banco de Dados. Um banco de dados é uma coleção logicamente coerente de dados com algum significado inerente. Uma variedade aleatória de dados não pode ser corretamente chamada de banco de dados. Um banco de dados é projetado, construído, é populado com dados para uma finalidade específica. Ele possui um grupo definido de usuários e algumas aplicações previamente concebidas nas quais esses usuários estão interessados. (Elmasri e Navathe, 2011, p.3).

A utilização de um Banco de Dados é capaz de gerar maior praticidade, precisão, rapidez e confiabilidade. O Banco de Dados relacional é muito utilizado e tem esse nome por ter os seus dados armazenados em tabelas (**formada por campos e registros**) relacionadas, permitindo um controle na consistência das informações geradas. O Sistema Gerenciador de Banco de Dados é um conjunto de programas responsável pela segurança e proteção desses dados, possibilitando uma série de funções como criar a relação entre as tabelas definidas para o Banco de Dados, deletar e inserir dados ou arquivos, alterar a estrutura das tabelas inserindo, atualizando ou eliminando campos, criando e administrando os usuários, trazendo uma facilidade na operacionalização das diversas tarefas.

Segundo **DATE (2004, p. 6)**, um sistema de Banco de Dados é *“um sistema computadorizado cuja finalidade geral é armazenar informações e permitir que os usuários busquem e atualizem essas informações quando as solicitar”*. **O autor destaca que um sistema de Banco de Dados é composto por:**

- ✓ Dados que representam a informação;
- ✓ Hardware que é composto por todos os elementos físicos como os computadores, servidores, mídias de armazenamento, equipamentos de redes etc.;
- ✓ Software que permite por sua interface e interação entre os dados armazenados e possibilitando criar o Banco de Dados, manipular, recuperar, atualizar, inserir e deletar dados e usuários;
- ✓ Usuários que serão definidos adiante.

2.1. VANTAGENS

O armazenamento de dados de forma lógica e correta propicia a empresa uma capacidade maior de entender e atender seus clientes, focando sempre em suas necessidades e até antecipando-as, trabalhando de forma estratégica, com dados relevantes com velocidade e precisão. Com um Sistema Gerenciador de Banco de Dados é possível trabalhar com independência, acesso eficiente, integridade e segurança, administração, acesso concorrente dos dados, recuperação de falha e um tempo reduzido de desenvolvimento de aplicativo, **possibilitando a gestão:**

- ✓ Melhorar na tomada de decisão, pois é capaz de trabalhar com um volume muito grande de dados que serão transformados em informações pertinentes que guiarão o processo de decisão;
- ✓ Prover a segurança de dados, mantendo-os protegidos, pois qualquer tipo de dado hoje é sigiloso e não pode ser visualizado ou manipulado por pessoas que não sejam autorizadas, seguindo as regras do artigo 2º, parágrafo I da Lei Geral de Proteção de dados que aplica a disciplina da proteção de dados pessoais a respeito à privacidade (**BRASIL, 2018**);
- ✓ Facilitar o acesso aos dados a qualquer momento, garantindo o compartilhamento entre os setores da empresa ou funcionários, aumentando a produtividade, criando relatórios para as tomadas de decisão;
- ✓ Reduzir falhas, tornando a análise de dados mais eficiente e eficaz, melhorando o relacionamento entre os setores ou ambientes da empresa;
- ✓ Aumentar a produtividade pois otimiza as operações, diminui a redundância de dados.

2.2. USUÁRIOS

Existem vários tipos de usuários em Banco de Dados. Desde os de formação mais técnica até o usuário final que utiliza, atualiza os dados por meio de programas desenvolvidos por analistas e programadores. **Podemos citar alguns tipos de usuários e suas tarefas:**

- ✓ **Os administradores de Banco de Dados:** que são responsáveis em autorizar o acesso aos dados, coordenar o funcionamento e monitorar de forma austera a utilização do mesmo, sendo responsáveis também pela segurança;
- ✓ **Programadores:** programam e implementam *softwares* para atender às necessidades dos usuários finais;
- ✓ **Usuários finais:** interagem com o Sistema Gerenciador de Banco de Dados por meio de aplicativos e a eles é permitido gerir os serviços, manipulando dados por meio de programas específicos desenvolvidos pelos usuários de formação técnica.

Podemos citar também algumas definições e delimitações de funções de alguns autores importantes tais como **ELMASRI; NAVATHE (2011, p. 9)**, que explicam que *“alguns usuários estão interessados no conteúdo do Banco de dados, pois necessitam dos dados lá armazenados para desenvolverem suas atividades diárias”*. **SILBERSCHATZ, KORTH e**

SUDARSHAN (2006, p. 15), concluíram que os usuários podem ser “diferenciados por suas expectativas de interação com o sistema”. Podemos descrever três categorias de usuário:

“Programador de aplicação: desenvolve programas sobre o banco de dados, ou seja, cria aplicações que acessarão o sistema de banco de dados; Usuário final: público que consulta e atualiza o banco de dados utilizando-se, geralmente, das aplicações desenvolvidas pelos componentes da classe de usuários anterior. Pode ter conhecimentos da área de tecnologia da informação (TI); Administrador de banco de dados (DBA): responsáveis por gerir o SGDB. (DATE, 2004, p.9).

Enfim de uma maneira ou de outra sempre há usuários de várias formações e setores da empresa que se utilizam de dados para a melhoria e a busca da excelência da empresa.

2.3. SEGURANÇA DE BANCO DE DADOS

Em um Banco de Dados, o Sistema Gerenciador garantirá a segurança e a proteção do mesmo, de pessoas não autorizadas da empresa. O ideal é estabelecer perfis de usuários e definir quais serão os dados que cada um deles poderá acessar e manipular. A proteção dos dados pode ser por meio de alguma técnica de criptografia.

As autorizações são chamadas de privilégios a usuários ou grupos de usuários que define específica e objetivamente como os dados serão acessados. Esses privilégios podem ser desde uma simples consulta no sistema, como também a manipulação dos dados. Para poder conceder ou remover privilégios por meio dos gerenciadores, a linguagem **SQL (Structured Query Language)** padrão propõe a utilização dos comandos de concessão (**grant**) e revogação (**revoke**). Esses comandos são utilizados para incluir um privilégio e posteriormente se necessário revogar esse acesso. Segundo Silbershatz; Korth; Sudarshan (2006, p. 639), os usuários podem receber o direito de repassar os privilégios recebidos para os demais usuários de forma segura e controlada para que possa ser cancelado no futuro.

3. ESTUDO DE CASO

Neste capítulo será apresentado um estudo de caso de uma pequena empresa, que mesmo sendo de pequeno porte passará pelas fases de um projeto do Banco de Dados, envolvendo o levantamento de requisitos, o desenvolvimento do modelo conceitual utilizando-se da ferramenta Diagrama Entidade Relacionamento (**DER**), determinando as entidades e seus atributos e relacionamentos, seguido da implementação do modelo físico, por meio da linguagem **SQL (Structured Query Language)**, que segundo Machado (2009, p. 195), a linguagem **SQL** se tornou um padrão de fato, no mundo dos ambientes de Banco de Dados relacionados. Não haverá divulgação dos dados da mesma, mostrando partes e da modelagem e dados fictícios, mas simulando a realidade da mesma. Conforme Machado (2009, p. 29), a modelagem é como a arte fotográfica, prepara-se a câmera e tira-se a foto, sem se importar com os movimentos.

3.1. MODELAGEM CONCEITUAL E CRIAÇÃO DAS TABELAS EM SQL

A empresa de prestação de serviços aos clientes na reforma de Banco de veículos há vários anos, possui um controle dos clientes, dos serviços de agendamento, de fornecedores e de materiais que, embora no computador, sem nenhuma otimização do processo manual que existia anteriormente. *“A empresa, uma tapeçaria com mais de 30 anos no mercado, possui um grande número de atendimento junto aos seus clientes e fornecedores.”* No modelo atual de funcionamento a equipe de funcionários não possui um controle de todo os serviços solicitados pelos clientes e dos dados dos clientes da tapeçaria. Os clientes solicitam serviços tais como: pedidos de troca de tecido dos Bancos de seus veículos, troca de acessórios entre outros. Há a necessidade de manter um histórico destes atendimentos/pedidos e controlar as datas de entrada, o tipo de serviço e a data de saída. Além disso, é necessário também manter informações sobre todos os nosso clientes, como por exemplo: nome, endereço, telefone e e-mail. Essa necessidade será estendida também aos fornecedores da tapeçaria que se localizam em diversas cidades da região. Inicia-se identificando as entidades para o desenvolvimento do modelo conceitual. Somente uma parte desse modelo será apresentado, mantendo-se o sigilo necessário, mas será visualizado o funcionamento do sistema de forma clara e objetiva.

O primeiro passo foi definir quais as necessidade de armazenamento de dados, os requisitos necessários e as regras de negócio para o desenvolvimento do modelo conceitual, utilizando-se a tecnologia do Diagrama Entidade-Relacionamento iniciado em meados da década de 70. Segundo Heuser (2009, p. 6), um modelo de dados abstrato, descreve a estrutura de um banco de dados de forma independente de um **SGBD** particular.

Segue abaixo parte do Diagrama Entidade-Relacionamento representando o modelo conceitual.

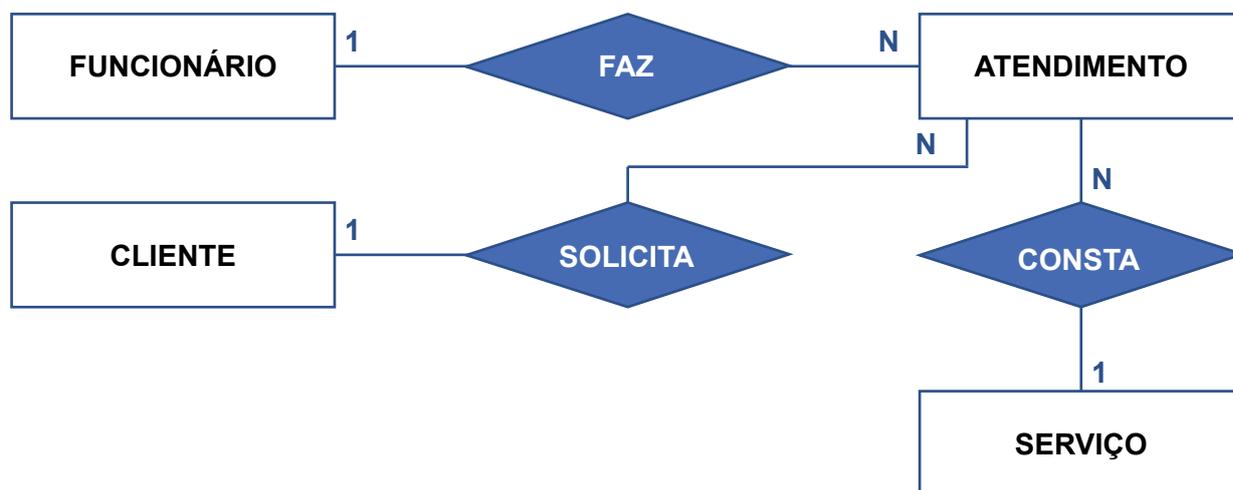


Figura 1: Parte simplificada do DER da empresa estudada.

Segue abaixo a construção de algumas das tabelas no Sistema Gerenciador de Banco de Dados Mysql.

Criação da tabela cliente que nesse exemplo conterá o código (**valor inteiro e não nulo**), o nome (**valor alfanumérico**), o endereço (**valor alfanumérico**), o email (**valor alfanumérico**) e o telefone do cliente (**valor alfanumérico**) com seus respectivos tipos de dados.

```
CREATE TABLE CLIENTE
(
  CLI_CODIGO      INTEGER NOT NULL PRIMARY KEY,
  CLI_NOME        VARCHAR(60),
  CLI_ENDERECO    VARCHAR(70),
  CLI_EMAIL       VARCHAR(20),
  CLI_TELEFONE    VARCHAR(15)
);
```

Criação da tabela serviço que nesse exemplo conterà o código, a descrição, o tipo, a situação, as datas de abertura e de fechamento do serviço com seus respectivos tipos de dados.

```
CREATE TABLE SERVICIO
(
  SRV_CODIGO      INTEGER NOT NULL PRIMARY KEY,
  SRV_DESCRICAO   VARCHAR(80),
  SRV_TIPO        VARCHAR(20),
  SRV_SITUACAO    VARCHAR(20),
  SRV_DTABERTURA VARCHAR(15),
  SRV_DTFECHA     VARCHAR(15)
);
```

Criação da tabela funcionário que nesse exemplo conterà o código e o nome com seus respectivos tipos de dados.

```
CREATE TABLE FUNCIONARIO
(
  FUN_CODIGO      INTEGER NOT NULL,
  FUN_NOME        VARCHAR(60)
);
```

Criação da tabela atendimento que nesse exemplo conterà o código, a data de entrada, a data de entrega o valor do serviço, além das chaves estrangeiras referentes as tabelas relacionadas (**funcionário, cliente e serviço**) com seus respectivos tipos de dados.

```
CREATE TABLE ATENDIMENTO
(
  ATD_CODIGO      INTEGER NOT NULL PRIMARY KEY,
  ATD_DATAENTRADA VARCHAR (10),
  ATD_DATAENTREGA VARCHAR (10),
  ATD_VALOR        DECIMAL (6,2),
  FUN_CODIGO      INTEGER NOT NULL,
  FOREIGN KEY(FUN_CODIGO) REFERENCES FUNCIONARIO (FUN_CODIGO),
  CLI_CODIGO      INTEGER NOT NULL,
  FOREIGN KEY(CLI_CODIGO) REFERENCES FUNCIONARIO (CLI_CODIGO),
  SRV_CODIGO      INTEGER NOT NULL,
  FOREIGN KEY(SRV_CODIGO) REFERENCES FUNCIONARIO (SRV_CODIGO),
);
```

O Modelo de dados utilizado foi o modelo relacional, que foi desenvolvido na década de 1970 por Edgard Frank Codd. Esse modelo é utilizado por diversas aplicações de Banco de

dados. Um Banco de Dados relacional é caracterizado por organizar os dados em tabelas, formadas por linhas e colunas.

“Da mesma forma que na matemática, podem ser efetuadas operações entre dois ou mais conjuntos, como, por exemplo, obter os elementos que são comuns a ambos os conjuntos (**tabelas/relações**) num banco de dados relacional. Também é possível executar certas operações com essas tabelas, como ligar duas ou mais por meio de campos comuns em ambas. Quando uma operação de consulta é executada, o resultado é um conjunto de registros que pode ser tratado como uma tabela virtual (que só existe enquanto a consulta está ativa) (ALVES, 2014, p. 19).

Uma aspecto importante no modelo relacional é o conceito de chaves primária e estrangeira. A chave primária é definida como uma coluna ou uma combinação delas cujos valores garantem a integridade dos dados, como um **CPF** para uma pessoa física por exemplo.

“Chave primária (**primary key – pk**): é a principal chave de acesso a uma tabela. A criação dessa chave faz com que, automaticamente, a tabela seja ordenada por essa chave e que não seja permitida a duplicidade em seu valor. É um conjunto de um ou mais campos que, tomados coletivamente, permite-nos identificar unicamente uma linha em uma tabela (**integridade da entidade**). Ou seja, o valor da **PK** de uma ocorrência nunca se repetirá nas demais ocorrências da mesma tabela. Uma **PK** é escolhida dentre várias chaves candidatas, que podem estar presentes na relação. As chaves candidatas não selecionadas são ditas chaves alternativas. A cada chave alternativa de ser associada uma restrição de integridade que garanta que seus valores sejam únicos (**unique**). Fanderuff (2003, p. 47).

Uma chave estrangeira, escrita na construção das tabelas como *foreign key* é o campo que estabelece o relacionamento entre duas tabelas. Essa coluna criada na tabela é referenciada como chave estrangeira ou **FK** e se declara a qual tabela ela está relacionada.

“A chave estrangeira ou *foreign key* (**FK**), é uma coluna ou conjunto de colunas que se referem necessariamente a uma chave primária de outra tabela ou dela mesma no caso de recursividade, estabelecendo um relacionamento entre as tabelas. Este relacionamento garante a integridade dos dados relacionados, pois apenas serão permitidos valores que atendam ao relacionamento. (Lehmkuhl, Roberto, 2013, p.103)

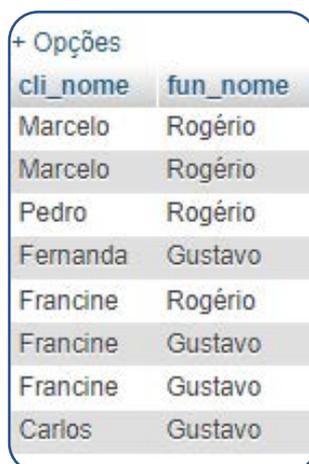
Um Banco de Dados permite após sua implementação, consultar dados para tomada de decisões. Como os dados estão bem organizados é possível construir relatórios precisos, rápidos com integridade. **Segue abaixo alguns exemplos de consultas:**

A **consulta 1** exibe um relatório que relaciona o nome dos clientes e o nome do funcionário que o atendeu. Utiliza-se o comando **SELECT FROM WHERE**, onde o **Select**

seleciona para exibição os campos das duas tabelas que serão exibidos; o **From** seleciona as tabelas necessárias de onde os dados tem sua origem; o **Where** é o critério a ser observado do relacionamento entre as tabelas.

```
select cliente.cli_nome,funcionario.fun_nome
from atendimento,cliente,funcionario
where atendimento.cli_codigo = cliente.cli_codigo and
      atendimento.fun_codigo = funcionario.fun_codigo;
```

O resultado é exibido abaixo:



+ Opções	
cli_nome	fun_nome
Marcelo	Rogério
Marcelo	Rogério
Pedro	Rogério
Fernanda	Gustavo
Francine	Rogério
Francine	Gustavo
Francine	Gustavo
Carlos	Gustavo

Figura 2: Consulta 1.

A **consulta 2** selecionará o nome do cliente, a descrição do serviço solicitado e a data de entrega do mesmo, referentes ao mês de março. O uso do recurso **like** nesse caso se justifica por ser o campo data definido como **varchar**.

```
select cliente.cli_nome, servico.srv_descricao, atendimento.
atd_dataentrega
from atendimento, cliente, servico
where atendimento.cli_codigo = cliente.cli_codigo and atendien-
to.srv_codigo = servico.srv_codigo and atendimento.atd_dataentrega
like '%03%';
```



+ Opções		
cli_nome	srv_descricao	atd_dataentrega
Fernanda	Manutenção do tecido	15/03/2023
Francine	Manutenção do tecido	05/03/2023
Francine	Manutenção do tecido	10/03/2023
Francine	Troca geral de tecido	15/03/2023
Carlos	Troca geral de tecido	14/03/2023

Figura 3: Consulta 2.

A **consulta 3** solicita o nome do cliente, a data de entrega do serviço e o valor pago pelo cliente.

```
select cliente.cli_nome, atendimento.ATD_DATAENTREGA, atendimento.
ATD_VALOR
from atendimento, cliente
where atendimento.cli_codigo = cliente.cli_codigo;
```

cli_nome	ATD_DATAENTREGA	ATD_VALOR
Marcelo	15/02/2023	325.00
Marcelo	15/02/2023	128.00
Pedro	18/02/2023	250.00
Fernanda	15/03/2023	327.00
Francine	05/03/2023	250.00
Francine	10/03/2023	98.00
Francine	15/03/2023	169.00
Carlos	14/03/2023	250.00

Figura 4: Consulta 3.

Podemos também usar o recurso das **views**, que é definida como uma tabela virtual (**linhas e colunas**) que pode ser de apenas uma tabela ou vindas de uma junção de outras tabelas que facilitam o dia a dia do trabalho. Sendo ela uma tabela virtual, também permite se fazer uma consulta sobre ela. São acionadas assim que se faz referência a elas pelo nome. A **view** abaixo tem o nome de **view_atendimento** e vai garantir a exibição do código, nome e data de entrega do serviço prestado pela empresa.

```
Create view view_atendimento (Codigo, Cliente, Data)
as select atendimento.atd_codigo, cliente.cli_codigo, atd_dataentrega
from atendimento, cliente
where atendimento.cli_codigo=cliente.cli_codigo;
```

Codigo	Cliente	Data
1	Marcelo	10/02/2023
2	Marcelo	10/02/2023
3	Pedro	12/02/2023
4	Fernanda	06/03/2023
5	Francine	01/03/2023
6	Francine	02/03/2023
7	Francine	04/03/2023
8	Carlos	04/03/2023

Figura 5: View 1.

4. CONCLUSÃO

A tecnologia de Banco de Dados é universal, ela está de uma forma ou outra presente em todos os lugares na sociedade, desde os mais complexos negócios comerciais, científicos até o entretenimento. A abordagem de Banco de Dados relacional para pequenas empresas exige as mesmas construções de processos de especificação de requisitos, modelagem, implementação e testes. Elas também necessitam de estratégias de armazenamento de dados eficientes, eficazes que apresentam vantagens em relação aos processamentos manuais ou até mesmo processamentos simplesmente transferidos para os computadores sem nenhum planejamento.

Podemos observar que a independência, a integridade e a consistência dos dados fornecidos a qualquer momento, serão responsáveis pela redução de falhas passíveis de acontecer.

Como vimos, um Banco de Dados é desenvolvido seguindo um processo formal de modelagem conceitual, utilizando-se da tecnologia do Diagrama Entidade-Relacionamento, para descrever toda a semântica, para posteriormente migrar para o modelo de implementação.

Foi considerado o emprego do modelo de Banco de Dados relacional com a mediação do Sistema Gerenciador de Banco de Dados MySQL, com utilização da linguagem **SQL**. Os testes iniciais foram realizados de forma bem sucedida e exibidos parcialmente nesse trabalho, respeitando a Lei de Proteção de Dados. O projeto seguirá em frente até sua implementação final.

REFERÊNCIAS

ALVES, W. P. **Banco de dados**. São Paulo: Érica, 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019. Brasília, DF: Senado Federal, 2018.

DATE, C. J. **Introdução a Sistemas de Banco de Dados**. Editora Campus. 1ª Edição, 2004.

ELMASRI, R.; Navathe, S. B. **Sistemas de Banco de Dados**. Pearson Addison Wesley. 6ª Edição, 2011.

FANDERUFF, D. **Dominando o Oracle 9i: modelagem e desenvolvimento**. São Paulo: Pearson Educations do Brasil, 2003.

HEUSER, C. A. **Projeto de Banco de Dados**. Editora Bookman. 6ª Edição, 2009.

LEHMKUHL, D; Roberto, D; **Princípios de banco de dados**. Indaial: Uniasselvi, 2013.

MACHADO, F. N. R. **Projeto de banco de dados: Uma visão prática**. Editora Erica. 17ª Edição, 2009.

SILBERSCHATZ, A., Korth, H. F.; Sudarshan, S. **Sistema de Banco de Dados**. Editora Campus. 5ª Edição, 2006.

A Utilização da Música e dos Jogos Eletrônicos como Elemento Motivacional no Processo de Ensino e Aprendizagem da Lem – Inglês

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Gilmar Cardoso Júnior
Discente do curso de 2L – Letras Inglês

RESUMO:

O presente artigo tem por objetivo realizar uma pesquisa bibliográfica na literatura sobre a importância da música e dos jogos eletrônicos no ensino aprendizado da língua inglesa e como devem ser utilizados pelos professores para motivar os alunos. Para isto, foram analisados estudos sobre o tema, publicados por autores como Fita e Tapia (1999), Feldman e Galbiati (2013), Martins (2011), Mendonça (2016), Souza (2011), Rodrigues (2017) e Emerique (2017). Nestes estudos foram observadas teorias e ferramentas que podem ser utilizadas para buscar o interesse dos estudantes pela aula de inglês e como os conteúdos desenvolvidos podem agregar valores e significados aos alunos se forem elaborados da forma correta considerando o contexto sócio afetivo em que os educandos estão inseridos, além disso, é destacado que o principal agente para fazer com que ocorra a motivação e o interesse dos alunos pelo estudo da LEM - Inglês é o professor, através de um planejamento bem estruturado e moldado de acordo com as peculiaridades de cada comunidade escolar, neste caso focando na música e nos jogos eletrônicos como conteúdos facilitadores para este fim.

Palavras chave: Jogos eletrônicos. Música. Aulas de inglês. Motivação. Ensino aprendizagem.

ABSTRACT:

This article aims to carry out a bibliographical research in the literature on the importance of music and electronic games in teaching and learning the English language and how they should be used by teachers to motivate students. For this, studies on the subject, published by authors such as Fita and Tapia (1999), Feldman and Galbiati (2013), Martins (2011), Mendonça (2016), Souza (2011), Rodrigues (2017) and Emerique (2017). In these studies, theories and tools were observed that can be used to seek students' interest in the English class and how the developed contents can add values and meanings to the students if they are elaborated in the correct way, considering the socio-affective context in which the students are inserted, in addition, it is highlighted that the main agent to make the students' motivation and interest in the study of LEM - English occur is the teacher, through a well-structured planning and molded according to the peculiarities of each school community, in this case focusing on music and electronic games as facilitating content for this purpose.

Keywords: Electronic games. Music. English classes. Motivation. Teaching learning.

1. INTRODUÇÃO

O principal objetivo deste estudo é realizar uma breve análise bibliográfica sobre como a música e os jogos eletrônicos podem contribuir na questão da motivação dos alunos pelo estudo da Língua Estrangeira Moderna (LEM) - Inglês no ensino básico. Normalmente as disciplinas de língua estrangeira são vistas com grande desinteresse pelos alunos do ensino básico, estes não conseguem compreender a importância dessas disciplinas e tão pouco encontram motivação para a aprendizagem de um novo idioma por pensarem que jamais irão utilizar tais conhecimentos.

O ensino básico em geral, seja em instituições privadas ou principalmente em instituições públicas, não apresenta uma estrutura atrativa para os jovens e adolescentes, em especial para os de baixa renda, pois faltam recursos tecnológicos e ferramentas pedagógicas atualizadas nas escolas, o que conseqüentemente contribui para a falta de interesse desses alunos em relação aos estudos e muitas vezes isso ocorre por não conseguirem associar o conteúdo lecionado à sua vida cotidiana, ou seja, não percebem uma utilidade prática para seu desenvolvimento cognitivo e social. Isso ocorre principalmente em disciplinas que fogem do eixo português e matemática como podemos observar em uma publicação com base em dados do **MEC** no site *Correio Brasiliense* (2013):

“Os jovens não percebem utilidade no conteúdo das aulas. As disciplinas de língua portuguesa e matemática são consideradas as mais úteis por, respectivamente, 78,8% e 77,6% dos alunos. Já geografia, história, biologia e física são consideradas descartáveis para 36% dos entrevistados. A pior avaliação foi para literatura: apenas 19,1% dos jovens acham que o conteúdo seja útil. Os estudantes desejam atividades mais práticas e alegam que exemplos do cotidiano usados em sala de aula facilitariam o aprendizado. (COOREIO BRASILIENSE, 2013)

Sendo assim, cabe ao professor a busca por recursos que possam resgatar essa motivação por parte dos alunos, porém, sabemos que não é uma tarefa simples desenvolver estratégias que motivem os educandos.

“Os alunos não estão motivados ou desmotivados abstratamente. Estão motivados ou não em função do significado do trabalho que têm de realizar, significado que percebem num contexto e em relação com alguns objetivos, e que pode mudar à medida que a atividade transcorre.” (FITA e TAPIA, 1999, p.14).

Com isso entende-se que o nível de interesse dos alunos está diretamente associado ao conteúdo exposto durante as aulas e como o mesmo é desenvolvido, é necessário que o estudante perceba significados no que está aprendendo, algo que faça parte do seu contexto social.

Ainda de acordo com Fita e Tapia (1999):

“A determinação do significado de uma atividade depende ao menos de dois fatores: de um lado, do grau em que o aluno é capaz de situar a tarefa no contexto do que já sabe e, de outro, do grau em que é capaz de determinar as implicações futuras de sua realização. Que o aluno seja capaz de ambas as coisas depende em boa medida da atividade do professor. (FITA e TAPIA, 1999, p. 41)

Nesse sentido é importante destacar que dificilmente o professor que utilizar métodos tradicionais de ensino sem contextualizar com a realidade da turma conseguirá despertar o interesse dos educandos. É necessário desenvolver um conteúdo que realmente acarretará em impactos na vida diária dos alunos e que mostre como a língua inglesa está presente e pode interferir no cotidiano através de atividades diferenciadas que fogem do padrão tradicional.

As redes sociais e jogos eletrônicos estão cada vez mais presentes na vida dos estudantes, até mesmo em escolas de periferias os estudantes possuem um *smartphone*, aparelho no qual passam parte do tempo ouvindo músicas, assistindo vídeos, seguindo publicações de ídolos ou se divertindo em jogos online e muitas dessas atividades envolvem a língua inglesa. A introdução de conteúdos através de filmes, vídeos, músicas, jogos, entre outros recursos tecnológicos e digitais podem ser uma importante ferramenta para o ensino aprendizagem do inglês. *Isto corrobora com os pensamentos de Feldman e Galbiati (2013):*

“Considerando o ideal da escola pública em promover uma educação qualitativa, é imprescindível que esta conceba o uso das tecnologias como parte integrante do fazer pedagógico, integrando-as em suas práticas cotidianas, com a utilização da internet, de áudios-aula, o acesso a textos e cyber textos, a músicas, vídeos e jogos, dentre outros recursos disponíveis. (FELDMAN e GALBIATI, 2013, p. 3)

A partir desses fatos, serão expostas ações e informações que possam ser exploradas e aplicadas no auxílio da busca pela motivação desses alunos desinteressados nas aulas da disciplina da língua inglesa no ensino básico, pois muitos professores demonstram ter dificuldades para planejar aulas criativas e eficientes nesta área.

2. A MÚSICA E OS JOGOS ELETRÔNICOS COMO INSTRUMENTOS FACILITADORES E MOTIVADORES PARA O ENSINO DA LÍNGUA INGLESA

Sabemos que não é fácil preparar uma aula atrativa para uma classe inteira, mas existem alguns recursos que podem ser utilizados para facilitar a elaboração de uma aula mais motivadora e significativa para os alunos. Estes recursos são as ferramentas pedagógicas tecnológicas, neste caso a música e os jogos eletrônicos.

2.1. A MÚSICA

Certamente a música é um dos principais instrumentos que podem ser utilizados na aprendizagem da língua inglesa, além do fato de quase todos os jovens terem interesse por algum estilo musical é uma alternativa de fácil acesso, pois é comum encontrar nos lares brasileiros algum aparelho que possa reproduzir as músicas, seja um aparelho de som, um aparelho de **DVD**, **rádios**, **MP3 players** ou aparelhos **celulares**.

A música pode despertar emoções únicas em cada indivíduo, sendo assim, a escolha de uma canção observando o estilo e o ritmo correto para determinado público pode trazer resultados surpreendentes, fazendo com que o mesmo participe de forma mais efetiva das aulas e tenha mais interesse pelo conteúdo.

Estudos mostram que a música desperta um sentimento de prazer no ser humano, pois libera um neurotransmissor presente no cérebro, a dopamina, que está associada também a prazeres proporcionados pelo sexo ou alimentação, *como explica Martins (2011)*:

“As pessoas apaixonam-se pela música para a mesma razão que são atraídas para o sexo, drogas, jogo ou comida saborosa, de acordo com estudo publicado na revista científica “Nature Neuroscience”. Este novo estudo do Instituto Neurológico de Montreal e do Hospital Neuro na Universidade McGill, no Canadá, ajuda a explicar porque a música tem ocupado uma parte importante no desenvolvimento das sociedades humanas ao longo da história, além de, no futuro, poder ajudar os cientistas a entender melhor os mistérios do prazer humano. Dizem os cientistas que, com esta investigação demonstrou-se, pela primeira vez, uma relação entre recompensas abstratas, tais como a música e libertação de dopamina. (MARTINS, 2011)

Sabendo que a música pode ajudar a aumentar a motivação do aluno pelos estudos, é importante que o professor faça um levantamento na turma sobre qual o estilo de música que eles gostam de ouvir, um ídolo que costuma seguir nas redes sociais, entre outras características que tenham significados para eles, pois a música só terá este efeito prazeroso se a mesma conseguir atingir as emoções do educando.

Em uma matéria publicada no site **BBC Brasil**, em 2016, podemos observar o posicionamento de uma professora do ensino básico que leciona em uma escola na periferia da cidade de São Paulo sobre o interesse do aluno por certo estilo musical, *nesse caso específico o funk e o interesse pelo conteúdo da aula*:

“A escola está completamente fora da realidade deles, e a educação, sem significado, não tem sentido nenhum. É aquela ideia: você finge que explica, eles fingem que entendem. São cidadãos que não gritam, que não berram, omissos, obedientes. Para quem questiona a opção por esses ritmos musicais, a professora de 27 anos, há oito na profissão, tem a resposta na ponta da língua: “os alunos gostam disso, é o que eles escutam e é a linguagem que eles sabem”. Tudo começou com um estudante muito problemático, mas que era muito bom em algo: cantar funk. Quando o garoto apresentou o trabalho, ela percebeu que a tarefa havia “conquistado” não só a atenção dele, mas de toda

a sala. “Um dos meninos se ofereceu para fazer o beatbox (**reprodução de sons com a boca e o nariz**), outro pegou a lata de lixo, outros batucavam na mesa, batiam palmas”, recorda. (MENDONÇA, 2016).

No relato supracitado, percebemos que a educadora obteve sucesso na aplicação do plano de aula por que procurou desenvolver um conteúdo que fazia parte do cotidiano dos alunos, algo que realmente tinha significados e valores para eles, isto só reforça que devemos buscar metodologias e conteúdos diferenciados que motivem os alunos a aprender, pois os métodos tradicionalistas e engessados não são efetivos quando se trata de atrair a atenção dos alunos.

Na disciplina da língua inglesa, a música pode ser utilizada amplamente para trabalhar os mais diversos conteúdos do plano de ensino. De acordo com Souza (2011, p.193), “é possível trabalhar vocabulário, pronúncia, tempos verbais, e diversos outros assuntos. Basta que o professor esteja preparado e tenha selecionado uma música apropriada para trabalhar em sala de aula”.

Percebe-se então, que além de escolher uma música com a qual os alunos se identifiquem é necessário que haja um planejamento consistente que apresente com clareza a metodologia a ser utilizada, as estratégias a serem tomadas, os objetivos da aula e como esta será avaliada. Para que o ensino da língua inglesa através da música seja satisfatório, se faz necessário que o professor entre na sala de aula convicto do que irá desenvolver e com o objetivo que deseja alcançar, pois se não houver um preparo adequado e estruturado a aula perderá seu sentido pedagógico.

Trabalhar a utilização da música no inglês não é uma das tarefas mais complicadas, pois como observamos, a maioria dos alunos tem acesso a aparelhos reprodutores musicais e há diversas possibilidades para aplicá-la aos conteúdos do planejamento, pode-se explorar a tradução, a pronúncia, trabalhar os verbos e outros elementos gramaticais de forma divertida e prazerosa.

2.2. OS JOGOS ELETRÔNICOS

Os jogos eletrônicos, principalmente os jogos online são de grande utilidade para o ensino aprendizagem da língua inglesa, é difícil encontrar alguma criança ou jovem que não goste de se divertir com algum tipo de jogo eletrônico, existem opções infinitas para todos os gostos. *Então por que não aliar o estudo da língua inglesa com um conteúdo que os alunos realmente se identificam?*

A maioria dos jogos eletrônicos é desenvolvida no idioma inglês, ainda que muitos tenham suas configurações e menus traduzidos para o português, os conteúdos como os diálogos, instruções, objetos, entre outros elementos, são apresentados no idioma de desenvolvimento do jogo e o mais comum é o inglês. Sendo assim, para desfrutar de toda a experiência que o game tem a oferecer, muitas vezes é necessário ter um mínimo de conhecimento da língua estrangeira.

Ao utilizar os jogos nas aulas de inglês o aluno não estará aprendendo apenas pelo fato de que é necessário tal conteúdo por que o mesmo será importante para seu

desenvolvimento cognitivo e provável utilização no futuro, mas também pelo simples prazer de jogar e as necessidades de atingir os objetivos dentro do jogo, o que exige um grau de entendimento do inglês.

A geração atual de estudantes cresceu em meio à tecnologias, estão habituados a receberem informações multimídias e não somente através dos tradicionais textos escritos que ainda são o método mais utilizado nas escolas.

De acordo com Rodrigues (2017):

“Aprendizes digitais estão acostumados com a televisão e os recursos trazidos pelo computador e Internet, em que eles têm contato com infográficos animados que colocam os textos em segundo plano – não é necessário ler o texto para se entender a mensagem trazida pelos gráficos, imagens, etc. Muitas escolas e professores preferem ensinar conteúdos a seus alunos pensando na possibilidade do “caso precisem”, isto é, acreditam que devem ensinar todo o conteúdo que pode cair em um exame de vestibular, ou toda a matéria que poderá ser cobrada em um exame de proficiência, etc., ou seja, conteúdos gerais que muitas vezes não serão utilizados fora da sala de aula. Enquanto isso, os aprendizes digitais preferem aprender informações na “hora em que eles precisam”, isto é, conhecimento útil e prático para suas necessidades. (RODRIGUES, 2017, p. 26)

Percebemos que a escola parece não acompanhar as necessidades dos alunos, estes querem aprender algo que possam utilizar de imediato e não um conteúdo que talvez seja utilizado no futuro. Nessa linha de raciocínio é notório que a utilização de jogos eletrônicos pode despertar uma motivação para que os alunos tenham mais interesse pela disciplina de línguas estrangeiras, pois é algo que faz parte do cotidiano da maioria deles e desenvolver o inglês significa um aprendizado que trará benefícios imediatos dentro do jogo eletrônico e seus objetivos.

As possibilidades para utilizar este recurso para o aprendizado são amplas, existem várias plataformas em que se podem praticar os jogos eletrônicos, como os *smartphones*, os videogames, os *tablets*, os *desktops* e os *notebooks*. É comum que a maioria das escolas não tenha uma sala de informática com um computador para cada aluno, mas os mesmos podem formar grupos e compartilhar as máquinas ou como alternativa utilizar os próprios *smartphones*. Há também a possibilidade de utilizar um vídeo game conectado a um monitor onde os alunos poderão jogar e observar os colegas jogando.

Mas é importante salientar que se faz necessário um planejamento bem desenvolvido, não é simplesmente escolher um jogo e deixar os alunos praticando. Um bom plano de aula precisa de objetivos e metodologias a serem seguidas, sendo assim, no momento da escolha do conteúdo deve-se levar em conta a opção por um jogo que tenha significados para os educandos e, além disso, tenha um sentido pedagógico dentro das especificidades da disciplina de língua estrangeira.

Como já foi destacado anteriormente, muitos dos jogos atuais necessitam de um conhecimento e entendimento da língua inglesa, principalmente os jogos online, pois a maioria desses exige uma comunicação entre os usuários e no mundo globalizado em que vivemos

há jogadores reunidos de todos os continentes. Sendo o inglês o idioma mais falado no mundo é comum que a comunicação entre os jogadores desse tipo de game seja realizada nesse idioma e isso pode ser um incentivo para que os estudantes tenham uma motivação a mais para aprender inglês e colocar em prática nos jogos *online*.

Os jogos eletrônicos pedagógicos criados por profissionais da área da educação podem ser utilizados também, porém é importante ressaltar que os jogos voltados para o entretenimento são mais aceitos e tem mais significados para os alunos, por isso é importante à participação dos mesmos na escolha do conteúdo, para que não seja apenas mais um método que não atraia a atenção e interesse dos estudantes.

Emerique (2017) analisou estudos de GEE (2008) e chegou à conclusão de que nem todos os jogos podem ser considerados como eficientes. *Ainda de acordo com estes estudos o autor observou o seguinte:*

“ Para que um jogo contribua para a aprendizagem, ele deve seguir cinco condições: A primeira diz respeito ao armazenamento de experiências. Segundo o autor, o armazenamento das melhores experiências acontece quando estas estão relacionadas a metas; a segunda se refere à interpretação das experiências durante e após as ações. Lições devem ser extraídas das experiências anteriores a fim de antecipar em quais outros contextos e de quais formas essas lições podem ser úteis novamente; a terceira condição é o feedback imediato. Nesse caso, as pessoas precisam de feedback durante as suas experiências para que possam reconhecer suas falhas. É importante que possam explicar seus erros e o que poderiam ter feito de forma diferente; a quarta se refere às diversas oportunidades de se aplicar as experiências anteriores a novos contextos. Assim, os jogadores podem melhorar a interpretação de suas experiências e generalizá-las a outros contextos e a última determina que as pessoas precisam aprender a partir das experiências de outras, o que inclui a discussão com seus pares e a instrução dada por mentores. (EMERIQUE, 2017, p. 22)

Após a escolha de um jogo com o qual os estudantes se identifiquem, podem ser realizadas atividades relacionadas aos objetivos da disciplina da língua inglesa, como traduzir diálogos de personagens e instruções, trabalhar tempos verbais durante os diálogos, anotar e explorar novas palavras e expressões observadas no jogo, além de desenvolver a pronúncia e a fluência no idioma em questão escutando e repetindo frases presentes nos jogos. Há inúmeras possibilidades de utilização dos jogos eletrônicos no ensino do inglês, basta que o professor tenha interesse e um pouco de criatividade.

3. CONCLUSÃO

Atualmente não é uma tarefa fácil desenvolver um trabalho de ensino aprendizagem com excelência nas escolas, é necessário que o professor se desdobre para buscar recursos pedagógicos alternativos para tornar as aulas mais interessantes para os alunos. As instituições de ensino básico brasileiras em geral estão longe de um modelo ideal de

eficiência, principalmente quando se trata de instituições públicas, pois os recursos materiais e pedagógicos são limitados.

Na disciplina **LEM** – Inglês não é diferente, há diversas barreiras que dificultam o trabalho do professor, especialmente a falta de motivação e interesse dos estudantes em relação à aprendizagem desta matéria. Apesar das dificuldades, alguns instrumentos podem ser aliados importantes nessa missão de atrair a atenção dos estudantes, como a utilização da música e dos jogos eletrônicos no planejamento e desenvolvimento das aulas. Estes elementos fazem parte da realidade diária da maioria dos alunos, sendo assim, fazer uso destes elementos de forma pedagógica e planejada nas aulas de inglês pode ser um facilitador na busca da motivação dos alunos, pois os mesmos se identificam com o conteúdo e percebem aplicação prática e imediata na vida social.

Os estudantes dessa geração estão sempre conectados às tecnologias, grande parte deles possui um *smartphone*, aparelho o qual utilizam para ouvir músicas entre outras atividades. Além dos *smartphones*, muitos escutam músicas através de aparelhos de som, **rádios**, **MP3 players** ou **televisão**, com isso percebe-se que a música pode ser utilizada no planejamento das aulas e atividades extraclasse de inglês devido ao fácil acesso dessa mídia.

Mas para isso é necessário escolher estilos musicais que tenham significados para os educandos, pois a escolha de uma música fora do contexto sócio afetivo desses indivíduos não terá um efeito muito diferente dos tradicionais textos escritos. Este fato pode ser observado em estudos de Martins (2011), onde o autor cita que a música deve alcançar o aspecto afetivo do ser humano, assim liberando a dopamina que é um neurotransmissor presente no cérebro resultando em sensações prazerosas.

Os jogos eletrônicos também são ótimos itens a serem explorados como conteúdo pedagógico para as aulas de inglês, pois fazem parte da vida social dos estudantes e normalmente são desenvolvidos no idioma inglês e conseqüentemente apresentam diálogos e instruções neste mesmo idioma. Assim, cabe ao professor explorar essas características dos jogos para motivar o aprendizado dos alunos.

Ao escolher jogos que os estudantes estão familiarizados trará um sentimento de pertencimento a eles, pois é algo onde os mesmos encontram valores e significados, além de ver a possibilidade de aplicar o seu desenvolvimento na disciplina da língua inglesa dentro desses jogos redescobrir os e observando a importância que o idioma tem dentro do mundo dos jogos eletrônicos.

Está nas mãos dos professores o desenvolvimento de aulas mais prazerosas que motivem os alunos a querer aprender. Não é uma ação simples, mas como podemos ver as aulas de inglês podem ser mais dinâmicas e atraentes para os alunos, os jogos e a música são ferramentas indispensáveis nesse processo, pois é possível trabalhar a tradução a pronúncia, os tempos verbais e descobrir novas palavras na disciplina **LEM** – Inglês de forma pedagogicamente planejada e ao mesmo tempo motivando os alunos oferecendo conteúdos que de fato fazem parte do cotidiano e possam aplicar os conhecimentos adquiridos de forma imediata, que é uma das principais características dessa geração.

REFERÊNCIAS

CORREIO BRASILIENSE. **Estudo revela motivos para o desinteresse de estudantes pelo ensino médio.** Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/euestudante/ensino_educacaobasica/2013/06/25/ensino_educacaobasica_interna,373237/estudo-revela-motivos-para-o-desinteresse-de-estudantes-peloensino-medio.shtml>. Acesso em: 05 abr. 2020.

EMERIQUE, Luciene Bassani. **Jogos digitais em inglês: um estudo sobre a presença dos princípios dos “bons jogos” e dos princípios da aprendizagem de James Paul Gee, 2017.** Tese de pós graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

FITA, Enrique Caturla; TAPIA, Jesus Alonso. **A motivação em sala de aula: o que é, como se faz.** 11. ed. São Paulo: Editora Loyola, 1999, 148 p.

MARTINS, Paula Pedro. **Descoberta razão pela qual a música provoca prazer.** Alert Life Sciences Computing, 2011. Disponível em: <<http://www.alert-online.com/br/magazine/descoberta-razao-pe-la-qual-a-musica-provoca-prazer>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

MENDONÇA, Renata. **Professora usa rap e funk para ensinar História: ‘Não estudei para domesticar aluno’.** BBC Brasil, 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36750824>>. Acesso em: 11 abr. 2020.

PARANÁ. FELDMAN, Alba Krishna Topan; GALBIATI, Daniela Pedruzzi. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE.** Secretaria da Educação e do Esporte do Paraná, 2013. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernos/pde-busca/producoes_pde/2013/2013_uem_lem_artigo_daniela_pedruzzi_galbiati.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2020.

RODRIGUES, Jeanne Jesuíno Cardoso. **Jogos digitais: uma experiência de aprendizagem de língua inglesa em uma escola pública, 2017.** 129 f. Programa de pós-graduação em estudos linguísticos. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

SOUZA, Elisson. **A necessidade de despertar nos alunos interesse pelo estudo de língua inglesa nos dias atuais.** – Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Curso de Letras - UNIFAP. Macapá, vol. 1 - nº 1, páginas 189-204, jan. 2011.

Trauma Renal: Perfil das Vítimas, Mecanismo, Diagnóstico e Conduta

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Gustavo Soldatelli Lazzarotto
Discente do curso de Nefrologia

RESUMO:

Contexto: O trauma se converte na principal causa de óbito nas primeiras décadas de vida. O trauma abdominal costuma se destacar entre todos os demais tipos de trauma, sendo o responsável por uma significativa taxa de mortalidade. Dentre os órgãos acometidos em lesões abdominais, encontramos os rins. **Objetivo:** Este projeto de pesquisa tem como objetivo investigar as situações de trauma renal no âmbito da ocorrência do trauma abdominal, avaliando o perfil dos pacientes acometidos, investigando o mecanismo de trauma, averiguando os melhores meios para o diagnóstico correto seja e avaliando a melhor conduta possível. **Método:** este trabalho foi fundamentado em revisão bibliográfica que incluiu publicações relevantes nos mais diversos periódicos científicos e livros específicos da área, estruturando, assim, pesquisa exploratória, descritiva e explicativa. **Resultados:** indivíduos do sexo masculino, com idade entre os 20 e os 30 anos são o grupo populacional mais acometido. A causa principal são quedas e acidentes automobilísticos/motociclísticos e, secundariamente, temos os traumas penetrantes. O diagnóstico costuma ser estabelecido após a realização de exames de imagem, sendo o método de escolha a tomografia computadorizada. No trauma exclusivo do rim, a tendência é cada vez mais conservadora. Dentre os indicadores cirúrgicos o principal é a presença ou não de instabilidade hemodinâmica associada. Na maioria dos casos, é possível tratar o paciente acometido por trauma renal de forma adequada, sem a necessidade de nefrectomia. **Conclusão:** a partir dos dados obtidos, é possível a formulação de estratégias para um melhor manejo de pacientes vítimas de trauma renal, reduzindo a mortalidade e permitindo retorno adequado dos pacientes a seus afazeres.

Palavras chave: Trauma Renal; Vítimas; Diagnóstico; Manejo Não-cirúrgico.

ABSTRACT:

Context: Trauma becomes the main cause of death in the first decades of life. Abdominal trauma usually stands out among all other types of trauma, and is responsible for a significant mortality rate. Among the organs affected in abdominal injuries, we found the kidneys. **Objective:** This research project aims to investigate the situations of renal trauma within the scope of abdominal trauma, evaluating the profile of the affected patients, investigating the trauma mechanism, ascertaining the best means for the correct diagnosis, and evaluating the best behavior possible. **Method:** this work was based on a bibliographic review that included relevant publications in the most scientific journals and books specific to the area, thus structuring exploratory, descriptive and explanatory research. **Results:** male individuals, aged between 20 and 30 years, are the most affected population group. The main cause is motor vehicle / motorcycle crashes and accidents, and secondarily we have

*penetrating traumas. Diagnosis is usually established after imaging, and the method of choice is computed tomography. In the exclusive trauma of the kidney, the trend is more and more conservative. Among the surgical indicators the main one is the presence or not of associated hemodynamic instability. In most cases, it is possible to treat the patient with renal trauma adequately, without the need for nephrectomy. **Conclusion:** Based on the data obtained, it is possible to formulate strategies for better management of patients suffering from renal trauma, reducing mortality and allowing adequate return of patients to their tasks.*

Keywords: Renal Trauma; Victims; Diagnosis; Non-surgical Management.

1. INTRODUÇÃO

O trauma se converte na principal causa de óbito nas primeiras décadas de vida. O mais frequente mecanismo de trauma é o que resulta de colisões entre veículos motorizados, seguido dos ocasionados por acidentes de trabalho e dos resultantes da prática insegura de esportes em ação.

O trauma abdominal costuma se destacar entre todos os demais tipos de trauma, sendo o responsável por uma significativa taxa de mortalidade. A possibilidade de lesão de vísceras ôcas, com sua grande chance de resultar em hemorragias e morte por choque hemorrágico é algo que torna o seu diagnóstico desafiador. O trauma abdominal fechado, especificamente, constitui-se um desafio diagnóstico bárbaro, mesmo para os médicos emergencistas e cirurgiões mais experientes e capacitados.

Lesões esplênicas e hepáticas costumam ser as mais verificadas em situações de trauma abdominal. Lesões do trato urogenital têm sua ocorrência verificada logo a seguir, em cerca de 15% de todos os casos de trauma abdominal. Nestas situações, os órgãos mais frequentemente acometidos são os rins.

Este projeto de pesquisa, particularmente, tem como objetivo investigar as situações de trauma renal no âmbito da ocorrência do trauma abdominal. Mas, para um melhor aproveitamento deste objetivo geral, foram traçados os seguintes objetivos específicos: avaliar o perfil dos pacientes acometidos por trauma renal, investigar o mecanismo de trauma resultante na lesão renal, averiguar os melhores meios para que o diagnóstico correto seja atingido o mais rápido possível (**evitando, assim, qualquer risco à vida do paciente**) e avaliar a melhor conduta possível para este grupo de pacientes. Para que estes objetivos sejam atingidos, este trabalho foi fundamentado em revisão bibliográfica que incluiu publicações relevantes nos mais diversos periódicos científicos e livros específicos da área, estruturando, assim, pesquisa exploratória, descritiva e explicativa.

Portanto, no primeiro capítulo desta pesquisa vamos avaliar o mecanismo do trauma renal e o perfil dos pacientes acometidos. O grupo populacional acometido com maior frequência é formado, predominantemente, por indivíduos do sexo masculino, jovens (**idades entre os 20 e os 30 idade**). A causa principal são quedas e acidentes automobilísticos. Secundariamente, temos os traumas penetrantes, geralmente ocasionados por projétil de arma de fogo.

O segundo capítulo nos remeterá ao diagnóstico correto da afecção em questão e quais os métodos diagnósticos disponíveis e mais adequados para tal. Após a anamnese e o exame físico inicial, onde, geralmente, são coletadas informações pouco específicas, o diagnóstico é estabelecido após a realização de exames de imagem. O método de escolha é a tomografia computadorizada. A urografia excretória, a arteriografia e a ressonância nuclear magnética costumam prestar grande auxílio ao diagnóstico. Em nosso meio, porém, devido à baixa disponibilidade destes exames, o mais comum é que se recorra à ecografia realizada em situações de trauma na forma de **FAST (focused abdominal sonography for trauma - avaliação ultrassonográfica focada no trauma)**, que costuma apresentar resultado satisfatório na maioria das situações.

Por fim, o terceiro capítulo nos apresentará à conduta a ser seguida nos casos específicos. O manejo adequado, nos traumas fechados, onde as lesões renais costumam ser leves, ocorre através de conduta conservadora. Assim, o paciente costuma ser, inicialmente, internado em unidade de terapia intensiva (**UTI**), e submetido a exames laboratoriais seriados e à avaliação rigorosa e próxima das equipes de medicina intensiva e cirurgia. Posteriormente, o paciente é transferido para leito de enfermagem e, mediante melhora clinicamente constatada, recebe alta. Cerca de 10% dos casos, porém, apresentam lesões renais vasculares, lacerações profundas com extravasamento urinário ou sangramento parenquimatoso extenso. Nestes casos, há necessidade imediata de reparo cirúrgico. Após o manejo cirúrgico, há necessidade de internação em unidade de terapia intensiva (**UTI**). Neste caso, o tempo em unidade de terapia intensiva e o período de internação hospitalar costumam ser consideravelmente maiores.

Além do interesse do pesquisador pela temática, este estudo justifica-se pela ocorrência cada vez maior deste tipo de afecção, notadamente em grandes centros urbanos, onde trânsitos engarrafados e problemas de ordem social fazem com que a ocorrência de acidentes com trauma se multipliquem. Além do mais, o trauma é uma situação diária na vida de médicos dos mais diversos setores de atuação, como emergencistas, intensivistas e pediatras. Do ponto de vista intervencionista, este estudo serve, ainda, para que, cientes destas variáveis de risco, possamos implementar políticas que sirvam para conscientização e redução de traumas abdominais, e, mais especificamente, do trauma renal.

2. MECANISMO DE TRAUMA E PACIENTES ACOMETIDOS

Nas primeiras quatro décadas de vida, o trauma se consolida como a principal causa de óbito. Entre todas as faixas etárias, o mesmo é superado apenas por afecções de ordem cardiovascular e neoplásica. Para o sistema de saúde, os custos associados a esta condição são enormes, bem como o dano social e o sofrimento inerentes. O trauma representa uma das mais desafiadoras entidades nosológicas da atualidade, devido ao seu poder destruidor e a sua crescente incidência na vida moderna. O mais frequente trauma é o que resulta de colisões envolvendo veículos motorizados, seguido dos ocasionados por acidentes de trabalho e pela prática de esportes em ação. Assim, podemos considerar o trauma como sendo uma pandemia na sociedade moderna.

Em nosso país, mais especificamente, verifica-se aproximadamente 20 milhões de lesões acidentais a cada ano. Cerca de metade delas requerem algum tipo de manejo médico e, destas, aproximadamente 6% necessitam de resolução em ambiente hospitalar. Mais especificamente, cerca de 3 milhões destes traumas são parcialmente incapacitantes e aproximadamente 100.000 casos resultam em incapacidade permanente. O custo social envolvido com mortes e incapacidade (**seja ela parcial ou permanente**) é impossível de ser mensurado, pois, além do preço do tratamento e das devidas indenizações, que têm impacto relevante sobre os serviços de saúde e de previdência, devemos adicionar o real valor ao sofrimento humano associado.

Dentre os diversos tipos de trauma, destaca-se o trauma abdominal, responsável por um número significativo de mortes evitáveis. A possibilidade de lesão visceral, com seu potencial efeito de resultar em peritonites e hemorragia e, conseqüentemente, em morte

por choque hemorrágico, norteia a questão da gravidade. O trauma abdominal fechado, especificamente, constitui-se em um desafio diagnóstico de grandes proporções para o médico emergencista.

O baço e o fígado costumam ser os órgãos mais acometidos em situações de trauma abdominal, respectivamente, em 58% e 33% dos casos. Lesões do trato urogenital têm sua ocorrência verificada logo a seguir, em cerca de 15% de todos os casos de trauma abdominal, sendo os rins os órgãos mais frequentemente acometidos.

O grupo populacional acometido com maior frequência é formado, predominantemente, por indivíduos do sexo masculino, jovens (**idades entre os 20 e os 30 idade**). Tal informação encontra respaldo em diversos trabalhos da literatura médica brasileira. Cesar *et al* (2013), ao avaliar o tratamento não-operatório de lesão renal por arma de fogo em um hospital de Belo Horizonte apresentava 91% dos pacientes arrolados para o estudo como sendo do sexo masculino, com média de idade de 24 anos. Grillo *et al* (2004), em seu estudo em um hospital do município de Sorocaba, no Estado de São Paulo, vai de encontro a estes dados, apresentando 73% dos pacientes incluídos no estudo como sendo do sexo masculino. A média de idade, neste estudo, foi de 28,4 anos.

A causa principal são quedas e acidentes automobilísticos/ motociclísticos. Secundariamente, temos os traumas penetrantes, geralmente ocasionados por projétil de arma de fogo ou lesão por arma branca.

No caso de quedas, a altura envolvida no incidente, a superfície na qual ocorreu o impacto e possíveis anteparos antes da vítima atingir o solo, como a região do corpo que primeiramente sofreu o impacto são de fundamental importância para a determinação do diagnóstico de trauma abdominal, bem como das chances de acometimento dos rins e demais estruturas do trato urinário.

Nos casos específicos de colisões automobilísticas, o padrão da lesão abdominal envolvida depende de uma série de informações, como o tipo de colisão, a intensidade da deformação externa do veículo, o uso de dispositivos de segurança veicular (**cinto de segurança e air-bag**), grau de deformação do espaço interno do veículo ocupado pelas vítimas, e posicionamento das mesmas dentro do veículo no momento do impacto ou mesmo presença de vítimas ejetadas. Nas colisões motociclísticas, por sua vez, são importantes as informações sobre o uso e tipo de capacete pela vítima, a superfície onde ocorreu o trauma e outros eventos relacionados ao trauma, como a ejeção e atropelamento subsequente. Nestes casos, assim como nas quedas, o trauma é contuso, no qual as vísceras são submetidas a movimentos de aceleração, desaceleração, compressão e cisalhamento nas diversas direções. As vísceras parenquimatosas, tanto pelo seu tamanho, como pelo peso são, particularmente, susceptíveis às lacerações, cisalhamentos de pedículos vasculares, esmagamentos e roturas no local de transição e fixação anatômica. Neste mecanismo de trauma, em especial, o órgão mais acometido costuma ser o baço. O trauma esplênico costuma estar presente em cerca de 45% dos casos. Os rins costumam ser atingidos em cerca de 13% dos casos, comumente em associação a trauma conjunto de outros órgãos abdominais. O trauma contuso é o mecanismo mais associado aos rins e aos demais órgãos do sistema urinário.

Nos ferimentos penetrantes por arma branca, o número de lesões, o lado e posição do corpo atingido e o tipo de arma (**tamanho e diâmetro**) são de extrema valia na avaliação inicial. Nos ferimentos penetrantes por arma de fogo, o tipo de arma, calibre, distância de disparo, número de lesões, locais do corpo atingidos e o exame dos orifícios de entrada e/ou saída dos projéteis auxiliam na individualização das decisões. Nestes casos, o trauma é penetrante, onde o agente ocasiona a lesão de maneira direta, em função de seu trajeto e dos tecidos e vísceras interpostos a esta trajetória.

3. DIAGNÓSTICO

O diagnóstico do trauma renal, especialmente em pacientes acometidos por trauma fechado, é, de modo particular, desafiador. Não há, a grosso modo, nenhum sinal ou sintoma específico de lesão renal. Por se tratar do rim um órgão retroperitoneal, não costuma haver dor ou sinal de irritação peritoneal. O achado clínico mais comum costuma ser a hematúria, embora sua ausência não descarte lesão renal. Em termos de exame físico, costuma-se suspeitar de trauma renal em todo paciente que apresentar hematúria macroscópica, fraturas de costelas inferiores, hematomas e/ou dor nos flancos (**no trauma contuso**) e lesões penetrantes de flancos e dorso.

Anatomicamente, os rins são órgãos de mobilidade relativa, localizados retroperitonealmente, entre a décima segunda vértebra torácica e a segunda vértebra lombar. Em termos de sintopia, o rim direito se relaciona anteriormente com o lobo direito do fígado, ângulo hepático do cólon e duodeno. O rim esquerdo, por sua vez, relaciona-se anteriormente com o baço, pâncreas, estômago, ângulo esplênico do cólon e ângulo de Treitz. As artérias renais originam-se da artéria aorta, na altura da primeira vértebra lombar, sendo que a artéria renal direita emerge discretamente mais acima do que a artéria renal esquerda.

O diagnóstico costuma ser estabelecido após a realização de exames de imagem. O método de escolha é a tomografia computadorizada. O estudo tomográfico tem importância fundamental no diagnóstico de lesões associadas de outros órgãos e tem papel fundamental no acompanhamento do tratamento não operatório das lesões renais. É importante frisar, todavia, que a tomografia computadorizada está contraindicada em pacientes hemodinamicamente instáveis. O uso de contraste endovenoso permite avaliar o parênquima renal e os sistemas coletores e ureteres até a bexiga (**através do fluxo do contraste**), evidenciando, desta forma, o grau da lesão e a diferença entre contusão e hematoma com uma laceração franca. Na fase arterial, são avaliados os vasos hilares e a difusão do contraste através do parênquima renal, com atenção para sangramentos ou hematomas em expansão. Na fase excretora avalia-se a eliminação do contraste, com cuidado para extravasamentos ou obstruções.

Em nosso meio, devido à maior disponibilidade e à questão que envolve custos, a ecografia abdominal total também costuma ser de grande eficácia na elucidação diagnóstica. Entretanto, a ecografia realizada em situações de trauma na forma de **FAST (focused abdominal sonography for trauma - avaliação ultrassonográfica focada no trauma)** pode não trazer resultado satisfatório, uma vez que a ausência de líquido livre nos quatro espaços abdominais estudados (**hepatorrenal, esplenorrenal, suprapúbico e subxifóide**) não exclui, absolutamente, a lesão renal.

A urografia excretora, por sua vez, é um exame que permite a visualização do parênquima renal a partir da injeção de um meio de contraste. A contrastação tardia de um rim **(ou mesmo sua não visualização)** pode indicar lesão da artéria renal. A impossibilidade de visualização de ambos os rins pode ocorrer nos casos em que há pouca pressão de perfusão, comum em pacientes hipotensos ou em choque. Quando há contrastação tardia ou não há contrastação de um rim, com visualização adequada do rim contralateral, é indicado um segundo estudo de imagem como a tomografia computadorizada ou a arteriografia para a visualização das condições das artérias renais do lado comprometido. Este achado é normalmente devido a avulsões, trombozes ou vasoespasmos da artéria renal.

A ressonância nuclear magnética, por fim, de modo semelhante à tomografia computadorizada, gradua corretamente lesões renais contusas e detecta e quantifica o tamanho de hematomas perirrenais. Diferencia, ainda, hematomas intrarrenais de perirrenais de forma mais acurada e consegue determinar sangramento recente no hematoma por intensidades diferentes de sinal. No entanto, por ser um método de imagem caro e pouco disponível em nosso meio, é reservado para casos selecionados.

Do ponto de vista prático: em emergências, em situações de trauma renal contuso em que o paciente se apresenta com hematúria macroscópica ou microscópica e instabilidade hemodinâmica há indicação de realização de imagem urológica. A tomografia computadorizada é o exame de escolha, mas a urografia excretora **(ou mesmo a ecografia de rins, bexiga e vias renais)** pode ser realizada se a tomografia não estiver disponível ou se o paciente não apresentar condições clínicas para sua realização.

No trauma renal penetrante, por sua vez, após a realização da tomografia computadorizada, ou da urografia excretora, ou da ecografia de sistema urinário, pode-se realizar estudo angiográfico renal que permite, com segurança, estagiar lesões significativas e oferece a possibilidade de procedimento para estagnar quadros hemorrágicos.

4. CONDUTA E TRATAMENTO

As lesões renais resultantes de uma situação de trauma podem ser classificadas por diferentes sistemas. O mais utilizado, no momento, é o da Associação Americana de Cirurgia do Trauma **(AAST)**, denominado **Organ Injury Scaling**. Em seu **grau I**, este sistema prevê contusões com hematúria, podendo esta ser macroscópica ou microscópica, exames urológicos normais e hematomas subcapsulares **(quando presentes)** não expansivos e sem laceração. Lesões de **grau II** apresentam-se como lacerações parenquimatosas inferiores a 1cm de profundidade e hematomas perirrenais sem expansão. O **grau III** comporta lacerações parenquimatosas maiores que 1cm de profundidade, sem ruptura do sistema coletor e sem extravasamento urinário. No **grau IV**, temos lesões dos vasos renais principais **(artérias ou veias renais)**, com sangramento tamponado e lacerações com extensão para o córtex, medula e sistema coletor. Por fim, o **grau V** apresenta fragmentação renal, avulsão da artéria ou veia renal ao nível do hilo e trombose da artéria renal. Para lesões bilaterais, classificadas até o **grau III**, deve-se avançar um grau na classificação. Estes graus podem ser melhor visualizados conforme a figura abaixo:

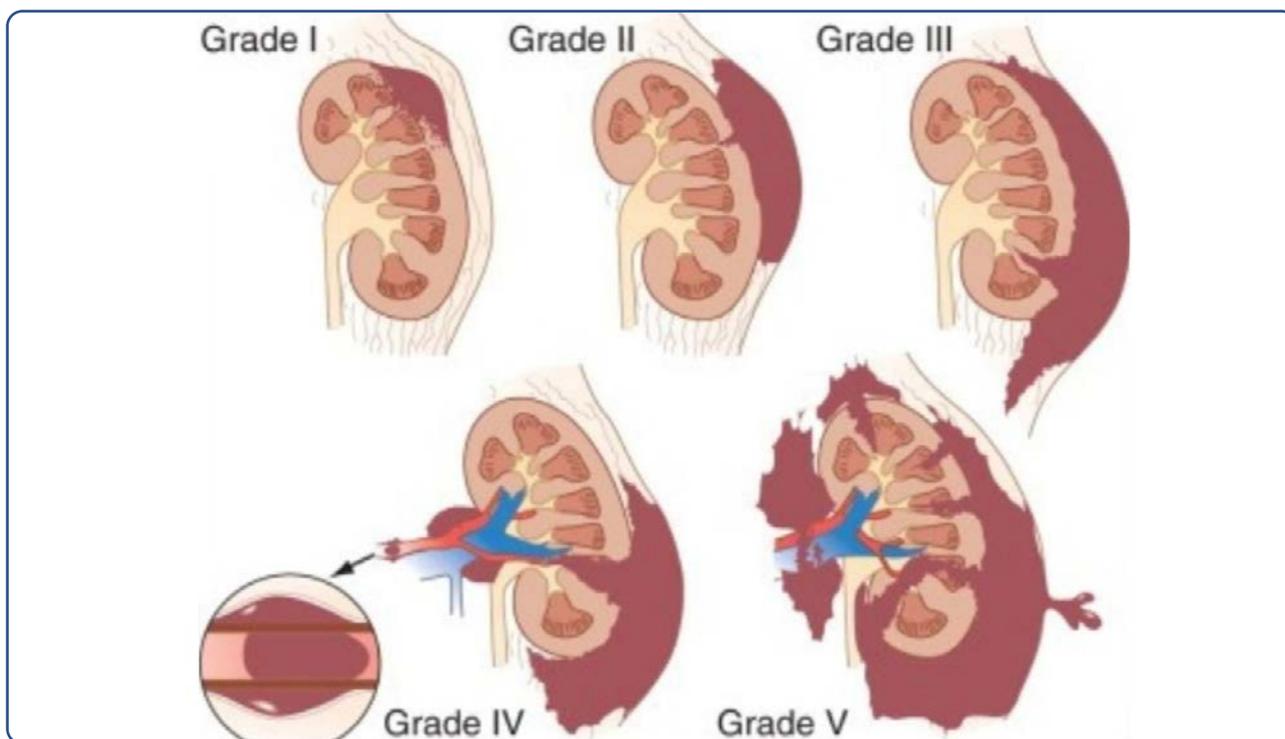


Figura 1: Graduação de lesões renais no trauma (OIS)

Fonte: https://amp.goconqr.com/p/18955094/note_page/906397

A graduação precisa da lesão renal é de fundamental importância para o médico emergencista, uma vez que se configura em pilar fundamental para a tomada de decisões seguras que nortearão a conduta e o tratamento específico do paciente.

O manejo adequado, nos traumas fechados, onde as lesões renais costumam ser leves, ocorre através de conduta conservadora, visto que 90% destas são contusões do parênquima renal ou lacerações minimamente superficiais, enquanto que apenas 10% das lesões são lacerações profundas, extensivas até planos mais profundos, como a medula ou sistema coletor. Tais situações podem causar extravasamentos de urina e hematomas.

O manejo não-cirúrgico em rins acometidos, mas adequadamente perfundidos, é possível em pacientes que estejam hemodinamicamente estáveis, mesmo na presença de extravasamento de urina (**grau IV**). O tratamento não-cirúrgico em lacerações renais de grandes proporções, associadas à desvascularização de segmentos, está associado a taxas consideráveis de complicações de ordem urológica, que podem atingir a espantosa taxa de 80% de incidência. Em situações de lesão renal penetrante, o manejo não-cirúrgico está apropriado em pacientes hemodinamicamente estáveis, desde que não haja lesões associadas (**fato comprovado após estadiamento com tomografia computadorizada ou outro exame de imagem**). É importante que a avaliação inicial seja precisa, para evitar que lesões importantes passem despercebidas.

Após avaliação rigorosa do paciente e decisão pelo manejo não-cirúrgico do paciente, o mesmo deve ser enviado para internação em unidade de terapia intensiva (**UTI**) e ser submetido a exames seriados para a avaliação do hematócrito e da hemoglobina. O seguimento envolvendo equipes de medicina intensiva e cirurgia deve ser rigoroso e detalhista. Se

apresentar evolução favorável, pode ser transferido, após 48h, para unidade de cuidados semi-intensivos e, após o quinto dia, pode ser enviado à enfermaria.

Nos traumas penetrantes ou hemodinamicamente instáveis, onde a lesão renal costuma ser mais grave, todavia, há necessidade de manejo cirúrgico, com laparotomia exploratória. Aproximadamente metade das lesões renais por trauma penetrante requer exploração cirúrgica. Em torno de 10% das lesões renais, representadas por lesões vasculares, lacerações profundas com extravasamento urinário ou sangramento parenquimatoso extenso requerem reparo cirúrgico, com a finalidade de preservar parênquima renal viável, minimizar o risco de infecção retroperitoneal ou perda contínua de sangue. Além disso, o retardo cirúrgico parece estar associado a um aumento do número de nefrectomias (**remoção cirúrgica do rim afetado**). A taxa de nefrectomia é mais dependente do grau de injúria renal do que do tipo de controle de lesão vascular obtido. Quando necessária, a nefrectomia é normalmente consequente à hemorragia renal.

Dentre as complicações mais comuns da abordagem cirúrgica, o extravasamento de urina, com a consequente formação de urinoma (**coleção encapsulada de urina extravasada**), é a complicação mais comum, ocorrendo em até 7% dos pacientes acometidos por trauma renal. Há resolução espontânea do quadro em 80% dos pacientes. Onde há persistência do urinoma, a nefrostomia percutânea é resolutive. Outras complicações, como abscessos, hemorragia, hipertensão, persistência de tecido renal desvitalizado e insuficiência renal são menos comuns e têm relação direta com a gravidade da lesão renal. Após o manejo cirúrgico, o tempo em unidade de terapia intensiva (**UTI**) e o período de internação hospitalar costumam ser maiores.

Sob ponto de vista da classificação do **Organ Injury Scaling**, da Associação Americana de Cirurgia do Trauma (**AAST**), resumidamente, podemos, portanto, afirmar que lesões de **graus I e II**, em pacientes hemodinamicamente estáveis, podem ser tratadas conservadoramente. Lesões de **graus III e IV** apresentam risco hemorrágico elevado quando não operadas. Apesar disso, em pacientes hemodinamicamente estáveis, a forma de manejo mais indicada é o tratamento não-cirúrgico. O tratamento não-cirúrgico de lesões renais penetrantes é adequado em pacientes hemodinamicamente estáveis, sem lesões associadas e adequadamente graduadas com tomografia computadorizada, urografia excretora ou outro método de imagem adequado. Lesões grau V, em traumas penetrantes com indicação de laparotomia, caso haja afecção direta aos rins, a exploração é mandatória.

Nos pacientes com grandes lesões renais em segmentos com dano vascular, podendo estar associada a extravasamento fecal ou lesão pancreática, a exploração cirúrgica com reparo renal melhora significativamente o prognóstico dos pacientes, visto que as complicações mais comuns nesse caso são urinomas infectados e abscessos perirrenais.

Alguns trabalhos vêm de encontro a estas informações. Grillo *et al* (**2004**), em seu estudo em um hospital do município de Sorocaba, no Estado de São Paulo, ao analisar 90 pacientes, classificou 24 deles no **grau I**, 27 no **grau II**, 24 no **grau III**, 6 no **grau IV** e 9 no **grau V**. Em 80% deles, o trauma foi contuso e, no restante, penetrante. 62 pacientes foram submetidos a tratamento conservados (**todos os pacientes de grau I, 25 pacientes de grau II, 10 pacientes de grau III e 3 pacientes de grau IV**). Em 17 dos 18 pacientes acometidos por trauma penetrante, houve a necessidade de tratamento cirúrgico (**2 deles no grau II, 7 no grau III, 3 no grau IV e todos os pacientes graduados no grau V**).

Em 1985, Heyns *et al*, conduziram um estudo sobre tratamento cirúrgico mandatório versus tratamento não-cirúrgico nos pacientes com lesão renal por arma branca. Foi constatado que o procedimento não-cirúrgico reduzia o número de complicações e diminuía consideravelmente o tempo de internação hospitalar, quando comparado com o manejo cirúrgico. A laparotomia exploradora costumava ser recomendada para todos os pacientes que se apresentavam com lesão renal por trauma penetrante. No entanto, nos dias de hoje, o tratamento não operatório tem sido aceito com maior frequência nos pacientes com lesão **grau I, II ou III** por trauma penetrante, desde que não existam lesões associadas de vísceras ocas ou instabilidade hemodinâmica.

No estudo retrospectivo de Muir *et al*, em 2012, cerca de 65% dos pacientes com trauma renal penetrante foram submetidos ao manejo cirúrgico. Acrescido a este dado, cerca de 20% dos pacientes avaliados pelo estudo e submetidos ao manejo não cirúrgico tiveram a necessidade de, em última instância, serem submetidos à correção operatória.

Navsaria *et al* (2009) obtiveram, em seu estudo com 33 pacientes vítimas de lesão renal penetrante por arma de fogo, sucesso superior a 90% mediante a instituição do tratamento não-cirúrgico. No presente estudo, considerando apenas as lesões renais, não houve necessidade de intervenção cirúrgica em nenhum dos paciente. A necessidade de intervenção cirúrgica aconteceu por complicações das lesões hepáticas.

Bjurlin *et al* (2011), em sua análise comparativa, mostrou que o manejo não-cirúrgico das lesões renais penetrantes apresenta menor mortalidade, menor incidência da necessidade de reposição volêmica e menor tempo de internação (**tanto em unidade terapia intensiva quanto em enfermaria**) quando comparado com paciente submetidos à nefrectomia.

Baseado nestes estudos, constatamos que o manejo não-operatório da lesão renal propriamente pode ser extensivo a situações de trauma penetrante em até 75% dos casos, desde que os critérios de inclusão do protocolo sejam obedecidos.

5. CONCLUSÃO

O traumatismo renal se converte em uma enfermidade muito frequente nos centros de referência de trauma. Em situações de trauma abdominal, estruturas do trato urogenital são acometidos em 15% dos casos. Este estudo se propôs a estudar o trauma renal, dentro do contexto do trauma abdominal. Mais especificamente, a proposta foi avaliar o perfil dos pacientes acometidos, o mecanismo de trauma, os desafios do diagnóstico rápido e preciso e a avaliação das formas de manejo mais adequadas para indivíduos acometidos por trauma renal.

Indivíduos do sexo masculino, com idade entre os 20 e os 30 anos são o grupo populacional mais acometido. A causa principal são quedas e acidentes automobilísticos/motociclísticos e, secundariamente, temos os traumas penetrantes, geralmente ocasionados por projétil de arma de fogo ou por arma branca.

O diagnóstico do trauma renal, especialmente em pacientes acometidos por trauma fechado, é desafiador. O achado clínico mais comum costuma ser a hematúria. O diagnóstico costuma ser estabelecido após a realização de exames de imagem, sendo o método de

escolha a tomografia computadorizada. Em nosso meio, devido à maior disponibilidade, a ecografia abdominal total também costuma ser de grande eficácia.

No trauma exclusivo do rim, a tendência é cada vez mais conservadora. Dentre os indicadores cirúrgicos o principal é a presença ou não de instabilidade hemodinâmica associada. Na maioria dos casos, é possível tratar o paciente acometido por trauma renal de forma adequada, sem a necessidade de nefrectomia. A avaliação individualizada dos pacientes deve ser adotada para a decisão acerca da melhor conduta, podendo ser cirúrgico ou não, independente do mecanismo.

Com a revisão proposta por este estudo, na qual identificamos o perfil do paciente acometido, os meios diagnósticos e o manejo de situações envolvendo o trauma renal, concluímos que os objetivos deste trabalho (**tanto geral quanto específicos**) foram plenamente atingidos e conseguimos obter, de modo satisfatório, as informações que buscávamos. A partir dos dados obtidos, é possível a formulação de estratégias para um melhor manejo de pacientes vítimas de trauma renal, reduzindo a mortalidade e permitindo retorno adequado dos pacientes a seus afazeres.

REFERÊNCIAS

- American College of Surgeons. ACS. Committee on Trauma. **Advanced Trauma Life Support**. Instructor manual. 7th ed, Chicago; 2004.
- ARAGONA, F, PEPE, P, PATANÈ, D, MALFA, P, D'ARRIGO, L, PENNISI, M. **Management of Severe Blunt Renal Trauma In Adult Patients: a 10-year Review From na Emergency Hospital**. BJU int. 2012; 110(5):744-8.
- ARMENAKAS, NA, DUCKETT, CP, MCANINCH, JW. **Indications for nonoperative management of renal stab wounds**. J Urol. 1999;161(3):768-71.
- BJURLIN, MA, JENG, EI, GOBLE, SM, DOHERTY, JC, MERLOTTI, GJ. **Comparison of nonoperative management with renorrhaphy and nephrectomy in penetrating renal injuries**. J Trauma. 2011;71(3):554-8.
- BOWLING, W, BUCHMAN, TG. **Traumatismo**. In: Doherty GM, Lowney JK, Mason JE, Reznik SI, Smith MA, editors. Washington Manual de cirurgia. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan. 1999; 368-83.
- CESAR, BP, STARLING, SV, DRUMOND, DA. **Non-operative management of renal gunshot wounds**. Rev Col Bras Cir. 2013;40(4):330-4.
- CURY, J, MESQUITA, JLB, PONTES, J, OLIVEIRA, LCN, CORDEIRO, M, COELHO, RF. **Trauma Urológico**. Ver Med (São Paulo). 2008; 87(3):184-94.
- FUCS, M, FERNANDES, RC, DEUSDEDIT NETO, CVS. Trauma genitourinário. In: Assef JC, Perlingeiro JAG, Parreira JG editores. **Emergências cirúrgicas: traumáticas e não traumáticas, condutas e algoritmos**. São Paulo: Atheneu; 2012. p. 89-103.
- GRILLO, FRC, OLIVEIRA, ARB, MIRANDA, M, COLOMBO, R, DIB NETO, JC, GUN, S. **Trauma Renal**. Rev Fac Ciênc Méd Sorocaba. 2004;6(2):12-6.
- GRILLO, FRC, OLIVEIRA, ARB, MIRANDA, M, COLOMBO, R, DIB NETO, JC, GUN S. **Trauma Renal**. Ver Fac Ciênc Méd Sorocaba. 2004; 6(2): 12-6.
- HEYNS, CF, DE KLERK, DP, DE KOCK, ML. **Nonoperative management of renal stab wound**. J Urol. 1985;134(2):239-42.
- HOLEVAR, M, EBERT, J, LUCHETTE, F. *et al*. **Practice management guidelines for the management of genitourinary trauma: The EAST Practice Management Guidelines Work Group**. Chicago; 2004.
- KANSAS, BT, EDDY, MJ, MYDLO, JH, UZZO, RG. **Incidence and management of penetrating renal trauma in patients with multiorgan injury: extended experience at an inner city trauma center**. J Urol. 2004;172(4 Pt 1):1355-60.
- MASSADA, SR. **Avaliação e Ressuscitação do Doente com Trauma Grave**. Advanced Trauma Life Suport. Instructor manual. 7th ed, Chicago; 2004.
- MUIR, MT, INABA, K, ONG, A, BARMAPAS, G, BRANCO, BC, ZUBOWICZ, EA, *et al*. **The need for early angiography in patients with penetrating renal injuries**. Eur J Trauma Emerg Surg. 2012;38(3): 275-80.
- MUSAFIR, M. **Atendimento do Paciente Politraumatizado**. In: Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia. JÚNIOR, WMA, FERNANDES, TD. PROATO: Programa de Especialização em Traumatologia e Ortopedia (Sistema de Educação Médica Continuada à Distância). Porto Alegre. Artmed Panamericana Editora LTDA. Ciclo 4. Vol4; p53-79, 2008.

National Association of Emergency Medical Technicians in Cooperations with the Committee on Trauma of the American College of Surgeons. NAEMT. **PHTLS basic and advance prehospital trauma life support**. 4th ed. Ohio; 1999.

NAVSARIA, PH, NICOL, AJ. **Selective nonoperative management of kidney gunshot injuries**. World J Surg. 2009;33(3):553-7.

NETO, OCLF, VASCONCELOS, R. **Tratamento Não Cirúrgico do Trauma Renal Contuso**. Jornal Brasileiro de Medicina. V.101. p.35-7. 2013.

NUNES, P, MAIA, N, PARADA, B, ROLO, F, MOTA, A. **Traumatologia Renal nos HUC**. Experiência de 13 anos. Acta urol. 2004; 21(1):45-54.

PIMENTEL, SK, SAWCZYN, GV, MAZEPA, MM, DA ROSA, FG, NARS, A, COLLAÇO IA. **Fatores de risco para óbito no trauma abdominal fechado com abordagem cirúrgica**. Rev Col Bras Cir. 2015; 42(4):259-64.

PORCIDES, AJ. **Manual de Atendimento Pré-hospitalar do Corpo de Bombeiros do Paraná**. Curitiba, 2006; cap 16.

SHOBRIDGE, JJ, CORCORAN, NM, MARTIN, KA. **Contemporary Management of Renal Trauma**. Rev Urol. 2011; 13(2):65-72.

SILVA, LF, TEIXEIRA, LC, REZENDE NETO, JB. **Abordagem do Trauma Renal**. Ver Col Bras Cir. 2009; 36(6): 519-24.

VARCELOTTI, JR, PEREIRA, G. Trauma genitourinário. In: Ferrada RD, Rodriguez A. editores. **Trauma: Sociedade Panamericana de Trauma**. São Paulo: Atheneu; 2010. 449-60.

VON BAHTEN. LC, ICOLUZZI, JE, OLANDOSKI, M, PANTALI, CAR, SILVA, RFKC. **Trauma abdominal fechado: análise dos pacientes vítimas de trauma esplênico em um hospital universitário de Curitiba**. Rev Col Bras Cir. 2006 Nov-Dez; 33(6).

Alfabetização, Letramento e Mídias Digitais: A Missão Docente

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Janaina Ferreira do Nascimento
Wilvon de Oliveira Sampaio

Discentes do curso de PROFOP - 2L - Pedagogia

RESUMO:

Alfabetização e letramento são dois processos indissociáveis da aprendizagem da linguagem, no entanto, um complementa ou outro, uma vez que a alfabetização oportuniza as pessoas a adquirirem conhecimentos, muito além dos códigos gráficos, mas entender e assimilar o que está escrito, enquanto que o letramento está ligado a leitura e a escrita e a habilidade de utilizá-los nas práticas cotidianas e no crescimento cultural. Sendo assim este artigo objetiva discutir a inserção das tecnológicas digitais no processo de alfabetização e letramento nos anos iniciais do ensino fundamental. O percurso metodológico elegeu a pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, pois consiste em compreender aspectos relacionados as temáticas em discussão, para fundamentar essa pesquisa foram utilizados autores como: kesnki(2011), Soares (2009), Lévy (2009), Moran (2013), Nóvoa (2001), Silva e Silva (2020), Silva e Piccoli(2018), Val (2006), dentre outros. Como resultado encontrado, podemos destacar que com a evolução das tecnologias foi possível inseri-las na educação e proporcionar uma aprendizagem significativa no processo de alfabetização e letramento. Encontramos, também, que a tecnologia por si só não opera uma aprendizagem, para isso precisa que o professor passe constantemente por atualizações procurando, com isso, buscar novos meios e ferramentas que atenda as necessidades do alunado na atualidade, uma vez que inovar no processo de ensino e aprendizagem é seduzir para a incorporação de novos saberes.

Palavras chave: Alfabetização, letramento, prática docente, tecnologias digitais.

ABSTRACT:

Literacy and literacy are two processes that are inseparable from language learning, however one complements the other, since literacy enables people to acquire knowledge, far beyond graphic codes, but to understand and assimilate what is written, while literacy it is linked to reading and writing and the ability to use them in everyday practices and cultural growth. Therefore, this article aims to discuss the insertion of digital technologies in the literacy process and in understanding the acquisition of reading and writing. The methodological route chose a bibliographical research of a qualitative nature, as it consists of understanding aspects related to the themes under discussion, Nóvoa (2001), among others. As a result we can highlight that with the evolution of technologies it was possible to insert them in education and provide a meaningful learning in the process of literacy and literacy. We also found that technology by itself does not operate learning, for that it is necessary for the teacher to constantly undergo updates, seeking with this to seek new means and tools that

meet the needs of the students today, since innovating in the teaching and learning process is to seduce for the incorporation of new knowledge.

Keywords: *Literacy, literacy, teaching practice, digital technologies.*

1. INTRODUÇÃO

Por muito tempo alfabetização foi tratada como sendo um aglomerado de informação que contribuía apenas para decodificar palavras. Atualmente a educação tem passado por mudanças que tem visto esse processo como uma construção de conhecimento. Associado ao processo de alfabetização temos o letramento que se refere a prática de leitura e escrita, uma vez adquirida essa prática oportuniza o sujeito a desenvolver habilidades, não somente de ler e escrever, mas também de usá-las em diversos contextos sociais.

Para que esses dois processos alcance um certo grau de eficiência, o professor tem a sua disposição hoje, as novas tecnologias para auxiliá-lo, o que torna a alfabetização na perspectiva de letramento um aprendizado dinâmico, criativo, eficaz, além de suscitar a motivação e a curiosidade. Com isso, a temática foi delimitada da seguinte forma: **ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO E MÍDIAS DIGITAIS: A MISSÃO DOCENTE**. A escolha se deu pelo fato da evolução tecnológica permear toda a sociedade, sendo assim, a educação não pode ficar estacionada apenas nos modelos tradicionais de alfabetização e letramento.

A inclusão de ferramentas tecnológicas digitais em aulas é um processo que anda a passos lentos por vários motivos, dentre eles, falta de investimento em equipamentos, melhores condições de trabalho e acima de tudo, falta qualificação, capacitação do professor para lidar com essas novas tecnologias, visto que não se pode ensinar o que não se sabe.

No entanto, os atuais alunos já têm intimidade com as novas tecnologias, ou seja, são os chamados nativos digitais, portanto, não faz mais sentido uma prática pedagógica tradicional que não seduz, que não motiva e nem permite explorar a criatividade, nesse pensamento é que se faz urgente que a tecnologia seja os novos recursos didático-pedagógico de todos os professores, isso certamente aliará as necessidades de aprendizagem deles com a satisfação do aprender.

Assim, esse estudo se justifica pelo alcance pessoal enquanto professor, pois nos dá uma dimensão do que podemos fazer, pelo social, pois será mais uma revisão da temática para a sociedade, e acadêmico, uma vez que servirá de base para futuras pesquisas sobre o assunto. Por tudo isso, a relevância está na importância de ter uma pesquisa voltada para o conhecimento do uso das tecnologias digitais no processo de alfabetização e letramento com crianças das séries iniciais do ensino fundamental.

A educação tem passado por uma transformação, tanto no nível político, com aprovação de leis e documentos norteadores, com o objetivo de melhorar sua qualidade, tanto a nível pedagógico, com a adoção de novas posturas no modo de ensinar. Nesse sentido, não se admite mais o alfabetizar apenas no que se refere a decodificar palavras.

É importante nesse processo que as crianças, principalmente das séries iniciais, vivenciem um ambiente letrado e sistematizado, visto que alfabetizar letrando se tornou o ideal para o alcance da inserção e participação na cultura escrita, em que possibilita fazer uso dos diferentes gêneros textuais que circulam socialmente.

Com isso, o professor pode usar as tecnologias digitais na alfabetização e letramento, desde que assuma o papel de mediador da interação entre aluno, conhecimento e tecnologia, o que pressupõe formação para o exercício deste papel. Sob à luz dessas questões

e com o intento de delimitar o tema alfabetização, letramento, tecnologias digitais: o papel do professor frente aos avanços tecnológicos, escolhidos como objeto de discussão neste trabalho, é que traçamos para nortear nossa compreensão os seguintes questionamentos: *Como compreender o processo de alfabetização sob a perspectiva do letramento? De que forma as tecnologias auxiliam no processo de alfabetização e letramento nos anos iniciais do ensino fundamental? Quais são os desafios a serem enfrentados pelo professor frente aos avanços tecnológicos?*

Para responder às questões, temos como objetivo geral: discutir a inserção das tecnológicas digitais no processo de alfabetização e letramento nos anos iniciais do ensino fundamental. E como objetivos específicos: distinguir os conceitos de alfabetização e de letramento, analisar as contribuições das tecnologias digitais para a alfabetização na perspectiva do letramento, e refletir sobre os desafios docentes frente aos avanços tecnológicos no processo de alfabetização e letramento.

Para fundamentar o estudo, utilizamos uma pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo e de natureza crítico-analítica com método dialético. Dessa maneira, a pesquisa se pautará em artigos, monografias, dissertações e teses do banco de dados da Capes, de alguns periódicos e repositórios de universidades.

Para nos ajudar nas discussões nos pautamos em autores como, Soares (2004), Silva e Silva (2020), Silva e Piccoli (2018), Kenski (2011), Lévy (2000), Moran (2013), Val (2006), Nóvoa (2001), dentre outros. Logo, os instrumentos de pesquisa adotados neste estudo foram: resumo de pesquisas, resenhas, fichamentos dos textos teóricos e análise e sistematização de dados da pesquisa.

Este trabalho está estruturado por seis seções. A introdução é a primeira. A segunda é o referencial teórico. A terceira apresenta o procedimento metodológico utilizado. A quarta expõe resultados e análises. A quinta é a conclusão. E, por fim, as referências.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. O letramento e a alfabetização: como entendê-los?

O entendimento acerca de letramento, se insere no conceito de alfabetização, o qual pode ser identificado com base em análise de diversas produções científica publicadas, cuja circulação foi possível analisar para a produção desse artigo, visto que alfabetização e letramento são dois processos que devem acontecer ao mesmo tempo, isso certamente é um desafio para o docente, mas uma vez acontecendo a aprendizagem e a ação pedagógica se tornam produtiva. Alfabetização e letramento são processos inseparáveis, mas, são duas ações distintas, sendo o ideal que ocorram juntas.

Para Val (2006, p. 9) “A alfabetização é o processo específico e indispensável de apropriação do sistema de escrita, a conquista dos princípios alfabético e ortográfico que possibilitem ao aluno ler e escrever com autonomia”. Assim, a alfabetização tem por objetivo desenvolver o aprendizado de ideias, a comunicação e a transmissão de pensamentos, portanto, para isso não basta só conhecer os códigos gráficos, é necessário apreender os seus significados para assimilar o que está escrito.

Assim, Freire (2004, p. 13), diz que *“alfabetização não é um jogo de palavras, é a consciência reflexiva da cultura, a reconstrução crítica do mundo, a abertura de novos caminhos, o projeto histórico de um mundo comum, a bravura de dizer a sua palavra”*. Compreendemos o exposto pelo autor que a alfabetização torna o alfabetizado apto a exercer sua cidadania no sentido amplo da palavra, reconhecendo-se como um sujeito de direito.

Para Soares (2009, p. 17), *“alfabetizar é fornecer condições para que as pessoas tenham acesso ao mundo da escrita, tornando-se capaz não só de ler e escrever, mas, sobretudo, de fazer uso adequado da escrita em todas as funções em que ela tem em nossa sociedade”*. O pensamento exposto por Soares, nos indica que ocorrendo o processo de alfabetização dessa forma, capacita o sujeito a fazer escolhas próprias a partir do que ler e faz uso significativos da leitura o que ajudará em sua escrita.

Para Avelino (2021, p. 78), *“a alfabetização é o processo de ensino e aprendizagem de um sistema linguístico e é usada como meio para o indivíduo se comunicar junto à sociedade, desenvolvendo a aquisição da leitura e da escrita”*. Esse comunicar referenciado por Avelino, suscita a ideia de que o sujeito revisita suas práticas sociais de atuação. Estabelecidos esses conceitos de alfabetização, é relevante contrastar com os conceitos de letramento. Para Avelino (2021, p. 194), *“a noção de letramento foi sendo incorporada como uma forma de explicar e acompanhar o desenvolvimento social, econômico e cultural do país e do mundo, abrange uma gama de conhecimentos, capacidades, valores e funções sociais”*. Nesse contexto Soares (2009, p. 15) assinala que o termo Letramento:

“*é palavra recém-chegada ao vocabulário da Educação e das Ciências Linguísticas e foi na segunda metade dos anos 80, que ela surge no discurso dos especialistas dessas áreas. Uma das primeiras ocorrências está em livro de Mary Kato, de 1986 (No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística.*

Soares complementa a informação sobre esse termo esclarecendo que a autora, no caso Mary Kato, logo no início do livro, especificamente na página sete, diz acreditar que a língua falada culta *“é consequência do letramento” (grifo da autora)*. E segue relatando que dois anos mais tarde, em um livro de 1988, *Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso*, Leda Verdiani Tfouni, no capítulo introdutório, distingue alfabetização de letramento. Soares (2009, p. 7) segue nos informa que,

“*talvez seja esse o momento em que letramento ganha estatuto de termo técnico no léxico dos campos da Educação e das Ciências Linguísticas. Desde então, a palavra torna-se cada vez mais frequente no discurso escrito e falado de especialistas, de tal forma que, em 1995, já figura em título de livro organizado por Ângela Kleiman: Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita.*

Esse pequeno intervalo em que expusemos esse breve histórico do termo letramento é relevante para entendermos que não é um termo novo, mas que alguns estudiosos defendem que foi Mary Kato quem deteve o cunho do termo. Ressaltamos que, certamente, a

partir desses autores e dessas obras influenciaram e contribuíram para as diversas discussões acerca do processo de alfabetização na perspectiva do letramento.

Retomando a compreensão do letramento, Kleiman (2007, p. 46-47), nos diz que “*significa entender as práticas de uso da escrita como práticas sociais que ocorrem em contextos específicos e para fins específicos*”. Compreende-se que através do letramento é possível obter informações através da leitura de diferentes gêneros textuais.

Para Soares (2009, p. 18), “*Letramento é o resultado da ação de ensinar e aprender a ler e escrever; o estado ou a condição que se adquire, um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter se apropriado da escrita*”. Complementando Kleiman (2016, p. 19), o define:

“*Como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos. [...] Com um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos. [...] Nessa concepção, letramento são as práticas sociais de leitura e escrita e os eventos em que essas práticas são postas em ação, bem como as consequências delas sobre a sociedade.*”

No sentido acima, exposto por Kleiman, compreende-se que letramento, não é apenas saber ler e escrever, mas o estado de exercer as práticas sociais que usam a escrita, ou seja, saber se orientar no mundo. Isto é, direciona para todas as práticas impostas, aceitando-as e refutando-as, pois é capaz de compreendê-las e interpretá-las.

Segundo Rios e Libânio (2009, p. 33), “*a alfabetização e o letramento são processos que se mesclam e coexistem na experiência de leitura e escrita nas práticas sociais, apesar de serem conceitos distintos*”. Seguindo o pensamento das autoras, Soares (2009, p. 13), esclarece que tanto a alfabetização quanto o letramento têm diferentes dimensões, ou facetas, a natureza de cada uma delas demanda uma metodologia diferente, de modo que a aprendizagem inicial da língua escrita exige múltiplas metodologias. Nesse sentido Soares reitera que:

“*alfabetização e letramento são duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado (SOARES, 2009, p. 47).*”

Compreendemos, segundo Soares (2009), que alfabetizar letrando implica em associar as duas ações ao processo de ensino aprendizagem, levando em conta suas características e importância, mas dialogando-os entre si objetivando formar cidadãos críticos para exercerem a sua cidadania e transformarem a sociedade para melhor. O processo de alfabetização na perspectiva de letramento segue exatamente o caminho de um aprendizado significativo, deixando de lado o ensino descontextualizado e repetitivo, e abrindo espaço

para a curiosidade e a criatividade, visto que alfabetizar e letrar são práticas que precisam ser executadas constantemente, pois cada sujeito tem seu tempo e um modo diferente de desenvolver sua aprendizagem. Segundo Cagliari (2009, p. 104), *“saber decifrar a escrita é o segredo da alfabetização. É importante que o professor tenha isso em mente. Ele deverá fazer muitas coisas como professor e principalmente como educador”*. Nesse sentido, dentre esses fazeres o professor necessita procurar novos meios para dinamizar um ensino que torne o aprendizado, não simplesmente fácil, mas compreensivo e motivador para seu aluno.

Ademais, Cagliari (2009, p. 104), reitera que *“ensinar a ler é a tarefa principal do professor, uma vez que, como educador, ele precisa ter uma formação geral, e esses conhecimentos são básicos. Como alfabetizador, precisa ter conhecimentos técnicos sólidos e completos”*. Certamente que toda esses conhecimentos ele vai adquirindo com a prática aliada a teoria e, principalmente com as formações continuadas, já expostas algumas vezes.

2.2. Tecnologia digital, Alfabetização e Letramento

Conforme fundamenta Soares (2003, p. 2), *“Letrar é mais que alfabetizar, é ensinar a ler e escrever dentro de um contexto onde a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da vida do aluno”*. Araújo (2018, p. 17), contribui ao dizer que ser alfabetizado se relaciona à capacidade de ler e escrever, enquanto para ser letrado significa participar, de situações distintas que envolvam a leitura e a escrita de modo a compreender e interagir socialmente”.

Sendo assim, no processo de ensino muitos são os desafios encontrados pelos professores no processo de alfabetização, principalmente nos anos iniciais, pois consoante Soares (2016, p. 38), *“a alfabetização, faceta linguística da aprendizagem inicial da língua escrita, focaliza, basicamente, a conversão da cadeia sonora da fala em escrita”*. No entanto, Soares (2004), também assinala que além de adquirir a habilidade de codificar e decodificar o código, é importante que os alunos possam aprender de forma construtiva com diversas práticas de leitura e escrita que façam parte da sua realidade. Sendo assim, é relevante que os professores busquem novas práticas para acompanharem as demandas da sociedade e as necessidades de seus alunos.

Nessa busca, os docentes podem se apoiar nas ferramentas tecnológicas, para atingirem objetivos educacionais no processo de alfabetização e letramento, tornando o ensino mais motivador. No pressuposto de que as tecnologias podem ser utilizadas como ferramentas educacionais, Lévy (2009, p. 13), nos informa que a sociedade vive na atualidade o segundo dilúvio, o das informações. Visto que,

“as telecomunicações geram esse novo dilúvio[...] A quantidade bruta de dados disponíveis se multiplica e se acelera. A densidade dos links entre as informações aumenta vertiginosamente nos bancos de dados, nos hipertextos e nas redes [...] O dilúvio informacional jamais cessará.” *Idem, p. 14).*

Depreendemos pelo exposto que nesse dilúvio informacional descrito por Lévy, que as tecnologias já são parte integrante da vida cotidiana do aluno e da sociedade de modo

geral, e essas “colocam o aluno em contato com diversas e dinâmicas fontes do conhecimento e em relação intensa com a informação e a aprendizagem” (SILVA; SILVA, 2020, 232). Assim, o uso das tecnologias digitais pode contribuir com o processo de ensino aprendizagem, pois abre uma infinidade de possibilidades e uma delas é a sua utilização no processo de alfabetização, uma vez que ela tem se tornado um recurso muito eficaz, reconhecida por muitas escolas como uma importante ferramenta efetiva que facilita o processo de aprendizado das crianças em idade de alfabetização.

Essas contribuições das tecnologias digitais estão amparadas no mais novo documento norteador da educação Brasileira, a **Base Nacional Comum Curricular - BNCC**, uma vez que este ressalta que o estímulo ao pensamento criativo, lógico e crítico, se dá de diversas maneiras, dentre elas, a de fazer uso de tecnologias de informação e comunicação. *Nesse documento, uma das competências específicas de linguagens para o ensino fundamental diz o seguinte:*

“Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BRASIL, 2018, p. 7).

Conforme o documento, explicita as tecnologias digitais devem interligar os saberes e o fazer que acionam a aprendizagem da linguagem, uma vez que esta constitui o foco dos estudos do letramento. Nesse contexto, o uso das tecnologias digitais pode proporcionar às crianças novos ambientes para a aprendizagem, além da possibilitar a interação, a resolução de problemas, o acesso a um grande número de informações e a liberdade de fazer experimentos com mídias diferentes. *Seguindo esse viés, Moran (2013, p. 1) assevera que:*

“com as tecnologias atuais a escola pode transformar-se em um conjunto de espaços ricos de aprendizagens significativas, presenciais e digitais, que motivam os alunos a aprender ativamente, a pesquisar o tempo todo, a serem proativos, a saberem tomar iniciativas, a saber interagir.

Kenski (2011, p. 41), contribui com Moran, ao explicitar que “Já não há um momento determinado em que qualquer pessoa possa dizer que não há mais o que aprender. Ao contrário, a sensação é a de que quanto mais se aprende mais há para estudar, para se atualizar”. Isso significa que as novas tecnologias abrem um leque de informações que permitem não somente ao aluno, mas também ao professor aprender cada vez mais. O primeiro para impulsionar sua formação, ao segundo para ensinar com a qualidade que o momento exige.

Assim, ao discutir sobre a utilização das tecnologias digitais no espaço escolar, é preciso considerar que esta ferramenta está sendo utilizada, conforme esclarece Kenski (2012, p. 45) que as tecnologias “[...] provocam novas mediações entre a abordagem do professor,

a compreensão do aluno e o conteúdo a ser veiculado”. Isso certamente altera o comportamento de professores e alunos, levando-os ao melhor conhecimento.

Dentro do universo de tecnologias digitais, podemos citar algumas que podem ser utilizadas como aliadas ao processo de alfabetização e letramento, ressaltamos que as tecnologias a serviço da educação sozinhas não farão nenhum progresso, ou seja, não é somente utilizar a tecnologia no ambiente educacional, sem intencionalidade, é necessário previamente um planejamento, com objetivos claros do que se espera e que essa tecnologia venha contribuir para o processo de ensino-aprendizagem, mas, para que isso ocorra é preciso que o letramento digital do professor já esteja consolidado.

No processo de alfabetização e letramento podemos ter o computador que conectado a informática ou não, proporciona aos alunos uma aula mais dinâmica, sem fugir do objetivo e conteúdo ora previstos. Este, abre espaço para um número infinito de possibilidades, o que torna possível novas aprendizagens, sem contar que é uma tecnologia que muitas escolas possuem, desde que os laboratórios de informática estejam funcionando, pois muitos se tornam obsoletos por falta de manutenção.

O uso dos *softwares* enquanto tecnologia digital, possibilita aos alfabetizandos um processo de apropriação dos códigos iniciais da língua mediado por esses recursos tecnológicos, potencializa a leitura e a escrita. No entanto, eles devem estar fundamentados na proposta pedagógica da escola, assim, ele irão contribuir na construção e organização do raciocínio podendo refletir sobre a aprendizagem do aluno. Conforme Araújo (2018, p. 25), “os jogos educativos possibilitam um fácil acesso, e a maioria explora conceitos simples, como a curiosidade, a fantasia, o controle, a competição, o reconhecimento e a cooperação. É uma tecnologia que contribui para o letramento”. Todas essas tecnologias devem ser utilizadas e aliadas para proporcionarem um ambiente onde o aprendizado seja constante e ultrapasse os muros da escola, na verdade, eles já chegam a escola oriundo de fora, do meio social em que o aluno circula.

Sabemos que, a tecnologia evolui a uma velocidade espantosa, assim, fazemos referência como tecnologias digitais: o computador, os *softwares* educativos livres na Web, o *smartphone*, o *tablet*, e outros *softwares* educativos elaborados para essas tecnologias. Como *softwares* educativos livres na web encontramos os seguintes: Ache a palavra que é um jogo, cujo objetivo é encontrar as letras corretas para formar a palavra indicada, sem esquecer do tempo que é muito importante caso queira completar o desafio, a pessoa deve seguir a busca digitando, “ache a palavra”. Ressaltamos que, a descrição desses jogos é encontrada diretamente da Internet. Já Ordem alfabética é um jogo, como o próprio nome sugere consiste em ordenar as palavras em ordem alfabética. As palavras correspondem a nomes de animais. As crianças identificam a primeira letra de cada palavra, depois clicam e arrastam o nome para que as palavras sejam ordenadas alfabeticamente, de A a Z, de cima para baixo. O jogo: nome dos alimentos para os alunos que estão iniciando a alfabetização, é desafiador, pois elas precisam compreender que não é qualquer letra que forma uma certa palavra. Funciona da seguinte forma: a criança escolhe uma carta e tenta descobrir quais das letras em destaque servem para formar o nome do alimento que o personagem está segurando. O jogo, pode ser reproduzido para ser manual, basta confeccionarmos as letras necessárias em EVA e desenharmos ou colarmos as imagens em cartolina.

Figura Letras: é um jogo que estimula o raciocínio a concentração e a atenção, são ao todo 26 letras e 26 figuras, espalhadas e o participante em uma tentativa vira duas peças para formar pares, ou seja, a primeira letra do nome da figura, se não formar figuras, ficam viradas para um outra tentativa. **O jogo:** Forma palavra, tem como objetivo desenvolver a linguagem verbal e oral da criança, introduzi-la ao convívio social, estabelecendo a discriminação de valores, julgamento, comunicação, convívio e cooperação. Ele pode ser jogado de três formas diferentes, associação de letras, jogando com a sorte e formando palavras.

Por fim, a Fábrica de Palavras é um jogo que convida a criança a completar e formar palavras e formular hipóteses sobre a escrita. É um desafio onde deverão refletir sobre a grafia de palavras, relacionando novos conhecimentos aos que já possuem. Ao final, uma brincadeira onde deverão controlar o robô para desviar dos objetos e capturar as letras que formam a palavra.

Moran (2013, p. 3), fundamenta o uso dos jogos com recursos didáticos ao esclarecer que *“os jogos cada vez estarão presentes nesta geração e conteúdos mais digitais, como atividades essenciais de aprendizagem. Jogos colaborativos, individuais, de competição, de estratégias, estimulantes e com etapas e habilidades bem definidas”*. Já sobre softwares para baixar, podemos citar: o Hagáquê que segundo Araújo (2018, p.31), aponta possibilidades pedagógicas que aliam os processos de alfabetização e letramento. Soares (2003, p. 14), fundamenta que [...] a criança é capaz de descobrir por si mesma as relações fonema–grafema, em sua interação com material escrito e por meio de experiências com práticas de leitura e de escrita.

Pode-se, dizer que, no primeiro caso, privilegia-se a alfabetização, no segundo caso, o letramento. O aplicativo Embaralhado pode ser baixado e é um recurso com proposta objetiva à alfabetização, pois embaralha as letras, o usuário coloca em ordem para formar palavras, cuja imagem se encontre destacada. O que se espera, na verdade, é que as novas tecnologias sejam usadas pelo professor de forma ponderada no que confere ao processo de alfabetização e letramento, a fim de que essa tecnologia propicie ao aluno um aprendizado crítico e social.

2.3. Os docentes frente aos desafios tecnológicos

No processo de alfabetização e letramento nas séries iniciais do ensino fundamental, são encontrados muitos desafios pelos professores, e para auxiliar nesse processo são necessários vários recursos didáticos e pedagógicos, atividades diferenciadas, além de jogos e propostas que impulsionem o avanço de nível alfabético, auxiliando na escrita, leitura e oralidade.

Como já discutimos, na seção anterior, o uso da tecnologia digital é uma opção viável, conforme Moran (2013, p. 4), capaz de aliar os conteúdos escolares ao interesse dos alunos, modificando a forma de ensinar e de aprender, trazendo uma nova visão e uma nova forma de educação, principalmente nas séries iniciais.

Quanto menor é o aluno, mais práticas precisam ser as situações para que as perceba como importante para ele. Contudo, a utilização dessa tecnologia não pode ser usada de forma isolada, a ela devem estar interligadas outras atividades, e em diversos momentos para potencializar a aprendizagem de leitura e da escrita por meio de diferentes ferramentas,

bem como de um espaço que produza novos modos de se relacionar com a aprendizagem da língua, além de propiciar uma comunicação interativa.

No contexto atual, podemos observar que um dos desafios educacionais mais importante, segundo Kenski (2012, p.18), diz respeito ao fato da escola “*adaptar-se aos avanços das tecnologias e orientar o caminho de todos para o domínio e a apropriação crítica desses meios*”.

Como já reforçado, anteriormente, as tecnologias colocam o aluno em contato com atividades dinâmicas e com fontes de conhecimento em uma relação intensa com a informação e a aprendizagem. *Conforme Silva e Silva (2020, p. 230),*

“Essa nova relação com o saber desafia a escola, no geral, e mais especificamente os professores, principalmente aqueles ancorados em práticas tradicionais de ensino, a (re) pensarem seus papéis e trabalhos, de modo a atenderem as demandas formativas do aluno imerso no mundo tecnológico.

Compreendemos, pelo exposto, que o repensar é necessário, mas muitos problemas permeiam a educação, dentre elas a má qualidade da formação docente e falta de políticas que incentivem a formação continuada desse docente para atuar em uma escola que seja tão atrativa quanto outras fontes de conhecimento à disposição do aluno da sociedade tecnológica.

Nesse sentido, concordamos com Silva e Silva (2020, p. 231), quando apontam que “*a escola e o professor do século XXI, são desafiados a reconfigurarem a sua atuação no contexto altamente tecnológico que integra a vida do estudante*”. Afinal, a maioria das crianças já traz algum conhecimento tecnológico para a escola.

Isso é necessário, porque fora da escola, a tecnologia oferece a todas as pessoas, em particular aos alunos, um vasto campo de informações de forma tão atrativa, que a escola sem isso, já não atrai e nem seduz esse aluno para suas salas, muito menos para aprenderem por meio de métodos tão arcaicos.

Assim sendo, Silva e Piccoli (2018, p. 5), chamam a atenção para o fato de que a “*tecnologia por si só não supre as necessidades educacionais em sua totalidade. É preciso, também, haver por parte dos docentes uma prática inovadora que busque instigar os alunos a se tornarem pesquisadores, contribuindo com o desenvolvimento do aprendizado como um todo*”.

Contribuindo com isso, Kenski (2012), declara que as tecnologias não substituem o professor nem extinguem a profissão, porém, é preciso que ele esteja qualificado e seja competente o suficiente para lidar com as mudanças e os desafios educacionais provocados em decorrência do avanço tecnológico. *Nesse sentido, Lévy (2009, p. 171), dinamiza ao dizer que:*

“Não se trata de usar as tecnologias a qualquer custo, mas sim de acompanhar consciente e deliberadamente uma mudança de civilização que questiona profundamente as formas institucionais, as

mentalidades e a cultura dos sistemas educacionais tradicionais e sobretudo os papéis de professor e de aluno.

Entendendo que frente aos avanços tecnológicos, o professor tem um papel fundamental, que é o de criar uma ponte entre o ensino e a tecnologia. Porém, não pode ensinar o que não sabe, deve, portanto, procurar uma qualificação pessoal e profissional, a fim de poder estar apto a atuar frente ao avanço tecnológico. Assim, Silva e Piccoli (2018, p. 5), ressalta que o docente deverá buscar especialização, na sua formação acadêmica e na área tecnológica, para manuseá-la de forma precisa e coesa, fazendo dois caminhos se encontrarem e se fundamentarem ao ensinar, pois, somente assim, poderá desempenhar bem seu papel diante da evolução.

Essa busca pela atualização na formação docente, onde o professor deve estar antenado com o avanço da tecnologia é justificada por Lévy (2009, p. 159), também reitera ao afirmar que *“hoje, a maioria dos saberes adquiridos no início de uma carreira ficam obsoletos no final de um percurso profissional, ou mesmo antes”*.

Lévy (2009), reitera que uma técnica se torna obsoleta antes mesmo de adquirirmos o domínio sobre ela. Levando em consideração o que dispõe esse filósofo as tecnologias são produtos de uma sociedade e de uma cultura, e, se são culturais, interessam à escola, com isso, há a necessidade de formação e aprendizagem para toda a vida, que deve ser efetivada adequadamente no espaço escolar.

Seguindo esse mesmo pensamento, Kenski (2007, p. 47), sinaliza que na atualidade e com *“as mudanças contemporâneas advindas do uso das redes transformaram as relações de poder. As pessoas precisam atualizar seus conhecimentos e competências periodicamente, para que possam manter qualidade em seu desempenho profissional”*.

Isso impõem aos docentes a necessidade de atualização e mudanças nas formas de ensinar e aprender no âmbito escolar, afinal, o próprio professor deve ter o conhecimento de que o conhecimento se exaure, envolvido pela evolução desenfreada de informações, o que o força a se informar do que passa ao seu redor, para que não fique para trás no conhecimento.

Que a aprendizagem nos últimos anos tem como aliada as tecnologias digitais no que diz respeito ao auxílio na alfabetização e letramento já deixamos claro, visto que seu acesso amplia às informações e a liberdade de explorar um mundo virtual, e na interação e comunicação com o mundo.

Nesse contexto, Perrenoud (2000, p. 128), destaca que, *“formar para as novas tecnologias é formar o julgamento, o senso crítico, o pensamento hipotético e dedutivo, as faculdades de observação e de pesquisa, a imaginação e a capacidade de memorizar e classificar”*.

Contraditoriamente, há uma lacuna a ser preenchida pelos docentes em seus desafios frente aos recursos tecnológicos, visto que, eles não foram criados neste contexto, isto é, há um distanciamento tecnológico entre alunos e professores, neste contexto, Prensky (2001, p.1- 2) explicita o que vem a ser os nativos digitais e os imigrantes digitais:

 Nossos estudantes de hoje são todos “falantes nativos” da linguagem digital dos computadores, vídeo games e internet. Então o que faz o

resto de nós? Aqueles que não nasceram no mundo digital, mas em alguma época de nossas vidas, ficou fascinado e adotou muitos ou a maioria dos aspectos da nova tecnologia são, e sempre serão comparados a eles, sendo chamados de Imigrantes Digitais.

Colaborando, Araújo (2018, p. 22), explica que é nesse contexto que se encontra um desafio no processo de alfabetização e letramento por meio das tecnologias digitais, pois os professores da contemporaneidade são “*imigrantes digitais*”, pois segundo Prensky (2001), eles não nasceram no mundo digital, por mais que tenham acesso, não possuem a mesma fluidez que os alunos nativos digitais.

Entretanto, o professor não precisa abandonar o seu método tradicional em um único ato, ele pode oferecer um ensino eficiente ao aluno desde que intercale os recursos tecnológicos, ou seja, o letramento informacional que são os dispositivos tecnológicos digitais com os recursos tradicionais como livros, quadro ou lousa, entre outros.

Para equilibrar o uso desses dois tipos de recurso, precisa, como já frisado, de formações para essa utilização, tendo em vista que os alunos possuem a prática do manuseio das novas tecnologias, enquanto que o professor possui a teoria e a didática, isto é, a formação inicial que não contempla o letramento digital.

Sendo assim, como uma formação específica e o planejamento adequado esses novos recursos podem fazer parte da prática pedagógica. Nesse contexto, Gomes (2019, p. 8), pontua que:

“*a formação continuada é fundamental para ampliar o letramento digital entre professores e possibilitar que os mesmos não só ensinem seus alunos a manusear o computador, mas que entendam as contribuições que as mídias podem ter no processo de alfabetização e que o domínio dos recursos tecnológicos são práticas sociais que permeiam a vida em sociedade.*”

Em contribuição ao exposto, Nóvoa (2001, p. 16), destaca que “*(...) para atender novas exigências da profissão, o docente necessita de atualizações constantes.*” Essas atualizações, na verdade, sempre foram necessárias nesta profissão, independente de usarmos ou não os meios tecnológicos (MIRANDA, 2020, p. 3).

Isso porque o professor trabalha com pessoas que estão em pleno processo de produtividade e novos conhecimentos, desse ponto parte a necessidade de buscar novos meios para conseguir atender da melhor forma as necessidades de cada aluno, auxiliando assim, na sua aprendizagem, posto que a articulação entre ensino e aprendizagem com as novas tecnologias oferece muitas possibilidades de ampliação de novas práticas pedagógicas alfabetizadoras.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Para a fundamentação desse estudo fez-se a opção por desenvolver uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa. Segundo Severino (2017, p. 93) *“a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc”*. Para Lakatos e Marconi (2003, p. 183 *“[...] a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”*.

De posse da definição do tema, foi possível chegar a uma delimitação, com isso, o próximo passo foi o levantamento bibliográfico realizado através de buscas no catálogo de teses e dissertações da capes e através dos títulos no banco geral da internet que direcionava para periódicos científicos como **SciELO**, **Doceru** e repositórios de algumas de universidades.

O corpus de dados selecionados para este estudo foi composto por algumas produções científicas sobre o tema, publicadas a partir de 1999 a 2022. Dentre elas, temos: seis livros, três artigos, uma dissertação e uma tese. Por ter como um dos objetivos o mapeamento das tecnologias digitais, foram também utilizadas para essa pesquisa duas monografias e três textos de anais de um evento. As fontes bibliográficas selecionadas tinham como tema central o estudo do processo de alfabetização e de letramento mediados por tecnologias digitais.

Como principais autores selecionados neste estudo, destacamos as obras de: Soares (2003), Kleiman (2007), Val (2006) Cagliari (2009), autores que abordam os conceitos de alfabetização e letramento. Moran (2013), Lévy (2009), Kenski (2007), autores que tratam sobre a evolução das tecnologias digitais. Freire (2002), Perrenoud (2000), Gomes (2019) são autores que tratam sobre a atuação docente e Lakatos e Marconi (2003) e Severino (2017), como autores que orientam a metodologia científica desta pesquisa.

Após a seleção do material bibliográfico, foram feitas as seguintes leituras, a exploratória, depois a seletiva, a fim de identificar as obras que tinham relevância para este trabalho. Depois, fizemos a leitura criteriosa dos aspectos importantes para a pesquisa, e finalmente realizamos a leitura interpretativa dos dados coletados.

Organizou-se os dados coletados a partir das informações que pudessem ser aplicadas ao tratamento necessário para darem respostas ao problema proposto, por isso, levamos em conta as exigências da organização, do fichamento que se deu por meio das tecnologias digitais. Assim, os dados foram selecionados, descritos e organizados com base na concepção de letramento e alfabetização dos autores que fundamentaram a pesquisa.

4. RESULTADOS E ANÁLISES.

Após a análise e a exposição da temática sobre vários ângulos do avanço tecnológico sobre a alfabetização e o letramento, discorrendo sobre a árdua missão dos docentes em alfabetizar alunos digitais, pois estes já vem à escola, tendo contato com as mídias, observou-se alguns fatores comuns em toda a revisão bibliográfica, que serão explicitados.

O primeiro fator é que nos últimos anos, houve um crescente aumento no número de usuários das novas tecnologias digitais, especificamente nos centros urbanos mais desenvolvidos, isto ocorre muito pelo fato do crescimento da oferta de aparelhos multimídias que propiciam entretenimento, lazer e conhecimento de mundo.

Um outro fator, muito importante, aponta que também devido a esta enorme disseminação de tecnologia digital, torna-se perfeitamente pertinente o uso dela no ambiente escolar, trazendo uma melhor qualidade no processo de letramento e alfabetização dos alunos.

De acordo **(Moran, 2005)**, As mídias bem utilizadas no ambiente escolar, desenvolvem um entendimento crítico e criativo, aperfeiçoando os métodos que se utiliza para ensinar e aprender.

Observamos que essas formas de tecnologias, isoladamente, não determinam a aprendizagem do indivíduo, e, nesse contexto, o professor é um ente importante, e, para isso, deve, periodicamente, buscar qualificação, a fim de conhecer novas metodologias de ensino, aliadas ao avanço tecnológico, para educar ao aluno.

Assim, com essa sua busca pela inovação, estará sendo o instrumento para o aluno angariar saberes, pois essas tecnologias podem e devem ser usadas pelos educadores como ferramentas de ensino, mas o educador terá que oferecer ao educando as condições de pensar, de produzir, de descrever, de reconstruir e de materializá-las **(SILVA; PICCOLI, 2018, p. 5)**.

Outro fator observado é o de que toda essa tecnologia digital disponível, sem uma capacitação docente, de nada adiantará para o processo ensino-aprendizagem, pois se tornará obsoleto. Portanto, o profissional da educação deve estar em constante qualificação para não ser surpreendido e não passar por situações constrangedoras.

Até porque, de acordo com o que diz Gomes **(2019, p. 15)**, a formação continuada contribui para a implementação de práticas pedagógicas inovadoras, ainda mais quando as instituições possuem recursos digitais, tornando possível a capacitação necessária para que os docentes saibam usar.

5. CONCLUSÃO

A discussão sobre os processos de alfabetização e letramento nas séries iniciais do ensino fundamental, bem como o desafio dos docentes frente aos recursos tecnológicos a serem utilizados nesses dois processos, por meio da revisão da literatura é uma temática que diversos autores vêm tratando constantemente, apontando a frequência e finalidades de sua utilização por professores e alunos.

Neste estudo, os questionamentos foram respondidos, e os objetivos alcançados, para isso, alguns pontos fundamentais quanto ao uso da tecnologia digital na promoção da alfabetização e letramento nas séries iniciais do ensino fundamental, podem ser destacados, um deles é a urgência necessária de se construir um ambiente dinâmico e divertido do ponto de vista das crianças, a fim de chamar maior atenção para o aperfeiçoamento da linguagem e aquisição da leitura e escrita, não só na alfabetização, mas também no letramento,

praticam atividades de jogos, brincadeiras, músicas, e utilizam aparelhos digitais móveis para várias funções, o que culminam na consolidação da leitura e escrita.

Outro ponto, presente como um dos maiores desafios de ensinar em uma sociedade que evolui rapidamente, e que apresenta a tecnologia como uma das formas de alcançar uma educação de qualidade, que são as capacitações e formações continuadas que os professores precisam para utilizar os recursos tecnológicos no ensino. Isso porque existem vários programas desenvolvidos com fins educativos, entretanto, faltam parâmetros para orientarem os professores na aplicação deles dentro do contexto pedagógico em sala de aula.

Também destacamos que as tecnologias não substituirão o professor, mas é necessário que ele se aproprie dos recursos que as ferramentas podem ofertar de modo a contribuir com o seu trabalho e criar formas eficientes de utilizá-las no processo de alfabetização e letramento.

Destacamos, ainda, que na revisão de literatura é consenso que o uso das tecnologias sem um fim específico não alcança resultado nenhum. Porém, se essas ferramentas digitais forem utilizadas a partir de uma ação planejada e sistemática do professor, podem ser importantes aliadas para uma aula prazerosa e dinâmica, além de oferecer um aprendizado significativo.

Consideramos, por fim, que as tecnologias digitais evoluem sempre, é provável que os exemplos tecnológicos citados já tenham sido substituídos por outros mais desenvolvidos e mais úteis. Assim, a pesquisa não encerra aqui, outras avançarão ainda mais nesta temática.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Simone Alves de. **Alfabetização e letramento de crianças com tecnologias digitais**. 2018, 40f. Monografia (Graduação em pedagogia) Universidade Federal da Paraíba- João Pessoa. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/14184?locale=pt>. Acesso em 20 dez. 2022.
- AVELINO, Wagner Feitosa; VERDAM Letícia Lauer. **Alfabetização e Letramento: no processo de ensino e aprendizagem**. Principia (João Pessoa), v. 55, p. 77-85, 2021.
- CAGLIARI, Luis Carlos. **Alfabetizando sem o bá-bé-bi-bó-bu**. São Paulo. Scipione, 2009. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2004.
- GOMES, Eliana Maria. **Importância da Formação Continuada para Alfabetização e Letramento Digital**. Dspace Mídias alfabetização e letramento digital. 17 abr.2019. Disponível em: <<http://dspace.nead.ufsj.edu.br/trabalhospublicos/handle/123456789/389>>. Acesso em: 20 dez. 2022.
- KENSKI, Vani Moreira. **Educação e Tecnologia: o novo ritmo da Informação**. Campinas. São Paulo: Papyrus. 2007.
- KENSKI, Vani Moreira. **Educação e Tecnologias o Novo Ritmo da Informação**. 7ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2011.
- KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 9. ed. São Paulo: Papyrus, 2012.
- Kleiman, Angela B. **Preciso “ensinar” o letramento? Não basta ensinar a ler e escrever?** Cefiel/Unicamp & MEC, 2007.
- KLEIMAN, A. **Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura**. 16 ed. São Paulo: Pontes Editoras, 2016.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. (Trad. Carlos Irineu da Costa). São Paulo: Editora 34, 2009. MIRANDA, Fabiane Gonçalves Peres. **Letramentos e os desafios do professor no século XXI**. 2020. Artigo (especialização em Gestão do Currículo na Formação Docente). Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.
- MORAN, José. **Mudar a forma de ensinar e de aprender: Transformar as aulas em pesquisa e comunicação presencial-virtual**. Revista Interações, São Paulo, 2009. vol. V, p.57-72.
- MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. Campinas: Papyrus, 2007.
- MORAN, José Manuel. **Desafio que as tecnologias nos trazem**. Do livro novas tecnologias e mediação pedagógica. Papyrus, 21ª ed., 2013, p. 30-35.
- NÓVOA, Antônio. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2001.
- PERRENOULD, Philippe. **10 novas competências para ensinar**. Convite à viagem. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre, Artimed, 2000.
- PRENSKY, M. **Digital Natives, Digital Immigrants**. Traduzido por Roberta de Moraes Jesus de Souza. MCB University Press, v. 9, n. 5, 2001.
- RIOS, Zoé; LIBÂNIO, Márcia. **Da escola para casa: alfabetização**. Belo Horizonte: RHJ, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico] 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, Rosângela Trabuço Malvestio da; PICCOLI, Denise Fujihar. **O Professor, a Mediação e as Tecnologias da Informação e da Comunicação no Processo de Ensino e Aprendizagem**. CIET:EnPED, maio. 2018. ISSN 2316-8722. Disponível em: < <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2018/article/view/446>>. Acesso em: 21 dez. 2020.

SILVA, Alcinéia de Souza; SILVA, Klever Corrente. **Alfabetização e letramento tecnológicos do professor: potencialidades e desafios**. Revista Atos de Pesquisa em Educação / Blumenau, v.15, n.1, p.226-253, jan./abr. 2020.

SOARES, Magda, **Letramento e alfabetização: as muitas facetas, 2003**. Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita.

SOARES, Magda. (2004) **“Alfabetização e Letramento: Caminhos e descaminhos”**. Revista Pedagógica Artmed.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

VAL, Maria da Graça Costa. O que é ser alfabetizado e letrado? 2004. In: CARVALHO, Maria Angélica Freire de (org.). **Práticas de Leitura e Escrita**. 1. Ed. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

Perspectivas de Docentes da Língua Inglesa Acerca do Ensino Remoto Exigido Durante Pandemia Pelo Sars-Cov-2

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Ludmila Chagas Monteiro Farias
Discente do curso de Letras Português-Inglês -
Complementação Pedagógica

RESUMO:

Embora tenham se passado apenas cerca de dois anos e meio desde que o vírus SARS-CoV-2 infectou milhares de pessoas, há inúmeras produções acadêmico-científicas a respeito do assunto. O viés dos efeitos do distanciamento social, por sua vez, apresenta diversos enfoques, dentre eles, a realidade do ensino remoto, que se tornou indispensável, até que a população aprendesse um novo modo de vida e que algumas vacinas fossem criadas. Assim, o presente estudo tem como objetivo refletir sobre impactos do ensino remoto em docentes da Língua Inglesa durante a pandemia pelo SARS-CoV-2. Foi realizada uma revisão de artigos científicos e trabalhos de conclusão de curso originais, utilizando os descritores: “Docente”, “Língua inglesa”, “perspectiva”, “ensino remoto” e “COVID-19”. Critérios de inclusão e de exclusão foram aplicados. Em sua totalidade, as pesquisas mostram os docentes participantes sentiram dificuldades para aprender e se adaptar às tecnologias digitais, tendo em vista a urgência em questão. Conclui-se que devem ser criadas políticas públicas voltadas para a garantia de acesso internet de qualidade, bem como de computadores e/ou smartphones para docentes e discentes cuja condição econômica não permite que os adquiram, porque a próxima experiência, caso ocorra, será menos desafiadora e com menos perdas no ensino/aprendizagem.

Palavras chave: Docente. Ensino. Língua Inglesa. Pandemia. Covid-19.

ABSTRACT:

Although it has only been about two and a half years since the SARS-CoV-2 virus infected thousands of people, there are numerous academic-scientific productions on the subject. The bias of the effects of social distancing, in turn, presents several approaches, among them, the reality of remote teaching, which became indispensable, until the population learned a new way of life and that some vaccines were created. Thus, the present study aims to reflect on the impacts of remote teaching on English language teachers during the SARS-CoV-2 pandemic. A review of scientific articles and original course conclusion works was carried out, using the descriptors: “Teacher”, “English language”, “perspective”, “remote teaching” and “COVID-19”. Inclusion and exclusion criteria were applied. In its entirety, the surveys show that the participating teachers had difficulties in learning and adapting to digital technologies, given the urgency in question. It is concluded that public policies should be created to guarantee quality internet access, as well as computers and/or smartphones for teachers and students whose economic condition does not allow them to acquire them, because the next experience, if it occurs, will be less challenging and with less losses in teaching/learning.

Keywords: Teacher. Teaching. English language. Pandemic. Covid-19.

1. INTRODUÇÃO

O vírus **SARS-CoV-2** causa a doença mundialmente conhecida como **COVID-19**, responsável por um significativo número de acometidos, muitos dos quais foram a óbito. A prevenção, inicialmente, foi o isolamento social, bem como o uso de máscaras e de álcool a 70%, por aqueles que precisavam sair para trabalhar. Nesse contexto, as escolas não tiveram escolha, porque, independentemente do número de alunos, todos precisaram fazer parte de aulas remotas, o que justifica a escolha pelo tema.

Desse modo, o presente estudo – intitulado “*Perspectivas de docentes da língua inglesa acerca do ensino remoto exigido durante pandemia pelo SARS-CoV-2*” – é importante para acadêmicos dos Cursos de Licenciatura em Inglês e Português-Inglês, bem como para docentes da Língua Inglesa em escolas e em Cursos de Idiomas, pois pode mostrar, a partir dos desafios apontados por docentes, que existem soluções para os impasses decorrentes de crises. O tema também é relevante para diretores, coordenadores e supervisores escolares, assim como para professores, pais e responsáveis pelos alunos e pelos pupilos, respectivamente.

Ao considerar imposições pela referida pandemia, quanto às aulas síncronas, destacam-se pontos como: garantir que os estudantes se mantivessem atentos, uma vez que, na maioria dos casos, participaram das aulas em suas respectivas moradias, de modo que podiam se sentir muito à vontade para se ausentar quantas vezes quisessem. Outra possível realidade é de que evitavam constrangimento quanto a algumas situações relacionadas às aulas de Inglês, dentre outras: condição da moradia, situação na disciplina, não saber utilizar as tecnologias, timidez. Em se tratando de famílias de baixa renda, a questão era dos alunos não possuírem computador ou *smartphone*, indispensáveis para o ensino remoto. Tratam-se, portanto, dos aspectos que se busca responder no presente estudo.

Assim sendo, o principal objetivo desta pesquisa é refletir sobre impactos do ensino remoto em docentes da Língua Inglesa durante a pandemia pelo **SARS-CoV-2**. Quanto aos objetivos específicos são: descrever, resumidamente, acerca da pandemia pelo **SARS-CoV-2**; apresentar os estudos originais sobre a perspectiva de docentes de Língua Inglesa relacionada às aulas síncronas; destacar os resultados desses estudos.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, descritiva, a partir de um levantamento de artigos e de trabalhos de conclusão de curso originais, utilizando-se os seguintes termos, indexados no **Google Acadêmico – Google Scholar** – e na **Scientific Electronic Library Online (SciELO) – Biblioteca Eletrônica Científica Online**: “*ensino remoto*”, “*Inglês*”, “*impactos*”, “*docente*”, “*perspectiva*”. Os critérios de inclusão foram: artigos científicos originais, monografias, dissertações e teses, em Língua Portuguesa, disponíveis na íntegra e gratuitamente, publicados nos anos 2020, 2021 e nos quatro primeiros meses de 2022, referentes ao tema da pesquisa, de modo a contribuir para o alcance dos objetivos da mesma. Assim, artigos e dissertações duplicados foram excluídos. Além dos autores desses estudos, **os autores citados são**: Moreira e Schlemmer (2020), Selwyn e Jandrić (2020), Cordeiro (2020), Ferraz (2018), Feijó e Mukai (2014), Phipps e Borg (2009), Marcuschi (2010), Marcelo (2009), Barcelos (2006) e Nóvoa (1992).

2. A PANDEMIA PELO SARS-COV-2: BREVES CONSIDERAÇÕES

Embora a origem da pandemia pelo **SARS-CoV-2** venha sendo investigada por pesquisadores da Organização Mundial da Saúde (**OMS**) desde maio de 2020, apenas hipóteses vêm sendo apresentadas e a mais plausível delas é atribuída à transmissão de um morcego infectado para um mamífero intermediário, e dele para o ser humano. O que se sabe, de fato, é que tudo começou na China, na cidade de Wuhan, em dezembro de 2019 (**INSTITUTO BUTANTAN, 2022**). Quando, na primeira semana de 2020, autoridades chinesas alertaram o mundo sobre um sétimo tipo de coronavírus, já havia centenas de pessoas infectadas, o que logo aumentou para milhares.

Desse modo, as pessoas não infectadas foram obrigadas a mudar o modo de vida, principalmente no início, porque não havia políticas públicas, até que Decretos passaram a surgir determinando, isolamento social, toque de recolher e, a depender do número de infectados e de óbitos, confinamento. As mídias passaram a orientar sobre a indispensabilidade da correta higienização das mãos, bem como do uso de álcool a 70% e de máscaras. Conforme Soares (**2021**), apenas poucos países não apresentaram casos de **COVID-19**, porque são situados em ilhas remotas, porém, sofreram impacto econômico devastador. Quanto ao ensino – a exceção nos poucos países – não podia ser presencial, porque as aglomerações podiam ser fatais.

Todavia, mutações do **SARS-CoV-2** têm surgido em diferentes países. No caso brasileiro, a variante Gama (**P.1**) foi identificada em Manaus/**AM**, tornando-se a principal no país, desde que chegou a São Paulo e se disseminou para outros Estados. Trata-se de uma das Variantes de Preocupação, por serem mais transmissíveis e causarem infecções mais graves de **COVID-19**. As mutações ocorrem porque, além de ser da natureza dos vírus evoluírem, eles encontram ambientes para isto, principalmente, se o organismo do indivíduo tiver o material genético do vírus (**INSTITUTO BUTANTAN, 2021**).

Assim, devido ao rastro de destruição que o **SARS-CoV-2** deixava, criaram vacinas em tempo recorde, sobretudo a Rússia, o primeiro país a anunciar a conclusão de parte dos testes clínicos em 13 de julho de 2020 e que divulgou a disponibilização para janeiro de 2021, o que foi questionado por especialistas, porque não teriam completado a **Fase 3 (final)** do estudo (**AGÊNCIA BRASIL, 2020**). Atualmente, existem mais de duzentos imunizantes sendo pesquisados e catorze aprovados (**OLIVEIRA, 2021**).

3. PERSPECTIVAS DE DOCENTES DE INGLÊS SOBRE O ENSINO REMOTO DURANTE A PANDEMIA PELO SARS-CoV-2

Neste item, encontram-se conceitos referentes ao tema proposto, assim como destaques dos estudos selecionados. Do total de 205 publicações encontradas nas bases de dados, depois da seleção por título, resumo e objetivo principal, consideraram-se nove trabalhos, resumidos na **Tabela-1 (APÊNDICE)**.

O ensino remoto emergencial (**ERE**) foi uma medida temporária adotada para atender às exigências educacionais dos discentes e docentes em distanciamento físico, de acordo Moreira e Schlemmer (**2020**), e Alves (**2020**). Conforme esses autores, “*ensino remoto*”

consiste em uma modalidade que implica professores e alunos separados fisicamente, em que tecnologias digitais mediam currículos, conteúdos adotados, metodologias e práticas pedagógicas, sem modificações do modelo presencial, porém, ocorrem remotamente, ou seja, *online*. Ainda segundo os mesmos autores:

“O processo é centrado no conteúdo, que é ministrado pelo mesmo professor da aula presencial física. Embora haja um distanciamento geográfico, privilegia-se o compartilhamento de um mesmo tempo [...]. A comunicação é predominantemente bidirecional, do tipo um para muitos, no qual o professor protagoniza vídeo-aula ou realiza uma aula expositiva por meio de sistemas de webconferência (MOREIRA; SCHLEMMER, 2020, p. 9).

Entretanto, organizações, indústrias e empresas, antes da pandemia por **SARS-CoV-2**, já se reúnem através de webconferências, mas, devido ao contexto em questão, adquire novo significado no campo da educação nos mais diversos países. As plataformas comumente utilizadas pelas escolas são **Teams da Microsoft, Google Meet e Zoom (ALVES, 2020)**.

O estudo de Santos (2020) mostra que, embora os docentes tenham enfrentado impacto inicial, que consistiu em conhecer os recursos e como incluí-los em seu planejamento, adequando-os ao ensino-aprendizagem, eles se adaptaram gradualmente. Os participantes da pesquisa acompanham os processos formativos das instituições e são auxiliados por estudos autômatos na superação desses novos desafios, sobretudo aqueles que dizem respeito a recursos e interfaces que auxiliam as aulas. Todavia, dois problemas se destacaram: problemas de conexão e participação dos alunos nas aulas ainda demandam soluções. Já os aspectos positivos do **ERE** foram: descoberta de novas interfaces, atualização das práticas de cultura digital, e mais uso de recursos lúdicos (**vídeo, músicas e jogos**).

Ressalte-se que as desigualdades socioeconômicas enfrentadas pela grande maioria do povo brasileiro justificam o fato de que muitos alunos não tinham os recursos tecnológicos, porque nem todos têm um *smartphone* ou um computador e/ou conexão de qualidade, todos indispensáveis para o **ERE (BRASIL, 2020; CORDEIRO, 2020)**.

Em termos semelhantes, participantes da pesquisa realizada por Silva (2020) apontam que nem todos os alunos participam das aulas, em dois contextos: aqueles que não se faziam presentes nas aulas *online* e aqueles que, embora se destacassem nas aulas presenciais, não eram participativos e sequer, buscavam as atividades que passaram a ser encaminhadas por e-mail. Outros desafios apontados no estudo são: a falta do contato direto com os docentes, o que dificulta saber como o aluno está interagindo com a explicação do conteúdo; a necessidade dos docentes aprender sobre tecnologias digitais; a falta de recursos (**espaço, iluminação, câmera e lousa**) que aproximem e motivem mais os estudantes. Mas, diferente do que mostra o estudo de Souza (2020), os participantes disseram que o trabalho com lúdico exige mais possibilidades. Em termos positivos, os participantes destacam a capacidade de se reinventar em face das circunstâncias desafiadoras, a abertura a novas formas de trabalhar, a capacidade de vencer a timidez diante das câmeras, dentre outros.

A pesquisa da autoria de Feijó (2021) destaca que, embora nenhum docente entrevistado tenha tido experiência com ensino virtual antes da pandemia por **SARS-CoV-2**, foi possível perceber que, provavelmente por serem de uma geração mais habituada com tecnologias e mesmo por terem mais facilidade com ferramentas digitais, rapidamente eles se apropriaram do **ERE**, não demonstrando muita dificuldade. Quanto ao desafio apontado, fora nunca terem tido experiência, e por alguns crerem que talvez não fosse possível fazer a mesma abordagem das aulas presenciais. Contudo, notou-se que foi possível, pois, rapidamente, a franquia criou uma plataforma, de modo a garantir que as aulas fossem mais parecidas com as presenciais. De modo geral, os docentes desse estudo não apontaram maiores impactos, visto que contaram com total apoio (**recursos materiais, tecnológicos e intelectuais**) dos gestores da franquia.

Nesse sentido, percebe-se que se trata de uma franquia de curso de idiomas, a qual investiu para que a transição para o **ERE** ocorresse da melhor forma possível, diferentemente do que ocorreu com a maioria das escolas no Brasil, sobretudo as públicas, algumas das quais contaram com apoio de pessoas que agiram por conta própria e com uma sincera dedicação para que alunos continuassem no processo ensino/aprendizagem.

Os docentes entrevistados por Fernandes (2021) relataram que: a mudança para o **ERE** foi muito desafiadora, sobretudo porque tiveram que aprender a utilizar tecnologias digitais, sem tempo suficiente nem treinamento apropriado; não foi possível situar momentos de interação entre os discentes; ausência de expectativas frente ao possível rendimento oral dos alunos. Sobre este último ponto, os docentes permaneceram investindo na promoção da oralidade, o que sinaliza para um desacordo entre o que creem e praticam (**BARCELOS, 2006; PHIPPS; BORG, 2009**). No entanto, os participantes afirmaram entender a importância do uso da tecnologia para promover o trabalho da oralidade, o que é considerado por Paiva (2018). Quanto à necessidade de situar momentos de interação entre os discentes, Feijó e Mukai (2014) e Marcuschi (2010) consideram imprescindível para que a comunicação na Língua se estabeleça.

Na pesquisa realizada por Rosa (2021) durante a pandemia causada pelo **SARS-CoV-2**, os docentes entrevistados ressaltaram que a dificuldade foi logo superada, porque receberam todo suporte necessário da escola em que trabalhavam. Pelo fato dos alunos serem crianças, as docentes relataram que foi preciso recorrer a abordagens distintas a fim de que seus discentes participassem do processo ensino/aprendizagem. Nesse sentido, o uso restrito de apostila e de livro didático não era suficiente, visto que, para tornarem as aulas mais atrativas, os docentes precisavam elaborar materiais didáticos. Relataram, ainda, que tais situações consistirem em sobrecarrega e sentimentos resultantes de ansiedade, frustração e cansaço.

A esse respeito, Marcelo (2009, p. 7) assevera que:

“É a construção do eu profissional que evolui ao longo das suas carreiras. Que pode ser influenciado pela escola, pelas reformas e contextos políticos, e que integra o compromisso pessoal, a disponibilidade para aprender a ensinar, as crenças, os valores, o conhecimento sobre as matérias que ensinam e como as ensinam, as experiências passadas, assim como a própria vulnerabilidade profissional.

Já no estudo de Tonelli e Furlan (2021), os docentes participantes refletiram acerca de como o ensino de conteúdos estava relacionado às necessidades dos discentes. Pontuaram que a maior necessidade das crianças era se sentirem acolhidas, tendo seus sentimentos, desejos e angústias considerados e legitimados pelas professoras. Neste sentido, os docentes relataram como desafio a necessidade de ressignificar suas práticas pedagógicas, o que, segundo os autores, está em consenso com a proposta de educação linguística em línguas adicionais na infância. A esse respeito, Ferraz (2018, p. 108), afirma que *“pensar nos repertórios necessários para nos prepararmos epistemologicamente para o desenho de currículos e práticas pedagógicas”*; significa também, confirmando São Pedro (2016), refletir sobre as transdisciplinaridades que a Língua Inglesa pode abarcar.

Os docentes que participaram da pesquisa realizada por Ross *et al.* (2021) relataram, numa primeira etapa, realizada logo após a suspensão das aulas, alterações na rotina e na saúde mental dos mesmos, e preocupação com a saúde de familiares. Numa segunda etapa, a maioria dos docentes participantes afirmou que antes da paralisação das aulas presenciais nunca havia dado aulas a distância de forma remota, de modo que se sentiam pouco ou não preparados para o **ERE**. Na terceira e última etapa da pesquisa, os principais desafios apontados pelos docentes foram a falta de infraestrutura e a dificuldade com engajamento dos alunos. Os participantes empregaram diferentes estratégias e tecnologias para a realização do **ERE**, assim como ambientes virtuais de ensino e aprendizado (**AVEAs**), continuação do uso do material didático do Ensino Presencial, uso de objetos de casa, aulas síncronas, dentre outros. Muitas dessas foram adaptadas, por se tratar de outro ambiente, sem proximidade física e com o uso da tecnologia. Os docentes pontuaram que adquiriram novas habilidades e adaptaram algumas que já conheciam, o que consideraram proveitoso para o retorno das aulas presenciais, ou em outras fases em que seja necessário adotar o **ERE** novamente.

Na pesquisa realizada por Denardi *et al.* (2021), independentemente do contexto em que se encontravam inseridos, os docentes participantes apontaram a necessidade de realizar mudanças nas suas aulas para que se adaptassem ao **ERE**, uma vez que demanda o emprego de tecnologia virtual e mídias digitais, isto, considerando as transformações nos âmbitos social, econômico, cultural, político e educacional como um todo, durante a pandemia por **SARS-CoV-2**. Os autores consideram que a utilização de tecnologias digitais nas aulas de Língua Inglesa exige mais preparo dos docentes das diferentes escolas investigadas, de forma a contribuir diretamente para o melhoramento das aulas. Além disso, o legado do **ERE** imposto pela pandemia, é que as aulas devem permanecer presenciais, *“para que haja contato e interações entre todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, embora as tecnologias como recursos didáticos e pedagógicos se farão mais presentes no período pós-pandêmico”* (DENARDI *et al.*, 2021, p. 140).

Sobre o fato de que muitos pensaram como seria o *“novo normal”*, Selwyn e Jandrić (2020, p. 14) chamam de *“aceleração de lógicas pré-existentes”*. Trata-se de métodos e modalidades discutidas há anos, a exemplo do ensino personalizado, do ensino híbrido, da sala de aula invertida e outras metodologias ativas, que foram incorporadas rapidamente.

Pottmeier, Fistarol e Caetano (2021) realizaram uma pesquisa em que os docentes participantes, a maioria apontou que não foi muito difícil aprender nem se adaptar ao uso de tecnologias digitais, contudo, não contaram com computadores suficientes – alguns

relataram que seus respectivos computadores eram ultrapassados – nem com uma conexão de internet era de qualidade. **Para elas, conforme os autores: [para os docentes participantes] “[...] trabalhar remotamente com novos instrumentos tecnológicos, novas formas de interação verbal com os estudantes nas aulas de Língua Inglesa é um enfrentamento [...]” (POTTMEIER; FISTAROL; CAETANO, 2021).**

A esse respeito, Nóvoa (1992, p. 24) afirma que: “[...] a formação de professores pode desempenhar um papel importante na configuração de uma nova profissionalidade docente, estimulando a emergência de uma cultura profissional no seio do professorado e de uma cultura organizacional no seio das escolas”.

4. CONCLUSÃO

De acordo com o proposto neste artigo de revisão, é possível destacar perspectivas de docentes da Língua Inglesa no que diz respeito ao ensino remoto emergencial demandado pela pandemia causada pelo **SARS-CoV-2**. De modo geral, sabe-se que a pandemia causou danos emocionais e materiais a milhares de indivíduos, o que não se pode considerar separadamente da realidade vivenciada por docentes.

Entretanto, considerando a proposta deste estudo, a maioria das pesquisas colecionadas aponta que os docentes participantes sentiram dificuldades para aprender e se adaptar às tecnologias digitais, tendo em vista a urgência em questão. De fato, enquanto a grande maioria dos docentes de alguns países aprendia a lidar com as bruscas transformações, muitos alunos ficaram sem aulas escolares, porque o distanciamento social era indispensável proteção contra a **Covid-19**. Tornou-se urgente, por consequência, maiores investimentos por parte das autoridades federais, estaduais e municipais, assim como de proprietários de escolas particulares.

Alguns docentes participantes das pesquisas consideraram a dificuldade em garantir o ensino/aprendizagem da Língua Inglesa abrangendo crianças, no contexto da oralidade, em face do ensino online, destacando-se a falta de atenção e de motivação. Neste sentido, os docentes precisaram ressignificar o lúdico, visto que os livros didáticos e outros recursos não tinham efeito, por si só, à distância.

Portanto, se em tempo inábil, inúmeros docentes foram obrigados a aprender a lidar com tecnologias digitais, com a falta delas, com a falta de qualidade de recursos tecnológicos, com a falta de atenção e de interesse de alunos no contexto da pandemia por **SARS-CoV-2**, é importante que sejam criadas políticas públicas voltadas para a garantia de acesso internet de qualidade, bem como de computadores e/ou *smartphones* para docentes e discentes cuja condição econômica não permite que os adquiram, porque a próxima experiência, caso ocorra, será menos desafiadora e com menos perdas no ensino/aprendizagem.

APÊNDICE

Tabela 1: Apresentação da síntese das publicações da revisão da literatura

AUTORES/ARTIGO/ ANO	OBJETIVO	CONCLUSÃO
1. SANTOS, K.M. dos. A aula não é mais presencial, e agora? Tecnologias e experiências docentes em tempos de COVID-19 (2020).	Investigar as experiências educativas vivenciadas pelos professores e os seus posicionamentos ao terem que migrar suas aulas do contexto presencial para o ensino remoto, observando as principais problemáticas.	Apesar dos desafios do primeiro impacto com a nova modalidade, principalmente na descoberta e utilização de melhores recursos, como também problemas envolvendo formação, conexão e participação dos alunos nas aulas, estes vêm se adaptando gradativamente ao novo contexto.
2. SILVA, E. da. Ludicidade no ensino remoto: desafios e aprendizagens no ensino da língua inglesa durante a pandemia da COVID-19. (2020).	Investigar como dois professores de língua inglesa compreendem o trabalho com o lúdico no ensino remoto.	O uso da plataforma digital (Google Classroom) limita suas possibilidades e liberdade, tendo em vista que dominam os recursos desse contexto e conseguem efetivar uma participação maior dos alunos nas tarefas.
3. FEIJÓ, J.A. migração do ensino presencial para o emergencial remoto: uma experiência no ensino da língua inglesa. (2021).	Descrever e analisar aspectos envolvidos na migração emergencial do primeiro semestre de 2020, em uma escola de idiomas franqueada, situada na cidade de Gravataí, RS .	Esse período de pandemia também serviu como uma formação pedagógica obrigatória para que os professores soubessem como lidar no ambiente virtual, já que não haveria outra opção possível durante essa situação.
4. FERNANDES, M.B.S. O desenvolvimento da produção oral dos discentes durante aulas remotas na perspectiva docente: crenças, emoções e ações de professoras de língua inglesa da rede pública do Distrito Federal.	Investigar as crenças, emoções e ações de duas professoras de um Centro Interescolar de Línguas do Distrito Federal acerca do desenvolvimento da produção oral em língua estrangeira (inglês) de uma de suas turmas, a partir de aulas realizadas remotamente.	Ensinar remotamente foi grande um desafio, principalmente por terem de aprender a usar as ferramentas digitais e plataformas sem tempo hábil para realizar um treinamento adequado, mas o uso da foi importante tecnologia para promover o trabalho da oralidade.
5. ROSA, D.D. Experiências e percepções dos professores da educação infantil sobre o processo de ensino da língua inglesa na modalidade remota.	Refletir sobre as metodologias utilizadas pelos professores que lecionam inglês para o público infantil, os saberes necessários para lecionar inglês para esse público remotamente, o tipo de apoio recebido das instituições nas quais os professores trabalhavam, bem como seus sentimentos em relação a todas as exigências do momento pandêmico.	As aulas remotas devem ser aliadas às aulas presenciais, pois o convívio social traz inúmeros benefícios ao desenvolvimento da criança.
6. TONELLI, J.R.A.; KAWACHI-FURLAN, C.J. Perspectivas de professoras de inglês para crianças: (re)planejar, (re)pensar e (trans) formar durante a pandemia (Covid-19). (2021).	Analisar as perspectivas de professoras de inglês para crianças atuando no ensino remoto.	A ausência de aulas implica na descontinuidade do contato com a língua o que comprometeria a aprendizagem de inglês.

AUTORES/ARTIGO/ ANO	OBJETIVO	CONCLUSÃO
7. KAWACHI-FURLAN, C.J.; TONELLI, J.R.A. 'Na teoria a prática é outra?' Reflexões de professoras de inglês sobre as necessidades de crianças pequenas em contexto de ensino remoto. (2021).	Discutir se e como as professoras de inglês da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental ressignificaram suas práticas visando atender às necessidades de acolhimento das crianças.	Apontam para os ensejos das docentes com intuito de contemplar as necessidades das crianças e para as atitudes de acolhimento.
8. ROSS, A.D. et al. Ensino Remoto Emergencial durante a pandemia da COVID-19: A visão dos professores de escolas de línguas de Curitiba sobre o ensino com crianças. (2021).	Analisar como professores de escolas de língua inglesa de Curitiba utilizam o formato Ensino Remoto Emergencial (ERE) durante a pandemia da COVID-19, especificamente para alunos de 06 a 10 anos.	A ausência de certas interferências que ocorrem na modalidade presencial, como as conversas paralelas e discussões entre os alunos, foram pontos mencionados pelos professores, mas isso não impediu que houvesse outras interferências externas em suas próprias casas, como os pais observando as aulas o tempo todo.
9. DENARDI, D.A.C.; MARCOS, R.A.; STANKOSKI, C.R. Impactos da pandemia COVID-19 nas aulas de inglês. (2021).	Apresentar os resultados de uma pesquisa que investigou como as aulas de inglês foram ministradas e como os professores reagiram às aulas remotas, em caráter emergencial, provocadas pela pandemia da Covid-19 no primeiro semestre de 2020.	O ensino remoto por meio de plataforma digital provocou dificuldades e preocupações com relação ao processo de ensino-aprendizagem como um todo. Por outro lado, os professores afirmam que esse novo formato poderá avançar na promoção do letramento digital, contudo as aulas presenciais devem ser mantidas.
10. FISTAROL, C.F.S.; POTTMEIER, S.; CAETANO, M.H.C. O uso do aplicativo Google Classroom durante a pandemia covid-19: o que enunciam docentes de língua inglesa da rede pública municipal de ensino de Blumenau/SC? (2021).	Compreender como ocorreram os processos de ensino e aprendizagem nas vozes dos professores de língua inglesa da Rede Pública Municipal de Ensino de Blumenau.	Os discursos preliminares apontam que os professores estão aprendendo a utilizar o Google Classroom e a sistematizar o planejamento das atividades de aprendizagem não presenciais pautando-se na interação digital, a partir do diálogo entre professor, aluno e família.

Fonte: Autora da Pesquisa (2022).

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. **Rússia anuncia primeira vacina contra a covid-19**. 11 ago. 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2020-08/russia-anuncia-primeira-vacina-contra-covid-19>>. Acesso em: 12 maio 2022.
- ALVES, Lynn. **Educação Remota: Entre a ilusão e a realidade**. Interfaces Científicas, v. 8, n. 3, p. 348- 365, 2020.
- BARCELOS, Ana Maria F. Cognição de professores e alunos: tendências recentes na pesquisa de crenças sobre ensino e aprendizagem de línguas. In: BARCELOS, Ana Maria F.; VIEIRA-ABRAHÃO, Maria Helena. (orgs.). **Crenças e ensino de línguas: foco no professor, no aluno e na formação de professores**. Campinas, SP: 2 ed. Pontes, 2006. p. 15-41.
- BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 5/2020, aprovado em 28 de abril de 2020**. Brasília, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp-005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 12 maio 2022.
- CORDEIRO, Karolina Maria de Araújo. **O impacto da pandemia na educação: a utilização da tecnologia como ferramenta de ensino**. 2020. Disponível em: <<http://idaam.siteworks.com.br/jspui/handle/prefix/1157>>. Acesso em: 12 maio 2022.
- DENARDI, Didiê Ana Ceni; MARCOS, Raquel Amoroginski; STANKOSKI, Camila Ribas. **Impactos da pandemia covid-19 nas aulas de inglês**. Ilha do Desterro, Florianópolis, v. 74, n. 3, p. 113-143, set./dez. 2021.
- FEIJÓ, F. R.; MUKAI, Y. **Crenças de alunos brasileiros (de japonês como LE) em relação à habilidade de fala em língua japonesa**. Estudos Japoneses, v. 34, 2014, p. 46-70.
- FERNANDES, Mônica Bezerra da Silva. **O desenvolvimento da produção oral dos discentes durante aulas remotas na perspectiva docente: crenças, emoções e ações de professoras de língua inglesa da rede pública do Distrito Federal**. 2021. 136f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade de Brasília. Brasília/DF, 2021.
- HODGES, Charles. *et al.* **Diferenças entre o aprendizado online e o ensino remoto de emergência**. Revista da Escola, Professor, Educação e Tecnologia, v. 2, p. 1-12, 2020. Disponível em: <<https://escribo.com/revista/index.php/escola/article/view/17>>. Acesso em: 10 abr. 2022.
- INSTITUTO BUTANTAN. **Como surgiu o novo coronavírus? Conheça as teorias mais aceitas sobre sua origem**. Disponível em: <<https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/como-surgiu-o-novo-coronavirus-conheca-as-teorias-mais-aceitas-sobre-sua-origem>>. Acesso em: 12 maio 2022.
- INSTITUTO BUTANTAN. **Por que acontecem mutações do SARS-CoV-2 e quais as diferenças entre cada uma das variantes**. 09 set. 2021. Disponível em: <<https://butantan.gov.br/noticias/por-que-acontecem-mutacoes-do-sars-cov-2-e-quais-as-diferencas-entre-cada-uma-das-variantes>>. Acesso em: 12 maio 2022.
- MARCELO, Carlos Garcia. **Desenvolvimento Profissional: passado e futuro**. Sísifo - Revista das Ciências da Educação, n. 08, p. 7-22, jan./abr. 2009.
- MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- MOREIRA, José António; SCHLEMMER, Eliane. **Por um novo conceito e paradigma de educação digital online**. Revista UFG, v. 20, p. 1-35, 2020.

MORIN, E. **O mundo pós-Covid-19**. Intempestiva, 11 jun. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P0RwY_WbZS4>. Acesso em: 10 abr. 2022.

PHIPPS, S.; BORG, S. **Exploring tensions between teacher's grammar teaching beliefs and practices**. System, v. 37, p. 380-390, 2009.

SÁ, Estêvam Farias; CASTRO, Fernanda Grazielle A. Soares de; CASTRO, Ana Paula de. **Desafios do ensino remoto: experiência utilizando técnicas mnemônicas no ensino da Língua Inglesa para surdo**. Revista Educar Mais, v. 6, p. 382-397, jan./dez. 2022.

SANTOS, Keila Mendes dos. **A aula não é mais presencial, e agora? Tecnologias e experiências docentes em tempos de COVID-19**. EM TEIA – Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana, v. 11, n. 2, p. 1-22, 2020.

SOARES, Mariana Ribeiro. **OMS: 15 países no mundo ainda não registraram casos de covid-19**. Agência Brasil, 06 jan. 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2021-01/oms-15-paises-no-mundo-ainda-nao-registraram-casos-de-covid-19>>. Acesso em: 12 maio 2022.

TONELLI, Juliana Reichter Assunção; FURLAN, Cláudia Jotto Kawachi. **Perspectivas de professoras de inglês para crianças: (re)planejar, (re)pensar e (trans) formar durante a pandemia (Covid-19)**. Signo, Santa Cruz do Sul, v. 46, n. 85, p. 83-96, jan./abr. 2021.

Bilinguismo na Educação de Surdos: Desafios e Perspectivas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Maria Rozaly Araujo Lira Siqueira
Discente do curso de Licenciatura em Letras Libras

RESUMO:

O artigo trata do bilinguismo na educação de surdos, tendo como objetivo, investigar os fatores que afetam a aprendizagem do aluno surdo filho de pais ouvintes, que não teve o processo de aquisição da língua de sinais no período adequado do seu desenvolvimento e/ou no processo de escolarização. Especificamente, visa identificar os suportes necessários para o aprendizado da Libras para o aluno surdo filho de pais ouvintes; apresentar recursos que favoreçam a melhor comunicação e interação entre familiares ouvinte e os filho surdos e conhecer a proposta bilíngue para educação do surdo. Para fundamentar esse estudo buscou-se pautar em vários teóricos como: Quadros (2004; 2005); Silva, J. Santana (2021); Perlin (1998); Garcia (2015); Barbosa (2016), entre outros. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica. Portanto, a necessidade da Educação bilíngue e ações que permitam que o surdo tenha acesso e contato com a língua o quanto antes, seu aprendizado se torna fundamental. Como resultado, é importante salientar que é de extrema relevância ampliar o acesso máximo a libras a fim de restringir e minimizar os entraves do ambiente social. Da mesma forma, incluir a LIBRAS na comunicação da pessoa surda. A cultura, a linguagem e o diálogo são fatores importantíssimos e essenciais para o desenvolvimento integral do surdo.

Palavras chave: Surdez. Libras. Família. Educação Bilíngue.

ABSTRACT:

The article deals with bilingualism in deaf education, aiming to investigate the factors that affect the learning of deaf students, children of hearing parents, who did not have the process of acquiring sign language in the appropriate period of their development and/or in the schooling process. Specifically, it aims to identify the necessary supports for the learning of LIBRAS for the deaf student of hearing parents; to present resources that favor better communication and interaction between hearing family members and their deaf children and to know the bilingual proposal for the education of the deaf. To support this study, we sought to base itself on several theorists such as: Quadros (2004; 2005); Silva, J. Santana (2021); Perlin (1998); Garcia (2015); Barbosa (2016), among others. The methodology used was bibliographic research. Therefore, the need for bilingual education and actions that allow the deaf to have access and contact with the language as soon as possible, the learning becomes fundamental. As a result, it is important to point out that it is extremely important to expand maximum access to LIBRAS in order to restrict and minimize obstacles in the social environment, likewise including LIBRAS in the communication of the deaf person. Culture, language and dialogue are very important and essential factors for the integral development of the deaf.

Keywords: Deafness. Libras. Family. Bilingual Education.

1. INTRODUÇÃO

Um dos fatores que agrava a situação do Brasil na educação de surdos é o processo de aquisição da Libras por esses indivíduos. Afinal, como pontua Lodi & Luciano (2010), mais de 90% das crianças surdas brasileira nascem em lares de pais ouvintes, o que normalmente acarreta a aquisição tardia da Língua de Sinais. Além da realidade de que cada família enfrenta a deficiência de acordo com sua história, suas representações, crenças, valores culturais, condições objetivas, materiais e a personalidade individual de cada membro.

A partir do momento da aceitação da surdez na vida dos pais, outras atitudes acontecem, segundo Marchesin (1995), como: reforçar o vínculo da família com esse filho surdo, mantendo-o no seio familiar e reconhecendo a surdez; reorganizar a família, colocando a criança à margem da estrutura familiar, não aceitando a deficiência auditiva, isolando-a e discriminando-a como membro deficiente do grupo; reorganizar a família de modo que só um dos membros, na maioria das vezes a mãe, assuma a responsabilidade por essa criança.

Na etapa da afirmação, a surdez domina a dinâmica familiar em todos os aspectos e para todos. Os sentimentos vividos nessa fase são considerados por alguns autores como as manifestações finais do processo de luto pela perda do filho idealizado. O pai encontra-se com o desejo de confrontar-se com a realidade, discutir abertamente a surdez, assimilar informações específicas e tomar decisões quanto ao processo de reabilitação. E quanto maior for a participação do surdo no contexto social, maior será a sua chance de assumir um novo papel na trama familiar. O papel de uma pessoa que atua no mundo, com suas possibilidades e limitações, como as demais, e que pode contribuir e enriquecer com sua experiência a vida cotidiana de sua família (GLAT, 1996).

Essa pesquisa surgiu da necessidade de estudar sobre a problemática que envolve a aprendizagem da língua de sinais na Educação de Surdos na perspectiva bilíngue. E sobretudo, buscar conhecimentos que ajudem os familiares ouvintes e o aluno surdo que teve a aquisição tardia da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Como favorecer o processo de aquisição da LIBRAS ao aluno surdo filho de familiares ouvintes? Que possibilidades podem ser apontadas para romper as barreiras da comunicação e da interação do surdo no âmbito familiar de ouvintes? A proposta bilíngue é a melhor opção para a educação dos surdos? Esses questionamentos impulsionou a presente pesquisa.

O presente trabalho tem o objetivo de conhecer os fatores que afetam a aprendizagem do aluno surdo filho de pais ouvintes, que não teve o processo de aquisição da língua de sinais no período adequado do seu desenvolvimento e/ou no processo de escolarização. Especificamente, visa identificar os suportes necessários para o aprendizado da Libras para o aluno surdo filho de pais ouvintes; apresentar recursos que favoreçam a melhor comunicação e interação entre familiares ouvinte e os filho surdos; conhecer a proposta bilíngue para educação do surdo.

Para este propósito a metodologia utilizada consiste na pesquisa bibliográfica. Os autores que fundamentam o estudo são: Quadros (2004; 2005); Silva, J. Santana (2021); Perlin (1998); Garcia (2015); Barbosa (2016), entre outros. A estrutura desse estudo está organizada em três partes: a primeira, trata dos principais aspectos e importância da Língua

Brasileira de Sinais (**Libras**) para a pessoa com surdez. O segundo assunto, aborda sobre a educação de surdos em família de ouvintes. E a última parte, está relacionada a proposta bilíngue para a educação do surdo.

Espera-se que através desse estudo possa atingir os vários segmentos que conduzem o processo de desenvolvimento e aprendizagem do aprendiz surdo e também apresentar suportes eficazes que auxiliem os familiares na educação e escolarização do aluno surdo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. A IMPORTÂNCIA DA LIBRAS PARA A PESSOA COM SURDEZ

Conforme Garcia (2015, p.23), a **LIBRAS** é “a língua de sinais brasileira e, como toda língua natural e humana, terá sua singularidade em nível de desenvolvimento mental e de maturação”. Ou seja, está relacionada com o crescimento da pessoa acompanhado de mudanças na sua capacidade funcional, a qual está correlacionada com a faixa etária, aptidão e regras sociais.

Os estudos de Gesser (2009), apontam que existe a crença muito consolidada na sociedade ouvinte, com relação a língua de sinais dos surdos onde afirmam que a gramática está ancorada na crença de que a língua consistiria de mímicas e pantomimas. Os resultados das investigações do autor revelam que a Libras tem todas as características de qualquer língua humana natural. Desta feita, importa, que os indivíduos de cultura de língua oral, compreendam que o canal comunicativo do surdo é o visual gestual e que esta diferença com relação as pessoas oralizadas não anulam a existência de uma língua tão natural, complexa e genuína como a língua de sinais.

Vale destacar que as regras sociais, dizem respeito ao modo como a língua de sinais será difundida entre seus usuários que dará a Libras seu caráter arbitrário. E segundo Quadros; Karnopp (2004, p.26): “Arbitrário porque se trata de uma língua, a língua de sinais brasileira, que terá regras definidas e preestabelecidas em nível fonético, fonológico, morfológico, sintático, semântico e pragmático”.

Com relação a conceituação acerca das línguas de sinais, para Fernandes (2006, p.22), “são sistemas abstratos de regras gramaticais, naturais das comunidades de indivíduos surdos que as utilizam. [...] considera a capacidade de realizar movimentos desenhados no ar pelas mãos para expressar conceitos abstratos”. Com regras gramáticas próprias, a linguagem viso gestual (**refere-se à LIBRAS**). Essa língua é tão antiga quanto a humanidade, ocorre desde a antiguidade, relatos históricos sobre a existência de surdos, sempre acompanhado de menções sobre a forma ‘diferente’ de comunicação que utilizavam.

A Libras na vida do surdo é o acesso para a comunicação e expressão do pensamento. Entendendo que o surdo é aquela pessoa que, com surdez congênita ou adquirida na infância, assume uma identidade surda, num processo social que se inicia na infância mediado pela família, pelos amigos, posteriormente, a partir da escola, da religião, do clube dentre outros espaços e grupos sociais. A língua de sinais é, portanto, a primeira e natural; seu modelo social, quando criança, é o surdo adulto. Nesse sentido ele rejeita a visão clínica sobre

a surdez que considera o surdo como deficiente auditivo (**DA**); o outro tipo de surdo, aquele com aquisição congênita da surdez ou adquirida, se diferencia por negar a língua de sinais.

Cumpra mencionar ainda, que a cultura, a linguagem e o diálogo são fatores importantíssimos e essenciais para o desenvolvimento integral do surdo. Nesse sentido, são justamente as áreas mais comprometidas quando esses aspectos não são adquiridos no tempo oportuno. Importa ressaltar também que as consequências das dificuldades de comunicação e expressão através da Libras para o surdo é mais agravante do que a sua condição de surdo. Uma vez que, a falta atinge áreas do desenvolvimento infantil ocasionando mais dificuldade para a reversão das perdas e defasagens na área educacional principalmente na idade adulta.

A **LIBRAS** deve ser a língua materna (**L1**) da pessoa com surdez e serve de base para a aprendizagem da segunda língua (**Língua Portuguesa/L2**). E conforme a Lei n. 10.436 de 2002, é o meio oficial e legal de comunicação e expressão e outros recursos associado para os surdos. Tem ainda, o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria que constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. As pesquisadoras Quadros e Karnopp (**2004, p.30**) asseguram que as línguas de sinais são, portanto, consideradas pela linguística como línguas naturais ou como um sistema linguístico legítimo.

Um aspecto que merece destaque, consiste em que a maioria dos surdos são de famílias de ouvintes que desconhecem a Libras e geralmente apresenta desinteresse para aprendê-la. Este fato afeta à aquisição tardia da **L1** e conseqüentemente, a interação com crianças e adultos surdos inclusive na escola. Fernandes (**2006, p.30**), corrobora com esse pensamento quando diz que *“as crianças surdas têm tido acesso à língua de sinais brasileira tardiamente, pois as escolas não oportunizam o encontro adulto surdo-criança surda.”* Elas encontram os surdos adultos na fase da adolescência, normalmente, por acaso.

Monteiro (**2008**), acrescenta ainda que, uma das características mais importante de identificação dos surdos como um grupo é a **L1**. Mas sabe-se que a dificuldade de comunicação na língua de sinais nas famílias ouvintes com filhos surdos ocorre na maioria das vezes pela falta de conhecimento e aceitação dos pais. Esse fato induz os filhos surdos ao isolamento ocasionando problemas de comportamento como nervosismo, agressividade e crise de identidade.

Para Silva; Kauchakje; Gesuel (**2003; p.103**) o diagnóstico tardio da surdez ocasiona comprometimentos cognitivos, linguísticos e emocionais, pois existe um período de forte influência para a aquisição de uma língua que vai permear toda relação entre mãe e filho. Nesse sentido, Monteiro (**2008**) corrobora quando afirma que a falta de comunicação criou gerações de surdos passivos, conformados com o preconceito e a exclusão. No entanto, atualmente, ocorre uma mobilização social, mundial, de surdos e simpatizantes organizados em associações e federações que lutam para garantir seus direitos a língua de sinais e ao acesso ao conhecimento.

Vale destacar ainda que a cultura, a linguagem e o diálogo são fatores importantíssimos e essenciais para o desenvolvimento integral do surdo. Nesse sentido, são justamente as áreas mais comprometidas quando esses aspectos não são adquiridos no tempo oportuno. Importa ressaltar também que as consequências das dificuldades de comunicação

e expressão através da Libras para o surdo é mais agravante do que a sua condição de surdo. Uma vez que, a falta atinge áreas do desenvolvimento infantil ocasionando mais dificuldade para a reversão das perdas e defasagens na área educacional principalmente na idade adulta.

Quadros (1997, p.45) afirma que os surdos “*passam a ter um papel importantíssimo no processo educacional no momento em que a língua se sinais passa a ser respeitada como uma língua própria dos membros deste grupo social*”. Ampliando essa perspectiva, acrescenta-se a visão de educação bilíngue e bicultural caracterizada pela utilização de uma língua oral usadas pelos ouvintes e uma língua de sinais usadas pelos surdos. Nesse sentido, o Brasil adota a língua portuguesa e a **LIBRAS**.

Desse modo, a língua de sinais é um direito do surdo à língua materna (**L1**), responsável pelo seu desenvolvimento cultural, social e acadêmico/educacional. É a chave para ampliar sua inserção no âmbito social. Sabe-se que cada “*povo*” tem sua cultura e diferença. Assim, nada como encaminhar ações diretas ao “*povo/mundo*” do surdo. Essa atitude leva respeito ao Surdo e à sua Língua.

As pessoas surdas precisam sentir-se usando o que de melhor tem: sua possibilidade de relacionar-se e comunicar-se. Nesse sentido, as negações do acesso a língua materna ficam em desvantagem diante de uma sociedade ouvinte que utiliza uma língua numa modalidade oral-auditiva inacessível a elas, principalmente por seu primeiro grupo social: a família. Deste modo torna-se de extrema importância ampliar o acesso máximo a libras a fim de restringir e minimizar os entraves do ambiente social. Incluir socialmente é incluir a **LIBRAS** como forma de comunicação da pessoa surda.

2.2. EDUCAÇÃO DE SURDOS EM FAMÍLIA DE OUVINTE

Glat (1996), aborda que é na família que ocorre a primeira interação do sujeito e a formação da sua identidade social. A socialização secundária geralmente acontece na fase escolar com um grupo social mais amplo e a inclusão social desses sujeitos decorrerá dessa primeira interação no contexto familiar. O autor destaca que é na interação família-criança que se desenvolve uma linguagem para que ocorra uma comunicação nesse ambiente.

No que diz respeito ao papel da família do surdo, Negrelli e Marcon (2006, p. 100) destacam que é necessário considerar que todos os membros, inclusive o surdo, influenciam e alteram esse sistema. O surdo, portanto, não é mero receptor dos padrões sociais oriundos do meio ambiente. Ou seja, ele tendo os pais ouvintes estará inserido em uma cultura e língua que não tem acesso, dessa forma a família terá que aceitá-lo e buscar aprender sobre sua cultura e sua língua para que o mesmo se desenvolva psicologicamente, socialmente e emocionalmente.

Silva & Bastos (2013) *apud* Barbosa (2016), afirmam que na maioria das vezes, o problema mais frequente para o surdo consiste na carência de diálogo e, conseqüentemente, do entendimento dentro do próprio ambiente familiar devido à falta de uma língua em comum, o que ocasiona profundas frustrações nesses sujeitos. Ou seja, as inter-relações dos membros familiares são primordiais na constituição da linguagem e na socialização da pessoa surda (**BARBOSA, 2016**).

Nesse sentido, a dificuldade dos pais, de lidar com outro tipo de língua que não seja a oral faz com que gere situação conflituosa, da qual muitas vezes, preferem se afastar. Ocorre também um medo em relação ao desconhecido, pois, saber cuidar de uma criança surda é algo para a família que necessita ser desvendado. E conforme Santana (2007, p.14) *“a imagem do surdo é comparada, muitas vezes, à ideia de algo “monstruoso”*. E isso, segundo o autor, ocorre em função das cobranças sociais acerca do ser humano *“normal”* e dos mistérios – e medos – *que envolvem o nascimento de um filho “anormal” conforme acrescenta:*

“[...] De um lado há o oralismo, que busca a “normalidade” e a fala, procurando dispor de avanços tecnológicos para oferecer ao surdo a possibilidade de ouvir. De outro, existe o bilinguismo, que defende a língua de sinais como sendo a língua dos surdos, e até mesmo a ideia de uma cultura surda específica, direcionando o debate para uma questão política linguística. (SANTANA, 2007. p.14).

Nesse processo, existe uma oposição de ideias entre a área da saúde, que tem a intenção de *“normalizar”*, e a área pedagógica, que procura *“diminuir os estigmas”*. Essas diferentes posições busca legitimar o *“normal”* e os mecanismos capazes de transformar *“anormalidade”* em *“normalidade”* como destaca Santana (2007, p. 22):

“E não são tomadas ao acaso, tampouco são neutras ideologicamente. Elas estão relacionadas com os conflitos e as pressões sociais que os surdos enfrentam na sociedade ouvinte: deficiente/diferente; cultura surda/cultura ouvinte; normalidade/anormalidade; linguagem oral/língua de sinais.

Vale destacar que, com frequência, a língua dos surdos é comparada à do ouvinte – tomado como falante *“ideal”* que fala uma língua *“ideal”*. Por isso, não é difícil imaginar o impacto da surdez sobre uma família ouvinte que tem em mente um filho *“ideal”* e uma fala, igualmente, *“idealizada”*. Alves (2012) expõe este assunto quando aborda sobre os dois tipos de mortes na vida das pessoas; a morte concreta e a simbólica. A primeira acontece quando uma pessoa morre e desaparece para sempre, e a segunda, é um falecimento em vida; que consiste nas rupturas que ocorrem ao longo da vida dos indivíduos. *Processo que deflagra o mesmo processo de luto da morte concreta:*

“Quando um filho nasce, a primeira coisa que os pais conferem é se a criança é “perfeita” e, nesse caso, ficam aliviados e comemoram. Caso contrário, há a morte do filho idealizado, e tal constatação gera profunda tristeza, medo do futuro, frustração e vergonha. É preciso vivenciar o processo de luto pelo filho que foi idealizado, para que seja possível estabelecer um vínculo de amor e cuidado com o filho que nasceu (ALVES, 2012. p.90).

Silva (2021), considera que, com a identificação da perda auditiva no início de vida da criança surda e realizada uma intervenção precoce e orientação adequada aos pais, o desenvolvimento do infante tem o processo de adaptação social mais rápido. Uma vez que, o adulto, ou seja, os pais ou responsáveis tem papel central no processo de crescimento e a responsabilidade por estabelecer e favorecer as trocas comunicativas importantes para o desenvolvimento satisfatório da criança surda no ambiente familiar.

Negrelli e Marcon (2006) consideram que o surdo é um sujeito bilíngue por ter uma língua, cultura e identidade própria, dessa maneira sua primeira língua é a de sinais, e a segunda é a língua portuguesa. Afirmam ainda que, para ocorrer o desenvolvimento da linguagem e cognição do surdo, ele deve ser exposto a libras desde os seus primeiros anos de vida. Com isso, os autores apontam a existência de obstáculos comunicacionais entre os familiares ouvintes e a criança surda. **Reforçando essa afirmação Silva (2021, p. 14) acrescenta ainda que:**

“A maioria dos indivíduos surdos é exposta primeiro à linguagem oral, apesar da importância da língua de sinais. Um fator que dificulta é o fato de a criança surda não dominar e nem ter experiências linguísticas ricas na língua de sinais. E como a maioria das famílias é ouvinte, as crianças surdas acabam tendo poucas oportunidades para adquirir a língua de sinais.”

Sanchez (1990), considera que uma criança surda, filha de pais ouvintes, não pode aprender espontaneamente a língua dos seus pais e que esta seria sua língua materna. Também, no âmbito familiar de ouvintes, tampouco tem facilidade para aprender a língua de sinais, que seria sua língua natural (**primeira língua**), já que seus membros a desconhecem. Para superar esta situação crítica, necessita-se que os pais ouvintes aprendam o mais cedo e da melhor maneira possível a língua de sinais, que lhes permitirá comunicar-se com seu filho e, sobretudo, que se dê a oportunidade desde a idade mais precoce possível de estar em um ambiente em que se possa aprender espontaneamente a língua de sinais.

O papel da família sobre a educação de surdos no contexto apresentado, é importante em razão das interações familiares que devem ser pautadas na Libras. Fazer com que o aluno se sinta pertencente a sua família. E que essa família possa se sentir verdadeiramente incluída, compreendida na língua do surdo, respeitada na sua identidade e na sua cultura. A comunicação, portanto, precisa ser direta. Além disso, caso não ocorra, seu sentimento de pertencimento, de identificação com uma comunidade, tão necessário ao fortalecimento da identidade surda, é inexistente ou disperso, originando problemas emocionais que, provavelmente, trarão marcas definitivas para sua personalidade. É o que costumamos ouvir de surdos adultos em seus relatos.

2.3. A PROPOSTA BILÍNGUE NA EDUCAÇÃO DE SURDOS

A Educação Bilíngue propõe a exposição da criança surda o mais cedo possível à língua de sinais, de modo a oportunizar o desenvolvimento dos processos cognitivos da linguagem por que ela é um dos principais meios pelos quais o homem adquire conhecimento de mundo, fator que tem participação crucial na organização da própria linguagem.

A abordagem bilíngue é, portanto, uma tentativa de inovar as práticas de ensino, procurando promover o direito de o Surdo estudar e adquirir conhecimento em sua própria língua e também usá-la na comunicação entre Surdos e Surdos, Surdos e ouvintes. Conforme Bernardino (2000, p. 53), *“o uso de sinais parece aproximar o Surdo do ouvinte, uma vez que ele percebe que não é apenas ele que tem de tentar comunicar-se com o mundo, mas que o mundo de informações que ele representa de repente se abre para ele”*.

Outra questão que merece ser enfatizada consiste no fato de que 90 a 95% das crianças surdas nascem em famílias ouvintes, que em sua maioria, desconhecem as implicações sociais, linguísticas, educacionais e emocionais do ser Surdo. E sendo no âmbito familiar que acontece às primeiras trocas físicas, afetivas e sociais da criança, devendo ser a família a mediadora original destas relações. E segundo Witroski (2017) essa mediação, necessariamente, perpassa as relações comunicacionais tecidas, que só ocorrerão de forma significativa se houver uma língua compartilhada entre a criança e sua família, nesse caso, a Língua de Sinais. Por isso a necessidade da família aprender Libras, pois se forem também videntes, podem aprendê-la sem encontrar nenhuma barreira sensorial que dificulte o processo de aprendizagem.

Diante do exposto, é percebido que o direito a um ensino bilíngue antecede o acesso da criança numa escola, já que ela traz consigo uma série de problemas advindos da sua história familiar. Especialmente, a falta de domínio da língua oral o suficiente para compreender conhecimentos básicos e estabelecer relações comunicativas dentro da escola, e ainda, o pleno desconhecimento a Língua de Sinais. Neste sentido, a ausência de ações políticas específicas, que estimulariam a real inclusão no seio familiar, que, obrigatoriamente, precisa estar alicerçado a interpelações bilíngues, repercute negativamente, pois, independente da escola a ser frequentada, a criança já chega ao espaço institucional com defasagem (WITKOSKI, 2015).

Segundo Quadros (2005), pensar no bilinguismo na educação de surdos no Brasil requer considerar alguns aspectos específicos dos surdos como:

- a) **A modalidade das línguas:** visual-espacial e oral-auditiva;
- b) **Surdos filhos de pais ouvintes:** os pais não conhecem a língua de sinais brasileira;
- c) **O contexto da aquisição da língua de sinais:** um contexto atípico, uma vez que a língua é adquirida tardiamente, mas, mesmo assim tem status de **L1 (primeira língua)**;
- d) A língua portuguesa representa uma ameaça para os surdos;
- e) **A idealização institucional do status bilíngue para os surdos:** as políticas públicas determinam que os surdos *“devem”* aprender português;
- f) Os surdos querem aprender a língua de sinais;
- g) **Revisão do status do português pelos próprios surdos:** reconstrução de um significado social a partir dos próprios surdos.

Miranda (2001) acrescenta ainda, que a língua de sinais adquiridas pelos surdos ocorrem de forma assistemática, ou seja, de maneira espontânea diante do encontro surdo-surdo que é considerado como elemento chave para o modo de produção cultural ou de identidade. Entendendo identidade como o conjunto de características que distingue os

diferentes grupos sociais e culturais entre si. E isto, implica na “*vida interior*”, e lembra da centralidade da cultura na construção da subjetividade do sujeito surdo e na construção da identidade como pessoa e como agente pessoal.

Nesse sentido, necessita uma revisão no processo de aquisição do português, uma vez que este acontece através do ensino. Quadros (2005) acrescenta que os surdos, em sua grande maioria crescem em famílias de pais que falam e ouvem o português e não adquirem esta língua, apesar de estar junto e convivendo com pessoas falantes da língua dos ouvintes. Isso não significa que no caso desses surdos, eles tenham “acesso” real a língua portuguesa, pois por ser uma língua oral-auditiva não há imersão no sentido de estar em contato sistemático com a língua. Constata-se essa afirmativa em razão de os surdos não adquirirem a língua portuguesa espontaneamente simplesmente por conviverem com pessoas falantes de português.

Cumprir destacar ainda, conforme Quadros (2005), que a criança surda tem tido acesso a libras tardiamente, pois as escolas não oportunizam o encontro adulto surdo com a criança surda. Elas encontram os surdos adultos na fase da adolescência, geralmente, por acaso. Perlin (1998, p.54) descreve esse fato quando diz:

“É uma identidade subordinada com o semelhante surdo, como muitos surdos narram. Ela se parece a um imã para a questão de identidades cruzadas. Esse fato é citado pelos surdos e particularmente sinalizado por uma mulher surda de 25 anos: aquilo no momento de meu encontro com os outros surdos era o igual que eu queria, tinha a comunicação que eu queria. Aquilo que identificavam eles identificavam a mim também e fazia ser eu mesma, igual. O encontro surdo-surdo é essencial para a construção da identidade surda, é como abrir o baú que guarda os adornos que faltam ao personagem.

Assim sendo, as crianças surdas necessitam serem oportunizadas do encontro surdo-surdo. Da mesma forma, os pais ouvintes precisam do contato com a língua de sinais que é visual-espacial, ou seja, compartilhar o bilinguismo – descobrindo os vieses das culturas e identidades do surdo e ouvintes que se entrecruzam. Efetivar essa possibilidade do aprendizado da linguagem das crianças surdas resultará em um desenvolvimento mais consolidado no seu processo escolar e especialmente, o desenvolvimento de habilidades na leitura e escrita. Quadros (2005, p. 29) reafirma essa ideia quando diz:

“[...] as crianças surdas precisam ter acesso a língua de sinais com sinalizantes fluentes desta língua muito cedo. Estes sinalizantes são pessoas que, normalmente, não fazem parte do círculo de pessoas que a crianças usualmente teria contato. Os pais terão que conhecer a comunidade surda que usa esta língua.

Para que o aluno surdo tenha acesso à língua de sinais e às mesmas oportunidades educacionais e sociais que os demais alunos, ele necessita de professores bilíngues, uma proposta pedagógica essencialmente, inclusiva para alunos surdos. Deve estar voltada às suas necessidades e potencialidades onde a língua de sinais deve ser, indiscutivelmente,

a língua da escola. Portanto, suas diretrizes básicas e a linha de ensino devem contemplar como critérios, imprescindíveis à realização desse pressuposto, a contratação e a manutenção apenas dos professores que estiverem compromissados com essa exigência.

Assim, no momento atual de época de pandemia, é imprescindível o trabalho de adequação na perspectiva bilíngue. Da mesma forma, a formação pedagógica bilíngue efetiva e frequentes com uso de língua visual, metodologias adequadas para o ensino, cultura, identidade dentro do ensino para os surdos. Para uma inclusão real desse alunado é necessário ter a língua de sinais como base; acessibilidade comunicacional; apoio tecnológico; avaliação adequada; aprendizagem, informação e profissionais preparados, direito linguístico preservado e estrutura. Esses elementos precisam estar presentes na escola quando se concebe a visão inclusiva de educação para o surdo com o objetivo de promover o acesso a uma língua plena, de forma natural, que seja capaz de suprir o máximo possível, as necessidades comunicacionais e fomentar o mesmo desenvolvimento que ocorre com as crianças ouvintes, em decorrência de terem acesso a uma língua.

O Bilinguismo é, portanto, uma proposta de ensino usada por escolas que se propõe a tornar acessível a pessoa surda duas línguas no contexto escolar ou seja, a Libras (**L1**) e a língua portuguesa (**L2**). A literatura especializada destaca que essa proposta é a mais adequada ao alunado surdo. Uma vez que, a língua de sinais é a língua natural desse público e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita. A escola, por sua vez, precisa vincular-se com as famílias, criar parcerias e provê-las de informações claras, precisas e imparciais sobre as características, especificidades e contextos dos surdos. Desenvolver estratégias e planejamentos que visem somar esforços em prol de melhores resultados no processo de ensino e aprendizagem de todos os alunos surdos.

Vale destacar ainda que, a preocupação nos dias atuais é respeitar a autonomia das línguas de sinais e estruturar um plano educacional que não afete a experiência psicossocial e linguística da pessoa surda, conforme *Quadros (1997, p.27) detalha:*

“ Se a língua de sinais é uma língua natural adquirida de forma espontânea pela pessoa surda em contato com pessoas que usam essa língua e se a língua oral é adquirida de forma sistematizada, então as pessoas surdas têm o direito de ser ensinadas na língua de sinais. A proposta bilíngue busca captar esse direito.

Importa acrescentar ainda, que o papel do professor ouvinte nesse processo, tem importante relevância no que diz respeito ao conhecimento das duas línguas (**L1 e L2**), além de ter um bom desempenho como aprendiz surdo ele precisa conhecer profundamente as duas línguas, considerando que requer dele o bom desempenho comunicativo com o aprendiz surdo. Respeitando sempre as duas línguas, reconhecendo as estruturas linguísticas e as diferentes funções de cada língua e o que cada uma representa. Nesse sentido, é imprescindível a comunicação, professor ouvinte- aluno surdo. É indispensável, portanto, que o professor, na educação de surdos domine a língua de sinais.

3. CONCLUSÃO

O objetivo desta pesquisa, foi investigar os fatores que afetam a aprendizagem do aluno surdo filho de pais ouvintes, que não teve o processo de aquisição da língua de sinais no período adequado do seu desenvolvimento e/ou no processo de escolarização. Embora os diversos instrumentos legais que já existem e asseguram os direitos do surdo a Libras, os estudos realizados sobre essa temática revelam que ainda convivemos numa sociedade na qual a língua oral é imperativa, e por consequência as pessoas surdas, muitas vezes, ficam à margem por não se adequarem aos seus meios de comunicação, independentemente de suas possibilidades. Qualquer outra forma de comunicação, como ocorre com a língua de sinais, é considerada inferior e impossível de ser comparada com as línguas orais.

Percebeu-se com base nos estudos desta pesquisa que muitos profissionais nas escolas que lidam com alunos surdos, ainda apresentam uma visão sobre a língua de sinais como uma forma de comunicação, não atribuindo a Libras o status de língua e considerando-a apenas uma alternativa para as pessoas surdas que não conseguem desenvolver a língua oral.

Outro aspecto a destacar, consiste em que as pessoas surdas usuárias da língua Brasileira de sinais (**LIBRAS**) desejam uma educação em duas línguas, a de sinais que é a sua primeira língua, e a língua portuguesa como segunda opção e a escola, a destacar preferencialmente, na perspectiva bilíngue como uma instituição formadora que deve possibilitar que o surdo possa se constituir em cidadão ativo no mundo em que vive, em sua família e em sua comunidade.

Outra observação tida com base nos estudos realizados nesta pesquisa, trata-se de que muitos profissionais que trabalham com surdos ainda apresentam uma visão sobre a língua de sinais como uma forma de comunicação, não atribuindo a Libras o status de Língua e considerando apenas uma alternativa para as pessoas surdas que não conseguiram desenvolver a língua oral.

Destaca-se ainda que, a língua de sinais é a primeira língua do surdo e o modelo social, quando criança, é o surdo adulto. Nesse sentido a Libras na vida do surdo é o acesso para a comunicação e expressão do pensamento e é considerada pela linguística como um sistema linguístico legítimo.

Com relação as famílias dos alunos surdos, foi percebido que a dificuldade de comunicação na língua de sinais nas famílias ouvintes com filhos surdos ocorre na maioria das vezes pela falta de conhecimento e aceitação dos pais. Esse fato induz os filhos surdos ao isolamento ocasionando problemas de comportamento. Outro fator corresponde a falta de integração da família com o surdo. Visto que a influência familiar é determinante para facilitação ou impedimento do processo de integração social do surdo. Ocasionalmente mais dificuldade para a reversão das perdas e defasagens na área educacional principalmente na idade adulta.

A pesquisa forneceu uma reflexão sobre como a educação bilíngue para o surdo é fundamental para o seu desenvolvimento. Como resultado, é importante salientar que é de extrema relevância ampliar o acesso máximo a libras a fim de restringir e minimizar os entraves do ambiente social. Da mesma forma, incluir a **LIBRAS** na comunicação da pessoa

surda. A cultura, a linguagem e o diálogo são fatores importantíssimos e essenciais para o desenvolvimento integral do surdo.

A abordagem bilíngue é, portanto, uma tentativa de inovar as práticas de ensino, procurando promover o direito de a pessoa surda estudar e adquirir conhecimento em sua própria língua e também usá-la na comunicação entre Surdos e Surdos, Surdos e ouvintes. Assim, o uso da língua de sinais parece aproximar o Surdo do ouvinte, uma vez que ele percebe que não é apenas a pessoa surda que tem de tentar comunicar-se com o mundo, mas que o mundo de informações que ele representa de repente se abre para ele.

1. REFERÊNCIAS

- ALVES, Elaine Gomes dos Reis. **A morte do filho idealizado**. O Mundo da Saúde, São Paulo -2012;36(1):90-97.
- BARBOSA, Marcela Gomes. **A palavra dos pais – do diagnóstico à terapia fonoaudiológica para surdos: análise de relatos de necessidades**. Monografia (Graduação) – Universidade Católica de Pernambuco. Pró-Reitoria Acadêmica. Coordenação Geral de Graduação. Curso de Fonoaudiologia, 2016.
- BERNARDINO, Elidéa Lúcia. **Absurdo ou lógica? A produção linguística do surdo**. Belo Horizonte: Editora Profetizando Vida, 2000.
- BRASIL, **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 de abril de 2002.
- FERNANDES, Sueli. **Bons sinais: Nova lei torna a LIBRAS – língua dos surdos brasileiros –disciplina obrigatória nos cursos de magistérios**. Discutindo Língua Portuguesa. Edição nº4, outubro, 2006.
- GARCIA, E. de Campos. **O que todo pedagogo precisa saber sobre libras: os principais aspectos e a importância da língua brasileira de sinais**. 2ed. RJ: Wak Editora, 2015.
- GESSER, Audrei. **O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a LIBRAS**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- GLAT, R. **O papel da família na integração do portador de deficiência**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. II, n.4, p.111-118, 1996.
- LODI, A. C. B.; LUCIANO, R. T. Desenvolvimento da linguagem de crianças surdas em língua brasileira de sinais. In: ____; LACERDA, C. B. F. **Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização**. Porto Alegre: Mediação, 2010. p. 33-50.
- MARCHESI, A. **El desarrollo cognitivo y lingüístico de los niños sordos: perspectivas Educativas**. Madrid: Alianza, 1995.
- MIRANDA, W. **Comunidade dos surdos: olhares sobre os contatos culturais**. Dissertação de Mestrado. UFRGS. Porto Alegre. 2001.
- MONTEIRO, M. S. (2008). **História dos movimentos dos surdos e o reconhecimento da Libras no Brasil**. ETD - Educação Temática Digital, 7(2), 292–305.
- NEGRELLI, M. E. D; MARCON, S. S. **Família e Criança Surda. Ciência, Cuidado e Saúde**. Maringá, v. 5, n. 1, p. 98-107, abr. 2006.
- PERLIM, G. Identidades Surdas. In: Skilar, Carlos (Org.) **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. Editora Mediação. Porto Alegre. 1998.
- QUADROS, R. Muller de.; KARNOPP, L.B. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- _____. **O bi do bilinguismo na educação de surdos: Surdez e bilinguismo**. 1 ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005, v. 1, p. 26-36.
- _____. **Educação de surdos: A aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Editora Artmed. 1997.
- SÁNCHEZ, Carlos. **La increíble y triste historia de la sordera**. Caracas: CEPROSORD, 1990.

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurológicas**. São Paulo: Plexus, 2007.

SILVA, J. SANTANA. **Família ouvinte e filho surdo: um levantamento bibliográfico**. 2021.38f. Monografia. Centro de Ciências Humanas. Departamento de Psicologia. Universidade Federal de São Carlos, 2021.

SILVA; KAUCHAKJE; GESUEL. **Cidadania, Surdez e Linguagem - Desafios e Realidades**. 5ª ed. 2003 Plexus Editora.

WITKOSKI, SÍLVIA ANDREIS. **A interface entre a família e o direito ao ensino bilíngue para sujeitos surdos: rompendo oposições binárias**. ETD- Educação Temática Digital Campinas, SP v.19 n.3 p. 882-900 jul./set. 2017.

WITKOSKI, S. A. **Introdução à Libras: língua, história e cultura**. Curitiba, PR: UTFPR, 2015.

Gestão Democrática como Princípio Norteador para o Sucesso do Processo de Ensino e Aprendizagem na Escola

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Obedes de Oliveira Pereira
Discente do curso de Licenciatura em Pedagogia

RESUMO:

O estudo busca apresentar em sua essência a escola como organização educativa na qual a gestão democrática tem como princípios norteadores os conceitos básicos da educação na atual, buscando por meio deste trabalho compreender a organização escolar e situar o espaço disponível para a tomada de decisões pontuadas pelo gestor. Visto que, a formação do gestor torna-se fator primordial para o bom desenvolvimento das escolas. O gestor sendo o líder do trabalho, as ações devem partir de seu comando, delegando responsabilidades e comprometimento a todos os envolvidos, para que todo o trabalho seja executado sem causar danos aos seus seguimentos. A metodologia utilizada nessa pesquisa trata-se de um estudo bibliográfico com abordagem qualitativa, o referencial bibliográfico adotado reuni para este artigo um olhar sobre a compreensão da dinâmica que a escola como espaço de tomada de decisões e apoiadas sobre a necessidade em se organizar a gestão democrática. Concluindo que, a escola como organização mais que meramente educativa, mas acima de tudo na defesa da cidadania.

Palavras chave: Gestão Democrática. Participação. Aprendizagem.

ABSTRACT:

This study seeks to present in its essence the school as an educational organization in which democratic management has as guiding principles the basic concepts of education in the current one, seeking through this work to understand the school organization and situate the space available for decision-making punctuated by the manager. Since, the formation of the manager becomes a primordial factor for the good development of the schools. The manager being the leader of the work, the actions must come from his command, delegating responsibilities and commitment to all those involved, so that all the work is performed without causing damage to its segments. The methodology used in this research is a bibliographic study with a qualitative approach, the bibliographic reference adopted for this article gathered a look at the understanding of the dynamics that the school as a space for decision-making and supported on the need to organize management democratic. Concluding that, the school as an organization more than merely educational, but above all in the defense of citizenship.

Keywords: Democratic management. Participation. Learning.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo procura apresentar em sua essência a escola como organização educativa na qual a gestão democrática é demonstrada e norteada pelos princípios da educação na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (**LDB**). Tendo como umas de suas pretensões para este estudo ser consolidada no âmbito da escola a autonomia e participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisão. Embora, diante das muitas adversidades em que os diretores de escolas se encontram hoje, que passam desde a falta de recursos ou o mal-uso destes, está também o fato de o ambiente escolar estar arraigado às regras de um sistema tradicional. Ou seja, a gestão democrática e o exercício de sua autonomia como pilares para realizar-se como tal, ainda não ocorre de maneira plena em sua grande maioria.

A metodologia utilizada nessa pesquisa, trata-se de um estudo bibliográfico com abordagem qualitativa e buscamos por meio deste trabalho compreender a organização escolar e situar o espaço disponível para a tomada de decisões pontuadas por gestão democrática e apoiadas no exercício de autonomia, ainda que relativa. (**LUCK, 2007, p. 36**) afirma que:

“[...] a lógica da gestão é orientada pelos princípios democráticos e é caracterizada pelo reconhecimento da importância da participação consciente e esclarecida das pessoas nas decisões sobre a orientação, organização e planejamento de seu trabalho e articulação das várias dimensões e dos vários desdobramentos de seu processo de implementação.”

A gestão escolar democrática, tem sido um tema bastante discutido ao longo dos últimos anos, não somente nos meios acadêmicos e nos diferentes órgãos ligados aos diversos sistemas de ensino de nosso país, mas acima de tudo, motivados pela insatisfação do bom andamento da escola, os próprios profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, se sentem hoje, desvalorizados diante da forma como se vem gerindo o ambiente escolar. Buscando uma contextualização para o tema, a partir de observações e vivências pessoais, e considerando a importância de estudos como este para a melhoria da qualidade do ensino público, embasados em estudos de pesquisadores sobre o tema, é que partimos do princípio geral que norteia a sociedade, que está associada ao senso comum de cada ser humano e que nos remete a necessidade de chegarmos na comunidade escolar e entendermos o processo de ensino-aprendizagem ao qual, infelizmente não vem ocorrendo com a democracia efetiva ao seu favor.

Quando tratamos da necessidade de se falar sobre os elementos que vem dificultando a democracia no interior da escola, segundo Paro (**1998, p. 19**) nos aponta, a partir da observação da nossa sociedade, *na qual a tradição e organização tem raízes extremamente autoritárias e:*

“[...] não por acaso, articulada com interesses autoritários de uma minoria, orienta-se na direção oposta à da democracia. Como sabemos, os determinantes econômicos, sociais, políticos e culturais mais amplos é que agem em favor dessa tendência, tornando muito difícil toda ação em sentido contrário. Entretanto, sabemos também que a realidade

social está repleta de contradições que precisam ser aproveitadas como ponto de partida para ações com vistas à transformação social. O que não se pode é tomar os determinantes estruturais como desculpa para não se fazer nada, esperando-se que a sociedade se transforme para depois transformar a Escola. Sem a transformação na prática das pessoas não há sociedade que se transforme de maneira consistente e duradoura. É aí, na prática escolar cotidiana, que precisam ser enfrentados os determinantes mais imediatos do autoritarismo enquanto manifestação, num espaço restrito, dos determinantes estruturais mais amplos da sociedade.

Hoje a gestão escolar passa a ter um papel primordial, em todos os campos, tendo desempenhado sua função cada vez mais relevante e, ao mesmo tempo, mais contraditório na sociedade já que estamos atravessando grandes crises econômicas e sanitárias, que acabam atingindo a moral e a confiança social nos gestores de uma maneira geral da nação. As pesquisas no campo educacional têm indicado uma correlação positiva entre a qualidade do processo educacional com o bom desempenho dos seus gestores. Nessa direção, Luck e colaboradores (2008) relatam vários casos, nacionais e até situações internacionais, de mudança do estado indesejado de falta de confiança, apatia e desânimo de professores e equipes escolares para o de confiança, respeito para a eficácia do sucesso escolar a partir da postura democrática participativa e do trabalho do gestor engajado, comprometido com suas funções e agindo como mediador de novas perspectivas para metas coletivas definidas com a participação de toda a comunidade escolar.

2. CONCEPÇÃO DE GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

A gestão é fator imprescindível para o desenvolvimento de um estabelecimento, seja ele de ensino ou não, segundo Xavier e Oliveira (2009), “é um dos componentes essenciais para o desenvolvimento integral de uma instituição, e seus efeitos, sejam eles positivos ou negativos, podem trazer o sucesso e o insucesso de qualquer organização”.

Na educação, será de grande importância, que o gestor tenha como principal objetivo e de instituir condições para que os professores promovam as aprendizagens dos alunos. Nessa perspectiva, (PARO, 2007, p. 09), ressalta que:

“Uma sugestão plausível é que o Diretor se torne um líder, com objetivo de organizar democraticamente espaço para que cada indivíduo da instituição e da comunidade possa oferecer ideias, e que estas sejam apreciadas por todos. Buscando sempre conciliar o sistema burocrático existente, e que deve ainda perdurar por um bom tempo, com uma estrutura administrativa democrática.

Neste enfoque, é imprescindível que este profissional não se limite ao funcionamento da escola de forma burocrática ou até mesmo um gestor de discurso infundados, sem atitudes, mas seja um gestor/líder, que vá além do burocrático, não ater-se ao funcionamento da instituição de forma desordenada, mas sobretudo, capaz de nortear o processo

educacional da instituição, dando a seus liderados direcionamento explícito de trabalho. Neste processo, é importante que o gestor adote princípios democráticos afim de viabilizar a integração de todos os envolvidos. Em uma empresa o gestor tem como meta a qualidade de seus produtos para o comércio, para a venda. *“Na escola o enfoque é a preparação; a formação do sujeito para interagir e produzir uma sociedade definida por suas relações”.* (FACHINI, 2013, p. 19).

Ressaltar-se que tal situação só será possível para o gestor, se este estiver profissionalmente formado e informado de todos os requisitos necessários para o bom andamento do processo de sua gestão.

Segundo Luck (2000, p. 28):

“O movimento pelo aumento da competência da escola exige maior competência de sua gestão, em vista do que, a formação de gestores escolares passa a ser uma necessidade e um desafio para os sistemas de ensino. Sabe-se que, em geral, a formação básica dos dirigentes escolares não se assenta sobre essa área específica de atuação e que, mesmo quando estes profissionais a têm, ela tende a ser livresca e conceitual, uma vez que esta é, em geral, a característica dos cursos superiores na área social.

Visto que, a formação do gestor torna-se fator primordial para o bom desenvolvimento das escolas. O que se observa é que a grande maioria não possui formação específica e experiência na área de atuação, fazendo com que a referida instituição sob sua responsabilidade venha sofrer prejuízos no que diz respeito ao processo de ensino e aprendizagem e na disponibilidade de suas efetivas execuções dentro do regime escolar. Não dando ênfase a participação da comunidade, pois sabe-se que a participação de todos os envolvidos no sistema educacional de uma escola é de suma importância para o bom andamento no processo institucional.

Um das principais causas, muito bem observadas em vários estudos voltados sobre a questão da gestão em escolas públicas, parte especialmente do pressuposto de que, a formação básica não lhes dá suporte necessário para atuar de forma eficiente, e com isto causando perdas significativas ao processo administrativo. Nesse sentido, muitos diretores têm buscado ampliar sua capacitação profissional, através de cursos que permitam ultrapassar os conhecimentos adquiridos nos cursos de graduação. A escola contemporânea traz novas exigências aos diretores, requerendo o domínio de habilidades e competências para responder a diversidade de questões que hoje permeiam o espaço escolar, especialmente em se tratando da temática mais exigida hoje, dentro dos Parâmetros Curriculares Nacional (PCN), no qual visam uma maior integração entre currículos, tendo como meta a interdisciplinaridade e o trabalho em equipe. Porém é preciso ter cautela, não significando dizer que o diretor necessariamente necessitará ter conhecimento de todas as áreas de conhecimento disponíveis no meio escolar.

“O gestor não precisa ser especialista no ensino de cada uma das disciplinas ministradas pela escola. No entanto, precisa ser capaz de liderar uma discussão curricular que consiga eleger objetivos comuns para o

ensino. Conteúdos cognitivos, valorativos e atitudinais que perpassem o trabalho de todos os professores de sua escola com suas respectivas disciplinas. É preciso oferecer a ele, via formação, o adequado entendimento da política curricular com a política cultural. (CANEDO; LIMA; RESINENTTI, 2011, p.13 apud TEIXEIRA, 2009, p. 13).

Muitas vezes, devido a equipe trabalhar sem direcionamento ou em alguns momentos de maneira distorcida. Onde o maior implicador provavelmente reside na falta de ênfase no trabalho em equipe, tanto no plano dos gestores como no Planejamento Escolar dos professores e na execução das funções dos demais funcionários. Porém tais atitudes gestoras dentro de uma escola devem estar respaldadas. Como afirma Valerien, (2002, p. 13) “(...) o conhecimento das leis, portarias, instruções e regulamentos permite ao diretor encontrar respostas para uma grande quantidade de questões práticas: processos individuais, registros e fichários, requerimentos, contabilidade, relatórios etc.”.

O gestor sendo o líder do trabalho, as ações devem partir de seu comando, delegando responsabilidades e comprometimento a todos os envolvidos, para que todo o trabalho seja executado sem causar danos aos seus seguimentos.

3. DEMOCRATIZAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO ESCOLAR

A democratização do processo de gestão escolar, parte da participação efetiva da sociedade em geral, além do que vem sendo praticado timidamente, através de atitudes, como reuniões de pais e professores, e festividades que envolvem a comunidade escolar. Para Luck (2005, p.17):

“O conceito de gestão está associado à mobilização de talentos e esforços coletivamente organizados, à ação construtiva conjunta de seus componentes, pelo trabalho associado, mediante reciprocidade que cria um “todo” orientado por uma vontade coletiva.

Há que se manifesta a necessidade de valorização da educação enquanto um fator que poderá contribuir para o despertar dos cidadãos aos seus direitos e deveres inerentes ao processo democrático. Segundo o que observa Lima (1995, p. 5), a participação efetiva da comunidade escolar na gestão educacional “[...] pode ser um dos fatores a contribuir com a transformação tanto da sociedade quanto do sistema de ensino, elevando a sua qualidade, garantindo o acesso e a permanência da criança na escola, auxiliando na efetivação de lutas que visem à democratização política e social do país”.

3.1. Participação X Aprendizagem

Promover a participação de todos os envolvidos no processo educacional de uma escola não é tarefa fácil, só mesmo através de uma real efetivação da gestão democrática será possível.

“A gestão democrática é entendida como a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários na organização, na construção e na avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola, enfim, nos processos decisórios da escola. (OLIVEIRA, MORAES E DOURADO, 2008, p.04).

A participação ativa de todos os envolvidos será fator crucial para promover uma aprendizagem expressiva, e essa participação não se restringe somente ao gestor e os professores, mas de todos, sem exceções. “O trabalho escolar é uma ação de caráter coletivo, realizado a partir da participação conjunta e integrada dos membros de todos os segmentos da comunidade escolar” (LUCK 199, p.1).

Sabe-se que o processo ensino aprendizagem, não é algo simples de se desenvolver, ele vai muito além das “quatro paredes” de uma sala de aula, envolve muito mais que diretores, coordenadores, professores e alunos, envolve também a comunidade de um modo geral, representada pelos pais, e demais cidadãos envolvidos. Desta forma, acaba por se tornar um processo muito mais complexo. Segundo Fullan (2003), quanto mais complexa se torna a sociedades, mais sofisticada deve ser a liderança.

Para ocorrer uma aprendizagem visível em uma instituição de ensino, é necessário que todos os envolvidos estabeleçam uma relação de reciprocidade, todos precisam ouvir e ser ouvido. “Participar na escola é dialogar e desenvolver projetos coletivos. Se houver diálogo sem ação ou ação sem diálogo, não há participação plena e sim uma participação incompleta, imparcial”. (NASCENTE, sd, p. 05).

O diálogo entre escola e comunidade, faz-se necessário, uma vez que essa proximidade só vem trazer benefícios para a escola. Uma escola em constante diálogo com a comunidade que faz parte dessa instituição tende a melhorar a cada dia, pois, muitas vezes é a comunidade escolar que enxerga aquilo que é preciso melhorar, aquilo que está precisando ser feito. Além disso, os funcionários da escola, como professores e corpo de apoio, são peças de fundamental importância, pois estes estão em contato direto com os alunos que são o alvo do processo de aprendizagem.

O processo educacional por ser complexo precisa da participação intensificada de todos os envolvidos, pois para que haja promoção e a participação coletiva dos agentes educacionais, a escola precisa ampliar os espaços de debate, através das reuniões de pais e mestres serem mais recorrentes nas escolas em geral e também na ação de algumas atividades coletivas, buscando uma maior aproximação entre aqueles que integram a comunidade interna e externa da escola sejam eles professores, funcionários e os alunos.

“Dessa forma entende-se que a gestão escolar participativa é concebida como um modelo escolar em que a atuação dos atores envolvidos na tomada de decisão é feita num mesmo plano, em que um não se sobrepõe ao outro, e todos compartilham as mesmas informações. (XAVIER E OLIVEIRA, 2009, p. 01).

Cabe ressaltar que a gestão escolar é uma dimensão que está atrelada a um enfoque de atuação no qual a dimensão pedagógica envolve a organização do trabalho escolar que perpassa desde à elaboração do projeto pedagógico e o planejamento anual, até as reuniões pedagógicas, especialmente as relacionadas aos conselhos de classe, como por exemplo, na recuperação da aprendizagem dos alunos com menor rendimento escolar, na organização do tempo e do espaço escolar, no acolhimento às famílias de alunos com necessidades educacionais especiais, etc. Observando com isso que o objetivo final da gestão em sua essência, não está apenas no fato de que é necessário gerir o bom funcionamento escolar, mas de um gestor de atitudes responsáveis pelo espaço educacional, no qual se assumem posturas profissionais decorrentes do seu compromisso na dimensão educacional como um todo, no qual preocupa-se em alcançar um aprendizado efetivo e significativo dos alunos. *E essa organização pedagógica influencia na dinâmica escolar segundo nos sugere Luck (2005, p 85), pois:*

“ *Compreensão dos fundamentos e bases da ação educacional; Compreensão da relação entre ações pedagógicas e seus resultados na aprendizagem e formação dos alunos; Conhecimento sobre organização do currículo e articulação entre seus componentes e processos; Habilidade de mobilização da equipe escolar para a promoção dos objetivos educacionais da escola; habilidade de orientação e feedback ao trabalho pedagógico.*

Pois é a partir da dimensão ou da competência técnica que se poderá referenciar à organização do trabalho escolar na dimensão administrativa e até mesmo financeira. Essa competência requer do gestor conhecimentos para o gerenciamento de todos os recursos disponíveis, quer sejam humanos ou materiais. *Luck (2005, p. 84) ainda define que para o gestor na área administrativa uma:*

“ *Visão de conjunto e de futuro sobre o trabalho educacional e o papel da escola na comunidade; Conhecimento de política e da legislação educacional; Habilidade de planejamento e compreensão do seu papel na orientação do trabalho conjunto; Habilidade de manejo e controle do orçamento; habilidade de organização do trabalho educacional; habilidade de acompanhamento e monitoramento de programas, projetos e ações; habilidade de avaliação diagnóstica, formativa e somativa; habilidade de tomar decisões eficazmente; habilidade de resolver problemas criativamente e de emprego de grande variedade de técnicas.*

A ideia de gestão democrática remete que a participação do coletivo na tomada de decisão, ou seja, se faz necessário e preponderante uma atuação pautada no acesso e transparência das informações. Sendo assim todas as ações praticadas na escola, que passam por programas e manejo de orçamentos devem oferecer ao público em geral, todo o diagnóstico envolvido no processo educativo como também todos os dados que contribuiram para a concretude das ações definidas para se atingir metas e objetivos. Assim como também a contabilidade dos gastos envolvidos deve ser muito clara para a comunidade

escolar, afim de estabelecer credibilidade junto aos todos os envolvidos no processo, direta ou indiretamente.

Esse papel passa a ser de grande importância, quando se observa a participação da comunidade escolar nos conselhos reforça a gestão democrática, especialmente quando a mesma tem em sua essência o envolvimento direto dos pais dos alunos da escola, pois os mesmos têm maior interesse no bem-estar coletivo. Portanto, o processo de gestão escolar deve estar instituído tendo como prioridade a garantia de que os alunos aprendam sobre o mundo em que vivem e sobre si mesmos para que adquiram conhecimentos úteis e aprendam a trabalhar com informações de complexidades gradativas levando em consideração a realidade social, econômica, política e até científica, como condição para o exercício da cidadania responsável.

“Se a educação que defendemos é aquela que contribui para a democracia, a escola deve começar por ela mesma a se organizar como campo de relações democráticas que antecipem uma ordem social mais coletiva, mais participativa, mais igualitária, mais comprometida com a construção de uma sociedade mais justa (ANTUNES, 2005, p.26).”

Por isso mesmo se faz necessário trazer para dentro dos muros da escola as famílias e até mesmo a vizinhança, pois esses atores passam a ter um importante papel para o processo de escolarização dos alunos de uma determinada comunidade. As relações entre os agentes educacionais e a comunidade em torno da escola passa a ser ponto decisivo para a melhoria da qualidade do ensino oferecido aos alunos. Mas para que isso ocorra se faz necessário a participação ativa, principalmente do diretor da escola, visto que é desde que parte as principais ações que norteiam todo o procedimento educacional de uma escola. *“Neste aspecto a função do gestor é condição primordial, pois esta figura pode promover a cultura necessária no ambiente para o envolvimento de todos os segmentos em torno de objetivos educativos”.* (FACHINI, 2013, p. 31).

Segundo, Freitas (2008) comenta sobre o que inter-relaciona o contexto das políticas públicas e a descentralização da administração do sistema educacional e da escola pública, nos traz ideais tentando focar para uma gestão democrático-participativa na educação, além de discutir a implementação de meios para que na formação de gestores e equipes escolares, a partir do referido, todos possam trabalhar juntos para o sucesso na aprendizagem dos alunos.

3.2. Participação e Trabalho Coletivo

Entre diversas propostas de relação escola e comunidade, destaca-se a participação e o trabalho coletivo como uma proposta de melhoria educacional. A participação efetivamente democrática, levar a escola a tornar-se mais eficaz na sua tarefa de ensinar, se concretiza no trabalho coletivo de toda comunidade em prol desse objetivo maior, Nascente (sd, p.11).

O trabalho coletivo se dá através de uma socialização entre todos, escola família e comunidade em geral, fazendo-se necessário a sensibilização com palestras, distribuição

de panfletos e outros meios sociabilizáveis a fim de obter a cooperação de todos, envolvendo-os no processo de ensino e aprendizagem. Partindo do pressuposto que a educação acontece de forma coletiva é busca-se sempre ter a participação da comunidade, pois esta é de fundamental importância para o crescimento e desenvolvimento dos educandos e da comunidade escolar. *Segundo Ribeiro e Santos (sd, pp. 1-2):*

“O trabalho coletivo no âmbito escolar consiste na integração das atividades do corpo docente, direção e equipe pedagógica tendo por objetivo a aprendizagem do educando. As ações docentes necessitam ter por meta uma educação, que contribua para a formação do aluno cidadão consciente de seu papel na sociedade contemporânea.

Vemos no entanto que para a construção de uma integração de qualidade ambos os envolvidos no processo educativo devem ter em comum a aprendizagem do alunado, sendo este o objeto de maior interesse, não olhando a parte hierárquica da instituição, mas todos trabalhando em prol do coletivo para uma cooperação espontânea e com intuito maior que é formar cidadãos críticos e formadores de opiniões capazes de estabelecer metas e sonhos, constituindo dessa forma uma sociedade mais justa e tendo com que contribuir com as gerações futuras, sendo esta com bases sólidas alicerçadas na ideia do coletivo. Porém ele deve estar sempre alicerçado ao Planejamento Escolar, pois conforme observa Gadotti (2004).

“Planejar a educação é ação de extrema relevância para melhor organização do trabalho na escola, cuja existência só pode ser legitimada pela consecução, com eficiência, eficácia e qualidade, dos fins para os quais ela foi criada e é mantida pela sociedade. Observe-se que não é possível dissociar a ideia de planejamento educacional e escolar da necessidade de se desenvolver, através de discussões e deliberações coletivas, um projeto-pedagógico da unidade escolar. (GADOTTI, 2004, p. 81)

A participação abre espaço para o trabalho coletivo, que por sua vez contribui com o rompimento de uma gestão centralizadora e antidemocrática. Quando há trabalho coletivo a escola não se embaraça diante dos entraves que surge, mas sim, busca através da participação/colaboração, meios favoráveis a solucionar os problemas existentes.

Para tanto, Machado e Barbosa (2004, pp. 11-12), destacam que:

“A escola sozinha não faz a transformação da sociedade, mas uma educação crítica, radical e libertadora é um dos instrumentos necessários aos aglutinamentos de forças transformadoras e gestoras do trabalho de formação de seres com consciências críticas. Para tanto, considero essencial um novo fazer educativo que supere uma educação espontânea, ingênua e crítica que reproduz e reforça a exclusão social.

Só mesmo uma escola flexível a ideias inovadoras, poderá desenvolver uma educação de qualidade, onde todo o seu alunado, sejam capazes de atingir o sucesso educacional, ainda que no momento isso ainda seja utópico. Entretanto, essa ideologia deve ser um estímulo que nos convida a alcançar esses objetivos.

4. EFETIVAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Quando observamos as atividades realizadas na escola atual, vemos que já há um esforço, através das novas perspectivas adotadas por meio da promoção do processo democrático ser necessário e estar sendo divulgado nos diversos meios de comunicação e afins é que se discute muito a reformulação de como gerir o espaço escolar e seus derredores, ligados direta ou indiretamente a mesma. Dentro os autores que defendem esse pensamento, temos, por exemplo, Luck (2007), em que sua fala nos remete a situação que corresponde a gestão dinâmica para gerir sistema de ensino como um todo, em seus diversos níveis de organização, envolvendo as políticas públicas nacionais, os macros sistemas, *os microssistemas para possibilitar um processo de:*

“[...] implementação das políticas educacionais e projetos pedagógicos das escolas, comprometido com os princípios da democracia e com métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo (**soluções próprias, no âmbito de suas competências**), de participação compartilhada (**tomada conjunta de decisões e efetivação de resultados**), autocontrole (**acompanhamento e avaliação com retorno de informações**) e transparência (**demonstração pública de seus processos e resultados**) (LUCK, 2007, p.35).

Faz-se necessário uma ampla sensibilização da comunidade escolar, desde as estruturas das políticas educacionais mais condizentes com a realidade da comunidade como reorganização o trabalho da escola, especialmente no que diz respeito a formação continuada dos educadores, levando-os a perceber a necessidade de uma mudança de concepção, gerando uma motricidade nas ações de maneira geral, das mais simples as mais complexas dentro do trabalho escolar resultando qualitativamente para a escola. *Seguindo essa perspectiva, afirma Oliveira (1997, p. 44) que:*

“Melhorar a qualidade da educação vai muito além da promoção de reformas curriculares, implica, antes de tudo trabalho na escola, que não apenas se contraponham às formas contemporâneas de organização e exercício do poder, mas que constituam alternativas práticas possíveis de se desenvolverem e de se generalizarem, pautadas não pelas hierarquias de comando, mas por laços de solidariedade, que consubstanciam formas coletivas de trabalho, instituindo uma lógica inovadora no âmbito das relações sociais.

Não se pode deixar de ressaltar o fato de que para haver a efetivação da gestão escolar democrática, faz-se necessário o envolvimento de toda a comunidade escolar e deixar bem

claro a todos que se interessarem, as diversas funções que cada um desempenhará para a melhoria na qualidade de ensino e conseqüentemente na aprendizagem dos alunos. Logo este processo tem seu marco inicial a partir da construção do Projeto Pedagógico da escola, onde devem estar presentes as diversas concepções: sociedade, homem, escola; assim como os diversos saberes daqueles que o constroem, expressando e valorizando a compreensão dos professores e uma proposta consistente para sua formação continuada.

Um ponto crucial para que se possa viabilizar a gestão democrática como cita diversos autores está baseada no diálogo, como no que é defendido por *Libâneo (2001, pp.131-132)*, para esse autor:

“A gestão democrática participativa valoriza a participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisão, concebe a docência como trabalho interativo, aposta na construção coletiva dos objetivos e das práticas escolares, no diálogo e na busca de consenso.

Diante do exposto pressupõem-se que a partir da prática do diálogo é que se pode ter uma alternativa viável para os gestores, juntamente com a comunidade escolar, envolve-los em uma verdadeira reflexão para uma educação transformadora. Pois essas considerações colocam a importância do diálogo para as relações humanas como forma de reconhecimento da necessidade da condição do bem-estar dos seres humanos, sendo os únicos que possuem esta condição e possibilidade, porém que muitas das vezes não o utilizam de maneira proveitosa.

“Respeito, paciência e diálogo como encontro de ideias e de vida “única forma superior de encontro” dos seres humanos, os únicos seres vivos que possuem esta condição e possibilidade e que não a utilizam. Diálogo, como fundamental caminho em todas as suas possíveis formas, entendido como “o reconhecimento da infinita diversidade do real que se desdobra numa disposição generosa de cada pessoa para tentar incorporar ao movimento do pensamento algo da inesgotável experiência da consciência dos outros” (LUÍZ, 2008, p 45 apud FERREIRA, 2007, p. 1242-1243).

Acreditar na necessidade do diálogo como alternativa primordial de efetivação da gestão escolar democrática remete a comungar dos pensamentos de grande educador que nos faz refletir dentre tantos outros pontos, na comunicação humana. Enfatiza-se que a abordagem deste tenha real importância dentro da escola, pois o diálogo será a forma de oportunizar não só a comunicação entre os atores envolvidos, mas acima de tudo na expressão de suas ideias para a contribuição de melhoria na educação de todos, de maneira justa e igualitária, podendo colocá-las inclusive em prática, não sendo apenas documentos burocráticos, pois só percebendo-se como cidadãos participativos e atuantes e contribuindo para a melhoria da sociedade em que estão inseridos é que se é possível mudar a realidade dos fatos.

5. CONCLUSÃO

O referencial bibliográfico adotado reuni para este artigo um olhar sobre a compreensão da dinâmica que a escola como espaço de tomada de decisões e apoiadas sobre a necessidade em se organizar a gestão democrática, a partir de uma visão em que haja autonomia e a participação dos diversos atores envolvidos na comunidade escolar, buscou-se modelos de análise organizacional, discutindo em vários pontos deste trabalho sobre a formas que viabilizem a compreensão de que cada escola é uma unidade, embora inserida em um sistema.

A gestão democrática deve ser entendida como a participação efetiva nos processos decisórios da escola, tendo o envolvimento dos vários atores dentro da comunidade escolar, desde os pais, professores, estudantes e funcionários na organização, na construção e na avaliação dos projetos pedagógicos, etc. Portanto, se comparado as outras instituições há diferenças na organização do trabalho, pois enfocamos os mecanismos pelos quais se pode construir e consolidar um projeto de gestão democrática na escola, que se preocupe quase que exclusivamente com qualidade de ensino.

A escola como organização mais que meramente educativa, mas acima de tudo na defesa da cidadania, dispõe de autonomia, ainda que timidamente relativa em relação à sua execução, adotando práticas de gestão democrática apoiadas na vontade da melhoria da qualidade de ensino. Somente através de um Gestão Democrática voltada inteiramente para o processo de ensino aprendizagem é que todos serão beneficiados, pois a mesma cria um elo de compromisso na valorização das opiniões e propostas, bem como a possibilidade de todo indivíduo envolvido neste âmbito educacional sentir-se estimulado a participar integralmente no processo de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Â. (coord.). **Conselhos de Escola: formação para e pela participação**. São Paulo: Cortez, 2005.
- BARBOSA, Márcia Silvana Silveira e MACHADO Carmen Lucia Bezerra. **O Papel da Escola: Obstáculos e Desafios para uma Educação Transformadora**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Mestrado em Educação, Porto Alegre/RS, 2004.
- CANEDO, Maria Luiza; LIMA, Naira da Costa Muylaert; RESINENTTI, Priscila Matos. **Relacionamento do gestor com o corpo docente: O olhar do Diretor**. Disponível em: <<https://anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0379.pdf>>. Acesso em: 20/01/2022.
- FACHINI, Maria Ângela Arruda. **Fundamentos Teóricos e Práticos da Gestão Escolar**, Curso de Pós-graduação em Gestão Escolar, UCDB, Campo Grande/MS, 2013.
- FREITAS, Kátia Siqueira de. **Gestão Escolar Qualidade do Ensino**. In: Seminário Regional Nordeste da Associação Nacional de Política e Administração da Educação, 5º encontro Estadual de Política e Administração da Educação/RN, 6, 2008. Natal: UFRN, 2008.
- FREITAS, Kátia Siqueira de. **Gestão democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo: Ática. 2002. 117p.
- FULLAN, M. **Liderar numa cultura de mudança**. Porto: ASA, 2003.
- GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José E (orgs.). **Autonomia da Escola princípios e propostas**. 6ª ed. Cortez Editora, 2004.
- LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão na Escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2001.
- LIMA, Antonio Bosco de. **Burocracia e participação: análise da (im) possibilidade da participação transformadora na organização burocrática escolar**. 1995. Dissertação (Mestrado) - Unicamp, Campinas, 1995.
- LIMA, Licínio. **A escola como organização educativa: uma abordagem sociológica**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2003. 189 p.
- LUCK, Heloísa *et al.* **A dimensão participativa da gestão escolar**. *Gestão em rede*, v. 57, p. 1-6, 1998.
- LUCK, Heloísa. **Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores**. Em *Aberto*, Brasília, v. 17, n. 72, p. 1-195, fev./jun. 2000.
- LUCK, Heloísa *et al.* **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- LUCK, Heloísa **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. Série Cadernos de Gestão.
- LUCK, Heloísa... [*et al.*]. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- LUDKE, M. e ANDRÉ. M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. (Temas básicos de educação e ensino). São Paulo: EPU, 1986.
- LUIZ, Nilma de Oliveira Cesar. **O diálogo na efetivação da Gestão**. Ponta Grossa, 2008. 63 p.

- NASCENTE, Renata Maria Moschen. **A construção da participação na gestão escolar: uma proposta de formação.** UFSCar - Universidade Federal de São Carlos, SD, p. 05 - 11.
- NÓVOA, A. Para uma análise das instituições escolares. In: NÓVOA, António (coord.) **As organizações escolares em análise.** Lisboa: Dom Quixote, 1992.
- OLIVEIRA, D. A. **Gestão Democrática da Educação: desafios contemporâneos.** Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- OLIVEIRA, João Ferreira; MORAES, Karine Nunes e DOURADO, Luis Fernandes. **Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos de implementação.** UFG. 2008, p. 04.
- PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- PARO, Vitor Henrique. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino.** São Paulo: Ática, 2007.
- RIBEIRO, Sonisvaldo de Souza e SANTOS, Sílvia Alves dos. **O Trabalho Coletivo na Rotina Escolar e a Construção do Projeto Político-Pedagógico, SD.** Disponível em: <<http://www.diaa-educacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/638-4.pdf>>. Acesso em: 10/01/2022.
- VALERIEN, Jean. **Gestão da escola fundamental: subsídios para análise e sugestão de aperfeiçoamento.** 8. ed. São Paulo: Cortez; [Paris]: UNESCO; [Brasília]: Ministério da Educação e Cultura, 2002.
- XAVIER, Lena Núbia Bezerra; DE OLIVEIRA, Adriana Leônidas. **A Importância da Gestão Participativa para o Desenvolvimento das Escolas Públicas Brasileiras.** Universidade de Taubaté, Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional, Taubaté/SP, 2009.

Reabilitação Precoce da População Idosa para a Manutenção da Capacidade Funcional: Promoção do Envelhecimento Saudável

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Tânia Cinara Rodrigues Nunes
Discente do curso de Especialização em Geriatria e Gerontologia

RESUMO:

O processo de envelhecimento da população brasileira, seguindo uma tendência observada globalmente, registra aceleração acentuada nas últimas décadas. Considerando que grande parte da população idosa apresenta diminuição ou perda da funcionalidade, recrudescem, cada vez mais, as demandas nos serviços de saúde. Condições como sedentarismo, tabagismo, hábitos alimentares inadequados ou surgimento de doenças crônicas não transmissíveis agravam esse quadro de perda da autonomia e diminuição da independência da pessoa idosa. Diante desse cenário, é importante focar na continuidade, na integralidade e na articulação do cuidado, visando a preservar ou melhorar a capacidade funcional da pessoa idosa, que é dimensionada em termos de habilidade e independência para realizar determinadas atividades. O objetivo desse trabalho é ressaltar a importância da reabilitação precoce para pessoas idosas com redução ou perda da capacidade funcional, o que lhes possibilita a vivência de um envelhecimento saudável, ou seja, com autonomia e independência. Para esta revisão bibliográfica, foram utilizados artigos científicos em periódicos e livros didáticos. Vários estudos demonstraram que a reabilitação precoce na população idosa pode prevenir a perda da capacidade funcional, mantendo-a e resgatando-a.

Palavras chave: reabilitação; idosos; capacidade funcional; envelhecimento saudável.

ABSTRACT:

The aging process of the Brazilian population, following a global detected tendency, indicates an accelerating rate in the last decades. Considering that a large share of the elderly population shows diminished or loss of functionalities, amplifying more and more, the demand of health services. Conditions such as sedentarism, smoking, inadequate eating habits or rise of chronic non transmissible diseases increases the case of the loss of autonomy and reduction of independence of the elderly person. Regarding this scenario, it's essential to focus on the continuity, in the integrality and the articulation of care, aiming to preserve or improve the functional capacity of the elderly, that is dimensioned in terms of ability and independency to perform certain activities. The goal of this research is to emphasize the importance of early rehabilitation to elderly people with diminished or loss of functional capacity, providing a healthy, meaning a life with autonomy and independency. To carry out this literature review, were selected scientific papers in journals and textbooks. Many studies showed that early rehabilitation for the elderly population could prevent the loss of functional capacity, keeping it and recovering.

Keywords: rehabilitation; elderly people; functional capability; healthy aging process.

1. INTRODUÇÃO

O envelhecimento é um processo natural e heterogêneo em que ocorre progressivamente uma diminuição da reserva funcional dos indivíduos, porém cada um o experimenta em formas, velocidades e intensidades diferentes. Tais variações são dependentes de fatores como estilo de vida, condições socioeconômicas, doenças crônicas e herança genética. O envelhecimento promove uma série de alterações no ser humano, envolvendo aspectos psicológicos, fisiológicos e patológicos (**BARAÚNA et al., 2004**).

A Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (**PNSPI**) estabelece a condição de funcionalidade como importante indicador de saúde da população idosa, tendo como finalidade primordial recuperar e manter a autonomia e independência (**BRASIL, 2006**).

A funcionalidade pode ser tomada como equivalente de bem-estar, ancorando-se nos conceitos de autonomia e independência. Esta significa a *“capacidade de realizar algo com os próprios meios”* (**MORAES, 2012, p. 10**), ao passo que aquela, a *“capacidade individual de decisão e comando sobre as ações, estabelecendo e seguindo as próprias regras”* (**MORAES, 2012, p. 10**).

A capacidade funcional, por sua vez, é uma medida da funcionalidade global do indivíduo, resultado de relação de suas capacidades de ordem física e ordem psíquica, e que pode variar desde um grau de independência total para as atividades cotidianas até um grau em que há perda de autonomia nas decisões (**RAMOS, 2009**).

O envelhecimento considerado saudável é, portanto, aquele em que a capacidade funcional do idoso é desenvolvida e mantida, possibilitando-lhe o bem-estar (**ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2015**).

A reabilitação geriátrica visa a proporcionar o envelhecimento saudável e funcional, reduzindo o impacto das doenças crônicas na funcionalidade do indivíduo, além de resgatar sua autonomia após eventos agudos.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. O processo de envelhecimento

A Organização Mundial de Saúde (**OMS**) considera o idoso, cronologicamente, como aquele indivíduo que possui 65 anos ou mais de idade, em países desenvolvidos, e, em países em desenvolvimento, prevalece a idade de 60 anos ou mais (**ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 1984 apud BALDONI; PEREIRA, 2011**).

O processo de envelhecimento, que antes era restrito aos países desenvolvidos, também está acontecendo, e de maneira mais rápida, naqueles em desenvolvimento. De acordo com os dados da **PNAD** Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (**IBGE**), em 2017 a população de idosos já era de 30,2 milhões, sendo 4,8 milhões a mais do que em 2012. Isso representa um aumento de 18% na quantidade de pessoas acima de 60 anos. Essa realidade se deve, principalmente, ao aumento da expectativa de vida em função de melhores condições de vida (**moradia, saneamento básico, educação, acesso**

a alimentos etc.), além de mais acesso e melhor qualidade da assistência em saúde. Ao mesmo tempo, está ocorrendo uma queda da taxa de natalidade, com casais optando por ter menos filhos (**PARADELLA, 2018**).

Trata-se de um fenômeno mundial, que tem ganhado importância no Brasil nos últimos anos. Os números mostram que a tendência é haver uma população idosa cada vez mais representativa. Segundo os dados do **IBGE**, até 2042, a população acima de 60 anos deverá duplicar no Brasil, em comparação com o ano de 2017, o que resultará num país envelhecido (**PARADELLA, 2018**).

Esse fato justifica a enorme importância de estudar essa população e de criar políticas que atuem para promover a saúde do idoso, proporcionando melhorias em sua qualidade de vida.

A idade cronológica não tem nenhuma consequência individual, mas é importante para o planejamento das ações de saúde a nível coletivo. Ela deve ser diferenciada da idade biológica (**órgãos e sistemas fisiológicos**), funcional (**autonomia e independência**) e psíquica (**grau de amadurecimento**), que são variáveis e, por vezes, independem da idade cronológica.

2.2. Aspectos biológicos do envelhecimento

O envelhecimento também pode ser compreendido através da análise das várias consequências ou dos efeitos da passagem do tempo em um indivíduo. Esses efeitos podem ser positivos ou negativos e são observados nas diversas dimensões do indivíduo: organismo (**envelhecimento biológico**) e psiquismo (**envelhecimento psíquico**). Todas as dimensões são igualmente importantes, na medida em que são coadjuvantes para a manutenção da autonomia e da independência do indivíduo (**MORAES, 2008**).

O envelhecimento biológico é inexorável e irreversível, sendo caracterizado pela maior vulnerabilidade às agressões do meio interno e externo e, portanto, por uma maior susceptibilidade nos níveis das células, dos tecidos e de órgãos, aparelhos, sistemas. Entretanto, envelhecer não significa adoecer. Em condições basais, o idoso funciona tão bem quanto o jovem. A diferença se manifesta nas situações em que se torna necessária a utilização das reservas homeostáticas (**de equilíbrio**), que, no idoso, são mais frágeis (**MORAES, 2008**).

Tal progressão natural e esperada, a senescência (**envelhecimento fisiológico**), embora não apresente um modelo típico, costuma abranger alterações não patológicas no organismo, como o embranquecimento de cabelos e sua perda, a redução da massa muscular e a perda de flexibilidade da pele. Já a senilidade (**envelhecimento patológico**) é um processo distinto associado ao envelhecimento em que há o desenvolvimento de condições patológicas (**BRASIL, 2006a**).

O **gráfico 1** a seguir, elaborado por Moraes (**2008**), mostra a relação entre a funcionalidade global do organismo e os ciclos de vida (**infância, adolescência, adultez e velhice**).

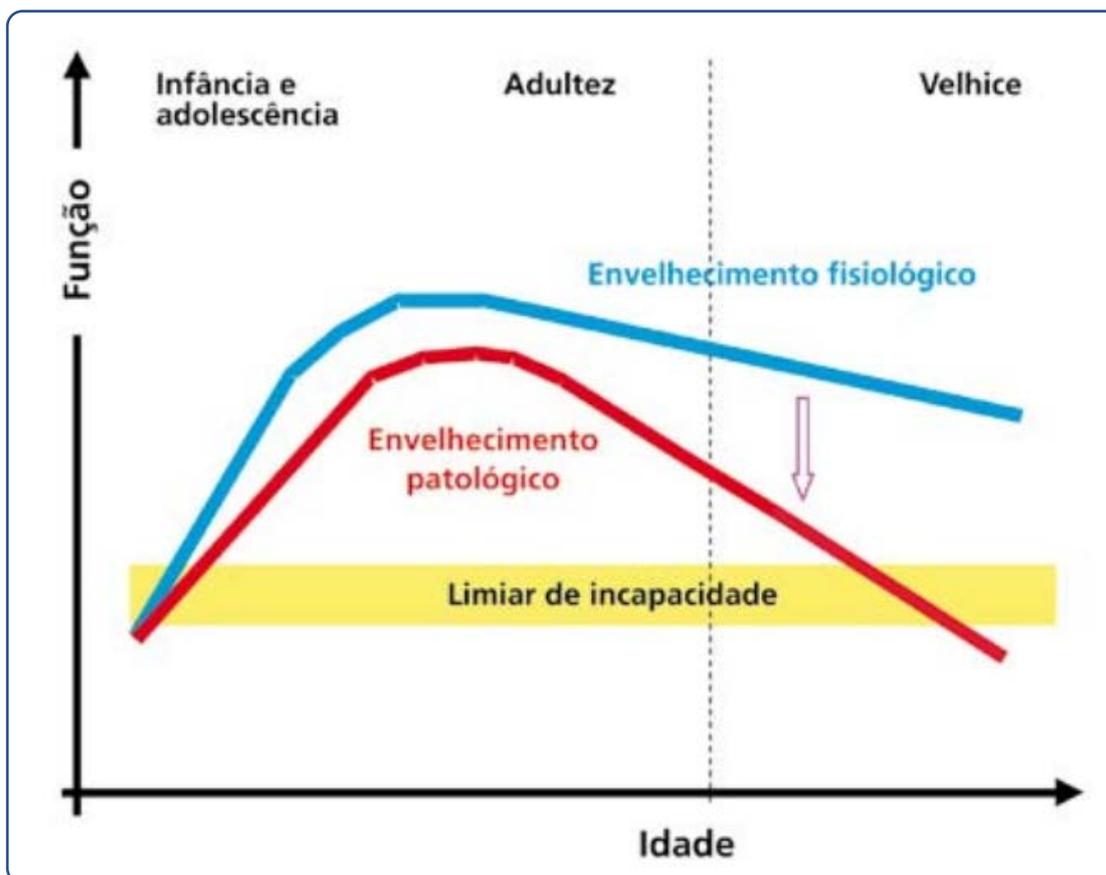


Gráfico 1: Funcionalidade global versus idade

Fonte: (MORAES, 2008)

O ser humano atinge o máximo das suas funções orgânicas entre os 30 e 40 anos. Entre os 40 e 50 anos, há uma estabilização e, a partir daí, um declínio funcional progressivo, com a perda funcional global de 1% ao ano. Portanto, quanto maior a reserva funcional, menor será a repercussão do declínio considerado fisiológico (MORAES, 2008).

O envelhecimento fisiológico pode ser subdividido em dois tipos: um bem-sucedido, em que a perda fisiológica é mínima, com preservação da função robusta em uma idade avançada; e outro considerado mais usual, em que ocorre uma perda funcional lentamente progressiva, com prejuízos significativos. Este tipo de envelhecimento fisiológico, embora não provoque incapacidade, traz alguma limitação à pessoa.

Ainda em relação ao envelhecimento fisiológico, podemos encontrar pessoas com alterações fisiológicas mais expressivas, o que caracteriza a síndrome da fragilidade ou *frailty*. Tal tipo de envelhecimento é difícil de ser diferenciado do envelhecimento patológico (MORAES, 2008).

O envelhecimento patológico (**senilidade**) é resultante de traumas ou doenças durante o ciclo vital (**hábitos de vida ou ambientes inadequados, doenças etc.**), sendo ainda o tipo predominante.

As principais alterações biológicas que o envelhecimento pode causar são: alterações das funções hepáticas, renais e no sistema cardiovascular; maior rigidez das cartilagens, dos tendões e dos ligamentos; diminuição da massa muscular, com redução ou perda da força muscular, do equilíbrio, da tolerância ao exercício, da mobilidade articular e da

agilidade da coordenação motora, o que predispõe a quedas e imobilidade. Além disso, podem ocorrer diminuição de quantidade de água e diminuição da altura, aumento do peso e da gordura, maior trabalho ventilatório ao esforço, redução do número e do tamanho dos neurônios, redução da capacidade termorreguladora e queda do tempo de reação e da condução nervosa. O processo de envelhecimento resulta também na perda da densidade óssea, que pode levar à osteoporose, principal preocupação em relação aos aspectos esqueléticos no idoso (FREITAS, 2002; DELIBERATO, 2002).

A sarcopenia tem sido definida como perda progressiva de massa, força e potência muscular esquelética, sendo considerada um componente chave da fragilidade e, conseqüentemente, do declínio da capacidade funcional (CRUZ-JENTOFT *et al.*, 2010). Pode ser causada por alterações neuro-hormonais, fisiológicas do próprio envelhecimento, por doenças que ocorrem frequentemente na pessoa idosa, e também associada a fatores nutricionais e nível de atividade física.

No gráfico 2 a seguir, elaborado por Moraes (2008), é possível visualizar as formas de envelhecimento fisiológico e o envelhecimento patológico, tomando-se em consideração, ainda, o limiar de incapacidade:

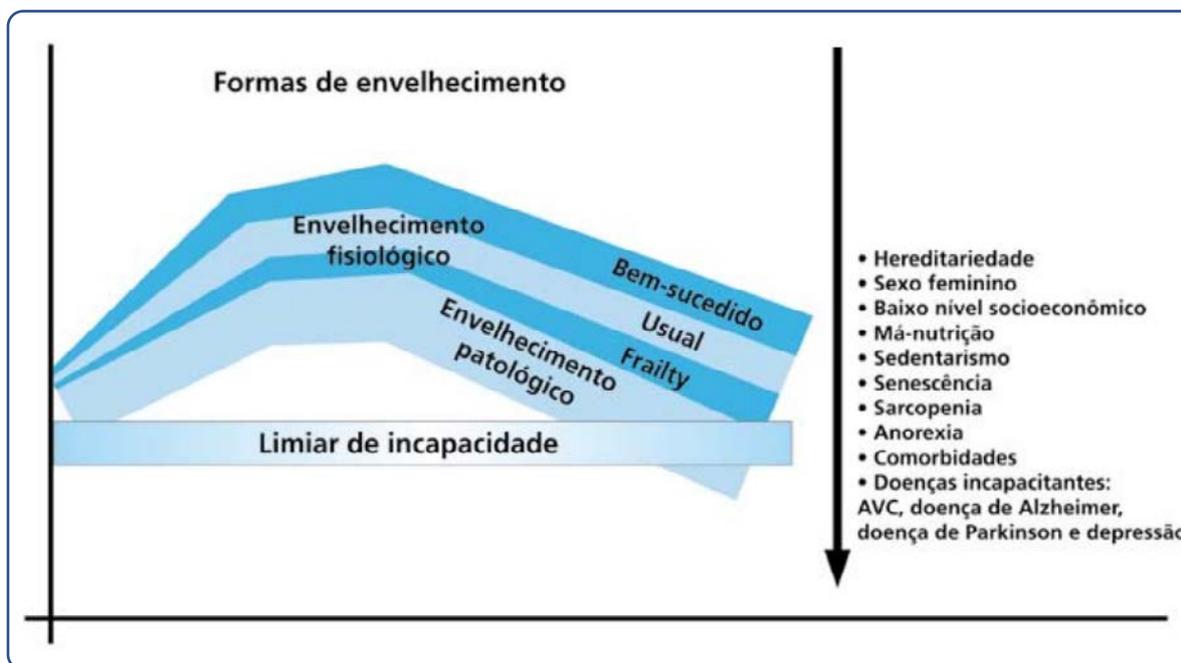


Gráfico 2: Formas de envelhecimento

Fonte: (MORAES, 2008)

O envelhecimento psíquico, ou seja, o grau de amadurecimento, não é naturalmente progressivo, não é inexorável. Depende também da passagem do tempo, mas sobretudo do esforço pessoal contínuo na busca do autoconhecimento e do sentido da vida. Portanto, há redução da vulnerabilidade (MORAES, 2008).

Ele é o produto de uma equação que concilia os aspectos cognitivos que resultam das experiências de relacionamentos e experiências pessoais do ciclo de vida (ABREU, 2010).

O envelhecimento é o principal fator de risco para determinadas doenças e incapacidades. Infelizmente, a maioria dos idosos apresenta o envelhecimento considerado patológico,

ou seja, associado a doenças e incapacidades, podendo comprometer a manutenção da capacidade funcional, sendo ela definida como o potencial que os idosos apresentam para decidir e atuar em suas vidas de forma independente, no seu cotidiano.

2.3. Capacidade funcional

A capacidade funcional surge como um novo paradigma de saúde: a população envelhece e o indicador de saúde importante não é mais a presença ou não de doença, mas o grau de capacidade funcional do indivíduo (**RAMOS, 2009**).

Essa capacidade compreende especialmente a dimensão motora, um dos importantes marcadores de um envelhecimento bem sucedido e da qualidade de vida dos idosos.

Trata-se da capacidade de o indivíduo realizar atividades físicas e mentais necessárias para a manutenção de atividades básicas e instrumentais, ou seja, tomar banho, vestir-se, realizar higiene pessoal, transferir-se, alimentar-se, preparar refeições, controle financeiro, tomar remédios, arrumar casa, fazer compras, usar transporte coletivo, usar telefone e caminhar uma certa distância (**FIEDLER; PERES, 2008; CARVALHO; ASSINI, 2008**). A perda dessa capacidade, está associada a predição de fragilidade, dependência, institucionalização, risco aumentado de quedas, morte e problemas de mobilidade, trazendo complicações ao longo do tempo, e gerando cuidados de longa permanência e alto custo (**GUIMARÃES et al., 2004**). Enfim, trata-se de uma importante habilidade da aptidão física que permite ao idoso realizar tarefas que possam garantir bem estar global e uma vida independente.

A avaliação geriátrica ampla (**AGA**) tornou-se o método internacionalmente estabelecido para avaliar idosos na prática clínica. É um processo diagnóstico multidisciplinar para determinar a condição de saúde física, psicológica e funcional de uma pessoa idosa a fim de se desenvolver um plano de tratamento e acompanhamento. O processo, desde que esteja intimamente ligado às intervenções, está associado a resultados superiores (**CLEGG et al., 2013**).

O termo “*Avaliação Geriátrica Ampla (AGA)*” começou a ser utilizado, no Reino Unido, no final da década de trinta e posteriormente difundiu-se de forma que seu conceito, parâmetros e indicações foram motivos para inúmeras publicações em revistas especializadas. Os primeiros artigos sobre a necessidade e a importância de uma avaliação geriátrica especializada foram publicados pela médica britânica Marjory Warren. Em 1936, ela assumiu a chefia de um grande hospital londrino com pacientes crônicos, imobilizados e negligenciados que não tinham recebido um diagnóstico médico apropriado e muito menos encaminhados para reabilitação. Acreditava-se que eles deveriam permanecer na instituição pelo resto de suas vidas. Bons cuidados de enfermagem mantinham os pacientes vivos, mas, a falta de diagnóstico e reabilitação os mantinham incapacitados. A Dra. Warren avaliou sistematicamente cada um dos pacientes e iniciou a reabilitação de todos eles, com isso conseguiu que a maioria deles deixasse de ser imobilizados e muitos receberam alta do hospital. Como resultado de seu trabalho, ela passou a ser reconhecida como geriatra e passou a advogar que todo idoso deveria receber uma Avaliação Geriátrica Ampla, com o objetivo de se planejar a reabilitação antes de ser encaminhado para uma instituição de longa permanência. (**MATTHEWS, 1984**).

Existem evidências no mundo inteiro de que uma elevada proporção de idosos, nesse processo de envelhecimento da população que gera limitações pessoais e grandes necessidades sociais e de saúde, experimentará dependência e necessidade de ter um suporte formal ou informal para realizar as atividades cotidianas (**RAMOS, 2009**).

Diante desse cenário, torna-se cada vez mais importante colocar em pauta a discussão de como promover boa saúde e qualidade de vida para a população idosa. De acordo com Ramos (**2009**), o caminho da saúde pública possui três agendas: primeiramente, a promoção de saúde e prevenção primária, o que requer muito da educação em saúde para desenvolver hábitos de vida saudáveis e melhorar a compreensão do processo de envelhecimento; em segundo lugar, tratamento de saúde apropriado, o que inclui profissionais treinados em geriatria e gerontologia, equipes multidisciplinares, visando a diagnósticos precoces e administração interdisciplinar de doenças, procurando preservar a capacidade funcional; e, finalmente, a reabilitação precoce das funções comprometidas, visando à independência funcional e autonomia mental, em qualquer tipo de incapacidade ou limitação.

A manutenção e a preservação da capacidade para desempenhar as atividades básicas de vida diária são pontos básicos para prolongar a independência o maior tempo possível. Com isso, o idoso mantém sua capacidade funcional (**GUIMARÃES et al., 2004**).

A reabilitação gerontológica visa, através de medidas preventivas, à preservação da função e ao adiamento da instalação de incapacidade, tendo ainda como objetivo diminuir o comprometimento imposto por incapacidades, promovendo um envelhecimento saudável e adaptando o indivíduo de forma a propiciar qualidade de vida (**CHIOVATTO, 2002**).

2.4. Reabilitação

A reabilitação pode ser definida como um conjunto de medidas que auxilia na manutenção do funcionamento ideal e da interação com o ambiente (**prevenção**) e na maximização da função frente a uma condição de incapacidade (**OMS, 2012**). Seu foco está não apenas na doença, mas também na repercussão funcional e na qualidade de vida. Ela se divide em: medicina de reabilitação, terapias e tecnologia assistiva.

As práticas em reabilitação devem estar direcionadas ao cuidado da pessoa, de sua família e da comunidade. A tríade usuário, família e comunidade constitui espaços complexos e de transformações contínuas, o que faz com que as ações nesse campo sejam bem planejadas e constantemente reformuladas de acordo com as demandas identificadas (**BRASIL, 2011 apud BRASIL, 2017**).

As necessidades de reabilitação são identificadas na avaliação multidimensional, sendo que as intervenções devem ser planejadas no Projeto Terapêutico Singular (**PTS**) ou plano de cuidado, juntamente com as ações de promoção da saúde e prevenção de agravos, visando à integralidade do cuidado.

Existem ações específicas de reabilitação a depender do perfil de funcionalidade da pessoa idosa.

Em um primeiro perfil (**perfil 1**), de pessoas idosas independentes e autônomas, as seguintes ações podem ser destacadas: desenvolver ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e manutenção da funcionalidade. As intervenções buscam evitar a

ocorrência de agravos ou condições crônicas. **Por exemplo:** prevenção de quedas, atividades de estimulação cognitiva (**jogos, oficina da memória**), atividade física (**caminhada, alongamento, musculação**), práticas integrativas complementares (**PICs**), estímulo à alimentação saudável.

Noutro perfil (**perfil 2**), de pessoas idosas com necessidade de adaptação ou supervisão de terceiros para realizar as atividades de vida diária, se a equipe observa um prejuízo da funcionalidade, deve ser realizada uma investigação mais detalhada dos aspectos comprometidos. As ações visam a diminuir ou retardar o declínio funcional. Por isso, há necessidade de reabilitação. **Por exemplo:** exercícios físicos adaptados, fisioterapia, controle de condições crônicas. Muitos desses exercícios podem ser realizados na própria atenção primária com apoio da equipe multiprofissional. Em algumas situações, o apoio de serviços especializados em reabilitação deve ser acionado, como o Centro Especializado em Reabilitação (**CER**).

Num último perfil (**perfil 3**), de pessoas dependentes de terceiros para realizar as atividades de vida diária, que apresentam o declínio funcional estabelecido e necessitam de reabilitação para compensar a função perdida, as ações devem priorizar o gerenciamento das condições crônicas, a garantia de uma vida digna e a oferta de cuidados de longa duração. **Por exemplo:** atenção domiciliar, apoio ao cuidador, cuidados paliativos. Dessa forma, o apoio de profissionais da equipe multiprofissional da atenção primária pode ser acionado e, em alguns casos, o apoio das equipes do serviço de atenção domiciliar.

A reabilitação geriátrica pode ser definida como intervenções diagnósticas e terapêuticas destinadas a restaurar a capacidade funcional ou a melhorar a função física residual em idosos vulneráveis com deficiências incapacitantes (**VISSER et al., 2022**).

2.5. Discussão

Vários estudos mostraram que os benefícios da reabilitação precoce da pessoa idosa são inúmeros e refletem em maior bem estar físico, social e emocional, melhorando a qualidade de vida da pessoa idosa e de seus familiares ou cuidadores, além de uma redução na demanda dos serviços de saúde. Mesmo em pessoas idosas independentes, é importante adotar medidas de reabilitação para prevenir a perda funcional.

Um estudo realizado com pessoas independentes que frequentavam centros de convivência identificou que 28% delas se beneficiavam de uma avaliação multidimensional para detectar precocemente a presença de possíveis déficits funcionais e ações de prevenção em reabilitação (**VERAS, 2007**).

Outro estudo realizado para determinar se o exercício de curta duração reduz quedas e lesões relacionadas a quedas em idosos concluiu que tratamentos incluindo exercícios para idosos reduzem o risco de quedas, prevenindo a fragilidade. O exercício parece ser a intervenção mais efetiva entre todas para melhoria da qualidade de vida e funcionalidade dos idosos (**PROVINCE et al., 1995**).

Evidências crescentes sugerem que um programa de reabilitação física adequado pode ser usado para restaurar e manter a independência funcional em idosos e pode potencialmente prevenir, retardar ou reverter o processo de fragilidade.

O **American College of Sports Medicine (ACSM)** orienta que a prescrição de exercícios para pessoas frágeis é mais benéfica do que qualquer outra intervenção e que as contradições do exercício para essa população são as mesmas usadas com jovens e pessoas mais saudáveis. Além disso, as diretrizes atualizadas e mais recentes do **ACSM** recomendam que o treinamento de resistência ou equilíbrio deve preceder o treinamento aeróbico para essa população (**THEOU et al., 2011**).

Resultados de uma revisão **Cochrane que incorporou 49 ECRs (ensaios clínicos randomizados)** com intervenções de exercícios para residentes de Instituições de Longa Permanência (**ILP**), um grupo de idosos provavelmente muito frágeis, concluiu que as intervenções, particularmente aquelas envolvendo treinamento de força e equilíbrio, podem aumentar com sucesso a força muscular e as habilidades funcionais. Portanto, é possível que mesmo pequenos ganhos de força dos residentes de **ILP** se traduzam em importantes ganhos funcionais (**FORSTER et al., 2009**).

Num estudo realizado no ambulatório de geriatria da **Unidade Vila Mariana do Hospital Israelita Albert Einstein**, **12 idosos** cumpriram programa de reabilitação física, no período de **4 meses**, em que os componentes de intervenção foram: exercícios de fortalecimento, treino de equilíbrio e desaquecimento/alongamento. De acordo com os resultados do trabalho, houve melhora em todos os domínios avaliados: equilíbrio, velocidade de marcha e força muscular da população estudada (**FERREIRA et al., 2014**).

Estudos mostram que a reabilitação no contexto do cuidado integrado e continuado é custo-efetiva. A reabilitação não precisa ser cara. Ela perpassa diversos setores e pode ser conduzida por equipe multiprofissional de saúde junto de especialistas em educação, bem-estar e outros campos. Em contextos de poucos recursos, ela pode envolver trabalhadores não especializados como trabalhadores em reabilitação da própria comunidade, família, amigos e grupos comunitários (**ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE; BANCO MUNDIAL, 2012**).

Estudo publicado na revista *Lancet* em março de 2008 sustenta que a reabilitação reduz riscos de quedas, perda funcional, institucionalização e hospitalização, além de outros (**BESWICK et al., 2008**).

No **gráfico 3** a seguir, elaborado por Kalache e Kickbusch (**1997 apud ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2005**), pode-se ver a relação entre a manutenção da capacidade funcional e as várias etapas de vida.

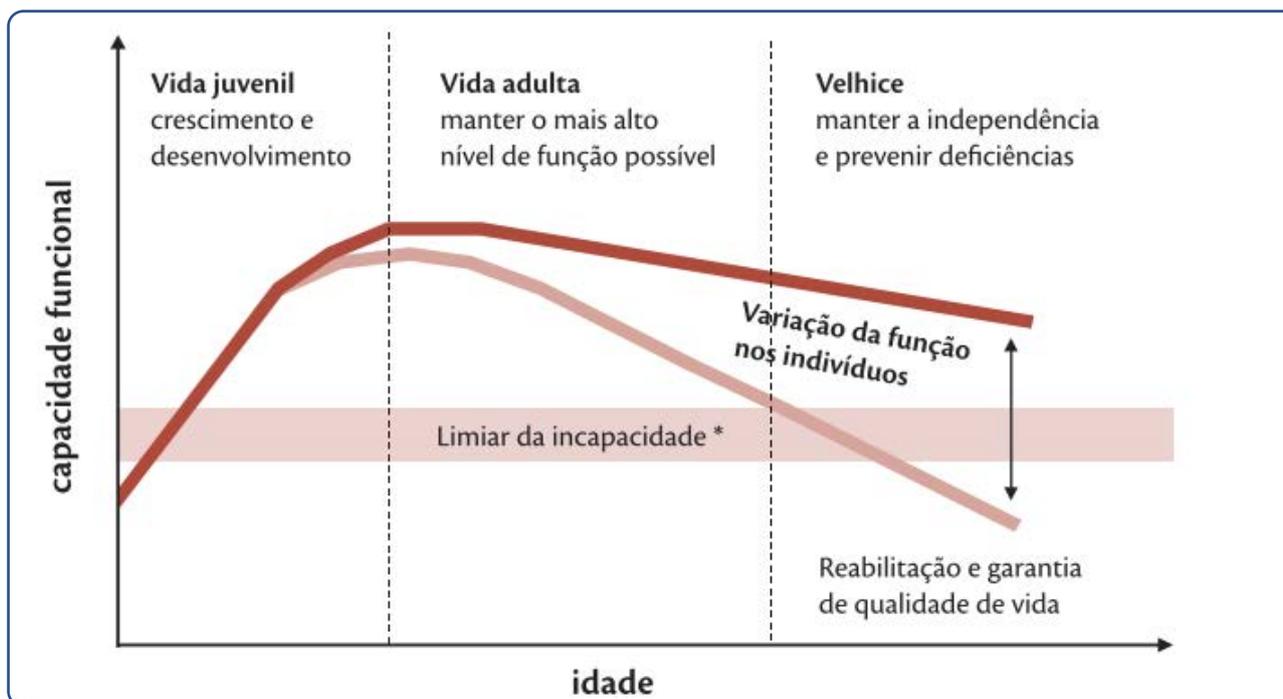


Gráfico 3: Manutenção da capacidade funcional ao longo da vida

Fonte: (KALACHE; KICKBUSCH, 1997 apud ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2005)

São inúmeros, portanto, os dados na literatura que demonstram que a reabilitação precoce da população idosa é fundamental para a manutenção da capacidade funcional, promovendo um envelhecimento saudável e ativo.

3. CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo estudar artigos científicos que analisam os benefícios da reabilitação precoce da pessoa idosa para a manutenção da capacidade funcional.

Os artigos revisados apontam que a reabilitação física, principalmente quando envolve treinamento de força e equilíbrio, é benéfica, auxiliando os idosos a manter o máximo possível sua capacidade funcional, resgatando, em graus variáveis, a funcionalidade perdida, além de aumentar a flexibilidade e o equilíbrio, reduzindo o risco de quedas e dependência.

A população idosa é heterogênea e o envelhecimento é produto de fatores biológicos, psíquicos, culturais, sociais e individuais, sendo que cada pessoa o vivencia de forma diferente.

Esse grupo etário tem aumentado consideravelmente em todo o mundo. Isso tem despertado a atenção de vários setores em desenvolver pesquisas e políticas públicas direcionadas para o envelhecimento saudável.

A manutenção da capacidade funcional dos idosos é um dos pilares que contribuem para a melhor qualidade de vida dessa população, ou seja, mantendo-os o máximo possível independentes e com autonomia.

Para isso, faz-se necessário compreender os aspectos do envelhecimento e suas dimensões, implementar ações de promoção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico

e tratamento adequado das doenças e otimizar a reabilitação precoce para minimizar as condições desfavoráveis e o alto custo para a atenção a esse grupo etário. Essas medidas devem estar presentes em todos os níveis de atenção à saúde.

Portanto, é preciso investir num envelhecimento saudável e ativo de forma a “*dar vida aos anos*” e não apenas mais “*anos à vida*”.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Andreia Crisália Freitas. **Dar vida aos anos e anos à vida: a prática do exercício físico pela população com mais de 65 anos na cidade de Lisboa**. 2010. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/3029>. Acesso em: 13 ago. 2022.
- BARAÚNA, Mário Antônio *et al.* **Estudo do equilíbrio estático de idosos e sua correlação com quedas**. *Fisioterapia Brasil*, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 136-141, 2004. Disponível em: <https://portalatlantica-editora.com.br/index.php/fisioterapiabrasil/article/view/3135>. Acesso em: 7 ago. 2022.
- BALDONI, A. O.; PEREIRA, L. R. L. **O impacto do envelhecimento populacional brasileiro para o sistema de saúde sob a óptica da farmacoepidemiologia: uma revisão narrativa**. *Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada*, [s. l.], v. 23, n. 3, p. 313-321, 2011. Disponível em: <https://rcfba.fcfar.unesp.br/index.php/ojs/article/view/324>. Acesso em: 13 ago. 2022.
- BESWICK, Andrew D. *et al.* **Complex interventions to improve physical function and maintain independent living in elderly people: a systematic review and meta-analysis**. *The Lancet*, [s. l.], v. 371, n. 9614, p. 725-735, 2008. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(08\)60342-6/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(08)60342-6/fulltext). Acesso em: 13 ago. 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Envelhecimento e saúde da pessoa idosa**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006a. Série “*Caderno de Atenção Básica*”, nº 19. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_saude_pessoa_idosa.pdf. Acesso em: 13 ago. 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.528 de 19 de outubro de 2006**. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. 2006b. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saude-legis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html. Acesso em: 13 ago. 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Práticas em reabilitação na AB: o olhar para a funcionalidade na interação com o território**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/praticas_reabilitacao_atencao_basica_territorio.pdf. Acesso em: 16 ago. 2022.
- CARVALHO, A. R.; ASSINI, T. C. K. A. **Aprimoramento da capacidade funcional de idosos submetidos a uma intervenção por isostretching**. *Brazilian Journal of Physical Therapy*, [s. l.], v. 12, n. 4, n. p., 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbfis/a/VVqs9g9SJSzZBrTDJrjGTFnS/?lang=pt>. Acesso em: 13 ago. 2022.
- CHIOVATTO, J. Reabilitação em Geriatria. In: PAPALÉO NETTO, M. **A velhice e o envelhecimento em visão globalizada**. São Paulo: Atheneu, 2002, p. 324-330.
- CLEGG, Andrew *et al.* **Frailty in elderly people**. *Lancet, London*, v. 381, n. 9868, p. 752-762, 2013. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4098658/>. Acesso em: 13 ago. 2022.
- CRUZ-JENTOFT, Alfonso J. *et al.* **Sarcopenia: European consensus on definition and diagnosis: Report of the European Working Group on Sarcopenia in Older People**. *Age and Ageing*, [s. l.], v. 39, n. 4, p. 412-423, 2010. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/20392703/>. Acesso em: 7 ago. 2022.
- DELIBERATO, P. C. P. **Fisioterapia Preventiva: fundamentos e aplicações**. Barueri: Manole, 2002.
- FREITAS, E. V. de; CANÇADO, F. A.; DOLL, J.; GARZONI, M. R. **Tratado de geriatria e gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

FERREIRA, Milene Silva *et al.* **Physical rehabilitation in the frailty syndrome among the elderly.** Acta Fisiátrica, [s. l.], v. 21, n. 1, p. 26-28, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/actafisiatrica/article/view/103823>. Acesso em: 13 ago. 2022.

FIEDLER, Mariarosa Mendes; PERES, Karen Glazer. **Capacidade funcional e fatores associados em idosos do Sul do Brasil: um estudo de base populacional.** Cadernos de Saúde Pública, [s. l.], v. 24, n. 2, n. p., 2008. Disponível em: <https://periodicos.fiocruz.br/publicacao/14035>. Acesso em: 13 ago. 2022.

FORSTER, A. *et al.* **Rehabilitation for older people in long-term care.** Cochrane Database of Systematic Reviews, [s. l.], n. 1, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/14651858.CD004294.pub2>.

GUIMARÃES, Laiz Helena de Castro Toledo *et al.* **Avaliação da capacidade funcional de idosos em tratamento fisioterapêutico.** Revista Neurociências, [s. l.], v. 12, n. 3, p. 130-133, 2004. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/neurociencias/article/view/8859>. Acesso em: 13 ago. 2022.

LIMA, Daniela Martins. A velhice e as estações. In: AVÔ INVESTIGAS. **Terceira Idade Também Rima Com Felicidade!**, [s. l.], 19 mar. 2011. Disponível em: <https://terceiraidadetambemrimacomfelicidade.blogs.sapo.pt/6650.html>. Acesso em: 13 ago. 2022.

Matthews DA. Dr. **Marjory Warren and the origin of British Geriatrics.** J Am Geriatr Soc 1984;32(4):253-258. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/6368651/>. Acesso em: 16 ago. 2022.

MORAES, Edgar Nunes de. **Atenção à saúde do Idoso: aspectos conceituais.** Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2012. Disponível em: <https://apsredes.org/pdf/Saude-do-Idoso-WEB1.pdf>.

MORAES, Edgar Nunes de. Processo de envelhecimento e bases da avaliação multidimensional do idoso. In: BORGES, Ana Paula Abreu; COIMBRA, Angela Maria Castilho (org.). **Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa.** Rio de Janeiro: EAD/Ensp, 2008. p. 151-175. Disponível em: http://www5.ensp.fiocruz.br/biblioteca/dados/txt_215591311.pdf. Acesso em: 13 ago. 2022.

PARADELLA, Rodrigo. **Número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017.** Agência IBGE Notícias, [s. l.], 26 abr. 2018. Seção Estatísticas Sociais. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>. Acesso em: 16 ago. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde.** Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf. Acesso em: 13 ago. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde.** Genebra: Organização Mundial da Saúde: 2015. Disponível em: <https://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2015/10/OMS-ENVELHECIMENTO-2015-port.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE; BANCO MUNDIAL. **Relatório mundial sobre a deficiência.** São Paulo: SEDPcD, 2012. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020_por.pdf. Acesso em: 13 ago. 2022.

PROVINCE, M. A. *et al.* **The effects of exercise on falls in elderly patients.** A preplanned meta-analysis of the FICSIT Trials. Frailty and Injuries: Cooperative Studies of Intervention Techniques. JAMA, [s. l.], v. 273, n. 17, p. 1341-1347, 1995. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/7715058/>. Acesso em: 13 ago. 2022.

RAMOS, Luiz Roberto. **Saúde Pública e envelhecimento: o paradigma da capacidade funcional.** BIS. Boletim do Instituto de Saúde, [s. l.], n. 47, p. 40-41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.saude.sp.gov.br/bis/article/view/33820>. Acesso em: 13 ago. 2022.

THEOU, Olga *et al.* **The Effectiveness of Exercise Interventions for the Management of Frailty: A Systematic Review.** Journal of Aging Research, [s. l.], v. 2011, p. 1-19, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.4061/2011/569194>. Acesso em: 13 ago. 2022.

VERAS, Renato Peixoto *et al.* **Promovendo a Saúde e Prevenindo a Dependência: identificando indicadores de fragilidade em idosos independentes.** Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, [s. l.], v. 10, n. 3, p. 355-370, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.4061/2011/569194>. Acesso em: 13 ago. 2022.

VISSER, Dennis *et al.* **Effectiveness and characteristics of physical fitness training on aerobic fitness in vulnerable older adults: an umbrella review of systematic reviews.** BMJ Open, [s. l.], v. 12, n. 5, n. p., 2022. Disponível em: <http://bmjopen.bmj.com/content/12/5/e058056.abstract>. Acesso em: 13 ago. 2022.

A Arca da Aliança

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Thiago Aparecido dos Santos Ramos
Discente do curso de Teologia

RESUMO:

A Arca da Aliança foi o objeto central do culto judaico dos tempos monárquicos e representava a presença de Deus entre os homens. Entre suas principais funções, destacavam-se: Guardar as tábuas da Lei, expiar os pecados e servir de meio de comunicação entre Deus e seu povo. Após a invasão de Judá pelos babilônicos em 586 a.C., esse fantástico artefato desapareceu da narrativa bíblica e trouxe à tona uma incansável busca de pistas sobre o seu paradeiro. Tal procura ganhou notoriedade mundial em 1981 com o lançamento do filme “Indiana Jones – Os Caçadores da Arca Perdida” de Steven Spielberg, deixando de ser objeto de estudo e interesse apenas da comunidade religiosa judaico-cristã.

Apesar de não se terem provas concretas sobre a Arca da Aliança, a grande maioria dos pesquisadores acredita que ela de fato existiu. As divergências acentuam-se, principalmente, na questão de onde ela possa estar. Assim sendo, esta pesquisa acadêmica apresenta as principais teorias sobre o seu paradeiro e se muniu de fontes cristãs (protestantes e católicas), judaicas, científicas e jornalísticas para embasar o seu conteúdo.

Posto isso, este trabalho visa contribuir com a comunidade acadêmica, em especial à teológica, através de referências teóricas, pesquisas e fontes relevantes sobre a Arca de Deus e expor as mais diversas teorias sobre sua localização e como sua descoberta pode ser de extrema benesse as religiões judaico-cristãs e trazer credibilidade histórica aos relatos bíblicos.

Palavras chave: Ark of the Covenant, Ark, Ark of the Lord, Tabernacle, Yahweh, God, Moses.

ABSTRACT:

The Ark of the Covenant was the central object of Jewish worship of monarchical times and represented God's presence among men. Among his main functions were: Guarding the tables of the Law, atoning for sins, and serving as a means of communication between God and his people. After the Babylonian invasion of Judah in 586 BC, this fantastic artifact disappeared from the biblical narrative and brought out a relentless search for clues as to his whereabouts. This continuous search gained worldwide notoriety in 1981 with the release of Steven Spielberg's film "Indiana Jones – The Hunters of the Lost Ark", no longer the subject of study only by the Judeo-Christian religious community.

Although there is no concrete evidence about the Ark of the Covenant, the vast majority of researchers believe that it actually existed. The differences are accentuated, especially in the question of where it could be located. Therefore, this academic research presents the main theories about its whereabouts uses Christian (Protestant and Catholic), Jewish, scientific and journalistic sources to support its content.

Having said that, this work aims to contribute to the academic community, especially the theological, through theoretical references, research and relevant sources about the Ark of God and to present

the most diverse theories about its location showing how its discovery can be of great benefit to the Judeo-Christian religions and bring historical credibility to biblical accounts.

Keywords: *Ark of the Covenant, Ark, Ark of the Lord, Tabernacle, Yahweh, God, Moses.*

1. INTRODUÇÃO

Após a libertação do povo de Israel do jugo egípcio e durante sua peregrinação pelo deserto, Moisés, após determinação direta de Yahweh, instrui seu povo sobre como se daria a construção do Tabernáculo e da Arca da Aliança, bem como a forma de culto e holocaustos à Ele. Insta salientar que se tratava de um povo nômade em busca da terra prometida, o que fazia do Tabernáculo um templo itinerante, sendo, do ponto de vista de um observador, um simples santuário em forma tenda mas que representava a habitação terrestre de Deus entre os filhos de Israel. No interior do tabernáculo, mais especificamente no Santo dos Santos, ficava a Arca da Aliança, a qual guardava as tábuas da lei, a vara de Arão e o pote de maná; era tida como o objeto mais sagrado daquele povo e meio de comunicação entre Deus e ele. Toda essa ritualização e instruções de Deus sobre como servi-Lo e adorá-Lo e conseqüentemente o combate à idolatria, nos remetem ao contexto histórico e cultural daquele povo que apesar de monoteísta, trazia enraizado em seu âmago traços de religiões pagãs politeístas como a da Babilônia (**culto a Ninrode, Semíramis e Tamuz, por exemplo**), e do antigo Egito e suas divindades. Vislumbra-se portanto, uma gradual catequese de Deus para com eles.

Durante a monarquia judaica, a Arca da Aliança foi considerada um dos elementos centrais do culto a Deus. Estar diante dela no tabernáculo exigia complexos rituais, tocá-la era considerado tolice pois custava a vida de quem o fizesse. Tal era sua importância que, conforme os relatos bíblicos, pequenos contingentes hebreus aniquilavam exércitos cananeus inteiros, utilizando-se de sua presença como instrumento de guerra.

O último relato bíblico, aceito por protestantes e judeus, da Arca da Aliança ocorre durante a terceira e última invasão do Reino de Judá realizada pelo exército babilônico a mando de Nabucodonosor II e liderado por Nebuzaradã, conselheiro do rei de Babel, conforme descrito em II Reis 25: 8-9, ocasião em que o Templo de Jerusalém foi incendiado e saqueado. Por outro lado, os católicos, que têm a Septuaginta como base do seu cânon, utilizam-se de II Macabeus para descrever o desaparecimento da Arca, tendo supostas mãos piedosas a escondido em uma caverna a pedido do profeta Jeremias.

Desde então, o paradeiro da Arca do Senhor é uma incógnita, surgindo diversas teorias que tentam resolver este enigma, algumas à luz das Escrituras, outras não. Existe até um ramo da arqueologia especializado em estudos sobre objetos que têm ligação direta ou indireta com os relatos bíblicos, a arqueologia bíblica. Considerada uma ciência em toda sua dimensão metodológica, através dela, usando de escavações e datação radiométrica, os pesquisadores tentam fazer a conexão entre fé e ciência. Descobrir o paradeiro da Arca da Aliança seria revolucionar o entendimento sobre as religiões abraâmicas e provar a historicidade dos relatos contidos nas Sagradas Escrituras.

2. A ARCA DA ALIANÇA

Conforme é relatado no livro de Êxodo, volume contido na coleção do Antigo Testamento das Sagradas Escrituras, a Arca da Aliança foi construída a partir de uma ordem dada pelo próprio Yahweh (**provável vocalização do nome de Deus**) ao profeta Moisés. Essa determinação vem acompanhada de instruções sobre a construção do artefato, as dimensões,

forma, materiais e adornos a serem empregados. Trata-se de um plano divino materializado por mãos humanas e essa atitude de Deus perante o homem de o utilizar como cooperador na obra gera satisfação mútua (CBASD, 2011).

“Farás uma Arca de madeira de acácia com um metro e dez centímetros de comprimento, setenta centímetros de largura e setenta centímetros de altura. Tu a cobrirás de ouro puro por dentro e por fora, e farás sobre ela uma moldura de ouro ao redor. Fundirás para ela quatro argolas de ouro, que porás nos quatro cantos inferiores da Arca. Farás também varais de madeira de acácia, e os cobrirás de ouro; coloca-os nas argolas laterais da arca, para que a Arca possa ser transportada. As varas deverão permanecer nas argolas da Arca; não deverão ser removidas. (...) Farás também uma tampa, um propiciatório, de ouro puro, com um metro e dez centímetros de comprimento por setenta centímetros de largura. Igualmente faze dois querubins de ouro, de ouro batido os farás, nas duas extremidades do propiciatório; faze-me um dos querubins em uma extremidade e outro na outra: farás os querubins formando um só corpo com o propiciatório, nas duas extremidades. Os querubins terão as asas estendidas para cima e protegerão o propiciatório com suas asas, um voltado para o outro. As faces dos querubins estarão voltadas para o propiciatório. (Tradução King James Atualizada (KJA), 2001, p. 141)

Apesar de popularmente conhecida como a Arca da Aliança, é também referida na bíblia como “Arca do Senhor”, “Arca de Deus”, “A Arca”, “Divina Arca”, Arca do nosso Deus”, “Arca da Tua Fortaleza”, “Arca do Senhor vosso Deus”, “Arca do Deus de Israel” ou “Arca Sagrada”. Na tradição deuteronomista, movimento teológico que tem suas origens no Deuteronômio (**volume contido no Antigo Testamento**) desde o proto-deuteronômio até as redações posteriores pós-exílicas, é comumente chamada de “A Arca da Aliança do Senhor”, em segundo plano, na tradição sacerdotal, formada por grupos de interesses legalistas e sacerdotais, é denominada preferencialmente de “Arca do Testemunho” (ARAÚJO, 2011).

Encontram-se 41 citações da frase “Arca da Aliança” na Bíblia, sendo 40 no Antigo Testamento e uma no Novo Testamento; por outro lado, a frase “Arca do Testemunho” aparece somente 3 vezes nas Sagradas Escrituras, todas no Antigo Testamento, mais especificamente nos livros de Êxodo, Números e Josué (SITE NOVA BÍBLIA).

O termo “arca”, em hebraico *aróhn* (אֲרוֹן), significa baú ou armário, mas também é utilizado na bíblia para definir sarcófago (Gên. 25:26) e cofre utilizado para depositar o dinheiro do Templo de Jerusalém (2Re. 12:10). Na bíblia, tal lexema raramente é utilizado sozinho sendo comumente combinado com as palavras “Senhor”, “Deus” ou “Aliança”. Conforme Oliveira 2011, a relação do termo “arca” com o divino ou sagrado se dá devido a sua importância e simbolismo, ou seja, a representação do próprio Deus entre os homens, por outro lado, sua conexão com o termo “aliança” ocorre para designar sua função, a qual será abordada em capítulo próprio.

De acordo com os relatos bíblicos, a Arca da Aliança ficava acondicionada dentro do Tabernáculo, palavra derivada da expressão hebraica “mishikân” (מִשְׁכָּן) (**habitação ou**

santuário - W. E. Wine; M. F. Unger; W. White jr. 2005), o primeiro templo itinerante em forma de tenda construído pelo povo de Israel para adoração ao seu Deus. Para Samuel N. Kramer 1969, a construção de uma tenda para adoração de divindades não é exclusividade da religião veterotestamentária (**relativa ao Antigo Testamento**) mas já era um ato cultural praticado por religiões pagãs que realizavam em suas cerimônias a oferta de carnes e vegetais, libações de água e vinho e queima de incenso perfumado e especiarias aromáticas, prática que ganhou destaque no terceiro milênio a.C nas principais cidades mesopotâmias. Conforme Menahem Haran 1965, sua configuração itinerante se dá por se tratar de um povo nômade, ou seja, que não possuía habitação fixa e que, de acordo com as Escrituras, vagou pelo deserto por 40 anos (**Ex. 16:35**). Esse local de adoração era dividido em três níveis: O “Pátio” ou “Átrio” (**Ex. 27:9-19**), o “Lugar Santo”, restrito aos sacerdotes e que incluía a Mesa, o Candelabro e o Altar do Incenso (**Ex. 25:23-30, Ex. 30-8, Lv. 24-2 e Lv. 24:5-9**) e o “Santíssimo” ou “Santo dos Santos”, considerado o lugar mais importante do tabernáculo, de acesso exclusivo ao Sumo Sacerdote e que continha a Arca da Aliança. O Lugar Santo e o Santíssimo eram separados apenas por um véu grosso (**Ex. 26:33**).

O acesso a Arca da Aliança era complexo e ritualizado. O sumo sacerdote só podia adentrar ao Santíssimo uma vez por ano, trajado de vestes especiais feitas de linho fino e após ter se lavado com água limpa. Além disso, precisava estar amarrado com uma corda na cintura para que, caso viesse a morrer durante o ritual, pudesse ser puxado para fora do local por um sacerdote que não tinha a permissão de entrar no Santíssimo. Conforme ensina o Talmude, um dos livros básicos judaicos que contém a lei oral, moral, a doutrina e as tradições dos judeus, o sumo sacerdote passava a semana precedente ao Dia da Expição, também chamado Yom Kippur, envolto em profunda meditação e oração; não lhe era permitido pensar em outra coisa que não fosse o significado do ritual que estava prestes a realizar e devia revisá-lo sistematicamente (**CBASD, vol.1 p.839**). Do mesmo modo, quando a Arca da Aliança precisava ser transportada para outro local ou durante a peregrinação do povo pelo deserto, percebem-se ritualísticas adicionais. Conforme Hugo Bouter 2014, a Arca da Aliança era conduzida através de varas, que não podiam ser removidas, inseridas nos quatro cantos inferiores da mesma. Além disso, antes que os levitas (**membros da tribo de Levi**) a suspendessem para o começo da peregrinação, devia ser envolta por 3 cobertas: O véu que separava o Santíssimo do Lugar Santo, uma cobertura impermeável feita provavelmente com pele de texugo e um pano azul. Para Bouter, a cor do pano fazia com que a arca se destacasse dos demais objetos em procissão e mostrava a todos os presentes que aquele era o lugar mais santo do tabernáculo. Vale ressaltar que as cores azul e púrpura simbolizam a realeza. Para tingir os tecidos com esses tons, eram utilizados vários moluscos, especialmente os *murex pecten* (**gastrópode de concha com grande concentração da cor magenta-violeta em seu interior**) e que são encontrados até os dias de hoje nas águas do nordeste do Mediterrâneo. (**KJA 2001 p. 141 rodapé**)

Nas Sagradas Escrituras é relatado um fato curioso sobre a ritualização para o manuseio da Arca do Senhor e como a não obediência sistemática desse ritual podia ser fatal. A mesma só podia ser carregada pelos sacerdotes levitas que sequer podiam tocá-la caso não estivesse cuidadosamente coberta. *Além disso, deveriam carregá-la nos ombros através das varas de madeira de acácia revestidas de ouro conforme trechos bíblicos a seguir:*

“Então determinou Davi: “Ninguém deve conduzir a Arca de Deus, senão exclusivamente os levitas; porque Yahweh os escolheu para levarem a Arca de Deus e para o servirem para sempre.” (Tradução King James Atualizada (KJA), 2001, p. 589)

“Tinham a responsabilidade de zelar da arca, da mesa, do candelabro, dos altares, dos utensílios do santuário com os quais ministravam, do véu e de tudo que fazia parte desse serviço.” (Tradução King James Atualizada (KJA), 2001, p. 219)

“Entretanto, Moisés não concedeu aos descendentes de Coate nem carroças nem bois, pois os objetos sagrados de que eles cuidavam tinham de ser carregados nos ombros.” (Tradução King James Atualizada (KJA), 2001, p. 224 e 225)

Em determinado ponto da narrativa bíblica, Davi conduzia seu exército para a cidade de Baalá a fim de buscar a Arca da Aliança que lá se encontrava. A Arca foi colocada sobre um carro de bois, construído especificamente para este traslado e em total desconformidade com a orientação divina. Durante a viagem, os bois tropeçaram e Uzá, filho de Abinabade, na tentativa de evitar que a Arca da Aliança caísse de cima do carro, a tocou e foi morto instantaneamente.

“Quando chegaram à eira, ao campo de descascar cereais, que pertencia a Nacom, os bois tropeçaram. Então Uzá estendeu a mão e segurou a Arca da Aliança. Imediatamente a ira do Senhor se acendeu contra Uzá, e Deus o feriu por seu erro; e Uzá morreu ali mesmo junto à Arca de Deus.” (Tradução King James Atualizada (KJA), 2001, p. 453)

Segundo Bouter 2014, essa morte dramática e exemplar não se deve exclusivamente ao fato isolado protagonizado pelo personagem bíblico Uzá mas também à falta de reverência por parte de Davi em transportar a arca daquela maneira pois a mesma deveria ser carregada cortesmente nos ombros como sinal de respeito e conclui que por mais que sejam sinceras nossas intenções, é necessário cumprir fielmente as exigências de Deus. Por outro lado, não foram somente pessoas bem-intencionadas que foram acometidas pelos supostos poderes sobrenaturais do objeto em questão. As Sagradas Escrituras também relatam que a Arca da Aliança sequer podia ser vislumbrada em seu interior, *tal atitude era fatal e causou a morte imediata de 70 pessoas que se atreveram a fazê-lo:*

“No entanto, setenta homens de Bete-Semes, sendo que cinquenta deles eram daqueles que andam aos milhares, filhos de Jeconias, cometeram o pecado de olhar para dentro da Arca de Yahweh, e por este motivo o Senhor os matou. E o povo muito se lamentou, chorou e ficou de luto, por causa dessa grande matança que Deus fez cair sobre sua gente.” (Tradução King James Atualizada (KJA), 2001, p 408).

Algumas traduções bíblicas como João Ferreira de Almeida Fiel aos Textos Originais e a João Ferreira de Almeida Revista e Corrigida apresentam um número exorbitantemente maior de mortes de curiosos, totalizando 50.070. Para Robert Jamieson 1871, trata-se de um erro de tradução. Em seus estudos sugere que o correto seria “*ele feriu cinquenta em mil*” (1/20) e que sendo mil e quatrocentos o número dos que se entregaram a curiosidade, Deus, em vez de seguir o antigo costume de dizimar, matou apenas a vigésima parte deles, logo setenta de mil e quatrocentos (70/1400).

2.1. Construção e materiais empregados

Existem divergências bíblicas sobre quem foi o construtor da Arca da Aliança. O livro de *Deuteronômio* em seu capítulo 10 sugere que foi o próprio Moisés, já em Êxodo é atribuída essa função a Bezalel. Também é possível que ambos tenham parte na construção da mesma, ou seja, que houve uma colaboração. Outra linha de pensamento sugere Moisés como sendo aquele que ordenou e supervisionou todo o serviço relativo ao Tabernáculo e Bezalel como sendo uma espécie de artista ao qual foi delegada a incumbência de construir a Arca. Além disso, existe outra remota possibilidade que é a de que Moisés teria construído uma arca provisória e Bezalel uma definitiva, feita após a conclusão da construção do Tabernáculo (BOUTER 2014).

Na sua construção foram empregados basicamente dois materiais: a madeira de acácia e o ouro. A madeira de acácia, chamada de *heoron* pelos hebreus, foi escolhida por ser considerada a madeira incorruptível. Na arca, era revestida de ouro por dentro e por fora; sua cobertura era tão fortemente presa com pregos de ouro que parecia ser uma única peça. (Josefo – HB8° 2004). Vale destacar que o gênero Acacia inclui mais de cem espécies de árvores e arbustos e é considerada uma das plantas mais ecologicamente importantes das regiões áridas e semiáridas da África. Nem todas as espécies de acácia seriam adequadas ao uso nos materiais relativos ao Templo, sendo a acácia *raddiana* a mais provável por conta de suas características. Por crescer lenta e gradualmente, a madeira de acácia é densa e robusta. Sua longevidade e resistência ao apodrecimento se dá devido aos resíduos depositados em seu cerne, que a torna intragável aos insetos além de evitar que seja penetrada por água ou quaisquer outros agentes de decomposição, daí a fama de incorruptível. (PLANTS OF THE BIBLE). *É notável sua relevância para o povo hebreu pois era um dos materiais que podiam ser ofertados ao Templo de Jerusalém:*

“*Todos aqueles que traziam suas contribuições de prata ou de bronze, assim procediam como entregando uma oferta de adoração ao Senhor, e toda pessoa que tinha posse de madeira de acácia para qualquer das partes da grande obra, da mesma forma efetuou sua doação.*”
(Tradução King James Atualizada (KJA), 2001, p.157)

A Bíblia também demonstra o simbolismo do ouro, em hebraico *zahab* (amarelo ou brilhante), em algumas de suas passagens. É considerado pelo povo hebreu um presente típico oferecido aos reis e representa glória, realeza e a soberania divina. (Josefo – HB8° 2004)

“Hirão havia doado ao rei Salomão quatro mil e duzentos quilos de ouro puro!” (Tradução King James Atualizada (KJA), 2001, p 501)

“Olhei para cima, e diante de mim estava um homem vestido de linho com um cinto de ouro puríssimo na cintura.” (Tradução King James Atualizada (KJA), 2001, p 1224)

“Aproximou-se um outro anjo e se colocou em pé junto ao altar, portando um incensário de ouro. A ele foi entregue grande quantidade de incenso para oferecer com as orações a todos os santos sobre o altar de ouro diante do trono.” (Tradução King James Atualizada (KJA), 2001, p 1949)

Não obstante, o ouro é durável, versátil e fascinante. Encantou as primeiras civilizações com seu brilho extraordinário, tendo evidências de sua extração e utilização pelas primeiras tribos nômades há pelo menos 3500 a.C. Sua associação ao divino e a realeza nos remete, inclusive, ao antigo Egito que o utilizava em grande escala em suas construções e tumbas. Os faraós, tidos como deuses na terra, e os membros de sua corte eram adornados com peças de ouro produzidas por seus artesãos como: colares, pulseiras, braceletes, amuletos, anéis e etc. **(FLÔRES 2015)**

2.2. Finalidade

A Arca da Aliança é comumente associada à função de armazenar as Tábuas da Lei e outros objetos sagrados. Essa conexão é correta, porém, existem outras **5 funções complementares, as quais veremos a seguir:**

2.2.1. Armazenar as Tábuas da Lei, a vara de Arão e o Pote de Maná

Através de algumas passagens contidas nos livros de Êxodo, Números e Hebreus é possível concluir que a Arca da Aliança funcionava como uma urna sacra. Segundo a narrativa bíblica, sua primeira finalidade era armazenar as tábuas da Lei **(os 10 mandamentos)**. Posteriormente foram também acrescentados em seu interior a vara de Arão e o pote de maná **(alimento criado milagrosamente por Deus e fornecido ao povo de Israel enquanto vagavam pelo deserto, tinha gosto de “bolo amassado com azeite de oliva” (Nm 11:8) ou “bolo de mel” (Ex 16:31))**.

“E colocarás na Arca as Tábuas da Aliança que te darei” (Tradução King James Atualizada (KJA), 2001, p.141)

“Então o Senhor disse a Moisés: “Torna a levar a vara de Arão para diante da arca das tábuas da Aliança, onde terá ela seu lugar ritual, como uma advertência para os rebeldes. Isso porá fim às reclamações do povo contra minha pessoa, e evitará que morram!”.” (Tradução King James Atualizada (KJA), 2001, p.242)

“Onde se posicionaram o altar de ouro puro para o incenso e a Arca da Aliança, também toda revestida de ouro. Nessa arca estavam o vaso de ouro contendo o maná, a vara de Arão e as tábuas da aliança”
(Tradução King James Atualizada (KJA), 2001, p. 1866)

As Tábuas da Lei testemunhavam a autoridade de Deus perante seu povo escolhido. Ao acatar a ordem divina de depositar a Lei dentro da Arca, aceitando a missão de serem guardiões de Sua vontade e submissos a ela, esse mesmo povo testemunha o reconhecimento de que Deus tem autoridade para governar sobre eles. Ao pedir que Sua Palavra seja zelosamente guardada em um baú, Yahweh demonstra ainda mais o grande cuidado que sempre teve em preservá-la. **(JAMIESON 1871)**

Para Robert Jamieson 1871, os milagres do maná, o qual era preservado na Arca da Aliança, e da água na rocha eram uma demonstração de Deus para com seu povo de que Ele estava presente e o auxiliando durante todo o seu percurso. Receber miraculosamente alimento e água de Yahweh deixava o povo corajoso, calmo e resolutos durante sua peregrinação pelo deserto. Por outro lado, o florescimento da vara de Arão demonstra que deveria ser dado um fim sobre os murmúrios referentes à titularidade do ofício do sacerdócio. Assim sendo, o Senhor realizou esse milagre de caráter notável e permanente, demonstrando que tal celeuma exigia um acordo decisivo e autoritário. As varas de Arão na Arca representam uma advertência à rebeldia.

2.2.2. Meio de comunicação entre Deus e os homens

A Arca da Aliança também servia de meio de comunicação entre Deus e o homem. Era sobre sua tampa, mais especificamente entre os querubins, que o próprio Yahweh falava com Moisés e faziam conhecidos os seus mandamentos, através dos quais reinava sobre seu povo escolhido **(BOUTER 2014)**.

“Ali, sobre a tampa, que é o propiciatório, no meio dos dois querubins que se encontram sobre a Arca, Eu me encontrarei contigo no tempo certo, e falarei a ti de cima do tampo, dentre os dois querubins que estão sobre a Arca que contém o Testemunho da Aliança, a respeito de tudo que te ordenarei para os filhos de Israel.”
(Tradução King James Atualizada (KJA), 2001, p.141)

Ademais, os querubins em posição de humildade e com seus rostos virados para o centro e para baixo, em direção à Arca, representam a reverência com a qual a hoste celeste tem para com os mandamentos de Deus **(FRANCIS D. NICHOL 1957)**. O motivo pelo qual Yahweh se comunicava entre os querubins pode estar relacionada com a visão de Ezequiel na qual esses seres espirituais transportavam o trono, estando sujeitos a vontade soberana do Pai e encarregados de executá-la **(BOUTER 2014)**. Por outro lado, Seow 1992, conforme a tradição sacerdotal, descarta qualquer possibilidade de simbolismo em relação aos querubins como parte do trono, sendo os mesmos utilizados apenas como figuras ornamentais.

2.2.3. Expição dos pecados

O propiciatório era o meio pelo qual as transgressões da lei testificada nas tábuas do Testemunho eram perdoadas através do sangue espargido pelo sumo sacerdote. O sacrifício animal era necessário pois quando o pecado é perdoado, a reivindicação da lei contra o pecador também deve ser satisfeita, visto que essa mesma lei é fundada em um padrão de justiça imutável. A própria palavra “*propiciatório*” significa “*cobrir*” ou “*perdoar*”, logo, representa o apaziguamento da ira de Deus em relação ao homem, gerando reconciliação **(FRANCIS D. NICHOL 1957)**.

“Depois tomará um pouco do sangue do novilho e com o próprio dedo e aspergirá sobre a parte da frente da tampa; em seguida, também com o dedo, aspergirá o sangue sete vezes, diante da tampa, o propiciatório. Imolará então o bode destinado ao sacrifício pelo pecado do povo e levará o seu sangue também para detrás da cortina. Fará com esse sangue o mesmo que fez com o sangue do novilho, aspergindo-o sobre o propiciatório e diante deste. Cumprirá assim o rito de expiação pelo Lugar Santíssimo, pelas impurezas dos filhos de Israel, pelas suas transgressões e por todos os seus pecados. Assim procederá para com a Tenda do Encontro que permanece com eles, no meio de suas impurezas. **(Tradução King James Atualizada (KJA), 2001, p. 193)**

2.2.4. Instrumento de guerra

As Sagradas Escrituras nos relatam que por várias vezes a Arca da Aliança foi levada à frente do exército hebreu durante suas batalhas na conquista da terra de Canaã. Tal atitude demonstra a importância da mesma como símbolo da presença ativa de Deus, o Senhor dos Exércitos, Yahweh *tseba'oth* **(1Sm 1:3)**, título que sugere que Ele possui o controle absoluto e senhorio sobre toda Sua criação **(CBASD 1957)**. Segundo Gilvan Leite de Araújo 2011, os exegetas também concebiam a Arca como um anfitriônico paládio de guerra dos tempos anteriores à monarquia.

“Josué, filho de Num, convocou os sacerdotes e lhes ordenou: “Tomai a Arca da Aliança, e sete sacerdotes tomem sete shofaroth, trombetas, e sigam à frente da Arca de Yahweh!” Em seguida ordenou ao povo: “Avançai! Marchai ao redor da cidade. Os soldados armados irão à frente da Arca de Yahweh”. **(Tradução King James Atualizada (KJA), 2001, p. 329)**

A Arca representava o poder de Deus. Essa concepção era muito forte na mente dos hebreus pois Yahweh os havia libertado da escravidão no Egito através de Sua mão poderosa. Ademais, tal convicção do simbolismo do artefato não se limitou somente àquele povo. *Prova disso é o pavor que a mesma causou nos filisteus quando ficaram sabendo que a Arca do Senhor havia chegado ao acampamento dos filhos de Israel:*

“Assim que a Arca da Aliança do Senhor chegou ao acampamento, todo Israel começou a gritar tão alto, que o chão ao redor estremeceu. Os filisteus ouviram aquele brado extraordinário e exclamaram: “Que significa esse forte grito no acampamento dos hebreus?” Quando foram avisados que a Arca da Aliança do Senhor havia chegado ao acampamento dos hebreus, grande temor tomou conta dos filisteus e comentaram entre si: “Deus veio ao acampamento dos hebreus! Ai de nós! Nunca aconteceu algo assim!” (Tradução King James Atualizada (KJA), 2001, p. 405)

Neste relato bíblico, a Arca é capturada e depositada no templo de Dagom e mesmo assim demonstrou seu poder ao golpear aquele povo com terríveis aflições (ARAÚJO, 2011).

“Passados esses acontecimentos a mão do Senhor pesou sobre o povo de Asdode e das cidades vizinhas, trazendo destruição sobre todos eles e afligindo-os com pestes e tumores diversos. Quando os habitantes de Asdode notaram o que estava acontecendo em toda parte, exclamaram: “Não fique mais conosco a Arca do Deus de Israel, porque a sua mão se endureceu contra nós e contra nosso deus Dagom”. (Tradução King James Atualizada (KJA), 2001, p. 407)

Segundo Flávio Josefo, os filisteus foram acometidos por cólera e terríveis dores físicas por se vangloriarem de tomar a Arca dos hebreus, os quais não recorriam às armas mas à confiança em seu Deus. Yahweh se declarava protetor dos antepassados dos judeus e através da Arca da Aliança demonstrou o seu poder afligindo assustadores males aos filisteus, os quais foram obrigados a devolvê-la aos verdadeiros donos por conta do temor que sentiram.

2.2.5. Franquear passagem por entre as águas

Após seu longo período de peregrinação no deserto, o povo de Israel chegava finalmente à terra prometida, Canaã. Porém, entre o povo e a terra que “*mana leite e mel*” havia um grande obstáculo, o rio Jordão. Moisés já havia dividido o Mar Vermelho uma vez utilizando a vara do julgamento (**a qual trouxe as pragas sobre o Egito**) para que o povo de Israel pudesse fugir do jugo egípcio (**Êx 14:21-31**). Conforme a narrativa bíblica, décadas depois, sob as orientações de Josué, o milagre se repetiu através da Arca da Aliança. Assim que os sacerdotes que a transportavam molharam os pés nas bordas do Jordão, o rio se abriu para que o povo pudesse atravessá-lo em segurança. (HUGO BOUTER 2014)

“Assim que os transportadores da Arca chegaram ao rio Jordão e que os pés dos sacerdotes que transportavam a Arca se molharam nas bordas das águas, pois o Jordão transborda pelas margens durante toda a época da colheita, as águas que vinham de cima, em forte correnteza, pararam e formaram uma muralha d’água a grande distância dali, perto de uma cidade chamada Adã, nas proximidades de Zuretã; e as águas que desciam para o mar de Arabá, o mar Morto, escoaram totalmente.

E assim o povo atravessou o rio em frente a Jericó. (Tradução King James Atualizada (KJA), 2001, p. 326).

Conforme Robert Jamieson 1871, a Arca foi a causa primeira desse fato miraculoso. Foi a primeira a entrar no Jordão e a última a sair. Através da fé inabalável dos sacerdotes que a transportavam, o povo também se sentiu confiante, se apressou e passou pela terra seca. Nesse relato bíblico, a Arca não produziu apenas um fenômeno físico mas também um milagre de fé que contrastou o medo do povo com a “*fraqueza da natureza*” perante o poder de Deus.

Apesar da Arca da Aliança ter sido utilizada para esse fim uma única vez, essa inusitada função merece constar nesse estudo por se tratar de uma passagem bíblica de extrema relevância.

2.2.6. Símbolo da Aliança

De acordo com Gilvan Leite de Araújo 2011, a relação da Arca com a palavra “*aliança*” visa demonstrar sua finalidade, a qual aparece geralmente dentro da tradição deuteronomista.

A Aliança consistia em um acordo entre Deus e seu povo. Yahweh prometeu abençoá-los e ser seu líder em troca da obediência à Ele e Suas leis. Foi com base na aceitação desse compromisso por parte dos hebreus que Deus os entregou as tábuas contendo os dez mandamentos, os quais passariam a ser chamados de “*aliança*”. Dessa maneira, a Arca da Aliança recebeu esse nome por conter as tábuas da Lei, símbolo do pacto firmado por ambos. **(CBASD 1957)**

“*Veio Moisés, convocou os líderes anciãos do povo e declarou diante deles todas as palavras que Yahweh lhe havia ordenado. Então o povo afirmou unânime: “Tudo o que Yahweh mandou, nós faremos!” E Moisés declarou diante do Senhor as palavras de resposta do povo.*” **(Tradução King James Atualizada (KJA), 2001, p. 134)**

“Ele vos revelou então a Aliança que vos ordenara obedecer: os Dez Mandamentos, escrevendo-os sobre duas tábuas de pedra.” **(Tradução King James Atualizada (KJA), 2001, p. 279)**

3. ALGUMAS CITAÇÕES EXTERNAS

O Islã é considerado a segunda maior religião do mundo, computando aproximadamente 2 bilhões de fiéis, sendo fato que a cada cinco indivíduos no mundo, um é muçulmano. Conforme seus ensinamentos, seu livro sagrado, o ***Qura'n (Alcorão)***, foi agraciado pelo anjo Gabriel à Mohammed (**Maomé**), o qual foi o precursor da religião monoteísta que prega o respeito ao ser humano, valorização do pensamento e da mente, além de novas regras éticas e morais em contraste às existentes à época. **(Antônio A. M. de Campos**

Neto - Revistas da USP 2020). Após essa breve introdução sobre a religião islâmica com o intuito de contextualizar o leitor, é interessante notar que a Arca da Aliança é citada no Alcorão, *o livro sagrado dos muçulmanos*:

“E o seu profeta voltou a dizer: Em verdade! O sinal da sua autoridade consistirá em que vos chegará a Arca da Aliança, conduzida por anjos, contendo a paz do vosso Senhor e algumas relíquias legadas pela família de Moisés e de Aarão. Nisso terei um sinal, se sois crentes.”
(Alcorão Sagrado – Tradução Samir El Hayek 2017 p.50)

O importante historiador judeu Flávio Josefo (37d.C – 100d.C), em sua obra “*Antiguidades Judaicas*”, também menciona a Arca da Aliança conforme trecho a seguir:

“Carregando então a Arca e a tenda que Moisés havia erigido, assim como as vasilhas para o serviço sacrificial de Deus, eles acompanharam estes para o santuário. O próprio rei conduziu os sacrifícios, enquanto todo o povo e os levitas aspergiam a entrada com libações de sangue de muitos animais.” (AJ8 Josefo p.101)

Públio Cornélio Tácito (56d.C – 117/120d.C), historiador romano, em sua obra “*Histórias - Livro V*”, faz alusão à Arca da Aliança ao testemunhar que o Santo dos Santos estava vazio quando o general Pompeu ali entrou durante a conquista de Jerusalém em 63d.C. (JW.ORG Histórias Tácito, livro V, parágrafo 9)

4. DESAPARECIMENTO E PARADEIRO

Após a destruição do primeiro Templo de Jerusalém pelos babilônicos, por volta de 586 a.C, a Arca da Aliança some da narrativa bíblica. Em Jeremias 3:16-17, é exposto que o artefato já se encontra desaparecido, que não será mais necessário se lembrar dele e que Jerusalém tornar-se ia mais importante que a própria arca. (MONTALVÃO 2015).

“Quando então, naqueles dias, vos multiplicardes e frutificardes sobre a vossa terra” Declara Yahweh, “não mais reclamareis: ‘A Arca da Aliança de Yahweh’. Não será necessário que ela volte à vossa memória; não pensareis mais nisto, nem mesmo vos lembrareis dela; não sentireis sua falta, tampouco se fará outra Arca. Quando este tempo chegar, chamarão Jerusalém ‘O Trono de Yahweh, o Senhor’, e todas as nações se reunirão para honrar o Nome do Senhor em Jerusalém.”
(Tradução King James Atualizada (KJA), 2001, p.1049)

A procura pela Arca Sagrada ganhou notoriedade mundial através das aventuras do arqueólogo Indiana Jones no filme “*Os Caçadores da Arca Perdida*”, 1981, de Steven Spielberg, deixando de ser reservada somente à comunidade de estudiosos da bíblia. Ao contrário da trama cinematográfica, em que o personagem é bem sucedido em sua busca, o paradeiro real da Arca da Aliança continua um mistério. Para Ruth Leftel, historiadora

da Universidade de São Paulo, é bem provável que a mesma tenha sido guardada em um barracão durante uma reforma no templo feita pelo rei Josias. Porém, a falta de relatos posteriores a Josias, bem como vestígios da mesma em Jerusalém, fez com que fossem criadas várias hipóteses e lendas em torno do seu paradeiro. **(TATIANA ACHCAR E MARIA FERNANDA ALMEIDA 2016 S.I.)**

A seguir, serão abordadas as principais teorias sobre a possível localização da Arca da Aliança.

4.1. Escondida por mãos piedosas em uma caverna

Grande parte dos defensores dessa teoria baseiam-se em uma passagem bíblica contida em II Macabeus. Esse volume é considerado deuterocanônico, ou seja, um dos sete livros adicionais presentes na Septuaginta (**LXX - tradução da bíblia hebraica para o grego coíné**). Vale ressaltar que o mesmo faz parte do cânon católico e não é aceito por protestantes e judeus. Conforme narrado nesta obra, a Arca da Aliança teria sido escondida por mãos piedosas em uma caverna/gruta no Monte Nebo, localizado na Jordânia, a pedido do profeta Jeremias. Tal relato teria ocorrido no ano 587 a.C. por ocasião da invasão babilônica chefiada pelo rei Nabucodonosor à Jerusalém. O local nunca foi encontrado e só será revelado no fim dos tempos. **(DOM FERNANDO ARÊAS RIFAN 2021)**

“O escrito mencionava também como o profeta, pela fé da revelação, havia desejado fazer-se acompanhar pela arca e pelo tabernáculo, quando se dirigisse à montanha que subiu Moisés para contemplar a herança de Deus. No momento em que chegou, descobriu uma vasta caverna, na qual mandou depositar a arca, o tabernáculo e o altar dos perfumes. Em seguida, tapou a entrada. Alguns daqueles que o haviam acompanhado voltaram para marcar o caminho com sinais, mas não puderam achá-lo. Quando Jeremias soube, repreendeu-os e disse-lhes que esse lugar ficaria desconhecido, até que Deus reunisse seu povo e usasse com ele de misericórdia. (Versão Ave Maria 88º, edição 2011. p. 590)

Segundo o Dr. Rodrigo Silva 2017, a tradição judaica assinala que a responsabilidade pela ocultação da Arca do Senhor alterna entre Jeremias, Josias e Baruque. Seu transporte demanda um complexo cerimonial, fato que o leva a crer que os judeus, durante a iminência da chegada dos babilônicos, não teriam tempo de fugir com ela para longe, descartando assim a possibilidade de transferência da arca para fora de Israel ou sua destruição. Ellen White, em seu livro *“Spiritual Gifts 1864”*, parece dar crédito a esta tradição mesmo não mencionando quem teriam sido os envolvidos no ato.

A atitude de se esconder objetos sagrados por conta de uma iminente ameaça não é uma atitude estranha. Prova disso são manuscritos do Mar Morto, descobertos em 1947, nas cavernas de Qumran, provavelmente escondidos em virtude do cerco romano sobre Jerusalém. **(RODRIGO SILVA 2017).**

4.2. Saqueada pelos babilônicos

Para Baruch Halpen, historiador da religião da Penn State University (**EUA**), as referências sobre a Arca da Aliança são bem consistentes, sendo o objeto uma característica regular do Antigo Testamento. Suas várias aparições relatadas nos cinco primeiros livros da bíblia o faz acreditar que a arca foi um objeto real. Halpen joga um balde de água fria nos pesquisadores ao afirmar que todas as teorias não passam de mera fantasia e que o mais provável é que a arca tenha sido levada pelos babilônicos durante sua invasão à Jerusalém. Por outro lado, Gilvan Leite de Araújo 2011, baseado no fato de que o artefato não consta na lista babilônica de objetos saqueados do Templo, sugere que a Arca do Senhor pode ter sido eliminada durante a apostasia de Manassés.

4.3. Enterrada abaixo do monte do Templo

O Instituto do Templo, organização educacional e religiosa, sem fins lucrativos, fundada em 1987 com o objetivo de construir o terceiro Templo de Jerusalém, relata que o rei Salomão, através de inspiração divina, sabia que um dia o Templo seria destruído. Assim sendo, supervisionou a construção de uma complexa e extensa rede de labirintos, corredores e câmaras sob o Monte do Templo e ordenou que se fizesse um local especial para se guardar os utensílios sagrados em caso de iminente ameaça. A Arca da Aliança e o menorá de ouro jazem neste esconderijo. Os pesquisadores do **Temple Insitute** afirmam que a localização exata da câmara está registrada em suas fontes. Conforme é relatado em seu site oficial, foi feita uma tentativa de escavação no local onde acreditam estar escondida a Arca da Aliança, o que gerou tumulto e distúrbios muçulmanos generalizados. Afirmam ainda que não é interessante para os muçulmanos a descoberta da Arca pois provaria definitivamente que existiu o primeiro Templo de Jerusalém. A posição oficial do Wakf Islâmico é que ele nunca existiu e que os judeus não têm direito algum sobre o local. (**TEMPLE INSTITUTE**).

Essa teoria também é defendida por Ruth Leftel. Ela acredita que a Arca da Aliança foi guardada em uma espécie de barracão no subsolo do Templo durante uma reforma realizada pelo rei Josias a fim de preservá-la. (**SUPER INTERESSANTE 2003**)

Israel tem sido alvo de intensa atividade arqueológica desde meados do **século XIX**, tendo o país aproximadamente 20.000 sítios históricos reconhecidos e protegidos por lei. Essa atividade envolve a investigação sistemática dos vestígios do passado do país, indo desde sua pré-história até ao fim do domínio otomano. Os achados arqueológicos comprovam a marca deixada por muitas culturas que por ali passaram, sendo a região de Israel o berço da herança espiritual das grandes religiões monoteístas, a saber: judaísmo, cristianismo e islamismo. Os itens arqueológicos de maior relevância encontrados ficam expostos no Museu de Israel, local que abriga, por exemplo, os Manuscritos do Mar Morto. (**EMBAIXADA DE ISRAEL EM PORTUGAL**)

4.4. Guardada em uma igreja etíope

Conforme essa teoria, a Arca da Aliança estaria preservada na Igreja de Nossa Senhora de Sião, em Axum, na Etiópia. A tradição medieval conta que Menelik, fruto de um romance entre o rei Salomão e a rainha de Sabá, Makeda, teria migrado para Jerusalém, estudado

com o pai e roubado o artefato antes que a cidade fosse invadida pelos babilônicos, deixando uma réplica em seu lugar. Logo após, teria partido com a arca para a Etiópia, de onde ela nunca mais saiu. Diferentemente de outros objetos históricos, a suposta Arca do Senhor guardada na igreja etíope sequer pode ser vista ou estudada por cientistas e pesquisadores. Ela fica protegida por guardas treinados para matar com as próprias mãos caso seja necessário. O único que tem acesso ao objeto é o “*guardião da arca*” e ninguém mais. **(FELIPE VAN DEURSEN 2021-UOL)**

Graham Hancock, em seu livro “*The Sign and the Seal*”, o qual se tornou um best-seller britânico, argumenta que o objeto que está dentro da capela de Axum provavelmente é a arca original. Hancock utiliza-se de verdades culturais para basear suas conclusões, como por exemplo, o fato da Etiópia ter abrigado a misteriosa tribo judaica Beta-Israel cujas práticas remontam às realizadas nos tempos bíblicos. Também sugere uma possível rota pela qual a Arca da Aliança teria seguido até seu destino final, sendo respectivamente: Elefantina, uma ilha no alto Nilo, a ilha Tana Kirkos no lago Tana e finalmente Axum. **(MICHAEL A. HILTZIK 1992)**

Contraopondo essa teoria, Edward Ullendorff, da Universidade de Londres, afirma ter visto a suposta arca durante uma visita ao local em 1941. Ele relata que o artefato é uma caixa de madeira vazia, de construção medieval média a tardia, quando estes eram fabricados *ad hoc* e que a acessou facilmente pois apresentou-se de forma confiante como um arrivista e que somente precisou saber falar a língua daquele povo, o *ge'ez* clássico. **(MICHAEL A. HILTZIK 1992)**

4.5. Enterrada abaixo do calvário – Ron Wyatt

Segundo essa hipótese, um profissional da área da saúde e adventista do sétimo dia chamado Ron Wyatt teria encontrado a Arca da Aliança em 1982 durante uma visita à cidade de Jerusalém. Wyatt relatou que durante sua estadia na Cidade Santa, recebeu de Deus uma revelação especial acerca da gruta de Jeremias. Munido de uma suposta e questionável autorização de escavação no local, ele afirmou ter encontrado a mesa dos pães ázimos, o altar dos incensos e demais objetos sagrados, findando sua busca ao encontrar a Arca da Aliança. Seu relato é recheado de visões angelicais e até do próprio Cristo. **(RODRIGO SILVA 2017)**

Para Rodrigo Silva 2017, Wyatt utilizou-se de uma teologia muito confusa para afirmar que o suposto lugar onde encontrou a Arca da Aliança era a localização exata do Calvário e que, durante a crucificação, o sangue de Cristo teria descido pelo solo até chegar à tampa da arca, o propiciatório, cumprindo assim uma antiga profecia **(Dn 9:24)**. Ron assegura que chegou a tirar várias fotografias e que quase todas queimaram. A que não se perdeu, não é nada convincente e mostra apenas uma forte luz que, segundo Wyatt, é o próprio Jesus sentado num trono celestial. Além disso, disse ainda ter recolhido amostras do suposto sangue de Cristo presente no local.

Ao ser desafiado a provar suas alegações, prometeu que voltaria ao local e revelaria a Arca da Aliança para o mundo assim que Deus lhe desse permissão para tal. Porém, Ron Wyatt veio a falecer em 1999 e até hoje nenhum de seus colaboradores conseguiu apresentar qualquer prova que possa legitimar suas declarações. **(RODRIGO SILVA 2017)**.

4.6. Arrebatada aos céus

Os seguidores dessa teoria baseiam-se em uma passagem contida no livro de Apocalipse, volume incluído no Novo Testamento. Nela, João afirma ter visto o artefato no santuário celeste.

“*Nesse momento, se abriu o santuário de Deus nos céus, e ali foi observada a arca da Aliança. Houve relâmpagos, vozes, trovões, um grande terremoto e um forte temporal de granizo.*” (Tradução King James Atualizada (KJA), 2001, p. 1954)

Para Leandro Quadros 2018, a visão de João não se refere à Arca da Aliança construída por mãos humanas mas à primigênia que serviu de modelo para a construção da mesma. Ele baseia sua afirmação através da passagem contida em Êx 25:8-8. A palavra hebraica *tabnit* (תִּיבִיט) é utilizada para descrever um objeto tridimensional que, na maioria das vezes, pressupõe a existência de um original, representa também um modelo de um edifício e uma imagem ou figura de algo. Assim sendo, Moisés vislumbrou uma planta miniaturizada do santuário e demais objetos sagrados e a utilizou como base para construção do tabernáculo, dos móveis e também da Arca da Aliança.

Segundo Bento XVI 2011, Maria seria Arca do Senhor vista por João no santuário celeste uma vez que o símbolo da presença de Deus entre seu povo deu lugar a realidade. Deus não habitaria em um móvel mas em um coração. Portanto, Maria tornou-se a própria arca pois acolheu em seu ventre o Deus vivo e também as Tábuas da Lei porque levava consigo a vontade de Yahweh de conservar a nova e eterna aliança através de seu filho, Jesus.

4.7. Nunca existiu

De acordo com esse conceito, a Arca da Aliança não passou de uma ilustração do escritor sacerdotal para demonstrar como o povo de Israel guardava materialmente os mandamentos de Deus. A menção da arca em II Macabeus se daria para justificar o seu sumiço após tanto espalharem sobre a sua existência. O livro de Deuteronômio repete por quarenta e duas vezes o termo “*guardem os mandamentos de Yahweh*”, posto isto, o literato sacerdotal qualifica Deus como sendo o “*Primeiro Escriba*” ao entregar Seus mandamentos gravados em tábuas de pedra. Pelo fato do decálogo ser uma representação física da vontade divina, houve uma preocupação dos autores em ilustrar consubstancialmente como esses mandamentos seriam guardados, concebendo assim a Arca da Aliança. O profeta Jeremias reforça essa tese ao estranhamente ordenar que a arca seja completamente esquecida e que o povo judeu volte sua atenção exclusivamente à Jerusalém. (Jr 3:16-17). (MONTALVÃO 2015)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Bíblia Sagrada é um livro de incontestável autoridade. Escrita ao longo de aproximadamente 1.500 anos, em 3 continentes diferentes (**Ásia, África e Europa**), sob uma vasta diversidade cultural, tendo aproximadamente 40 autores (**que incluem líderes estadistas,**

pastores de ovelhas, reis, sacerdotes, rabinos, filósofos e etc.). Um fato interessante é que as Sagradas Escrituras possuem unidade literária, a qual demonstra um eixo harmônico, apesar de escrita por pessoas diferentes em épocas e locais diversos.

Além disso, foi preservada e disseminada ao longo dos séculos, sendo o livro mais lido e vendido no mundo. Posto isso, A arca da Aliança, objeto central de nosso estudo, some da narrativa bíblica após a invasão babilônica liderada por Nabucodonosor, exceto na versão católica, que inclui II Macabeus, a qual atribui à Jeremias a ordem de escondê-la no Monte Nebo. Portanto, para os que tem a Bíblia como fonte inerrante da palavra de Deus, quaisquer informações além das mencionadas no Antigo e Novo Testamento são meras especulações.

Apesar da falta de provas concretas sobre a existência desse fantástico artefato, a Bíblia é clara ao afirmar que ele realmente existiu. Ademais, a Arca da Aliança é fortemente difundida na tradição judaica, mencionada por historiadores do passado e até pelo Islã. Encontrá-la seria revolucionar o entendimento sobre a historicidade dos relatos bíblicos. Existem muitas teorias sobre seu suposto paradeiro e talvez nunca seja encontrada, porém essa incansável busca por respostas nos aproxima cada vez mais da fonte primeira da revelação do caráter de Deus, as Sagradas Escrituras.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, G. L. **A Arca da Aliança**, V.51. n. 2. P. 234-248. São Leopoldo: Estudos Teológicos, Jul/Dez. 2011.
- B. S. CHILDS, **Exodus: A Commentary**, Bloomsbury Street London, SCM Press LTDA, 1977.
- BÍBLIA DE ESTUDO KING JAMES ATUALIZADA**, Varzea Paulista-SP: Casa Publicadora Paulista, 2001.
- Bíblia Sagrada AVE MARIA**, 88ª edição Claretiana. São Paulo: Ave Maria, 2011.
- BOUTER, H. **A Arca da Aliança**, Diadema-SP: Deposito de Literatura Cristã, 2014.
- Comentário Bíblico Adventista do Sétimo Dia**, v.1ª edição, São Paulo – Tatuí: casa publicadora Brasileira, 2011.
- FLÔRES, G. C. **O Ourives ao Longo dos Séculos e a História do Ouro**, Relatório Técnico-Científico Mostra de Iniciação Científica Júnior, Unjuí, 2015.
- JAMIESON R. **Commentary Critical and Explanatory on the Whole bible**, Grand Rapids: Christian Classic ethereal library, 1871.
- JOSEFO F. **História dos Hebreus** 8ª edição. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2004.
- M. Haran, **The Priestly Image of the Tabernacle**, Hebrew University, Jerusalém, 191.
- MONTEVÃO, S. A. **O Primeiro Templo de Jerusalém Segundo o Imaginário Pós-Exílio**, Monografia, Universidade Católica de São Paulo, 2015.
- Os significados dos Versículos do ALCORÃO SAGRADO**, Índia: Goodword books, 2007.
- S. N. Kramer, **Mesopotâmia, O Berço da Civilização**, p. 106 Rio de Janeiro: livraria José Olympio, Editora S.A., 1969.
- SANTA MISSA DA SOLENIDADE DA ASSUNÇÃO DA BEM-AVENTURADA VIRGEM MARIA, HOMILIA DO PAPA BENTO XVI**, Paróquia de São Tomás de Vilanova, Castel Gandolfo, Segunda-Feira, 15 de Agosto de 2011.
- Seow, C. L. Ark of the Covenant. In: **The Anchor Bible Dictionary**. New York: Doubleday Dell, 1992. V. I, p.392; DENTAN, R. C. Ark of the Covenant. In: BUTTRICK, 1962.
- W. E. Wine, M. F. Unger, W. White Jr. **Dicionário Vine: O Significado Exegético e Expositivo das Palavras do Antigo e Novo Testamentos**, p. 300, RJ – Casa Publicadora da assembleia de deus, 2005.
- <https://www.google.com/amp/s/navabiblia.com.br/amp/arcadaalianca-na-biblia>
- <http://ww2.odu.edu/~imusselm/plant/bible/acacia.php>
- <https://biblioteca.blogspot.com/2016/05/ouro-estudos-biblicos.html?m=1>
- <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/189347>
- <https://www.jw.org/pt/ensinos-biblicos/perguntas/arca-do-pacto/#footnotesource3>
- <https://super.abril.com.br/historia/a-arca-perdida/>
- <https://www.cnbb.org.br/a-arca-oerdida-apareceu/>
- <https://noticias.adventistas.org/pt/coluna/rodrigo.silva/encontraram-arca-da-alianca/>

<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/almanaque/onde-esta-a-arca-da-alianca.phtml>

<https://templeinstitute.org/frequently-asked-questions/>

<https://www.uol.com.br/nossa/colunas/terra-a-vista/2021/10/17/guerra-na-etioopia-ameaca-igreja-que-preserva-a-suposta-arca-da-alianca.htm>

<https://www.latimes.com/archives/la-xpm-1992-06-09-wr-237-story.html>

<https://leandroquadros.com.br/o-santuario-que-esta-no-ceu/>

<https://embassies.gov.il/Lisboa/AboutIsrael/Culture/Pages/CULTURA-arquiologia.aspx>

Métodos Consensuais de Resolução de Conflitos e Sua Relevância na Atualidade

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Gustavo de Castro Sotero
Discente do curso de Especialização em
Mediação, Conciliação e Arbitragem - Ibra/FIBMG

RESUMO:

O presente artigo trata dos métodos consensuais de resolução de conflitos, destacando sua relevância no mundo atual, marcado pelo grande número de processos levados ao judiciário. Trata-se de investigação detalhada acerca da mediação e da conciliação, enquanto dois dos principais métodos extrajudiciais de resolução de conflitos, que aos poucos foram abarcados pelo próprio direito. Atualmente, visando a efetivação do ideal de justiça, o próprio Código de Processo Civil destaca os métodos consensuais de resolução de conflitos, priorizando o diálogo entre as partes, sem a necessária participação do judiciário. Nesse sentido, entende-se que os métodos consensuais são relevantes do ponto de vista social, na medida em que permitem a construção de decisões mais justas para as partes envolvidas. O problema de pesquisa consistiu em responder ao seguinte questionamento: os métodos consensuais de resolução de conflitos são relevantes para a concretização do ideal de justiça na sociedade brasileira? Como resultado, restou evidente a importância dos meios consensuais de resolução de conflitos, como alternativa viável para a obtenção de um maior grau de justiça no contexto das demandas entre particulares levadas ao judiciário.

Palavras chave: Métodos consensuais de resolução de conflitos. Mediação. Conciliação. Acesso à justiça.

ABSTRACT:

This article deals with consensual methods of conflict resolution, highlighting their relevance in the current world, noting the large number of cases brought to the judiciary. It is a detailed investigation of mediation and conciliation, as two of the main extrajudicial methods of conflict resolution, which have gradually been embraced by the law itself. Currently, aiming at the realization of the ideal of justice, the Civil Procedure Code itself highlights the consensual methods of conflict resolution, prioritizing dialogue between the parties, without the necessary participation of the judiciary. In this sense, it is understood that consensual methods are relevant from a social point of view, insofar as they allow the construction of fairer decisions for the parties involved. The research problem consisted of answering the following question: are consensual methods of conflict resolution relevant to the realization of the ideal of justice in Brazilian society? As a result, it became evident the importance of consensual means of conflict resolution, as a viable alternative to obtain a greater degree of justice in the context of demands between individuals brought to the judiciary.

Keywords: Consensual methods of conflict resolution. Mediation. Conciliation. Access to justice.

1. INTRODUÇÃO

Os métodos consensuais de resolução de conflito, muitas vezes chamados de métodos extrajudiciais, têm ganhado cada vez mais destaque na sistemática do ordenamento jurídico brasileiro. O direito, que no passado era reconhecido por ser um sistema bastante fechado, vem abrindo espaço para métodos não judiciais, que preconizam pelo diálogo e cooperação entre as partes, para que uma solução mais justa seja alcançada.

A mediação e a conciliação são os principais métodos de resolução extrajudicial de conflitos, considerados métodos consensuais por excelência. Apesar de suas diferenças, ambos se prestam ao mesmo objetivo: garantir que as partes conflitantes cheguem a uma decisão que considerem justa, sem a intervenção direta da máquina judiciária.

O problema de pesquisa, nesse sentido, consiste em responder ao seguinte questionamento: *os métodos consensuais de resolução de conflitos são relevantes para a concretização do ideal de justiça na sociedade brasileira?*

A hipótese levantada é no sentido de que os métodos consensuais não são apenas relevantes, como também indispensáveis para que conflitos sejam resolvidos. Sabe-se que o judiciário se encontra atualmente abarrotado de casos, muito em razão do processo de judicialização e maior acesso à justiça, o que é bastante positivo. No entanto, nem sempre as decisões judiciais atendem aos interesses envolvidos, gerando mais demandas e criando um sistema de injustiça.

No que tange à metodologia a pesquisa será bibliográfica, com pesquisa a fontes secundárias relativas ao tema proposto, tais como livros, revistas especializadas em Direito, artigos científicos, monografias, dicionários jurídicos, disposições normativas e jurisprudência atualizada dos tribunais.

Nesse aspecto, a pesquisa será qualitativa, uma vez que busca situar o problema por meio da exposição de opiniões particulares de estudiosos da área jurídica.

Aplica-se o método indutivo, em razão das conclusões levantadas pelo autor, fruto da análise dos fatos particulares analisados. Tais conclusões são generalizadas, podendo ser aplicadas a outros casos de igual natureza.

2. A MEDIAÇÃO E A CONCILIAÇÃO COMO MÉTODOS CONSENSUAIS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Concebida como método de solução extrajudicial de conflitos, regulamentada pela Lei n. 13.140/2015 – Lei da Mediação -, a mediação é o instituto através do qual as partes procuram resolver o litígio de forma amigável, contando com o suporte de uma terceira figura, neutra em relação aos litigantes, mas que em nada se confunde com o juiz.

Inicialmente, cumpre destacar que o surgimento dos meios alternativos de resolução de conflitos está muito relacionado ao processo de maior acesso à justiça, garantia de natureza constitucional, na forma de princípio. De acordo com Tavares (594-595) *“O princípio em questão significa que toda controvérsia sobre direito, incluindo a ameaça de lesão, não pode ser subtraída da apreciação do Poder Judiciário”*.

De acordo com Silva (2014, p. 528), o termo mediação tem sua origem no latim *mediatio*, significando intervenção. Todavia, diferentemente do que ocorre na conciliação, o mediador intervém com vistas a fazer valer as regras do jogo, sem influenciar na tomada de decisões. A mediação tanto pode ocorrer antes da propositura da ação – mediação extrajudicial propriamente dita –, quanto na fase inicial do processo – mediação judicial. Tratar-se-á da sistemática legal acerca da mediação no direito brasileiro em momento oportuno.

O *Manual de Mediação Judicial* traz a seguinte definição (BRASIL, 2015, p. 20):

“A mediação pode ser definida como uma negociação facilitada ou catalisada por um terceiro. Alguns autores preferem definições mais completas sugerindo que a mediação um processo autocompositivo segundo o qual as partes em disputa são auxiliadas por uma terceira parte neutra ao conflito ou por um painel de pessoas sem interesse na causa, para se chegar a uma composição. Trata-se de um método de resolução de disputas no qual se desenvolve um processo composto por vários atos procedimentais pelos quais o(s) terceiro(s) imparcial(is) facilita(m) a negociação entre as pessoas em conflito, habilitando-as a melhor compreender suas posições e a encontrar soluções que se compatibilizam aos seus interesses e necessidades.

Dessa forma, entende-se que a mediação não implica em um envolvimento do mediador na disputa, de modo a orientar a tomada de decisão pelas partes. O seu papel se restringe à facilitação do diálogo, para que as partes tenham a oportunidade de chegar, por conta própria, a uma decisão que seja de reciprocamente interessante.

Nem sempre a comunicação entre as partes pode acontecer de forma pacífica sem a presença de um terceiro. Mas a existência do mediador não significa que o resultado será influenciado. Por isso o entendimento de que o mediador é um terceiro passivo com relação ao conflito. *Nesse sentido, pode-se conceituar a mediação como:*

“Meio alternativo de solução de conflitos consistente na busca de uma solução consensual mediante a orientação de um mediador. A mediação tem sido muito valorizada nos últimos tempos como meio de pôr fim a processos pendentes e, mais ainda, de evitar a propositura de demandas, sempre que isso seja possível. Difere da conciliação, substancialmente porque o mediador não sugere soluções, somente orienta as negociações (DINAMARCO, LOPES, 2016, p. 247).

Tartuce (2018, p. 188) define a mediação como “meio consensual de abordagem de controvérsias em que alguém imparcial atua para facilitar a comunicação entre os envolvidos”, permitindo que eles se tornem protagonistas no processo de busca pela solução do conflito em que se encontram inseridos.

É considerado meio consensual de resolução de conflitos na medida em que não há se falar em imposições por parte de terceiros alheios ao caso concreto. Diferente do que ocorre nos provimentos judiciais, com a figura de um terceiro julgador, os próprios envolvidos no conflito deliberam sobre a sua solução (2018, p. 188).

Pode-se dizer, nesse sentido, que a mediação permite aos particulares conflitantes *“agirem com maior grau de autodeterminação e responsividade enquanto debatem e exploram vários tópicos e possibilidades de resolução.”* A mediação, assim como os demais meios de solução extrajudicial de conflitos, exige que as partes se reconheçam mutuamente como possuidoras de direitos. Dessa forma, o objetivo final da mediação é que o conflito seja dirimido antes mesmo de ser judicializado (2018, p. 188).

A Lei da Mediação trata sobre a mediação judicial e extrajudicial. No âmbito extrajudicial, qualquer pessoa civilmente capaz pode fazer parte da resolução como mediadora. A única ressalva é que o mediador seja uma pessoa de confiança de ambas as partes e tenha condições de realizar o feito. A legislação, nesse caso, não exige cursos de capacitação ou outros requisitos para a sua habilitação (art. 9) (BRASIL, 2015).

Dessa forma, entende-se que a mediação extrajudicial é muito menos criteriosa, de modo a permitir que mais pessoas possam recorrer a essa via. A inexigibilidade de curso de capacitação ou outra qualificação além da neutralidade e confiança – com relação a todos os conflitantes – funciona como estímulo à adoção do método.

A conciliação também é um importante instituto utilizado com intuito de solucionar amigavelmente os conflitos existentes no seio social. À semelhança da mediação, também conta com a figura de uma terceira pessoa, neutra em relação às partes, mas um tanto quanto mais ativa se comparada ao mediador. É que na conciliação o conciliador tem a prerrogativa de sugerir acordos, indicando a melhor solução para o caso concreto.

Habermann (2016, p. 43) define a conciliação como sendo *“um relacionamento meramente circunstancial, pois inexiste uma relação contínua que envolva as partes, motivo pelo qual não há necessidade em se aprofundar no conflito.”* Muito embora na conciliação a decisão fique a cargo das partes conflitantes, através do diálogo, é responsabilidade do conciliador direcionar a sessão, indicando as vantagens e desvantagens para os litigantes, de modo que a decisão final seja a mais justa possível.

Já o Manual de Mediação Judicial (BRASIL, 2015, p. 21-22) estabelece que:

“A conciliação pode ser definida como um processo autocompositivo breve no qual as partes ou os interessados são auxiliados por um terceiro, neutro ao conflito, ou por um painel de pessoas sem interesse na causa, para assisti-las, por meio de técnicas adequadas, a chegar a uma solução ou a um acordo. Originalmente, estabeleciam-se diversos pontos de distinção entre a mediação e a conciliação, sugerindo-se que: i) a mediação visaria à ‘resolução do conflito’ enquanto a conciliação buscaria apenas o acordo; ii) a mediação visaria à restauração da relação social subjacente ao caso enquanto a conciliação buscaria o fim do litígio [...].”

Assim, a conciliação se reveste de praticidade, sendo um método de resolução de conflitos pragmático: busca-se uma solução rápida e interessante para as partes. Daí decorre a falta de interesse nas raízes do conflito ou aprofundamento na questão discutida. Cabe ao conciliador mostrar para as partes quais são as possibilidades, indicar possíveis soluções e desfechos, de modo a potencializar a tomada de decisão e a definição de um acordo. O conciliador direciona, de modo ativo, o diálogo entre as partes.

Fica evidente, pois, o poder do conciliador, atuando não apenas como facilitador, mas influenciando diretamente no resultado da demanda. Nas palavras de Cahali (2011, p. 37) “o foco principal da conciliação é a solução do problema.” Ainda de acordo com o autor, a diferença existente entre conciliação e mediação reside na origem do conflito, postura do agente facilitador e no conjunto de técnicas utilizadas para a resolução do conflito.

Dessa forma, entende-se a conciliação como sendo o meio mais adequado para dirimir questões objetivas, com baixa complexidade, cuja solução possa ser facilmente apontada pelo conciliador. Tal como ocorre com a mediação, a conciliação pode se dar tanto judicial quanto extrajudicialmente, tendo nos dois casos o objetivo de tornar a resolução de conflitos mais célere.

3. PRINCÍPIOS APLICÁVEIS AOS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Sobre a carga principiológica que rege a mediação e a conciliação, interessante esboçar a crítica feita por Streck (2016, p. 904), que sustenta a necessidade de “afinar” a Lei de Mediação e o Código de Processo Civil para que estejam em sintonia aos preceitos previstos na Constituição Federal. O autor mostra-se contrário à aplicação dos mesmos princípios para a mediação e conciliação judicial e extrajudicial. Os princípios cabíveis à mediação judicial deveriam ser revistos, para que o **CPC** se apresente de acordo com os princípios gerais do processo civil e os Constitucionais e cumpra, assim, a aplicação exigível a todos os processos e procedimentos judiciais.

Em suas palavras:

 [...] em se tratando de atividade realizada por determinação judicial e/ou no âmbito de um processo judicial, não há como se afastar a principiologia fundamental, prevista tanto na Carta de 1988 como no texto do Novo **CPC**, eminentemente entre os arts 1.º e 11.

A propósito do tema, temos chamado a atenção para a necessidade de se compatibilizar as ferramentas e técnicas dos meios alternativos com as garantias processuais, sob pena de se correr o risco de alcançar a pacificação com o sacrifício de dispositivos que não podem ser afastados pela vontade das partes (STRECK, 2016, p. 904).

Dessa forma, por se tratar de medidas distintas e dotadas de características próprias, a mediação e a constelação devem ser aplicadas com base em princípios especiais, compatíveis com a sistemática do direito processual. Caso contrário, a mediação e a conciliação serão responsáveis por contribuir para a solução de conflitos, ao mesmo tempo em que sacrificam direitos e garantias. O resultado, nesse caso, não poderia ser visto como benéfico, ainda que aparente uma vantagem para as partes.

Pelo princípio da independência do mediador e do conciliador, quis o legislador que o responsável por dirimir o conflito tenha liberdade para conduzir o procedimento de modo a atender às especificidades de cada situação. Na lição de Peixoto (2016, p. 96) “aos

facilitadores compete a condução do diálogo entre as partes para que possam encontrar, por si só, a melhor solução para o conflito existente.”

Sem independência, tanto o mediador quanto o conciliador não seriam capazes de atuar na resolução de conflitos. A independência é uma das garantias básicas para que seja possível a participação em um procedimento, seja ele a mediação, que exige maior neutralidade, seja ele a conciliação, em que o profissional pode direcionar as partes.

O princípio da independência se justifica na medida em que se reconhece a mediação *“como mecanismo que busca facilitar o diálogo entre as pessoas”*, sem regras muito rígidas, mas tão somente balizas a serem observadas. A técnica do mediador, muito embora necessária, deve estar sempre em harmonia com as necessidades e características do caso concreto. Não há possibilidade de aplicação de um procedimento por subsunção, sem adaptações ou interações espontâneas (TARTUCE, 2018, p. 203).

Muitas das vezes, em verdade, o processo da mediação deve seguir de acordo com a realidade pessoal dos envolvidos no conflito. A interação e o apelo à comunicação devem se fazer presentes em todos os encontros da mediação, gerando possibilidades diversas. O estabelecimento de regras fixas, que privassem o mediador da independência para conduzir a mediação, seria contraproducente (TARTUCE, 2018, p. 204).

Consagrou-se, também, o princípio da imparcialidade e da isonomia entre as partes. Consoante o **art. 1º, inciso IV, do CECM**, o facilitador do acordo deve primar pelo tratamento isonômico, sem privilégios a qualquer das partes. Sua atuação deve ser a mais afastada possível da causa, sob pena de violação à igualdade material entre as partes, preconizada pela Constituição Federal de 1988. Somente é possível um acordo, de fato, satisfatório para os envolvidos, se ambas as partes recebem o mesmo tratamento durante todo o procedimento. O mediador e o conciliador que, porventura, venha a malferir este princípio, poderá ser declarado suspeito ou impedido de realizar o feito. Aplica-se, nesse caso, a mesma regra deferida ao juiz (PEIXOTO, 2016, p. 96).

Pelo princípio da autonomia da vontade, o legislador confere às partes plena liberdade para decidirem quem será o facilitador do acordo, a quantidade de sessões necessárias para o feito, a instituição de alguma condição que suspenda o acordo. O Código de Processo Civil, no **§ 4º do art. 166**, reafirma o princípio da autonomia, *in verbis*: *“A mediação e a conciliação serão regidas conforme a livre autonomia dos interessados, inclusive no que diz respeito à definição das regras procedimentais.”*

O próximo princípio a que se faz referência é o da confidencialidade, de aplicação obrigatória a todo o procedimento e às informações apresentadas pelas partes. Este princípio é deveras importante, pois além de garantir o sigilo das informações apresentadas nas sessões de conciliação, assegura que as mesmas não serão utilizadas em um futuro processo judicial. A confidencialidade estimula o diálogo aberto entre as partes, o que é fundamental para que as mesmas concebam um acordo (PEIXOTO, 2016, p. 96).

A confidencialidade da mediação é um instrumento de incentivo à resolução dos conflitos por meio desse método. A divulgação do conteúdo do que foi discutido está condicionada à existência de interesse de todas as partes envolvidas. No entanto, existem exceções – como acontece em toda e qualquer regra.

Sem a obediência ao princípio da confidencialidade as pessoas não se sentiriam à vontade para exteriorizar informações e assuntos de foro íntimo. Em um “*procedimento pautado pela publicidade*”, o compartilhamento de informações sensíveis tende a ser menor. A confidencialidade, nesse sentido, é útil ao desenvolvimento da mediação (TARTUCE, 2018, p. 215).

O princípio da oralidade e da informalidade busca tornar a mediação e conciliação procedimentos simplificados e de fácil compreensão para os envolvidos. Na lição de Marinoni, Arenhart e Mitidiero (2017, p. 300) “*A oralidade e a informalidade devem informar os procedimentos da autocomposição, evitando-se formalismos desnecessários e burocráticos.*”

A linguagem jurídica, muitas vezes denominada “*juridiquês*” é, muitas vezes, de difícil compreensão por pessoas que estão fora do campo do direito. Por isso mesmo, tal linguagem seria responsável por reduzir as possibilidades do diálogo, o que vai na contramão do propósito último da mediação.

O conciliador e o mediador têm o dever de dizer às partes todos os seus direitos, bem como explicar-lhe o contexto fático do procedimento que fazem parte e responder todas as dúvidas levantadas, mantendo os indivíduos a par dos acontecimentos. Trata-se da decisão informada, sobre a qual lecionam Marinoni, Arenhart e Mitidiero (2017, p. 300):

“*A decisão informada (ou consentimento informado) importa a prerrogativa das partes de obterem informações suficientes a respeito da mediação e da conciliação, e de seus direitos, deveres e opções frente a esses métodos, de modo que a eleição dessas técnicas seja a mais consciente possível.*”

Pode-se dizer, nesse sentido, que o consentimento informado é obtido através da explicação sobre o procedimento. Dessa forma, é mais eficiente do que a mera apresentação do método, uma vez que os interessados podem tomar uma decisão fundamentada, sabendo exatamente como funciona a mediação ou conciliação, quais são os deveres e direitos envolvidos e como isso poderá impactar no resultado.

4. OS MÉTODOS CONSENSUAIS NA ÓRBITA DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Não resta dúvida de que a mediação foi positivada como forma de resolução extrajudicial de conflitos pelo direito brasileiro. Conforme mencionado, a Lei 13.140/2015 regula a matéria, tratando tanto da mediação judicial quanto extrajudicial, sendo que no último caso a escolha do mediador fica a cargo das partes em conflito, desde que o mediador escolhido seja capaz e capacitado para mediar (BRASIL, 2015).

Com relação à arbitragem, por sua vez, a Lei 13.129/2015, que alterou a Lei 9.307/1995, expandiu ainda mais os horizontes de aplicação desse instituto no Brasil. A arbitragem também está prevista no Código de Processo Civil e na Lei dos Juizados Especiais, como se depreende da leitura do art. 24, *in verbis*:

Art. 24. Não obtida a conciliação, as partes poderão optar, de comum acordo, pelo juízo arbitral, na forma prevista nesta Lei.

§ 1º O juízo arbitral considerar-se-á instaurado, independentemente de termo de compromisso, com a escolha do árbitro pelas partes. Se este não estiver presente, o Juiz convocá-lo-á e designará, de imediato, a data para a audiência de instrução.

§ 2º O árbitro será escolhido dentre os juízes leigos (BRASIL, 1995).

No ordenamento contemporâneo, os meios alternativos de resolução de conflitos são vistos como preferíveis. Tal é o entendimento obtido através da leitura do disposto no § 3º, do art. 3º do Código de Processo Civil: “A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial” (BRASIL, 2015).

Frise-se que na Justiça Comum a conciliação ou mediação passaram de opcional para obrigatória. Para escapar a essa primeira tentativa de resolução do conflito, no seio do processo, é necessário expressa dispensa das partes, autor e réu, com antecedência mínima de 10 dias da audiência. O inciso I, do § 4º, do art. 334 do CPC estabelece que a audiência não será realizada “se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual” (BRASIL, 2015).

Sobre o assunto, pertinente a doutrina de Donizetti (2017, p. 51):

“A audiência deverá ser designada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo o réu ser citado com pelo menos 20 (vinte) dias antes da data designada para o ato. Caso não haja interesse na conciliação, o réu deverá peticionar ao juízo com antecedência mínima de 10 (dez) dias, contados da data da audiência. No que concerne ao autor, seu eventual desinteresse na autocomposição deve estar manifestado na petição inicial. Na hipótese de litisconsórcio, todos os litisconsortes deverão manifestar o desinteresse na conciliação.

A definição do caráter obrigatório da conciliação ou mediação tende a tornar esses métodos de resolução de conflito mais eficientes, na medida em que as partes devem participar, ainda que não consigam obter uma resolução de forma pacífica. A exigência de que as partes se manifestem de forma expressa para que a conciliação ou mediação sejam descartadas reforça a preferência do judiciário brasileiro atual pelos métodos alternativos.

5. CONCLUSÃO

De posse da pesquisa apresentada, algumas considerações puderam ser levantadas. A primeira delas diz respeito ao destaque que tem sido dado aos meios consensuais de resolução de conflitos na atualidade. Se antes o direito buscava resolver os conflitos entre particulares a partir da decisão de um magistrado, agora a tendência é a busca por soluções entre as partes conflitantes, sem a necessária intervenção judicial.

Percebe-se, pois, a importância dada aos meios alternativos de resolução de conflitos pelo ordenamento jurídico brasileiro moderno. Os institutos da mediação, conciliação e arbitragem funcionam no sentido de desafogar a máquina estatal, diminuindo o número de processos em trâmite no país.

Ainda que apresentem características distintas, ambos os métodos se aproximam, especialmente em seu objetivo último, que é fomentar uma decisão consensual entre as partes, de forma pacífica e sem utilização do judiciário. As decisões podem ser obtidas de forma muito mais rápida e menos burocrática.

Os princípios que orientam e informam os meios consensuais de resolução de conflitos servem para garantir que as decisões sejam o mais justas possível para as partes. Assim, é fundamental que exista diálogo, imparcialidade e boa-fé, para que as soluções reflitam os reais interesses das partes.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.** Código de Processo Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: 6 set. 2022.
- BRASIL. **Lei n. 13.140, de 26 de junho de 2015.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 jun. 2015.
- BRASIL. Conselho Nacional De Justiça. Azevedo, André Gomma de (Org.). **Manual de Mediação Judicial**, 5ª Edição (Brasília/DF:CNJ), 2015.
- BRASIL. **Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.** Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9099.htm>. Acesso em: 6 set. 2022.
- CAHALI, Francisco José. **Curso de arbitragem.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
- DINAMARCO, Cândido Rangel; LOPES, Bruno Vasconcelos Carilho. **Teoria geral do novo processo civil.** São Paulo: Malheiros, 2016.
- DONIZETTI, Elpídio. **Novo código de processo civil comentado.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- HABERMANN, Raíra Tuckmantel. **Mediação e conciliação no novo CPC.** São Paulo: Habermann, 2016.
- MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo curso de processo civil: teoria do processo civil.** 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, v. 1.
- PEIXOTO, Ravi. Os “*princípios*” da mediação e da conciliação... In: ZANETI JR., Hermes; CABRAL, Patrícia Navarro Xavier (Coords.); DIDIER JR., Fredie (Coord. Geral). **Justiça multiportas: mediação, conciliação, arbitragem e outros meios de solução adequada para conflitos.** Salvador: Juspodivm, 2016.
- SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico.** Atualizadores: Nagib Slaibi Filho e Priscila Pereira Vasques Gomes, 31. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.
- STRECK, Lênio Luiz; NUNES, Dierle; CUNHA, Leonardo Carneiro. (Orgs.). **Comentários ao código de processo civil.** Coordenador executivo: Alexandre Freire. São Paulo: Saraiva, 2016.
- TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos conflitos civis.** 4. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2018.
- TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional.** 15. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2017.

Legítima Defesa Policial: Uma Desnecessária Alteração Legislativa

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Rafael Castro da Silva
Discente do curso de Tópicos em Criminologia e Justiça Criminal

RESUMO:

O Pacote Anticrime (Lei n.º 13.964/2019) trouxe uma das maiores alterações na legislação pátria, com destaque para as alterações realizadas nos códigos penal e de processo penal, objetivando reforçar o combate ao crime organizado e à corrupção. Todavia, verificamos ainda a existência de alterações desnecessárias ou inoportunas, como é o caso do parágrafo único, do artigo 25, do Código Penal, que acrescentou expressamente a hipótese da Legítima Defesa Policial. Neste ponto, faremos uma comparação entre os institutos da Legítima Defesa e da Legítima Defesa Policial. Quanto a Legítima Defesa Policial, verifica-se que se trata de mera reafirmação do disposto no caput do referido artigo, eis que são necessários os mesmos requisitos para que se configure a excludente de ilicitude, com exceção da qualidade de agente da segurança pública. Muito embora a crítica acima, imperioso ressaltar-se que o instituto pode ser utilizado para limitar o excesso e evitar que os agentes de segurança pública respondam de forma descabida pela sua conduta, quando necessária a utilização da força. Todavia, para que a Legítima Defesa Policial se estabeleça de forma plena é necessária uma alteração mais específica na legislação pátria, bem como uma interpretação diferenciada da norma, na medida em que engloba situações fáticas de difícil análise. Deste modo, a fim de verificar a necessidade da norma (parágrafo único do artigo 25 do Código Penal), utilizou-se a pesquisa bibliográfica, concluindo-se pela desnecessidade do instituto, verificando-se, ainda, a necessidade de criação de uma legislação mais específica a respeito do tema.

Palavras chave: Pacote Anticrime. Legítima Defesa. Legítima Defesa Policial.

ABSTRACT:

The Anti-Crime Package (Law No. 13.964/2019) brought about one of the biggest changes in Brazilian legislation, with emphasis on the changes made to the penal and criminal procedure codes, aiming to strengthen the fight against organized crime and corruption. However, we also verified the existence of unnecessary or inopportune alterations, as is the case of the sole paragraph, of article 25, of the Penal Code, which expressly added the hypothesis of Legitimate Police Defense. At this point, we will make a comparison between the Lawful Police Defense and Legitimate Defense. As for the Legitimate Police Defense, it is verified that this is a mere reaffirmation of the provisions of the caput of that article, as the same requirements are necessary to configure the exclusion of illegality, with the exception of the quality of public security agent. Despite the criticism above, it is imperative to emphasize that the institute can be used to limit excess and prevent public security agents from responding inappropriately for their conduct, when necessary to use force. However, for the Legitimate Police Defense to be fully established, a more specific change in the country's legislation is necessary, as well as a differentiated interpretation of the rule, insofar as it encompasses factual

situations that are difficult to analyze. Thus, in order to verify the need for the standard (single paragraph of article 25 of the Penal Code), a bibliographic research was used, concluding that the institute was not necessary, also verifying the need to create legislation more specific about the topic.

Keywords: *Anti-Crime Package. Police Self-Defense. Self-Defense.*

1. INTRODUÇÃO

A atuação policial sempre esteve em foco em todos os meios de comunicação social do nosso país, causando as mais diversas reações da sociedade, neste ponto, o Pacote Anticrime (**Lei n.º 13.964, de 24 de dezembro de 2019**), além de trazer uma das maiores alterações legislativas jurídico-penal do nosso ordenamento jurídico, alterando nada menos do que 17 (**dezesete**) normas, buscou legitimar a atividade policial ao inserir no parágrafo único, do artigo 25, do Código Penal a hipótese da Legítima Defesa Policial, o que motiva o estudo do instituto, de forma a justificar a escolha do presente tema.

Outrossim, a importância do tema se verifica no ponto em que as alterações trazidas pelo Pacote Anticrime tiveram por finalidade reforçar o combate ao crime organizado e à corrupção, intensificando a punição de alguns crimes, além de inovar nos procedimentos investigatórios e processuais, buscando legitimar a ação policial, o que demonstra a relevância do tema e a sua contribuição para o campo do conhecimento.

Outrossim, muito embora a criação da Lei do Abuso de Autoridade (**Lei nº 13.869, de 5 de Setembro de 2019**), é cristalina a necessidade de uma regulamentação específica do uso da força policial, a fim de que, ao mesmo tempo em que seja assegurado ao agente da segurança pública uma proteção legal a sua conduta, também sejam estabelecidos limites que o impeçam de cometer abusos a pretexto de estar desempenhando as suas atividades.

Todavia, muito embora a preocupação do legislador quanto a legitimação da atividade policial, percebe-se que o instituto não se diferencia da Legítima Defesa prevista no *caput* do artigo 25 do Código Penal, na medida em que necessário o preenchimento dos mesmos requisitos legais, assim, verifica-se que na verdade estamos diante de uma alteração legislativa desnecessária, ou seja, a alteração legislativa não trouxe uma nova hipótese de legítima defesa, configurando verdadeira redundância.

Ademais, indispensável analisarmos o motivo de ter sido criado o referido instituto, eis que, uma vez identificada a desnecessidade do mesmo no campo legislativo, a sua criação passa a ser meramente política e ideológica, o que somado ao atual cenário político pátrio pode ao menos justificar a sua criação.

Deste modo, o presente trabalho tem por objetivo analisar a legislação vigente, quanto aos institutos da Legítima Defesa e da Legítima Defesa Policial, trazendo seus conceitos, natureza jurídica, fundamento e requisitos, demonstrando que necessitam das mesmas condições para que sejam configurados no caso concreto.

O presente estudo foi realizado de acordo com método de pesquisa bibliográfica, cuja pesquisa se deu na legislação pátria (**Código Penal e Lei n.º 13.964/19**), bem como com a utilização da doutrina relacionada ao assunto, cujos principais autores utilizados foram: Guilherme de Souza Nucci, Fernando Capez, Cleber Masson, Julio Fabbrini Mirabete e Renato N. Fabbrini, Davi André Costa Silva, entre outros.

Por fim, indispensável salientar-se que quando se estuda a Criminologia e a Justiça Criminal se torna muito importante também o estudo da Legítima Defesa, como uma das causas de exclusão da ilicitude do fato, na medida em que retrata situações dinâmicas da sociedade como um todo, que podem ou não ter relevância penal.

2. CRIMINOLOGIA E DIREITO PENAL

Antes de adentrarmos no tema da Legítima Defesa e da Legítima Defesa Policial, indispensável trazermos à baila algumas concepções a respeito da Criminologia, bem como do Direito Penal, devido a importância do tema ao presente trabalho, e pela estrita relação entre ambos.

Inicialmente, podemos conceituar Criminologia como sendo o ramo da ciência que estuda o delito e o delinquente, ressaltando que referido instituto não se limita ao estudo frio da normal penal, mas sim ao estudo dos fenômenos sociais e das causas da própria criminalidade, a fim de mostrar as autoridades públicas a origem do delito e a forma de evitá-lo.

Senderey (1978, p. 6), um dos grandes estudiosos a respeito do tema, ao conceituar Criminologia destaca que a mesma também tem por finalidade a ressocialização do indivíduo delinquente, além de preocupar-se com os fenômenos e as causas da criminalidade, conceituando o instituto como “[...] *um conjunto de conhecimentos que estudam os fenômenos e as causas da criminalidade, a personalidade do delinquente e a sua conduta delitosa e a maneira de ressocializá-lo.*”

Nesse sentido, importante citarmos o conceito de Criminologia trazido pelo mestre Nucci (2018, p. 20), tendo em vista ser um conceito mais atual e abrangente do tema, destacando que o instituto em estudo se utiliza de uma visão ampla e aberta, a qual não se limita apenas ao estudo da norma penal, *buscando a própria causa da delinquência:*

“*É a ciência que se volta ao estudo do crime, como fenômeno social, bem como do criminoso, como agente do ato ilícito, em visão ampla e aberta, não se cingindo à análise da norma penal e seus efeitos, mas sobretudo às causas que levaram à delinquência, possibilitando, pois, o aperfeiçoamento dogmático do sistema penal.*”

Por sua vez, podemos conceituar o Direito Penal como sendo a parte do sistema jurídico que tem a função de separar os comportamentos humanos, cuja gravidade cause dano ao convívio social e que possam colocar em risco os direitos e as garantias fundamentais, como, por exemplo, o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Ademais, referido instituto também tem por objetivo descrever as infrações penais, bem como as suas respectivas sanções e todos os demais regramentos, gerais e complementares, indispensáveis a sua devida aplicação, corolário do *Princípio da Legalidade, previsto na Constituição Federal, art. 5º, inciso XXXIX que assim dispõe:*

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

O mesmo se extrai do artigo 1º do Código Penal, que trata da anterioridade da Lei Penal:

Art. 1º - Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.

Masson (2011, p.3), ao lecionar a respeito do tema, faz uma importante observação, ressaltando que não se trata apenas da norma penal escrita, mas também de uma determinada gama de princípios que norteiam a aplicação do Direito Penal, conceituando o instituto como um “[...] conjunto de princípios e leis destinados a combater o crime e a contravenção penal, mediante a imposição de sanção penal.”

Quanto ao objeto do Direito Penal, Capez (2021, p. 28), destaca que o instituto deve unicamente ser aplicado ao homem “pois somente este é capaz de executar ações com consciência do fim.”, excluindo “[...] os animais, que não tem consciência do fim do seu agir, fazendo-o por instinto, bem como dos movimentos causais, como os reflexos não domináveis pelo homem [...].”

Assim, da análise dos conceitos acima pode-se verificar nítida a relação entre a Criminologia e o Direito Penal, enquanto a primeira estuda o delito como fato social, a segunda se destaca pela aplicação da legislação vigente, com o fim de combater o crime ou contravenção penal, como conduta consciente do homem na sociedade.

Ademais, como esclarece Gomes (2020. P. 34), tamanha é a relação entre os institutos que o Autor nos ensina que as normas estabelecidas no Código Penal são decorrentes do que a Criminologia já pensou anteriormente, ou seja, “Quando se lê o Código Penal, na verdade está sendo feita a leitura daquilo que a Criminologia pensou lá atrás, no estudo do caso concreto, com base nos temas mais relevantes para a sociedade.”

Desta forma, finda a análise dos institutos acima, resta nítida a importância do tema acima abordado para um melhor entendimento do presente estudo, de modo que, agora, podemos tecer algumas considerações a respeito do instituto da Legítima Defesa, como seu conceito, natureza jurídica, fundamento e requisitos.

3. LEGÍTIMA DEFESA

Podemos conceituar legítima defesa como sendo o instituto que exclui a ilicitude da conduta humana, quando ocorrer de forma moderada e de acordo com os meios necessários, para que seja repelida injusta agressão, que deve ser atual ou iminente, a um direito próprio ou de outrem.

O Código Penal, no seu **Título II**, do Crime, mais especificamente no *caput* do **art. 25**, traz de forma clara e objetiva o conceito da legítima defesa:

Art. 25 - Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

Ainda, indispensável trazer a baila a lição do mestre Nucci (2018, p. 472), o qual resalta o fato de que o Estado não pode se fazer presente em todos os momentos e lugares,

motivo pelo qual se legitima a pessoa agredida a defender os seus direitos, sob pena de “ceder ao injusto, o que é inadmissível”:

“O Estado, a partir do momento em que chamou a si a responsabilidade de distribuir justiça, aplicando a lei ao caso concreto, pretendeu terminar com a vingança privada, geradora de inúmeros excessos e incidentes incontroláveis. Entretanto, não podendo estar, por meio dos seus agentes, em todos os lugares ao mesmo tempo, deve facultar à pessoa agredida a legítima defesa de seus direitos, pois, ao contrário, o direito haveria de ceder ao injusto, o que é inadmissível.

Quanto a natureza jurídica do instituto, trata-se de uma causa de exclusão da ilicitude do fato, ou seja, a conduta típica praticada pelo agente não configurará o ato ilícito, *conforme previsto no inciso II, do art. 23 do Código Penal*:

“Art. 23 - Não há crime quando o agente pratica o fato:

[...]

II - em legítima defesa;”.

Masson (2011, p. 400), em sua obra, ao lecionar sobre a natureza jurídica e o conceito do instituto em tela, nos ensina que a legítima defesa é uma causa de exclusão da ilicitude, bem como o seu conceito decorre da análise do **art. 25, caput** do Código Penal, no qual, inclusive, *há previsão expressa dos seus requisitos*:

“Como se extrai do art. 23, II, do Código Penal, a legítima defesa é causa de exclusão da ilicitude. Destarte, o fato típico praticado em legítima defesa é ilícito. Não configura crime.

O conceito decorre do art. 25 do Código Penal: trata-se da causa de justificação consistente em repelir injusta agressão, atual ou iminente, a direito próprio ou alheio, usando moderadamente dos meios necessários.

Outrossim, importante citar-se a lição trazida pelos mestres Mirabete e Fabrini (2021, p. 188) que, ao explicarem os fundamentos da Legítima Defesa, filiam-se a teoria objetiva, a qual considera que o instituto é uma causa de exclusão da antijuridicidade, tendo como fundamento o fato de que a autodefesa nada mais é do que a *retomada do homem do seu direito primário de defesa que foi cedido ao Estado*:

“Várias teorias foram expostas para explicar os fundamentos da legítima defesa. As teorias subjetivas, que a consideram como causa excludente da culpabilidade, fundam-se na perturbação de ânimo da pessoa agredida ou nos motivos determinantes do agente, que conferem licitude ao ato de quem se defende etc. As teorias objetivas, que consideram a legítima defesa como causa excludente da antijuridicidade, fundamentam-se na existência de um direito primário do homem de defender-se, na retomada pelo homem da faculdade de defesa que cedeu

ao Estado, na delegação de defesa pelo Estado, na colisão de bens em que o mais valioso deve sobreviver, na autorização para ressaltar o interesse do agredido, no respeito à ordem jurídica, indispensável à convivência ou na ausência de injuridicidade da ação agressiva. É indiscutível que mais acertadas são as teorias objetivas, cada uma delas ressaltando uma das características do fenômeno jurídico em estudo.

Dos conceitos acima citados, bem como pelo caput do artigo 25 do Código Penal, podemos extrair que há a necessidade do preenchimento de alguns requisitos objetivos e cumulativos, para que seja configurada a Legítima Defesa, **quais sejam: o uso moderado** dos meios necessários, que a agressão **seja injusta**, bem como atual ou iminente e que o direito protegido seja próprio ou de terceiro.

No caso, importante fazermos uma breve consideração a respeito da excludente de ilicitude denominada de Estado de Necessidade, tendo em vista que muitas vezes a mesma se confunde com o conceito de Legítima Defesa.

O Estado de Necessidade tem previsão legal art. 24 do Código Penal:

“Art. 24 - Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.”

Muito embora a ocorrência de confusão entre os dois institutos, podemos citar algumas diferenças que são determinantes para a sua diferenciação, no caso, enquanto na Legítima Defesa há uma reação, decorrente de um ato humano (**injusta agressão**), no Estado de Necessidade há uma ação, sendo que o agente pratica o ato contra qualquer causa, como por exemplo, caso fortuito ou força maior.

Ademais, indispensável salientarmos que pode existir, juntamente, em um mesmo fato a Legítima Defesa e o Estado de Necessidade, por se tratarem de institutos diversos e independentes entre si.

Pacelli e Callegari (2015, p. 320) conceituam a Legítima Defesa com a ressalva de que, além da necessidade da agressão ser atual ou iminente, a agressão deve ser antijurídica, salientando que o leitor deve tomar conhecimento de que diferente do instituto do Estado de Necessidade, *a legítima defesa somente se configura quando houver agressões humanas:*

“ *A legítima defesa pode ser conceituada como a defesa requerida e necessária para que se afaste de si ou de outro uma agressão atual ou iminente e antijurídica. Claro que poderíamos acrescentar todos os outros requisitos previstos no art. 25 do CP no conceito de legítima defesa, porém, o importante é que o leitor saiba que é, diferentemente do estado de necessidade, a excludente da legítima defesa só pode ser usada quando o ato partir de agressões humanas, pois outra situação caracterizaria a utilização do estado de necessidade.*

Desta forma, resta cristalino o conceito de legítima defesa, bem como a sua natureza jurídica, os seus fundamentos e os requisitos necessários para a sua configuração, de modo que, agora, devemos analisar o instituto da Legítima Defesa Policial, previsto no parágrafo único do **art. 25 do Código Penal**.

4. LEGÍTIMA DEFESA POLICIAL

O instituto em análise está devidamente previsto no parágrafo único, do art. 25, do Código Penal, todavia, para que se consiga fazer uma análise completa do tema, devemos observar, principalmente, o caput do dispositivo supra citado, *na medida em que há uma condição para que seja configurada a Legítima Defesa Policial*:

Art. 25 - Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

Parágrafo único. Observados os requisitos previstos no caput deste artigo, considera-se também em legítima defesa o agente de segurança pública que repele agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes.

No caso, basta uma rápida análise ao parágrafo único do dispositivo legal supracitado para verificar-se que a expressão “*Observados os requisitos previstos no caput deste artigo*”, condiciona a Legítima Defesa Policial aos mesmos requisitos da Legítima defesa, prevista no caput do dispositivo, sendo que nem mesmo a expressão “*o agente da segurança pública*”, também constante no parágrafo único do dispositivo supra citado, é capaz de alterar este entendimento ou mesmo criar uma nova hipótese de Legítima Defesa.

O conceito de agente da segurança pública está previsto no art. 144 da Constituição Federal:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I - polícia federal;
- II - polícia rodoviária federal;
- III - polícia ferroviária federal;
- IV - polícias civis;
- V - polícias militares e corpos de bombeiros militares;
- VI - polícias penais federal, estaduais e distrital.

[...]

§ 8º Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

A respeito do tema, Dezem e Guilherme Madeira (2020, p. 28 e 29) apesar de apresentarem uma nítida conotação política na sua obra, fazem uma excelente análise jurídica do instituto, considerando totalmente desnecessária a sua criação, na medida em que a situação prevista no parágrafo único do art. 25, do Código Penal (**Legítima Defesa Policial**)

deve observar os requisitos previsto no caput daquele dispositivo (**Legítima Defesa**), ou seja, *os institutos necessitam do preenchimento dos mesmos requisitos para serem válidos:*

“Juridicamente, a inclusão aprovada mostra-se inócua, não tendo havido qualquer ampliação do instituto da legítima defesa.

Isso porque a parte inicial do dispositivo, condicionante a “observados os requisitos previstos no caput deste artigo”, denota que, legalmente, mantidas estão todas as características da legítima defesa, dentre os quais o uso moderado dos meios necessários para fins de afastamento de agressão ou risco de agressão a direito próprio ou alheio. Por conseguinte, o insculpido a seguir, isto é, o fato de se considerar “também em legítima defesa o agente de segurança pública que repele agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes” desvela-se tecnicamente inútil, visto que referida situação é evidentemente abrangida pelo art. 25, caput.

[...]

Porém, se em termos estritamente dogmáticos a previsão é inútil, visto que redundante, talvez o mesmo não se possa dizer quanto a uma possível mensagem política dela decorrente, principalmente quando aliada aos discursos atuais de diversas autoridades.

No mesmo sentido, reforça Bitencourt (2021, p.14) que se trata de uma “[...] norma penal permissiva absolutamente desnecessária, inócua, supérflua e inútil, na medida em que a hipótese prevista neste parágrafo já está abrangida pela previsão do caput do art. 25 do Código Penal.”

Assim, conforme se observa da doutrina e do texto legal acima transcrito, somados ao atual cenário político brasileiro, verificamos que o texto legal tem mais conotação política do que eficácia prática e legal, no ponto em que no campo da legislação em nada acrescenta ao tema.

Todavia, trata-se um assunto de extrema importância, na medida em que a força policial deve ser melhor regulamentada pela legislação pátria, não somente no sentido de se assegurar ao agente da segurança pública uma maior segurança quando do desempenho das suas atividades e a necessária utilização da força, mas também para que se evite e puna quaisquer abusos cometidos.

Desta forma, muito embora a **Lei n.º 13.964/2019**, Pacote Anticrime, tenha acrescentado o parágrafo único ao artigo 25 do Código Penal, verifica-se nítida a desnecessidade do instituto, na forma em que proposto, eis que mantém os mesmos requisitos da Legítima Defesa prevista no caput do dispositivo legal supracitado, mesmo naqueles casos em que o agente da segurança pública deve agir com a utilização da força.

5. CONCLUSÃO

No caso, propôs-se uma análise doutrinária e legal (**artigo 25, caput e parágrafo único do Código Penal**) a respeito das modificações trazidas pelo Pacote Anticrime (**Lei n.º 13.964, de 24 de dezembro de 2019**), em especial, quanto a legitimação da atividade policial, por meio da criação do instituto da Legítima Defesa Policial.

Todavia, a pesquisa realizada demonstrou que a Legítima Defesa Policial não se diferencia da Legítima Defesa prevista no *caput*, do **artigo 25**, do **Código Penal**, eis que ambos necessitam do preenchimento dos mesmos requisitos legais, motivo pelo qual não restou atingido o objetivo final do legislador, qual seja, legitimar de forma diferenciada a atividade policial quando necessária a utilização da força. Assim, verifica-se que estamos diante de uma desnecessária alteração legislativa.

Desta forma, verifica-se que há necessidade da criação de uma legislação mais específica, voltada diretamente a atividade policial, tendo em vista a necessidade cada vez maior de combater ao crime organizado, bem como da utilização dos meios necessários da força, de modo que um maior número de situações seja alcançado pela legislação pátria, a fim de que a atividade policial possa ser devidamente resguardada, sem que, por outro lado, o policial fique livre para cometer qualquer tipo de abuso.

REFERÊNCIAS

BITENCOURT, Cezar R. **Reforma Penal sob a Ótica da Lei Anticrime (Lei n. 13.964/2019)**, Editora Saraiva, 2021.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 29 mar. 2022.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal V 1 - Parte Geral.**, 25th edição. Editora Saraiva, 2021.

_____. **Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm> Acesso em: 29 mar. 2022.

GOMES, Christiano G., **Manual de Criminologia**, 2nd edição. Editora: Saraiva, 2020.

MASSON, Cleber Rogerio. **Direito penal esquematizado – Parte geral – vol. 1, 5ª, ed. ver. e atual.**, Rio de Janeiro: Forense, São Paulo, MÉTODO, 2011.

MIRABETE, Julio F., **Manual de Direito Penal - Parte Geral - Vol. 1.**, 35th edição. Grupo GEN, 2021.

NUCCI, Guilherme Souza. **Curso de direito penal: volume 1: parte geral – arts. 1º a 120 do código penal**, 2 ed., rev. atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2018.

PACELLI, Eugêncio e CALLEGARI, André, **Manual de direito penal: parte geral**. São Paulo: Atlas, 2015.

SENDEREY, Israel Drapkin. **Manual de Criminologia**. São Paulo: José Bushatsky, 1978.

Processo Licitatório em Contratações Emergenciais

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Thais Vieira da Silva
Discente do curso de MBA Em Licitações e Contratos Administrativos

RESUMO:

O objetivo desta investigação é investigar os fundamentos, a legislação, e identificar o procedimento de litiga em contratos de emergência, que se têm repetido no âmbito dos procedimentos de licitação. É importante notar que a legislação sobre o assunto está subordinada a duas leis que estão em vigor simultaneamente, ou seja, a lei 8.666/1993 e a lei 14.133/2021. Conclui-se que existem certos comportamentos recorrentes no âmbito de procedimentos de concurso em contratos de emergência que, embora sejam constantemente melhorados, devem ser observados pelos órgãos responsáveis por garantir a suavidade de tais procedimentos e assegurar a plena aplicabilidade dos princípios licitatórios e constitucionais e os presentes na legislação ordinária.

Palavras chave: Licitações. Contratos de Emergência. Lei 8.666/1993. Lei 14.133/2021.

ABSTRACT:

The purpose of this research is to investigate the fundamentals, legislation, and identify the procedure of litigation in emergency contracts, which have been repeated within the bidding procedures. It is important to note that the legislation on the subject is subordinated to two laws that are in force simultaneously, that is, law 8.666/1993 and law 14.133/2021. It is concluded that there are certain recurring behaviors in the scope of bidding procedures in emergency contracts that, although they are constantly being improved, must be observed by the bodies responsible for guaranteeing the smoothness of such procedures and ensuring the full applicability of the bidding and constitutional principles and those present in the ordinary legislation.

Keywords: Bidding. Emergency Contracts. Law 8.666/1993. Law 14.133/2021.

1. INTRODUÇÃO

A missão da Administração Pública é prover às necessidades do coletivo. Devido a um dos princípios básicos do direito administrativo, a supremacia do interesse público, é essencial que o interesse coletivo prevaleça sobre o interesse privado. A comunidade, por sua vez, necessita diretamente dos serviços prestados pelo Estado.

Contudo, a Administração nem sempre terá meios próprios para satisfazer o interesse público primário e, por esta razão, será obrigada a recorrer a serviços prestados por particulares.

O procedimento que garante a suavidade de tal relação entre o Estado e as partes privadas, no âmbito das aquisições públicas, é denominado licitação. Tal procedimento encontra dois instrumentos normativos que, à data desta investigação, têm validade concorrente, na medida em que permitem a aplicação, por conveniência, de qualquer um dos dois regimes.

O primeiro, que em breve será totalmente revogado, consiste no que foi introduzido no âmbito de aplicação da lei federal n.º 8.666 de 1993. A recente lei 14.133 de 2021 também já é aplicável, desde a sua promulgação. No entanto, no contexto desta última, a aplicação da primeira lei foi permitida durante dois anos após a sua promulgação.

No entanto, a aplicação híbrida é expressamente proibida. A preocupação com a suavidade dos processos de concurso é de primordial importância na esfera pública, na medida em que vários serviços e funções públicas são altamente dependentes dos contratos assinados entre a administração pública e o setor privado.

Por conseguinte, a sua aplicação correta e moral é de importância incomensurável. A importância da licitação é tal que, juntamente com os princípios estabelecidos na Constituição Federal (**legalidade; impessoalidade; moralidade; publicidade; eficiência**) no cerne da legislação acima referida, são enumerados outros que têm um enorme poder para centralizar a interpretação da forma como os procedimentos ocorrem.

Para realizar um processo de concurso válido, a Lei 8.666/93 prevê uma série de procedimentos, que, considerando o lapso de tempo para a sua execução, exigem um certo período de tempo, tendo em conta o facto de que as formalidades devem ser observadas fielmente.

O objetivo deste estudo, baseado em pesquisa bibliográfica, é identificar os princípios básicos e fundamentos da licitação, bem como apontar alguns casos recorrentes de procedimentos de licitatório em contratos de emergência.

2. LICITAÇÃO E PRINCÍPIOS BALIZADORES

Para Cretella *apud* Motta (2011, p. 23), a palavra licitação, no contexto da legislação brasileira, prevaleceu durante muito tempo como concurso, significando um procedimento adotado pela Administração “*para selecionar, entre várias propostas apresentadas por indivíduos que pretendam oferecer serviços ou bens ao Estado, aquela que melhor corresponda aos interesses da comunidade*”. Segundo Guimarães (2012), é um tema extenso e

envolve vários fatores, que começam no planejamento das aquisições de acordo com as exigências dos setores e na formalização dos processos de compra.

Segundo Di Pietro (2017), a licitação pode ser definida como o procedimento administrativo pelo qual a administração procura obter a proposta mais vantajosa para a execução das suas obras e serviços, compra de materiais e alienação dos seus bens. Tal como consta da Constituição Federal (BRASIL, 1988, art. 37, item XXI).

“Para os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e vendas serão contratados através de um processo de concurso público que assegure condições iguais a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantendo as condições efetivas da proposta, de acordo com a lei, o que apenas permitirá os requisitos de qualificação técnica e econômica indispensáveis para garantir o cumprimento das obrigações”.

Nesse sentido, Guimarães (2012) assinala também que, à medida que os organismos públicos fazem aquisições e contratos utilizando recursos públicos, precisam de seguir regras e normas regidas por legislação para assegurar a utilização adequada desses recursos. Assim, todos os processos de licitação devem ser realizados de acordo com o que está especificado na Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993, conhecida como Lei de Licitações e Contratos.

De acordo com Guimarães (2012), a principal razão para a Administração Pública realizar um processo de licitação é para que a concorrência entre fornecedores ocorra, e, a partir daí, possa equalizar a concorrência, comparar as propostas oferecidas, e tirar partido da mais apropriada, ou seja, a que gera poupanças em valores e se mantém dentro do planejamento.

Para tal, existem modalidades de licitação que orientam e enquadram os tipos de processo de compra a executar, para que haja concorrência entre fornecedores de níveis semelhantes, procurando a proposta mais vantajosa.

Princípios norteados pelo processo licitatório, o processo de concurso, para alcançar o seu objetivo, deve respeitar os princípios constitucionais expressos na Constituição Federal, nomeadamente: princípio da igualdade; princípio da legalidade; princípio da imparcialidade; princípio da moralidade; princípio da igualdade; princípio da publicidade; princípio da proibição administrativa; princípio da vinculação ao concurso, e princípio do julgamento objetivo, bem como os princípios implícitos no sistema jurídico que são aplicáveis ao Governo. Especialmente os princípios específicos diretamente aplicáveis aos concursos públicos, nomeadamente, o princípio da vinculação ao concurso, o princípio do julgamento objetivo, o princípio da confidencialidade das propostas, o princípio da competitividade, o princípio da economia, o princípio da isonomia, o princípio da segregação de funções, e o princípio da segurança jurídica, tal como salientado por Carvalho (2021).

2.1. Modalidades de Licitação

A licitação é também regulada pelos seus tipos e modalidades, o tipo varia de acordo com os tipos de licitação e os critérios de adjudicação utilizados, enquanto as modalidades estão relacionadas com a própria estrutura do processo de licitação.

A Lei 8.666/93 estabelece os seguintes tipos de procedimentos de licitação: licitação competitiva, apresentação de preços, convite, concurso, leilão e convite à apresentação de propostas. Os três primeiros são definidos com base no valor do contrato, enquanto os últimos são definidos com base no assunto a ser contratado.

Contudo, a Lei n.º 14.133/21 prevê apenas cinco modalidades, nomeadamente, concurso público, concurso, concurso, leilão, e inclui diálogo concorrencial, extinguindo a tomada de preços e o convite, previstos na Lei n.º 8.666/93.

3. A REGRA DA OBRIGATORIEDADE DA LICITAÇÃO PARA AS COMPRAS PÚBLICAS E SUAS RESSALVAS

A respeito, Carvalho Filho (2008, p. 228) afirma que “o princípio da licitação obrigatória” exige que todos os destinatários do Estatuto conduzam o procedimento antes de contratarem obras e serviços.

Di Pietro (2017, p. 368) explica:

“A Constituição Federal exige licitações públicas para contratos de obras, serviços, compras e vendas (art. 37º, XXI), bem como para a concessão e permissão de serviços públicos (art. 175º). (Todos os órgãos da administração pública direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista, e outras entidades controladas direta ou indiretamente pela União, os Estados, o Distrito Federal, e os Municípios (art. 1, parágrafo único) são obrigados a participar num processo de licitação pública).

3.1. Exceções à Obrigatoriedade de Licitar

O legislador faz uma condição para a contratação de obras, serviços, compras e vendas, abrindo a possibilidade de contratar sem licitação. *Este texto está presente na arte. 37, XXI da Constituição Federal:*

Art. 37, XXI - exceto nos casos especificados por lei, as obras, serviços, compras e vendas serão contratadas através de concurso público que garanta condições iguais a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantendo as condições efetivas da proposta, conforme previsto na lei, o que apenas permitirá os requisitos de qualificação técnica e económica indispensáveis para garantir o cumprimento das obrigações. (BRASIL, 1988).

As exceções são chamadas de **contratação direta e são trazidas pela Lei Federal 8.666/93**, e dividem-se em duas linhas doutrinárias de pensamento, onde a primeira divide o assunto em licitação isenta e inexequível, e a segunda em licitação isenta, inexequível e inexequível.

3.2. Contratação Direta na Administração Pública

Destaca-se a definição de contratação direta para o Tribunal Federal de Contas - **TCU (2010, p. 579)**: “A contratação direta é aquela efetuada sem concurso, em situações excepcionais, expressamente prevista por lei.” A contratação direta deve ser justificada e fundamentada pelo administrador, e pode assumir a forma de renúncia (**licitação dispensada ou dispensável**) ou de inexigibilidade (**licitação inexigível**).

Nesta seara, afirma Oliveira (2018, p. 457):

“Os casos de contratação direta não isentam, como regra geral, a observância de um procedimento formal prévio, tal como a verificação e prova dos eventos que isentaram ou não a proposta através da motivação da decisão administrativa (**artigo 26 da Lei 8.666/1993**). Os casos de contratação direta são: a) dispensa do processo de licitação (**artigo 17 da Lei 8.666/1993**); b) dispensa do processo de licitação ou processo de licitação dispensável (**artigo 24 da Lei 8.666/1993**); c) processo de licitação não requerido ou processo de licitação não requerido (**artigo 25 da Lei 8.666/1993**).

4. DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Administração Pública exerce uma atividade complexa e multifacetada, e deve ter os seus olhos focados no interesse público. Para o conseguir, precisa de fazer uso de bens e serviços fornecidos por terceiros, razão pela qual está condicionada a assinar previamente contratos de execução de obras, prestação de serviços, fornecimento de bens, etc.

Para uma melhor compreensão do tema “A contratação de emergência devido a obstáculo judicial à licitação atempada na Administração Pública”, é essencial examinar a instituição da licitação, desde os seus aspectos gerais até à forma em que esta é dispensada. Deve salientar-se, no entanto, que não está no âmbito deste documento fazer uma análise detalhada da finalidade da licitação. Será estudado apenas com o objetivo de ter uma melhor concepção do obstáculo judicial a uma licitação atempada.

Apesar do despedimento previsto na lei, o artigo 17 da Lei 8.666/93 estabelece os casos em que o administrador governamental não pode emitir qualquer sentença, uma vez que está definido na lei e, portanto, um ato vinculativo. Ao mesmo tempo, a arte. 24 do mesmo instrumento estabelece os casos em que a licitação pode ser dispensada, casos em que a ação do administrador é discricionária, ou seja, existe uma opção de atuação.

4.1. Inexigibilidade de Licitação

A Administração Pública é obrigada a promover a licitação, mas existe uma exceção, em que não há concorrência, mas existe todo o processo. A contratação direta entre a Administração Pública e as partes privadas deve ser vista como uma exceção à regra, uma exceção ao dever de concorrer, e a renúncia é uma dessas exceções.

Segundo Justen Filho (2012 p. 329):

“A ausência de licitação não equivale a uma contratação informal, realizada com o que a Administração desejar, sem cuidados ou documentação. Pelo contrário, a contratação direta requer um procedimento prévio, no qual a observância das etapas e formalidades é essencial.”

Embora seja uma das exceções à licitação, a dispensa de licitação é um caso em que o processo de licitação é possível, mas a Administração tem discricção nos seus atos, e pode, portanto, contratar diretamente. Anteriormente esta exceção estava prevista no artigo 24 da lei 8.666/93, mas agora na nova Lei Federal 14.133/21.

5. DISPENSA DE LICITAÇÃO EM SITUAÇÕES DE CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL

A Lei 8.666/93 estabeleceu no seu **artigo 24, ponto IV**, a faculdade de dispensar o processo de licitação em situações de emergência pública ou de calamidade:

IV - em casos de emergência ou de calamidade pública, quando se caracteriza a urgência de atender a uma situação que possa causar danos ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens públicos ou privados, e apenas para os bens necessários para atender à situação de emergência ou de calamidade e para as partes de obras e serviços que possam ser concluídas num prazo máximo de 180 (**cento e oitenta**) dias consecutivos e ininterruptos, a partir da ocorrência da emergência ou da calamidade, sendo proibida a prorrogação dos respectivos contratos.

Carvalho Filho (2019, p. 397) explica:

“A lei também previa a isenção em casos de emergência. Em ambos os casos, as situações devem caracterizar-se pela urgência no atendimento, para que não causem danos ou comprometam a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens públicos ou privados.”

5.1. A Contratação Emergencial Feita Pelo Poder Público

A Administração Pública deve agir sempre de acordo com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, expressos no texto constitucional (**artigo 37, caput, Constituição Federal**).

Por conseguinte, mesmo que autorizado a dispensar o processo de licitação devido a uma situação de emergência, não o pode fazer livremente. Pelo contrário, deve obedecer a todas as formalidades impostas por lei.

Amorim (2018, p. 179-180) acrescenta:

“Uma vez que o procedimento tenha sido informado com tais elementos e haja um parecer favorável à contratação direta pelo organismo ou unidade responsável, os registos devem ser submetidos à autoridade hierarquicamente superior num prazo máximo de três dias, e esta autoridade deve decidir no prazo de cinco dias a contar da recepção do processo. Em caso de ratificação da manifestação de rejeição da proposta, o processo deve proceder à sua publicação na imprensa oficial, como condição para a eficácia dos atos.

5.2. A Imprevisibilidade da Emergência e Consequências Jurídicas

A fim de efetuar a contratação direta em casos de emergência, é evidente que a situação de emergência ou calamitosa não pode ser instigada pela inércia da Administração Pública, que tem o dever de controlar as suas exigências.

Com base nesta premissa, a doutrina de Spitzcovsky (2019, p. 556) ensina:

“É evidente que a imprevisibilidade da situação de emergência é um aspecto fundamental para que a contratação direta possa ser considerada e, como consequência, não é possível caracterizar uma situação desta natureza devido à negligência da Administração Pública.

A situação deve ser imprevisível, porque se for possível prevê-la, a Administração Pública tem o dever de agir. Se não o fizer, é referida a invocação da chamada “*emergência fabricada*”. Justen Filho (2014, p. 408) conceptualiza: “*A Administração não toma atempadamente as medidas necessárias para levar a cabo a licitação previsível*”.

No que diz respeito ao assunto, Oliveira (2018, p. 73) afirma: A contratação de emergência é possível mesmo no caso de a situação de emergência ser atribuída ao agente público (“*fabricada*” ou “*provocada*” emergência), sob pena de não ir ao encontro do interesse coletivo. Neste caso, no entanto, a Administração, após a contratação, deve apurar a responsabilidade do agente.

6. CONCLUSÃO

A Administração Pública, em obediência ao princípio da legalidade, é conduzida por meios legais que a limitam, sendo-lhe permitido fazer apenas o que a lei autoriza. Embora a Constituição Federal aborde expressamente o que se pode chamar o princípio da licitação obrigatória, a lei específica autoriza o Governo a contratar diretamente em situações de emergência. Inference-se, portanto, que a Administração está devidamente habilitada a agir quando os pressupostos para tal estão presentes, não para o seu próprio interesse, mas para o interesse coletivo.

Pelo contrário, de acordo com os entendimentos doutrinários e jurisprudenciais, continua a ser o dever de realizar a melhor contratação possível, e cumprir os princípios constitucionais e específicos aplicáveis à matéria, bem como as formalidades impostas, sob pena de responsabilidade nas esferas administrativa, civil e penal.

Na verdade, a contratação de emergência na gestão de serviços públicos é uma “*medida de precaução*” baseada no princípio da supremacia do interesse público, com o objetivo de evitar maiores danos, riscos ou perdas para a comunidade, e assim cumprir a missão da Administração Pública: satisfazer o interesse coletivo, procurar o bem comum e preservar o patrimônio público.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Licitações e Contratos: orientações e jurisprudência do TCU / Tribunal de Contas da União**. – 4. ed. rev., atual. e ampl. – Brasília: TCU, Secretaria-Geral da Presidência: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Licitação e Contratos Administrativos (1993)**. Lei nº 8.666/93. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1993.
- CARVALHO, Matheus. **Manual de Direito Administrativo**. 8. ed.: Salvador: Editora Juspodivm, 2021.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2017
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 30. ed. Rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017.
- GUIMARÃES, Eduardo dos Santos. **Manual de Planejamento das Licitações Públicas**. Curitiba: Juruá, 2012.
- JUSTEN FILHO, Marçal; **Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei 14.133/2021**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.
- MOTTA, Carlos Pinto Coelho. **Eficácia nas Licitações e Contratos**. 12. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.
- OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Licitações e Contratos Administrativos: teoria e prática**. 7. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense. São Paulo: Método, 2018.
- _____. **Lei 8666/93 de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art.37, inciso XXI da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- SPITZCOVSKY, Celso. **Direito administrativo esquematizado® / Celso Spitzcovsky**. – 2. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2019.



rogus

agência criativa

Dotada dos mais modernos equipamentos para captura de som, gravação e edição, a Rogus Agência Criativa está registrada na ANCINE (Agência Nacional de Cinema) e é referência em recursos audiovisuais. Dentre os diferenciais estão:



Estúdio completo com equipamentos modernos e essenciais para produção audiovisual.



Profissionais altamente qualificados em direção, produção, animação e com tecnologia de ponta.



Gravação de vídeos institucionais, propagandas, documentários, conteúdo para TV, Youtube, podcasts e muito mais.



Construção de Identidade visual, Mídia, Design, Branding e Infoprodutos

Simples não é simplista. É acessível e criativo!

É preciso ser visto, conhecido e lembrado. Nosso objetivo é criar e comunicar adequadamente produtos, serviços, e principalmente, valores que uma marca possui

Seja criativo. Seja ROGUS!